

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

Jaraguá: Tradição e Modernização

LUCIANO DA FONSECA

ORIENTADOR

Prof. Dr. LUIZ SÉRGIO DUARTE DA SILVA

Dissertação apresentada à Coordenação do Curso de Mestrado em História das Sociedades Agrárias e Informação parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de História.

GOIÂNIA
1999

Fonseca, Luciano da.
Jaraguá: Tradição e Modernização;
Orientador Luiz Sérgio Duarte da Silva.
252.

Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Goiás, 1999.
1. Jaraguá: Tradição e Modernização. I. Título.

JARAGUÁ: TRADIÇÃO E MODERNIZAÇÃO

LUCIANO DA FONSECA

Dissertação defendida e aprovada em 31 de agosto de 1999, pela Banca Examinadora Constituída pelos professores:


Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva


Prof.^a Dr.^a Dulce Amarante Oliveira dos Santos


Prof.^a Dr.^a Elizabeth Cancelli

DEDICATÓRIA

Dedico esta, aos meus pais,
esposa, filhos e ao Professor
Orientador Dr. Luiz Sérgio
Duarte da Silva.

Agradecimentos

Queremos registrar e agradecer o apoio recebido de inúmeras pessoas, durante o formulação deste trabalho. Agradeço ao Prof. Dr.^o Luiz Sérgio Duarte da Silva que esteve sempre pronto para fornecer orientação segura e valiosa.

Meus agradecimentos ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias, da Universidade Federal de Goiás, em especial aos membros da banca de Exame de Qualificação (Dr.^a Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles e Dr.^a Dulce Amarante Oliveira dos Santos) que fizeram críticas e sugestões aqui incorporadas.

Aos meus pais, Joaquim Teixeira da Fonseca e Benedita Cândida da Fonseca - bem como aos meus irmãos, Maria José da Fonseca, José Miguel da Fonseca e Ana Maria Teixeira da Fonseca - pelo incentivo e amizade, a minha gratidão.

Agradeço, sobretudo à Edna Lima Nerys Fonseca minha esposa. Sem ela (seu estímulo tanto intelectual quanto espiritual) seria muito mais difícil concluir esta dissertação. Enfim agradeço a todos que, direta ou indiretamente, tiveram participação na realização desta.

RESUMO

A presente dissertação, analisa a formação e a consolidação da sociedade tradicional jaraguense, assim como, os impactos decorrentes do processo de modernização de Goiás na estrutura do município.

Através deste estudo, nota-se que apesar do avanço da modernização goiana no Município de Jaraguá não houve rompimento com as diversas manifestações culturais oriundas do modo vida tradicional.

RESUMEN

La present disertación, analiza la formación y a la consolidación de la sociedad tradicional jaraguense, así como los impactos oriundos del proceso de la modernización de Goiás en la estructura de lo Municipio.

Por esto estudio, notase que a pesar del avanço y de la modernización goiana no municipio de Jaraguá no hube rompimento con las diversas manifestações culturales del modo de vida tradicional

SUMÁRIO

Introdução	12
Notas da Introdução	20
Capítulo I	
1-A ORIGEM DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ	22
1- Os Antecedentes Históricos da População Jaraguense	22
1.1- As Polêmicas Em Torno da Denominação e da Fundação de Jaraguá	24
1.2- O Desenvolvimento Inicial	29
1.3- A Transição da Economia Mineradora para a Economia Agropastoril	36
Notas do Capítulo I	40
Capítulo II	
2 - OS ASPECTOS DE UMA SOCIEDADE TRADICIONAL	45
2.1- A Consolidação do Município de Jaraguá	45
2.1.1- O Núcleo Urbano e a População	53
2.1.2 - A Educação Formal	63
2.1.3 - A Igreja e a Comunidade	66
2.1.4 - O Comércio e o Transporte	71
2.1.5 - A Economia Agro-pastoril	77
2.1.6 - A Propriedade da Terra	87
2.1.7 - As Relações de Trabalho	93
2.1.8 - Os Elementos de Integração Social	103
2.2 - Jaraguá: 1880 a 1930 - Um Período de Estabilidade	109
Notas do Capítulo II	119
Capítulo III	
3-JARAGUÁ NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES CAPITALISTAS	135
3 - A Penetração do Capitalismo em Goiás	135
3.1.1- A Fragmentação do Município de Jaraguá	149
3.2 - Os Impactos da Incorporação Capitalista na Sociedade Tradicional	161
3.2.1- A População e o Núcleo Urbano de Jaraguá	161

3.2.2 - A Educação Formal	172
3.2.3 - O Transportes e o Comércio	175
3.2.4 - A Economia Agro-pecuária	183
3.2.5 - A Propriedade da Terra	192
3.2.6 - As Relações de Trabalho	199
3.2.7 - Elementos de Integração Social	204
Notas do Capítulo III	222
CONCLUSÃO	235
FONTES CONSULTADAS	239
BIBLIOGRAFIA	246

LISTAS DE QUADOS, MAPAS E FOTO

Quadro N.º 01:	34
Quadro N.º 02:	35
Quadro N.º 03:	39
Quadro N.º 04:	62
Quadro N.º 05:	70
Quadro N.º 06:	76
Quadro N.º 07:	92
Quadro N.º 08:	147
Mapa N.º 01	28
Mapa N.º 02	51
Mapa N.º 03	148
Mapa N.º 04	160
Mapa N.º 05	170
Mapa N.º 06	171
Mapa N.º 07	182
Foto N.º 01	52

ANEXOS

Anexo 1 - Resolução de Elevação à Categoria de Cidade de Jaraguá - 1882

Anexo 2 - Duas Fotografias da Banda Santa Cecilia do Início do Século XX

Anexo 3 - Relação de Algumas Músicas de Compositores Jaraguense

Anexo 4 - Relação de Algumas Plantas Utilizadas como Remédio em Jaraguá - 1883.

Introdução

O interesse por este tema teve origem na minha própria ligação com o Município de Jaraguá, onde nasci e vivi por vários anos, até ter sido obrigado a deixá-lo à procura de melhores oportunidades. No entanto, ocorre que mesmo vivendo boa parte de minha vida no sopé da Serra de Jaraguá e ter estudado em grupos e colégios da cidade, até ingressar na Universidade, não tinha percebido a importância histórica do Município dentro do contexto histórico de Goiás. Talvez porque as aulas de história local limitavam-se a questões ligadas a origem, a datas importantes, a nomes de heróis. Na historiografia goiana não encontramos estudos relevantes sobre a cidade, que demonstrem sua importância histórica, no contexto de Goiás. Entretanto, segundo Bertram, "Jaraguá forma um conjunto heterogêneo dos tempos da história,"⁽¹⁾ onde nos idos de 1772, acontece a última bandeira da história do Brasil Colonial; e nos idos de 1940, é através dela que Bernardo Sayão, bandeirante do século XX, conquista as regiões do Vale do São Patricio.

Somente após um período de pesquisas em arquivos (Jaraguá, Goiás e Goiânia) e um contato com obras (monografias, dissertações, teses e outras) que formam a historiografia goiana,

pude tomar pé, da importância do Município de Jaraguá no contexto da história de Goiás. Jaraguá, num primeiro momento, fez parte de um eixo econômico e viário formado por Vila Boa, Meia Ponte e Corumbá, que tanto contribuiu para o desenvolvimento do Estado. E após 1940, foi tocado diretamente pela fronteira capitalista, participando ativamente do mercado regional, transformando de cidade semi-isolada em "front" do capitalismo na conquista do centro/norte de Goiás.

O objetivo central deste trabalho é demonstrar que o processo de modernização de Goiás ocorrido nos últimos anos, provocou um intenso processo de desagregação dos elementos sócio-econômicos formados ao longo dos séculos XVIII e XIX, no interior da cognominada sociedade tradicional jaraguense. No entanto, o avanço da modernização não significou em Jaraguá o rompimento com suas manifestações culturais, que foram apenas transformadas.

Para a realização deste trabalho os conceitos de sociedade tradicional, modernização e mudança social serão constantemente utilizados.

O conceito de sociedade tradicional é comumente reservado aos costumes, convenções, idiossincrasias e estilos, que possuem considerável profundidade no passado e uma aura de sagrado. Vem do verbo latino *tradere*, que significa entregar, ou seja, transmitir à geração seguinte os feitos anteriores. O conceito de tradicional, será utilizado como base fundamental para a análise da primeira parte de nosso trabalho. Apesar de cheio de implicações teóricas como alerta Ataídes, aqui será usado como, meio eficaz encontrado pelos jaraguenses durante a estruturação dos diversos elementos tradicionais. Assim, diferentemente das concepções dos evolucionistas que nos remetem às dicotomias tradicional/moderno e arcaico/avançado, tem-se em mente aqui que o tradicionalismo de algumas áreas e o progresso capitalistas de outras não se explicam separadamente. Conforme Martins estas dicotomias na verdade são mais aparentes do que reais.(2)

Outro conceito utilizado neste trabalho foi o de modernização, que se define como o processo de mudança econômica, política, social e cultural, fato social provocado pela penetração capitalista. No caso de Jaraguá, a sociedade tradicional com o avanço dos padrões mais avançados, determinados pelo capitalismo, sofre a desagregação dos elementos tradicionais formados nos séculos XVIII e XIX. É um conceito de enormes implicações teóricas, que a exemplo do conceito tradicional foi estudado minuciosamente por diversas ciências, sociologia, antropologia, ciências sociais e outras, chegando-se no pós-guerra à seguinte conclusão: “a referência implícita e explícita a uma dicotomia entre dois tipos ideais: a sociedade tradicional (que em algumas versões também pode ser chamada de ‘rural’ ou ‘atrasada’ ou ‘subdesenvolvida’) e a sociedade moderna (‘urbana’, ‘desenvolvida’, ‘industrial’).” (3)

No Brasil o conceito de modernização foi estudado a partir de duas concepções: 1º) Por aqueles que definem o termo através das teses do conceito de “modernização conservadora”, que tem por fundamento a falta de um projeto hegemônico das classes dominantes, possibilitando ao Estado partir para uma política de intervenção no planejamento econômico do país, de mudanças de cima para baixo, tal como a política getulista do Estado Novo (1937-1945). Tem como principais representantes Luciano Martins, Lucia Lippi de Oliveira e outros. 2º) São aqueles que admitem as teses do conceito de “revolução democrática burguesa”, e afirmam que a revolução de 1930, caracterizou a vitória da burguesia nacional e conseqüentemente, resultou na conclusão de um projeto de desenvolvimento para o Brasil, com a ascensão da burguesia ao poder do Estado. Entre os representantes desta corrente teórica estão Nelson Wenerk Sodré, Boris Fausto, Maria Cecília Spina Forjas e outras.

Em Goiás existem diversos estudos realizados a partir do conceito de modernização, todos de grande importância no contexto da historiografia. A exemplo do Brasil também ao longo dos anos foram divididos seus representantes em duas facções: aqueles que seguem as teses do

conceito de “modernização conservadora”, e afirmam o sentido da integração de Goiás como uma economia agrícola inserida na divisão inter-regional do trabalho. Representantes desta corrente são Itami Francisco Campos e Barsanulfo Gomides Borges, que ao longo da história fizeram escola sobre o estudo da modernização goiana, “praticamente todos os analistas do período adotaram a ideia da expansão da economia capitalista no Brasil como diferenciadora dos crescimentos regionais.”⁽⁴⁾ Por outro lado, existem aqueles que estudam o processo de modernização goiana a partir das propostas do conceito de “revolução democrático burguesa”. Esses, entendem que a modernização goiana a partir de 1930, se apresentou como antítese do acontecido em Goiás até então. “Em nome da modernidade não os combatia a Primeira República com suas oligarquias retrogradadas, como também se propunha um nova era político-social e econômica para o Estado.”⁽⁵⁾ Entre seus representantes estão os historiadores Nars Nagib Chaul e Ana Lúcia da Silva.

Nossa proposta é utilizar o conceito de modernização em seu sentido amplo, porém sem realizar um debate teórico, como já feito em outros estudos de caso em Goiás, pois isto demandaria bastante tempo. Além de que compreendemos que isto já foi realizado em diversos trabalhos publicados, não deixando dúvidas sobre a importância e a complexidade teórico-metodológico que envolve o conceito.

Outro conceito utilizado neste trabalho é o de mudança social, definindo-o como qualquer alteração nas formas de vida da sociedade. Como, por exemplo: a introdução de novas técnicas agrícolas, um novo modo de curar as doenças, de educar os filhos, as modificações nas famílias, no poder, na igreja, nas relações de trabalho e outros. Ao utilizar este conceito entendemos que nenhuma sociedade é igual em dois momentos sucessivos dentro do processo histórico. A vida social é bastante dinâmica no contexto das relações e estruturas sociais, que vão se alterando durante o passar dos tempos. Assim para compreendermos o conceito é necessário consideramos

“as mudanças populacionais, a crescente divisão do trabalho nas sociedades industriais, as mudanças que ocorrem na família (tamanho, funções), na igreja e na escola para constarmos esse dinamismo.”⁽⁶⁾

Diante disso, a formação deste trabalho foi realizada a partir de dois focos de análises diferenciados. 1º) concentra na formação e estruturação da cognominada sociedade tradicional, que teve sua origem na economia mineradora sendo estruturada através da economia agropastoril, ou seja, na agricultura de roça e na pecuária baseada nos currais comunitários ⁽⁷⁾ no decorrer dos séculos XVIII e XIX. 2º) refere-se à introdução dos elementos capitalistas na economia jaraguense e conseqüentemente, as transformações que provocaram na estrutura dos elementos tradicionais, a partir de 1940. Entretanto é bom evidenciar, que apesar dos pólos de análises possuírem características específicas e peculiares a cada momento histórico, estes, de modo algum, estarão dissociados um do outro, pois a segunda parte do trabalho foi organizada a partir das transformações sofridas no interior da primeira.

Outro elemento que justifica nossa posição teórico-metodológico e também a própria escolha do objeto que se pretende examinar, talvez sejam, as considerações já bastante citadas em trabalhos de história, antropologia e sociologia. Na verdade, o que se propõe discutir neste trabalho é o problema da mudança social no município de Jaraguá, levando em consideração a permanência de algumas manifestações culturais advindas da sociedade tradicional.

Este estudo será realizado no espaço geográfico que delimitava o antigo Município de Jaraguá, onde hoje existem dez novos municípios, numa análise que pretende ir desde sua origem até por volta de 1980, quando o processo de modernização conclui a desagregação de seus elementos sócio-econômicos tradicionais. A propriedade da terra, antes relacionada à ocupação espontânea e sem qualquer tipo de conotação econômica igual à dos dias atuais, passa a ser privada a partir de 1940, com a chegada dos mineiros e paulistas na região. As relações de

trabalho, antes fundamentadas em relações pré-capitalistas (parceria, camaradagem, agregado e outras), passam a basear-se em relações de trabalho assalariado. A agricultura deixa de ser de subsistência com objetivo de sustentar o grupo, ganhando estatus de capitalista, ou seja, de produzir para o mercado, utilizando-se dos produtos da indústria capitalista como: fungicidas, fertilizantes químicos, capina mecânica, adubação. Na pecuária as pastagens naturais dão lugar às artificiais com diferenciados tipos de capins e as raças de gados são diversificadas. Os produtores se especializam em dois grupos, (corte e leite) e passam a utilizar requisitos científicos, a exemplo: da seleção do gado, compra de matrizes leiteiras, uso de inseminação artificial, vacinações, silagem nas entre safras, transformando-se ademais em consumidor dos produtos da indústria moderna.

O núcleo urbano foi dividido em duas partes: o centro histórico que compreende o perímetro definido pela igreja do Rosário, praça Getúlio Vargas e o encontro das ruas Cel. Elias da Fonseca e das Flores; e a parte da expansão que caracteriza o centro comercial com edifícios modernos, com a presença da infra-estrutura básica - pavimentação, saneamento, iluminação pública, sinalização urbana etc. Há um acréscimo de trinta novos empreendimentos imobiliários, aumentando o número de lotes de 580 em 1930, para 7.989 em 1980. No campo a paisagem é modificada, as empresas rurais tomaram o lugar das antigas propriedades de tipo familiar, as casas de pau-a-pique e ranchos embarreirados (barro e estrume de gado), cedem seus lugares às casas de alvenarias com currais modernos, barracões, energia elétrica; os regos d'água dão lugar às torneiras e chão batido é encobertos com cimento e cerâmica.

Com base nas pesquisas realizadas em diversos arquivos e nos estudos historiográficos de Goiás, nota-se que ao longo de dois séculos o Município de Jaraguá sofreu diversas intervenções que possibilitaram a estruturação de diversos elementos tradicionais, os quais perduram até meados do século XX. No entanto, com avanço do processo de modernização a partir do final do

século XIX, e conseqüentemente, com a intervenção do governo federal a partir de 1940, transformando a micro-região "Mato Grosso de Goiás" em frente pioneira, os elementos tradicionais foram sendo desagregados e implantados novos elementos tipicamente capitalistas.

As fontes utilizadas neste trabalho tiveram por base documentação primária ou publicadas para a análise da parte estrutural que remonta os séculos XVIII e XIX. Somando-se a essas para a pesquisa das transformações a partir de meados do século XX, foram utilizadas além das fontes primárias, as fontes bibliográficas de apoio teórico-metodológico e os dados da investigação empírica. Por outro lado, neste aspecto é importante salientar a valiosa contribuição da pesquisa oral, como recurso metodológico de apoio à documentação escrita.

No capítulo I, discute-se a origem do município, seus antecedentes históricos e algumas hipóteses sobre a fundação e da denominação "Jaraguá". Ainda nele, é mostrado o desenvolvimento do Arraial dentro da economia mineradora e sua transição da economia mineradora para a economia agropastoril. Assim se demonstra que a região do sopé da Serra de Jaraguá, por de fazer parte do eixo viário goiano juntamente com Meia Ponte, Corumbá e Vila Boa, participou ativamente do desenvolvimento sócio-econômico de Goiás, transformando-se no final do século XVIII, em centro receptor de migrantes.

Isto realizado, partimos para o resgate, no capítulo II, dos vários elementos característicos de sustentação da sociedade tradicional no município de Jaraguá. O núcleo urbano, a economia agropastoril, as relações de trabalho, a propriedade da terra, a educação formal, a igreja, o transporte e o comércio, além das formas de integração social existentes. Deste modo verifica-se que Jaraguá no decorrer do século XIX esteve contextualizado com o desenvolvimento de Goiás. Principalmente a partir de 1833, quando foi elevado à categoria de Vila e transformado em centro militar, alcançando um nível de estruturação que lhe deu possibilidade de ser elevado à categoria

de cidade em 1882, quando entra num período de estabilidade, que será superado somente a partir de meados do século XX.

No III capítulo, a ênfase será entorno das mudanças sócio-econômicas e culturais ocorridas em Jaraguá no decorrer do processo de modernização a partir da transformação, da micro-região do "Mato Grosso de Goiás" em fronteira agrícola, caracterizando o avanço da frente pioneira sobre a frente de expansão entendidas aqui dentro do exposto por José de Souza Martins: frente expansão - o espaço onde as relações sociais são predominantemente pré-capitalistas e mediadoras de reprodução capitalista do capital; e frente pioneira caracterizada com a instalação do capital, ou seja, "loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produção e o comércio. A frente pioneira surge não como consequência 'rebarbativa' da sociedade capitalista, mas como resultado direto da necessidade de reprodução desta."⁽⁸⁾

Como já foi dito, dar-se-á ênfase à forma como ocorrem as mudanças, destacando-se os mesmos elementos do capítulo anterior, investigados antes das transformações para que se possa medir o grau e a intensidade dos impactos do processo de modernização sobre a área.

Notas da Introdução

(1) BERTRAN, Paulo. CEDOC - Reportagem Histórica publicada no Jornal o Popular, Goiânia, em 06, de junho de 1979.

(2) Ver SILVA, Benedicto. Dicionário de Ciências Sociais. Instituto de Documentação. FGV-MEC-FAE, 1986, p-1254. ATAÍDES, Heloisa Selma Fernandes Capel de. Flores de Goiás: Tradição e Transformação. Goiânia, UFG, Dissertação de Mestrado, 1990. pp-114-118. Martins afirma que *"o estabelecimento tradicional que se constitui num dos pontos de efetivação do mundo capitalista e urbano no país. E é justamente esse tipo de estabelecimento que o mundo urbano pretende 'modernizar'. Ele precisa vender mercadorias, mas precisa, igualmente, comprar barato aquilo que consome. A realização do primeiro desejo destrói as possibilidades de efetivação do segundo."* P-13. MARTINS, José de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo, Pioneira, 1975, p-44.

(3) Keesing afirma que *"o conceito de modernização passou a ser muito usado nas ciências sociais contemporâneas a partir da década de 50, embora tenha sido recentemente submetido a uma crítica que levanta sérias dúvidas quanto à sua utilidade, pelo menos no sentido em que fora originalmente formulado."*p-773. SILVA, Benedicto. Dicionário de Ciências Sociais. Instituto de Documentação. FGV-MEC-FAE, 1986, pp-773-774. WILLIAM OUTHWAITE, Tom Bottomore. Dicionário do Pensamento Social do Século XX. Rio de Janeiro, Zahar, 1996, pp-477-479.

(4) CHAUL, Nars. Caminhos de Goiás - da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia, Cegraf/UCG, 1997, p- 154.

(5) Idem, p-149.

(6) DELLA TORRE, Maria Benedicta. O Homem e a Sociedade. São Paulo, Companhia Nacional, 1971, p-156.

(7) Conforme o Sr. Joaquim Militão, a expressão currais comunitários que vai aparecer constantemente no trabalho, no Município de Jaraguá nos séculos XVIII e XIX, define-se por dois motivos: 1º) por ter sido Jaraguá um local de entreposto comercial, onde passavam quotidianamente diversos tropeiros e boiadeiros, deixando suas tropas e boiadas presas em currais em volta da cidade. 2º) por haver em Jaraguá, no contexto da economia tradicional, alguns currais que eram utilizados por mais de um fazendeiro da localidade, porém, isso não constitui o uso coletivo da terra em Jaraguá. Militão ainda afirma que existia currais em vários locais da cidade:

Rua das Flores, curral do Bento Vieira, do Quintino Ribeiro, de Manoel de Freitas Machado; Rua de Trás, o curral de Suzano Rodriguo, de Bina Querina, de Caetano de Paulo, de Josefa de Amorim; Rua da Cadeia: o curral de Luiz da Rocha, mais embaixo o dos coronéis Diógenes de Castro Ribeiro (Castrinho), Mário Felix de Souza, Tubertino Ferreira Rios e ainda outros.

(8) MARTINS, José de Souza. Op. Cit., pp-45-46.

CAPÍTULO I

A ORIGEM DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ

No presente capítulo, as considerações que se desenvolvem têm como objetivo a identificação do estudo de um município típico de mineração. A ênfase da investigação gira em torno da avaliação e da extensão social do sentido da ocupação que originou a cidade de Jaraguá, levando em consideração as conjunturas sócio-econômicas de Goiás, durante o ciclo da economia mineradora.

1- Os Antecedentes Históricos do Arraial do Córrego de Jaraguá

Os documentos existentes no Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA), referentes à presença de seres humanos em Goiás, afirmam que são registrados indícios da existência de homens, tanto no Brasil Central quanto em Goiás, por volta de 12 mil anos. Estes apontam uma grande diversidade de sociedades indígenas habitando o território goiano há milhares de anos, chegando ao número aproximado de vinte tribos diferentes e, dentre elas, as dos Kaypó, dos Jê, dos Xavante, dos Xerente, dos Canoeiros e outras.⁽¹⁾

Em Jaraguá, as pesquisas realizadas pelo (IGPA), na localidade denominada de São Januário, constataram que na localidade não há registro de assentamentos de caçadores pré-históricos. Por outro lado, os vestígios arqueológicos dão sustentação à presença de um grupo horticultor, provavelmente com características indígenas.

Conforme Souza esse sítio localiza-se a 7,5 km da sede municipal, nas coordenadas UTME - 674.984 e N - 8.252.399, fuso 22, hemisfério sul, num ambiente topomorfológico de amplo terraço abandonado ao redor de 10 metros acima do nível de base local. "Trata-se de um compartimento morfológico, com evidências de sedimentação pleistocênica, com depósitos de coloração amarelada, argila-arenosa, intercalada por fragmentos de quartzitos e micaxistos."⁽²⁾

Nas lavouras situadas próximas a São Januário, onde deve provavelmente ter sido habitação de seres humanos, antes da colonização paulista na região, foram encontradas principalmente do lado esquerdo do ribeirão, conforme moradores, diversos cacos de cerâmica, que possivelmente podem relacionar a sinalização com uma fase arqueológica, supondo-se, que foi produzida por um grupo horticultor.

Os arqueólogos, ao realizarem suas pesquisas no sítio, informam que encontraram algumas representações antropomorfas, ou seja, desenhos semelhantes à imagem de um homem. Ao analisar essas descobertas, eles fizeram o seguinte comentário: não temos ainda condições de interpretar o quadro, porém o que chama a atenção é a distinção entre figuras, algumas usando cocar e outras não, que tentativamente nos levam a identificá-las como homens e mulheres. Assim, não se pode afirmar nada sobre a origem e desenvolvimento desse grupo que provavelmente teria habitado as regiões em torno de Jaraguá. ⁽³⁾

Por outro lado, existe a hipótese de que possivelmente o local onde está assentado o núcleo urbano de Jaraguá teria sido frequentado pelos Kayapó do Sul de língua Jê, antes da chegada dos paulistas. Esta hipótese é confirmada por Pedroso, que afirma:

“o grupo indígena que possivelmente possuía aldeias nesta região por ocasião da colonização do Brasil Central seria o dos Kayapó. Apesar de não ter encontrado, até o momento nenhuma documentação histórica a respeito da presença de Índios no arraial de Jaraguá, no século XVIII, supõe-se que esta região tenha constituído territórios de movimentação dos Kayapó, pois toda circunvizinhança era habitada por eles.”⁽⁴⁾

O que se sabe até momento sobre os antecedentes históricos da população jaraguense está contido numa coleção do Sr. Ordener Ferreira Rios que soma mais ou menos 500 peças formada por: cachimbos de barro, pilões, artefatos líticos, utensílios de cozinha e outros. Pedroso afirma que esses artefatos líticos pertenceram a grupos indígenas - machados de pedra de formas e tamanhos diversos, na sua maioria encontrados na zona rural de Jaraguá.⁽⁵⁾

1.1 - As Polêmicas em Torno da Fundação e da Denominação “Jaraguá”

As considerações que serão tecidas neste momento baseiam-se de modo especial em investigações diversas, tendo como objetivo verificar algumas hipóteses sobre a fundação e a denominação “Jaraguá.”

Através de alguns documentos pode-se afirmar que as origens do município de Jaraguá remontam à primeira metade do século XVIII, o “século do ouro”, juntamente com Vila Boa (1726), Santa Cruz (1729), Meia-Ponte (1731), Água Quente (1732), São João (1732), Cocais (1733), São José do Tocantins (1735), Trairas (1735), Pilar de Goiás (1741) e outros que nasceram no contexto das atividades da mineração na Província de Goiás.⁽⁶⁾

Gomes afirma que um terço dos atuais municípios goianos “nasceram de núcleos mineiros ou de atividades agronômicas sob múltiplos aspectos: fazendas, colonização, dons patrimoniais e paróquias.”⁽⁷⁾ Sobre a fundação do Arraial do Conego de Jaraguá, devido à falta de

documentação disponível, não se pode chegar a uma conclusão; por outro lado, existem diversas hipóteses de autores a respeito de sua origem.

Conforme Militão, a fundação de Jaraguá deu-se na Fazenda do São Januário, a qual, em 1729, tinha como meio de sustentação econômica, além da mineração, a agricultura de subsistência e uma pequena criação de gado. Situava-se na estrada para Vila Boa, onde existia uma capela erigida a São José e Nossa Senhora da Penha, formando neste local “um pequeno aglomerado habitacional à margem do córrego Marim entre o rio Pari e a serra de Jaraguá”.⁽⁸⁾

Outra hipótese relacionada ao descobrimento de Jaraguá é levantada por Artiaga. Segundo seus escritos, a fundação do Arraial deu-se no ano de 1731, por Manoel Rodrigues Tomar, que após ser processado em Meia-Ponte e ter assinado um termo de bem viver “saíu para Jaraguá, onde achou ouro; em 1731, levantou muitos ranchos e dirigiu-se para o Norte.”⁽⁹⁾ E por motivos diversos não pôde explorá-los por sofrer acusações políticas que provocaram sua expulsão das minas de Goiás.

Silva e Souza, ao escrever a história do povoado goiano, formula outra hipótese sobre a fundação de Jaraguá, mostrando que a exemplo dos arraiais de Cocal, Pilar e Tesouras, o arraial do Córrego de Jaraguá é fruto da economia mineradora. E diz que o “Córrego de Jaraguá Arraial do [...], pequeno e muito povoado, foi descoberto por negros faiscadores em 1737”.⁽¹⁰⁾

Ainda a respeito das hipóteses da fundação, ao estudar a geografia goiana, Cunha Mattos afirma que “desde o ano de 1737, está assentado o arraial de Jaraguá junto ao ribeirão de Jaraguá ou Água Suja em terreno desigual,”⁽¹¹⁾ onde negros e escravos fugitivos, práticos em socavações, já garimpavam ouro em abundância em minas do município, dentre elas as minas dos córregos Lageado, Raizama, Vermelho, Água Vermelha, rios Pary, Almas e dos Patos. Além da região próxima da serra de Jaraguá, na qual ainda existem vestígios presentes em vários lugares desse processo de garimpagem, do século XVIII.

Após apresentar as hipóteses sobre a fundação do município de Jaraguá, apesar de não se encontrar a data definitiva, duas questões ficaram bem esclarecidas. A primeira é que o fator primordial das origens jaraguenses está interligado à economia mineradora, princípio norteador do povoamento da Capitania de Goiás. A segunda é que a formação da população de Jaraguá está intimamente, como a maioria dos municípios goianos, ligada originariamente com os negros, que às escondidas começaram a explorar as ricas minas do Córrego de Jaraguá.⁽¹²⁾

Ao estudar a denominação "Jaraguá", designada para nomear nosso objeto de estudo, verifica-se que sua origem é marcada por diversas influências advindas de vários ramos do saber científico e popular, que durante o processo histórico definiram cada qual a seu modo, dando várias conotações dentro de sua especificidade própria.

Dentre os vários autores que escreveram sobre a denominação "Jaraguá", Silveira Bueno e Hamilcar de Garcia, além de outros, afirmam que a denominação é fruto advindo de uma graminia de origem do continente africano introduzida no Brasil a partir do tráfico negreiro, chamada também de *Andropogon rufus* Kunth, isto é, "lugar onde medra essa planta". Os mesmos ainda afirmam sobre a denominação: é também nome de uma montanha nas vizinhanças da capital paulista e nome de uma localidade próxima à baía onde se abriga o Porto Jaraguá, no Estado de Alagoas. O significado dado por estes à denominação está ligado ao vocabulário Tupi-Guarani, sendo Jara - Senhor e Guá - Campo.⁽¹³⁾

Ao estudar as características de alguns municípios do Brasil, Ferreira define o significado da denominação "Jaraguá", afirmando que a mesma é uma espécie de metátese de um grupo indígena chamado de "Jaguaras"; segundo o autor, esse grupo indígena teria habitado a região antes de a colonização portuguesa atingir os limites do território goiano. Tratando disso, Pedroso contesta veementemente essa colocação e afirma em seus escritos que não existem provas

suficientes sobre a existência desse grupo de índios na região do município de Jaraguá.⁽¹⁴⁾ (Ver Mapa I)

Escrevendo sobre o significado da denominação “Jaraguá,” Cunha Mattos definiu-o como “Montes Grandes”, devido às grandes montanhas que se formaram em volta da cidade.⁽¹⁵⁾ Saint-Hilaire, quando esteve em Jaraguá, no ano de 1819, colaborou nesse sentido, atribuindo o significado à denominação como “Água que murmura”, advindo da língua Tupi-Guarani.⁽¹⁶⁾

Holanda, em seu dicionário da “Língua Portuguesa”, atribui ao termo “Jaraguá” o significado de “Yara’wa”, advindo do Tupi-Guarani. O mesmo afirma que a denominação é atribuída a um tipo de capim da família das gramíneas (*Hyparrhenia rufa*), sendo uma das principais forragens para o gado bovino que alcança 2m de altura, sendo muito comum em toda região Centro-Oeste, principalmente na micro-região do “Mato Grosso de Goiás,” onde se situa Jaraguá.⁽¹⁷⁾

Diante das atribuições colocadas por vários autores de diferentes ciências, referentes ao significado da denominação “Jaraguá”, sigo a hipótese de uma melhor compreensão sobre a denominação acreditando que a mesma, atribuída ao município de Jaraguá, é o resultado da política dos bandeirantes paulistas que colonizaram a região, a partir do segundo decênio do século XVIII, como se percebe através do roteiro da expedição de Bartolomeu Bueno da Silva o “Anhaguera”:

Partindo de “São Paulo - Jaraguá (à época, infimo lugarejo; hoje é subúrbio da cidade de São Paulo, bairro situado na estrada de ferro que liga a capital bandeirante a Jundiá - Campinas (território do atual município paulista) - Rio Atibaia - Rio Jaguari (onde foi instalado um ‘registro’ ou posto de controle e arrecadação) - Mogi Guaçu (rio e cidade) - Rio Itupeva - Rio Jaraguá Mirim - Casa Branca (à época, pequeno arraial) - Tambú (idem) - Altinópolis - Batatais - Rio Grande - Conquista (hoje município e cidade de Minas Gerais) - Uberaba - Nova Ponte - Rio das Velhas (atravessando nas proximidades da atual cidade de Araguari) - Rio Paranaíba (divisa, hoje atual município goiano) - Rio Veríssimo - Ipameri (território do atual município) - Rio Corumbá (atravessando nas proximidades da atual cidade de Pires do Rio) - Santa Cruz - Palmelo - Rio do

*Peixe - Rio dos Bois - Silvânia - Posse da Abadia - Rio Corumbá (atual cidade) -
Meia Ponte - (atual cidade Pirenópolis) - Rio das Almas - Jaraguá - Rio dos
Patos - Rio Sucuri - Rio Uru - Vila Boa (atual cidade de Goiás)".(18)*

MAPA I



1.2 - Jaraguá - O Desenvolvimento Inicial

A formação de Jaraguá remonta à primeira metade do século XVIII, na rota de expansão aurífera da Província de Goiás, tal como outros municípios do período da economia mineradora, cujas origens são marcadas pela exploração predatória do ouro de aluvião. Situado nas margens do córrego Vermelho, próximo ao sopé da serra de Jaraguá, na década de 1730, surge o pequeno povoado, cujos primeiros habitantes foram negros fugitivos, experientes em socavações e garimpagem, que passaram a garimpar em suas minas até a descoberta pelos colonizadores a serviço da Coroa de Portugal.

Os inúmeros estudos sobre o avanço da colonização em Goiás apontam Bartolomeu Bueno da Silva, o “Anhanguera”, como o legítimo desbravador das terras goianas, a partir de 1722. No entanto, diversas outras bandeiras, desde 1590, já tinham adentrado o território de Goiás como, por exemplo, a de Domingos Luiz Grou e Antônio Macedo, vindas de São Paulo (1590-1593). “Depois seguiram-se a de Domingos Rodrigues (1596-1600); a de Afonso Sardinha que, chegou também ao Paraopava.”⁽¹⁹⁾

Assim, o desbravamento das terras goianas deu-se logo após o descobrimento do metal precioso em Minas Gerais e Mato Grosso, no último quarto do século XVII. Quando a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva (O Anhanguera II), fixou-se em território goiano em 1726, encontrando ouro nas proximidades de Sant’Anna, de Ouro Fino e do Arraial da Barra etc., possibilitando, o início do povoamento da Capitania de Goiás.⁽²⁰⁾

Bartolomeu Bueno da Silva e Manoel Rodrigues Tomar, foram os grandes descobridores das minas que resultaram na formação dos povoados de Goiás, no período da economia mineradora em sua fase denominada de “febre do ouro”.

Dentre os arraiais descobertos por Bueno destacam-se os seguintes: o Arraial de Sant’anna (1726), Arraial do Ferreiro (1726), Arraial da Barra (1728), Arraial das Antas (1729), Arraial de Santa Rita (1729), Arraial do Ouro Fino (1729) e outros de menor importância no contexto da economia mineradora na Capitania de Goiás. Outro descobridor de minas foi Manoel Rodrigues Tomar que, na terceira década do século XVIII, entre os anos de 1731 e 1737, fundou os Arraiais de Meia-Ponte (1731), Córrego de Jaraguá (1732) São José do Tocantins (1735), Traíras (1735), Crixas (1734), Pilar (1741) e outros. (21)

Sob a responsabilidade do governo paulista, desde o início da exploração das minas goianas, somente em 1749 foi instalada a Capitania de Goiás, tendo como governador Dom Marcos de Noronha, conhecido como Conde dos Arcos. Antes, porém, da instalação da Capitania, os administradores das terras goianas foram três: o primeiro foi Bartolomeu Bueno da Silva, “o desbravador de Goiás”, mais conhecido como “Anhanguera”; o segundo foi Dom Antônio Luiz Távora, o famoso Conde de Sarzedes, que morreu em Traíras no ano de 1737; o terceiro administrador foi Dom Luiz Mascarenhas, que erigiu à Vila o Arraial de Sant’anna, que passou a ser chamado de Vila Boa de Goiás, em homenagem ao descobridor das minas de Goiás, em 1739.

Portanto, foi esse o contexto sócio-econômico no qual se deu a formação do povoamento de Jaraguá. Devido à escassez de documentos, várias questões do período colonial não puderam ficar resolvidas.

A primeira dificuldade é quanto ao desenvolvimento econômico no século XVIII: não há registro sobre a quantidade do metal precioso extraído de suas minas. Num primeiro momento,

elas foram exploradas clandestinamente pelos negros faiscadores que, após serem descobertos pelas autoridades, foram expulsos. O momento posterior foi quando as autoridades tomaram conhecimento das riquezas dessas minas, que passaram a ser exploradas sob dois tipos de mineralização: o ouro primário, agregado à rocha; e o aluvionar que, “uma vez desprendido da fonte, é carregado pelas águas das chuvas até os leitos dos rios e córregos.”⁽²²⁾

As informações históricas, referentes ao século de fundação desse arraial, são escassas, mas as existentes demonstram que várias localidades foram intensamente exploradas no arraial, tanto nos rios e córregos como em montanhas e serras. Pedroso afirma que, de Meia-Ponte até a sede municipal de Jaraguá, e mais um pouco, o rio das Almas foi todo lavrado e, em vários locais, “foi desviado para melhor explorá-lo. A serra de Jaraguá é conhecida historicamente como fonte aurífera; há de se notar pelos córregos nascidos ao longo de seu corpo que, em sua quase totalidade, são auríferos.”⁽²³⁾

A partir dos dados registrados nos livros de batismos, supõe-se que outro fator de importância fundamental, para demonstrar a funcionalidade das minas jaraguenses, foi o estabelecimento de pessoas como: Urbano do Couto, companheiro de Bueno, que, já em 11/06/1747, batizou junto com Fleury de Andrade de Oliveira, Flavia Ribeiro, filha de Domingos Ribeiro; dos irmãos, Francisco Soares Bulhões e Mathias Soares de Bulhões, vindos da cidade do Rio de Janeiro; do Capitão Fernando Bicudo de Andrade e de seu irmão Rodrigo Bicudo de Andrade e outros. (Ver Quadro I)

Na década de 1770, quando o governador era Furtado de Mendonça, a decadência da economia mineradora já era sentida por toda a comunidade goiana em Jaraguá, são organizadas duas expedições com objetivo aurífero. A primeira em 1771, realizada com o “objetivo de explorar os rios Claro e Pilões que se encontravam em terrenos diamantíferos e estavam proibidos de serem explorados”⁽²⁴⁾ A segunda realizada no ano de 1773, com o objetivo de

explorar as minas do rio Rico. Ambas organizadas em Jaraguá, tiveram como roteirista Urbano do Couto, que não pode participar da segunda devido seu falecimento em 1772, no arraial de Jaraguá.

Sobre essas expedições que partiram de Jaraguá, segundo Castro, elas percorreram diversas localidades, encontrando minas diversas, tanto próximas como mais afastadas deste arraial, (São Francisco das Chagas, Serra do Cocal, Rio Pary e Rocinha).⁽²⁵⁾

O segundo fator de dificuldade é relacionado à quantidade populacional existente no arraial do Córrego de Jaraguá, no decorrer do século XVIII; contudo, tal dificuldade não é apenas dessa localidade mas de todos os arraiais e vilas que remontam ao “século do ouro” em Goiás. Devido ao grau de dificuldade de controle, enfrentado pelas autoridades no primeiro século de colonização, os censos regionais não existiam, por isso até o momento não é possível saber o número exato de habitantes do arraial; no entanto, através de um estudo analítico realizado nos números de batizados, matrimônios e óbitos dessa localidade, supõe-se que entre as décadas de 1730 e 1790, a população jaraguense chegava a cerca de 980 habitantes entre brancos, caboclos e negros.⁽²⁶⁾

Uma outra característica que serviu de base ao desenvolvimento do arraial foi sua localização geográfica. Situado a oeste de Vila Boa, configurou-se como entreposto para viajantes, mascates e tropeiros vindos de Minas Gerais, São Paulo, Bahia, fortalecendo assim o seu comércio com outras regiões, como informa Saint-Hilaire considerando que o mesmo era um “exportador de bens de consumo para algumas povoações vizinhas como Meia-Ponte, Vila Boa”.⁽²⁷⁾

Sendo assim, apesar de não existirem dados suficientes para comprovar a extensão do comércio jaraguense, pode-se supor que o comércio existente em Jaraguá favoreceu bastante ao desenvolvimento econômico da região, dando condição a uma estruturação sócio-econômica que

lhe deu base para tornar-se centro de colonização em fins do século XVIII e início do século XIX, recebendo vários migrantes de outras regiões da Capitania.

Neste ponto de nosso trabalho alguns poderiam perguntar: e a agricultura? Como se estabeleceu na localidade, pois não existem dúvidas, como já colocado, de que o ouro foi o princípio norteador do povoamento da Capitania de Goiás e conseqüentemente de Jaraguá.

Sobre a agricultura, as fontes históricas apontam sua presença desde os primórdios na fazenda de São Januário, localizada na estrada de Jaraguá para Vila Boa. Conforme Souza, essa propriedade “produzia em pequenas e médias unidades de produção de açúcar, de aguardente, ou ambas; as atividades agropastoris e por vezes mineratórias com mão-de-obra escrava”.(28)

Apesar de o primeiro requerimento de Sesmarias do arraial aparecer somente em 1755, é possível dizer que o engenho de São Januário serviu de base fornecedora de alimentos para sua população e também como lugar de pouso e entreposto dos comerciantes, cujo destino era Vila Boa, centro administrativo da Capitania de Goiás. Dessa forma, a agricultura é tida como um dos elementos que proporcionaram o desenvolvimento comercial e econômico, não só de Jaraguá, mas de toda a região do rio das Almas.(29)

QUADRO I

RELAÇÃO DOS COLONIZADORES DO ARRAIAL DO CÔRREGO DE JARAGUÁ -
SÉCULO XVIII

Proprietários	Data	Propriedades	Local
Fernando Bicudo de Andrade	1742	Escravos/Minas	Jaraguá
Antônio Nunes de Oliveira	1745	Escravos	Raizama
José de Alandes dos Santos	1745	Escravos/Terras	Jaraguá
Miguel de Oliveira	1746	Escravos/Minas	Jaraguá
Ignacio Lopes de Guimarães	1746	Escravos/Minas	Jaraguá
Manoel Gebaldo da Silva	1747	Escravos/Terras	Jaraguá
Antônio de Almeida Varzei	1742	Escravos/Terras	Jaraguá
Rodrigo Bicudo de Andrade	1747	Escravos/Minas	Jaraguá
Fleury de Andrade de Oliveira	1747	Escravos/Minas	Sto Antônio
Antônio da Silva Valença	1755	Escravos/Terras	Jaraguá
Mathias Soares de Bulhões	1765	Escravos/Minas	Jaraguá
Francisco Soares de Bulhões	1765	Escravos/Terras	Rio Pary
Manoel de Barros Braga	1765	Escravos/Terras	Jaraguá
Urbano do Couto Menezes	1748	Escravos/Minas	Jaraguá
José Paulino da Silva	-----	Escravos/Terras	Jaraguá
Antônio de Almeida P. Filho	1758	Escravos/Terras/Minas	Jaraguá
Gregório Pereira Farinha	1752	Escravos/Terras	Jaraguá
José Lopes Ferreira ou Ferrás	1754	Escravos/Terras	Jaraguá
Panteleão Pedroso Bonfant	1759	Escravos/Terras/Minas	Lagoinha
Inocência Soares de Montalvão	1759	Escravos/Terras/Minas	Jaraguá
Domingos Vieira da Cunha	1760	Escravos/Terras	Jaraguá
Miguel de Oliveira Couto Galvão	1765	Escravos/Minas	Mina/Galvão
Luiz Alves de Amorim	1768	Escravos/Minas	Rio/Pedras
Batista José da Rocha	1742	Escravos/Terras/Minas	São Januário
João Batista da Rocha	1742	Escravos/Terras/Minas	São Januário
Manoel Pereira Botelho	1770	Escravos/Terras/Minas	Jaraguá
Fabiano José Teixeira	----	Escravos/Terras/Minas	Jaraguá
Antônio Lopes Martinho	----	Escravos/Terras/Minas	Jaraguá

Fontes: Livro de Batizados de Meia Ponte 1734-1749. Arquivo Histórico Estadual - caixa de Sesmarias números 2, 3 e 4.

QUADRO II

RELAÇÃO DOS SESMEIROS DA REGIÃO DO CÓRREGO DE JARAGUÁ SÉCULO-XVIII

N.º de Ordem	Proprietários
1	Agostinho Frões
2	Antônio da Silva Valença
3	Antônio da Costa Marques
4	Antônio de Almeida Paes
5	Antônio Gomes de Almeida
6	Antônio Cabral Teixeira
7	Baptista José da Rocha
8	Belchior da Silva
9	Caetano Alves da Silva
10	Domingos Martins
11	Francisco Campos
12	Francisco Gonçalves Aguiar
13	Francisco Ribeiro de Araujo
14	Francisco Soares de Bulhões
15	Francisco Soares de Barros
16	Ignácio Torres
17	Inácio de Almeida Paes
18	João Ribeiro
19	José Francisco Raimundo
20	José Lopes
21	José Pereira de Padilha
22	Manoel Francisco (Padre)
23	Manoel Martins Galo
24	Suzana Pereira

Fonte: SOUZA, Margareth de Lourdes. *Arqueologia Histórica Aplicada ao Reconhecimento de uma Fazenda Colonial*. São Paulo, USP, Dissertação de Mestrado, 1997, p-89.

1.3-A Transição da Economia Mineradora para a Economia Agro-Pastoril

Ao estudar Goiás do século XVIII, Palacin mostra que a economia mineradora foi uns dos "poucos fenômenos históricos que aparecem na história moderna com o dinamismo populacional [...]. Dando lugar, em pequeno lapso de tempo, a modificações profundas em todos os aspectos do desenvolvimento nacional."⁽³⁰⁾ Porém, esse fenômeno assistido no Brasil, principalmente em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, no decorrer do "século do ouro", também ocorreu em outros locais como: África do Sul, Alaska, Califórnia e Austrália.

É sabido, através da historiografia que a economia mineradora do Brasil Central foi resultado da política portuguesa, que se orientava para novos elementos no sentido de estimular a ocupação territorial e revitalizar sua economia em crise, devido à concorrência do açúcar no mercado internacional. A expansão da colonização de Portugal nessa região, sob o impulso da economia mineradora, inicia com o descoberto de Minas Gerais, no ano de 1690, já em 1719 no Mato Grosso. Finalmente, quando as minas dessas localidades estavam em seu apogeu, Bartolomeu Bueno da Silva, o "Anhaguera", acompanhado de João Leite da Silva Hortiz, Domingos Rodrigues do Prado e outros integrantes da Bandeira (que aproximava 500 participantes) descobriram as minas de Goyaz.⁽³¹⁾

Como dito, com relação à produção de ouro em Jaraguá, não há registros que revelem a quantidade do mineral extraído. O que se nota, apesar da escassez de informações, é que o local esteve entre os principais produtores de ouro da capitania; se não o fosse, personalidades como: Urbano do Couto e Francisco Soares de Bulhões, que organizaram a última bandeira com o

objetivo de exploração aurífera em Goiás, na década de 1770, não teriam fixado residência nesse local.⁽³²⁾

A economia mineradora em Goiás revela, através dos registros, que o processo de exploração passou por diversas fases de produção: o descobrimento, período de expansão febril, caracterizado de semi-anárquico; depois, “um breve mas brilhante período de apogeu, e, imediatamente quase sem transição, a súbita decadência, prolongada, às vezes, como uma lenta agonia”.⁽³³⁾

Na chamada fase de decadência, já no último quarto do século XVIII, Jaraguá transformara-se em centro das atenções na capitania; conforme se pode analisar foram realizadas diversas Bandeiras com o objetivo da exploração aurífera em seus territórios. Como enfatizado, no governo de Furtado de Mendonça, em Jaraguá foi organizada uma associação para esse objetivo, os irmãos Francisco Soares de Bulhões e Mathias Soares de Bulhões, juntamente com Urbano do Couto, em 1771, partiram em expedição nos arredores da capitania, onde descobriram diversas minas de ouro.

Em 1773, a segunda expedição organizada no arraial de Jaraguá parte para outras regiões e, segundo Castro, no intuito de encontrarem as jazidas auríferas no rio Rico, por onde passou Urbano do Couto, “quando atravessou o rio São Marcos. Caminharam pelas terras domiciliares dos Kayapó encontrando quatrocentos jirais que serviam de cama. A expedição foi mal sucedida e Bulhões dessa vez ficou completamente arruinado.”⁽³⁴⁾

Nesse período o governador D. José de Vasconcelos (1772 e 1778), com vontade de animar a busca de ouro, sentiu o processo de decadência em toda a capitania, como se verifica em suas palavras, “desânimo e pobreza, por toda parte notou que o serviço de lavras, em razão dos pequenos jornais e da falta de braços, estava tão reduzido que só um soberano esforço poderia fazê-lo voltar ao antigo esplendor.”⁽³⁵⁾

As fontes históricas desse período mostram que, desde de o último quartel do século XVIII, faz-se notar o processo de decadência do metal precioso. Em 1779, foi a primeira vez que imposto denominado de quinto não atingiu 225 quilos. No final da década de oitenta, o imposto pago foi apenas 125 quilos. No final do “século do ouro”, a produção, como se verifica, não chegou a 90 quilos de ouro.

Esse processo continuado no primeiro quarto do século XIX, conforme Palacin, foi ainda mais drástico: o imposto denominado de quinto passou novamente por uma redução chegando a 10,033 oitavas em 1812, duas arrobas e meia. “Em 1820, às vésperas da independência, não chegava sequer a uma arroba; a mineração praticamente tinha desaparecido como atividade econômica significativa.”⁽³⁶⁾

Assim, estamos de acordo com Tiballi, que nos remete à idéia central de que a economia mineradora foi o principal estímulo para a formação do povoamento de Goiás; mas, na verdade, desde os tempos remotos, “a agricultura e a pecuária coexistiram com as atividades mineratórias ou mesmo com as plantagens, garantindo a sobrevivência da população na colônia.”⁽³⁷⁾

No caso de Jaraguá, é possível verificar esse processo, apesar de somente aparecer um requerimento de sesmarias já no meio do século XVIII. Entretanto, Militão e Souza colocam que, desde 1729, existe o engenho de São Januário que produzia juntamente com a extração de ouro, em médias e pequenas unidades de produção os seguintes produtos: o açúcar, a aguardente, o milho, o arroz, além de produtos agropastoris.⁽³⁸⁾

Saint Hilaire mostra que o arraial de Jaraguá, em 1819, encontrava-se contextualizado com a sociedade transitória de Goiás, a comunidade mantinha tanto a atividade de cata de ouro como a atividade agropastoril.

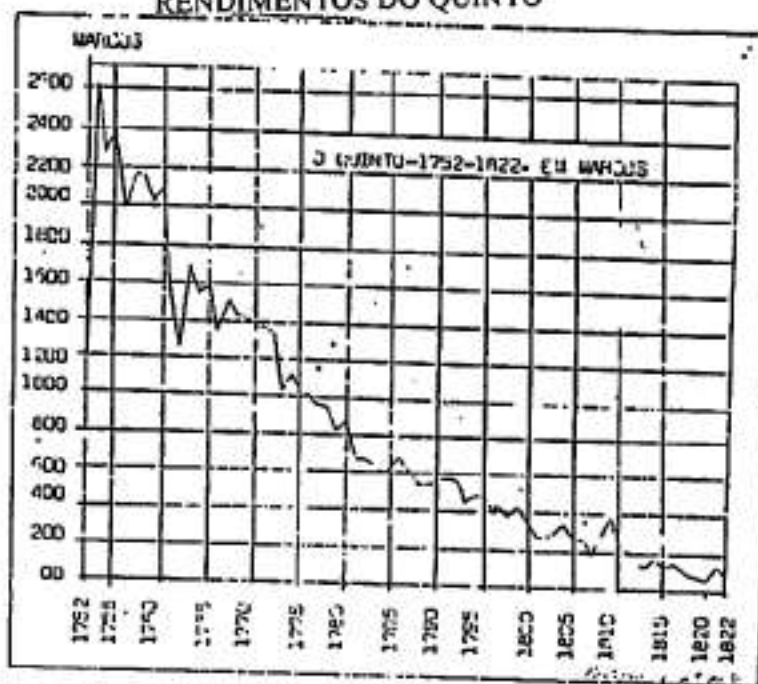
“Aqui as minas não estão inteiramente esgotadas (1819); contam-se umas quarenta pessoas, livres e escravas, que trabalham ainda na extração do ouro[...]. Agricultura ocupa também vários dos habitantes de Jaraguá; alguns

dentre eles se aplicam metodicamente em criar gado, e existem nos arredores dessa povoação, vários engenhos de açúcar de trinta a quarenta escravos, cujos produtos se vendem principalmente na capital".(39)

Dessa forma, o arraial de Jaraguá, segundo dados de 1804 e 1806, já tinha como atividade produtora principal as lavouras e as fazendas de criar que se faziam contar com o número de 320 sítios de lavouras, dando assim, bases para o desenvolvimento do povoamento que, segundo informações, era muito menos deserta do que a de Meia-Ponte. Conforme os livros de batizados, pode-se verificar que no povoado de Jaraguá existiam outras profissões não ligadas exclusivamente às minas de ouro tais como: a fiandeira, a tecedeira, o alfaiate, o seleiro, o pedreiro, o sapateiro, o carapina, o carpinteiro, o vendeiro, o jornaleiro, o militar, o tropeiro, o carreiro e além disso, os lavradores e criadores do gado vacum e cavalari bastante comuns na região do rio das Almas.(40)

QUADRO III

RENDIMENTOS DO QUINTO



Fonte: PALACIN, Luiz. *Crises 1722-1822. Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas*. Goiânia, Oriente, 1972, p-180.

Notas do Capítulo I

(1) Castro ao escrever sobre a sociedade colonial jaraguense afirmar que as "pesquisas arqueológicas em Goiás apontam indícios da existência humana, por volta de 12 mil anos, no Brasil Central." CASTRO, José Fabricio Soares de. A sociedade Colonial Jaraguense. Goiânia, Monografia, apresentada no Departamento de História, Geografia e Ciências Sociais, da UCG, 1998, p-31. Ver também Anuário de Divulgação Científica. Goiânia, Sudeco-Governo de Goiás. UCG - IGPA, 1976 e 1977, pp-7-11.

(2) Souza afirma que "*o local apresenta condições apropriadas para a ocupação do ambiente natural tais como: farta matéria prima para construção; vegetação de médio porte para a extração de madeira; água potável de boa qualidade, oriundas das fontes das encostas da serra; rios e córregos perenes; solos de boa fertilidade para a prática agrícola, localizados no baixo terraço do Rio Pari.*" SOUZA, Margareth de Lourdes. Arqueologia Histórica Aplicada ao Reconhecimento de uma Fazenda Colonial. São Paulo, USP, Dissertação de Mestrado, 1995, pp-99-100.

(3) Gomes, afirma que existe um sítio arqueológico que "consta de uma gravura, que é um sulco com representação de figuras humanas, simples, estilizadas, com figuras femininas". GOMES, Horieste. Antônio Teixeira Neto. Geografia. Goiás e Tocantins. Goiânia, UFG, CEGRAF, 1993, p-48. CASTRO, José Fabricio Soares de. Op. Cit., p-31. Anuário de Divulgação Científica. Goiânia, Sudeco-Governo de Goiás. Universidade Católica de Goiás - IGPA, 1976 e 1977, p-64.

(4) Ver BERTRAN, Paulo. História da Terra e do Homem no Planalto Central: Eco-História do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília, Fundação Pró-Memória, 1985. Pedroso, afirma que "em 1760, o governador da Capitania de Goiás, João Manoel de Mello, escreve para Portugal informando que os mineiros e roceiros de vários arraiais, entre eles Meia Ponte, sofrem contínuos prejuízos pelos índios Kayapó." PEDROSO, Dulce Madalena Rios cita - SUBSÍDIOS para a história da Capitania de Goyaz, 1756-1806. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, IHGB, tomo 84, p-62.

(5) Castro informa que Pedroso como representante da "Associação dos Defensores do Patrimônio de Jaraguá - ADHCJ - da qual faz parte - e a Universidade Católica de Goiás estão direcionando ações para viabilizar a aquisição dessa preciosa coleção para a comunidade jaraguense." CASTRO, José Fabricio Soares de. Op. Cit., p-34.

(6) Na historiografia goiana diversos são os autores que demonstram com toda a segurança a questão sobre a fundação dos Arraiais em Goiás. Ver CUNHA MATTOS. José

Raimundo da. Chorografia Histórica da Província de Goyaz. Goiânia, SUDECO/Governo de Goiás, 1979. PALACIN, TIBALLI, Elianda. A Expansão do Povoamento em Goiás, século XIX. Dissertação de Mestrado, Goiânia, UFG, 1991. PALACIN, Luiz. Estrutura e Conjuntura Numa Capitania de Minas. Goiânia, Departamento de Cultura, SEC, 1979, pp-29-31.

(7) Horieste GOMES, Antônio Teixeira NETO. Op. Cit., p- 67.

(8) Sobre a fundação do Arraial do Córrego de Jaraguá existem diversas hipóteses levantada por vários autores como: Joaquim Militão, cidadão jaraguense muito dedicado à vida da cidade, músico, político, foi vereador por várias vezes e escritor, conhece bem os arquivos de Goiás e tem diversos textos, onde escreve sustentando que no Engenho de São Januário *"desde de 1729, já era conhecido do outro lado da serra, um homem que se chama Manoel Rodrigues Tomar; ele tinha ali uma casa de morada, uma roça, criava alguns animais e garimpava ouro de um córrego que tinha nome e que todo fim de mês ele ia a vila de Meia- Ponte para confessar e comungar, vender ouro e outras coisas."* Desse modo, Joaquim Militão afirma que a origem do município está enraizado nesse local que fica na estrada de Vila Boa. MILITÃO, Joaquim. Pequena História de Jaraguá. Jaraguá, 1970, mimeografado.

(9) Outro autor que traz informações sobre a fundação do Arraial do Córrego de Jaraguá, é Zoroastro Artiaga, que diz: *"Anhaguera mandou Manoel Dias da Silva, fundador de Santa Cruz, com a missão de pacificar Meia Ponte, mas, de tal maneira estavam exaltados os ânimos, que Manoel Dias saiu debaixo de vaias da população chefiada por Rodrigues Tomar. Este foi processado pelo Ouvidor Geral, Gregório Dias da Silva, sendo obrigado a assinar um termo de bem viver e a sair do arraial, onde nunca mais deveria voltar. Saiu para Jaraguá, onde achou ouro; e em 1731, levantou muitos ranchos e dirigiu-se para o Norte. De 1732 a 1737, criou novos núcleos de mineração, a saber: Crixas, Trairas, Niquelândia, Agua Quente e outros."* Portanto, para esse autor o descobrimento de Jaraguá deu-se em 1731. ARTIAGA, Zoroastro. Geografia Econômica e Descritiva do Estado de Goiás. Goiânia, Tomo I, Tipologia Triângulo, 1951, p - 68.

(10) Segundo Silva e Souza, o Arraial do Córrego de Jaraguá, tem duas igrejas e muito populoso, sua fundação data de 1737, por negros faiscadores. SILVA E SOUZA, Luis A. da. O Descobrimento da Capitania de Goyaz: Governo, Populações e coisas mais notáveis (1812) In. TELES, José Mendonça. Vida e Obra de Silva e Souza, Goiânia, Oriente, 1978, pp-118 - 119.

(11) Cunha Mattos, afirma que o Arraial de Jaraguá localizado desde de 1737, em terreno desigual e seu nome significa "Montes Grandes", e dista de Meia Ponte, cerca de sete léguas e dezenove de Vila Boa. CUNHA MATTOS, Raimundo José da. Op. Cit., pp-34-35.

(12) Diversos autores discutem a possibilidade da população jaraguense ter suas origens ligadas diretamente aos negros fugitivos e práticos na cata de ouro. Silva e Souza afirma, que Jaraguá, foi descoberto por negros faiscadores, em 1736. SILVA E SOUZA. Luis A. Op. Cit., p - 147. Almeida afirma que a população deste município, teve início com os exploradores clandestinos, isto é, "por negros faiscadores que as escondidas garimpavam ouro em abundância." ALMEIDA, Nelly Alves de. Jaraguá - História e Memória. Conferência pronunciada em 18 de julho de 1982, no Auditório do Palácio do Sol, Jaraguá, 1982, p- 8.

Castro ao verificar os arquivos de batizados da primeira metade do século XVIII, afirma que existiram nessa localidade diferentes etnias africanas como: Nagô, Congo, Cabinda, Angola. E mostra que "possivelmente Minas e Nagô eram os escravos já práticos em socavações que descobriram o arraial do Córrego de Jaraguá." CASTRO, José Fabricio Soares de. Op. Cit., p- 39.

(13) Ver SILVEIRA, Francisco Bueno da. Grande Dicionário 1º Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa 2º Vocábulos, Expressões da Língua Geral e Científica-Sinônimos Contribuições do Tupi - Guarani, 4º volume G.K., ed. Brasiliana Limitada, Santos S/P. 1974, p- 2024. Ver também GARCIA, Hamilcar e outros. Grande Dicionário Enciclopédico Novo Brasil, Ilustrado, ed. Especial, volume III, 1979, p-870.

(14) FERREIRA, Jurandir Pereira. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Volume n.º 36, pp-255-259. Pedrosa, Mestre pela UFG, coordenadora do projeto "Memória e Patrimônio - uma proposta de estudo sobre Jaraguá;" afirma, que "*segundo estudiosos dos grupos indígenas de Goiás, tais índios denominados de Jaguaras nunca existiram. O grupo indígena que possivelmente possuíam aldeias nessa região, por ocasião da colonização do Brasil Central, seria os Kayapó.*" PEDROSO, Dulce Madalena Rios. Jaraguá : A Formação : De Um Povoado. Mimeografado, s/p.

(15) CUNHA MATTOS, Raimundo José da. Op. Cit., p - 38.

(16) SAINT HILAIRE, Auguste. Viagem à Província de Goiás. B.H. Itatiaia, São Paulo, EDUSP, 1975, p - 43.

(17) HOLANDA, Aurélio Buarque de e Editores. Dicionário da Língua Portuguesa. Ed. Nova Fronteira S/A, Rio de Janeiro, p- 797.

(18) EMCIDEC (Empresa Estadual de Ciência Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Social). Com o objetivo de sistematizar dados e fatos sobre a história, a cultura, o patrimônio e o desenvolvimento de Jaraguá foi realizado por uma equipe formada pelos seguintes intelectuais: Antônio José Porto Bandeira (economista), Délio Moreira de Araujo (sociólogo), Luzemar Martins Andrade (letras), Lourdes Batista de Paula (Geógrafa), Marcelo Eurico de Souza (economista), Maria Diva Araujo C. Vaz (arquiteta), Maria Helóisa Veloso e Zárte (arquiteta) e Maria Luiza Marques (engenheira) diversos estudos sobre o Município de Jaraguá. Contendo três volumes. Volume I - Por Uma História de Jaraguá. Volume II - Inventário do Patrimônio Cultural e Identificação Turística e Cultural. Volume III - Legislação de Proteção do Patrimônio Cultural. EMCIDEC/DADM, Volume I, Por Uma História de Jaraguá. Sec. do Governo de Goiás, 1992, s/p.

(19) CASTRO, José Fabricio Soares de. Op. Cit., p-6.

(20) Idem, pp-6-7.

(21) Sobre Manoel Rodrigues Tomar, afirmam-se que este fez parte da Bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva (Anhangüera II), foi companheiro de Urbano do Couto e fundador de vários arraiais, principalmente ao norte de Goiás. Segundo Artiaga, Manoel Rodrigues Tomar, entrou numa confusão em Meia Ponte com Manoel Dias, "e foi processado pelo Ouvidor Geral,

Gregório Dias da Silva, sendo obrigado a assinar um termo de bem viver e a sair do arraial, onde nunca mais deveria voltar. Saiu para Jaraguá, onde achou ouro; e em 1731, levantou muitos ranchos e dirigiu - se para o Norte. De 1732 a 1737 criou novos núcleos de mineração a saber: Crixas, Trairas, Niquelândia, Água Quente e outros.” ARTIAGA, Zoroastro. Op. Cit., p - 68.

(22) PEDROSO, Dulce Madalena Rios. Op. Cit., s/p.

(23) Idem, s/p.

(24) FONSECA E SILVA, C. José Trindade. Lugares e Pessoas. Subsídios eclesiásticos para a historia de Goiás. 1º volume. Ed. Nacional, Goiânia, 194, p-74-76.

(25) CASTRO, José Fabricio Soares de. Op. Cit., p-14.

(26) Ver, EMCIDEC/DADM. *“É difícil presumir a população residente no arraial na Segunda metade do século XVIII, já que as memórias escritas muitas vezes são contraditórias e inexístiam censos, mas a julgar pela quantidade de lotes neste núcleo original (subtraindo de um percentual de desmembramento evidentes), chega-se a uma população pouco inferior a 1000 habitantes”.* EMCIDEC/DADM. Por uma História de Jaraguá. Volume I, 1987, s/p. Sobre a questão, Joaquim Militão, diz que a população de Jaraguá no século XVIII, chegou a casa dos mil habitantes, mas utiliza com referencial os números de batizados e obtos realizados em dezoito (18) anos, registrados pelo padre Antônio Vieira, tendo como base o “Livro I A e LAB.T com abertura; em 15 de dezembro de 1742. Servirá este livro na Capela de São José e de Nossa Senhora da Penha do Córrego de Jaraguá, filial da Paróquia de Meia Ponte”. Ainda diz que, nesse período foram batizados em Jaraguá pelos padres Antonio Vieira e Manoel da Silva cerca de 607, e os falecidos sepultados foram 415 pessoas, s/p. MILITÃO, Joaquim. Op. Cit., s/p.

(27) SAINT- HILAIRE, Auguste de. Op. Cit., p-44.

(28) SOUZA, Margareth de Loudes. Op. Cit., p-88.

(29) Idem, pp-90-91.

(30) PALACIN, Luiz. Op. Cit., p-13.

(31) Ver BERTRAN, Paulo. Formação Econômica de Goiás Goiânia, Oriente, 1978. Ver também CHAIM, Marivone Matos. A Sociedade Colonial Goiana. Oriente, Goiânia, 1978. PALACIN, Luiz. Op. Cit., pp-13-16.

(32) Livros de batizados de Meia Ponte e Jaraguá do século XVIII. Arquivo da Igreja de Nossa Senhora da Penha de Jaraguá, encontrados também no Arquivo Histórico da Sociedade Goiana de Cultura - UCG e no Arquivo particular de Ramir Curado, em Corumbá GO. observação: as paginas não localizadas.

(33) PALACIN, Luiz. Op. Cit., pp-137 - 142.

(34) CASTRO, José Fabricio Soares de. UCG, HGS, Goiânia, 1998. Pp. 17.

(35) ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Anais da Província de Goiás, Goiânia, Fac-similar, SUDECO/Governo de Goiás, 1979, p-193.

(36) PALACIN, Luiz. Op. Cit., 1972, p-13.

(37) Para uma análise completa do processo de crise do sistema colonial ver NOVAES, Fernando. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1804). São Paulo, Hucitec, 1979. Ver também SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. Economia e Escravidão em Goiás Colonial. Goiânia, UFG, Coleção de Teses Universitárias, 1983. TIBALLI, Eliane Figueiredo Arantes. A expansão do povoamento em Goiás no século XIX. Dissertação de Mestrado, UFG, 1991, p-109.

(38) SOUZA, Margareth de Loudes. Op. Cit., p-88. MILITÃO, Joaquim. Op. Cit., s/p.

(39) SAINT HILAIRE, Auguste de. Op. Cit., pp-53-54.

(40) Livros de Batizados do Arquivo de Nossa Senhora da Penha de 1734-1748, 1755- 1764, e outros. Arquivo da Igreja de Nossa Senhora da Penha de Jaraguá, encontrados também no Arquivo Histórico da Sociedade Goiana de Cultura - UCG e no Arquivo particular de Ramir Curado, em Corumbá GO. observação: as paginas não localizadas.

CAPÍTULO II

2- OS ASPECTOS DE UMA SOCIEDADE TRADICIONAL

2.1- A Consolidação do Município de Jaraguá

Nosso objetivo, neste capítulo, é analisar os diversos aspectos sócio-econômicos e culturais que se estabeleceram no Município de Jaraguá, consolidando-se através de relações de produção bastante definidas, que perduraram durante um período de quase dois séculos. Como outros municípios goianos originários da mineração, guarda uma fisionomia representada por “uma praça no centro, com uma igreja, denominada Matriz, para onde convergiam as ruas geralmente tortuosas por causa do relevo acidentado.”⁽¹⁾ Os processos de estruturação da sociedade são muito parecidos, pois a presença de movimentos que caracterizam mudanças sociais em suas conjunturas só serão vistos, em suas relações e base material correspondente, à medida em que o avanço do sistema de produção capitalista, vai incorporando seus territórios ao mercado nacional.

Antes de entrarmos na discussão de como ocorreu a consolidação do município de Jaraguá, cuja origem está localizada, como já esclarecido, e ligada ao principal elemento norteador do povoamento de Goiás, a mineração, - é necessário, esclarecer que existem, no contexto da historiografia, dois modelos de interpretações para esse período.

A primeira tendência teórica entende a história desse período como uma fase onde a Província de Goiás atravessou uma situação de isolamento, de pobreza, de atraso e, devido a essa condição, não alcançou grande expressão política com o restante do país. Campos é um dos principais representantes dessa tendência e coloca que Goiás devido a situação de pobreza, de atraso e de isolamento em que se encontrava, "foi politicamente inexpressivo na configuração do poder nacional. E esta inexpressão vai proporcionar, em última análise, condição de autogestão da política e da administração pública."⁽²⁾

Outro que comunga das mesmas idéias é Borges, que ao analisar a implantação da estrada de ferro em Goiás no final do século XIX, afirmou que, os coronéis da cidade de Goiás, colocaram-se contrários "a qualquer tipo de mudança de caráter progressista, não tinham interesse no empreendimento. A Estrada poderia acelerar as mudanças estruturais e despertar forças de transformação ameaçando o status quo político oligárquico no Estado."⁽³⁾

Por outro lado, existe uma tendência que contesta esta visão, propondo uma nova interpretação histórica para o período em questão.

Chaul tecendo algumas considerações ao estudar Goiás remete-nos a novos argumentos sobre o assunto mostrando outra face da história do período. Primeiro argumenta sobre, o isolamento, afirmando que,

"não é difícil perceber, no entanto, que, se comparada aos índices econômicos apresentados no final do período da mineração, paulatinamente, a

pecuária apresenta um crescimento de tal ordem que, no mínimo, possibilita a Goiás sair do isolamento econômico em que se encontrava e estabelecer as bases estruturais para o crescimento e posterior ascensão da agricultura, através dos trilhos da estrada de ferro.”(4)

O segundo argumento do autor está relacionado com a introdução de Goiás na política nacional, nesse contexto Chaul diz: que, a representação política do Estado de Goiás referente ao país não era desprezível, “considerando que um político local - Bulhões - ocupou por duas vezes o Ministério da Fazenda, além de grande projeção nacional de seu nome e, conseqüentemente, do Estado”.(5)

A terceira questão, é sobre a problemática do social. O professor Chaul, assinala que, ocorria um sensível crescimento da população urbana e uma “lenta formação de profissionais liberais, que passaram a nutrir o Estado de idéias e ideais reformadores e a desenvolver a necessidade de transformações na política e na economia regionais”.(6) E conclui, seu estudo apresentando a questão do atraso como uma construção realizada a partir dos europeus que visitaram Goiás nesse período e no instante seguinte, com idéias que também tiveram uma utilização de cunho político contra seus adversários opositores.

Portanto estas são as visões da história de Goiás na qual a cidade de Jaraguá está incluída como um relevante município que teve sua origem no decorrer da economia mineradora e se consolida a partir da economia agropastoril. Como coloca Bertran: ainda no princípio do século XIX, era comum a garimpagem, e a cidade era intensamente povoada. Porém, assim como Meia Ponte e Corumbá, vilas “sobrepostas ao cruzamento viário de Goiás da época, já assistia em Jaraguá sua conversão à economia agro-pecuária.”(7)

O processo de transição da economia mineradora para a economia agropastoril possibilitou a reorganização das forças produtivas locais, ocorrendo um deslocamento natural das

populações ocupadas nos veios e aluviões para as localidades rurais, isto é, para os estabelecimentos de lavouras e criações de gado, dando uma nova configuração ao território goiano, possibilitando, uma debandada da população para os sítios e lavouras. Acontecido isso, por toda as regiões goianas no decorrer da primeira metade do século XIX, “encontram-se carcaças de antigas povoações mineiras outrora cheias de vida, o capim cresce nas ruas, a maior parte das casas abandonadas por seus habitantes.”(8)

Entretanto, a partir de pesquisas e do contato com alguns dos viajantes do século XIX, pude verificar que esse processo não foi igual em toda a capitania. Ao analisarmos o mapa administrativo de 1804, referente à situação do povoamento da Capitania de Goiás iremos ver que o arraial do Córrego de Jaraguá estava entre os mais movimentados. (Ver Mapa II) Apesar de tal afirmação, Saint-Hilaire assegura que, durante sua passagem no arraial em 1819, “Jaraguá me pareceu quase tão grande como Meia Ponte, mas suas ruas são menos regulares e suas casas menos bonitas, e não se vêem lá mais de duas igrejas.”(9)

Na tentativa de mostrar que Jaraguá aproveitou-se da nova conjuntura econômica baseada nas fazendas de gado e na agricultura distribuídas de norte a sul e de leste a oeste do seu território. Resgatamos Pohl, outro viajante que esteve no arraial em 1819, e que deixou a seguinte impressão: que os habitantes da localidade sobreviviam com o cultivo de gêneros alimentícios, ganhando o sustento com a criação de gado e o cultivo dos tradicionais frutos da terra. Ainda revela que durante sua estada no arraial nem ele e nem seus animais sofreram necessidades por falta de alimentos.(10)

Pohl ainda confirma a hipótese de que o arraial de Jaraguá era um local de entreposto comercial, isto é, de intenso trânsito de pessoas (boiadeiros, tropeiros, mascates, comerciantes e outros). O autor demonstra, quando de passagem nos arredores do núcleo urbano, que diversos

ciganos provenientes do Egito se encontravam em seus territórios, mais precisamente nas proximidades da fazenda Goiabeira, sendo que estes eram de cor amarelo - face escura, cabelos escorridos e por sua aparência, “de longe podiam ser reconhecidos. Os homens em número de cinco, estavam armados de espingardas; as mulheres, três delas com filhos, vestiam andrajos que só aqui e ali lhes cobriam nudez.”⁽¹¹⁾ No final de sua exposição sobre os ciganos, o autor deixa transparecer a sua visão de europeu, quando afirma que alguns desses ciganos possuíam cavalos e burros para suas despesas; mas que possivelmente os animais seriam roubados, sem apresentar qualquer tipo de prova.

Em 1825, D’Alimcourt, constata que a segurança do núcleo urbano de Jaraguá era bastante reforçada. Havia na localidade uma força militar que constatava de uma companhia de cavalaria, duas de infantaria e uma de ordenança. Além disso o viajante mostra que Jaraguá “está na Latitude Austral de 15 graus e 53 minutos, e longitude 47 graus e 51 minutos de Greenwich [...] em local desafogado.”⁽¹²⁾

Em 1828, outro viajante que passou pelo arraial e nos informa sobre a situação do núcleo urbano de Jaraguá no contexto da sociedade goiana é Burchel. Em suas afirmações além de demonstrar a primeira imagem do povoado de Jaraguá através de uma fotografia da antiga igreja de Nossa Senhora da Penha e da praça central (Ver Foto I) afirma que o arraial tinha sido transformado em centro receptor de migrantes. Sendo assim, o arraial na opinião do autor, no final do século XVIII e início do século XIX, tornou-se centro colonizador de Goiás, criando com isso condições para que diversas famílias se estabelecessem no arraial dentre elas: Ribeiro de Freitas, Álvares da Silva, Rodrigues Fraga e outras.⁽¹³⁾

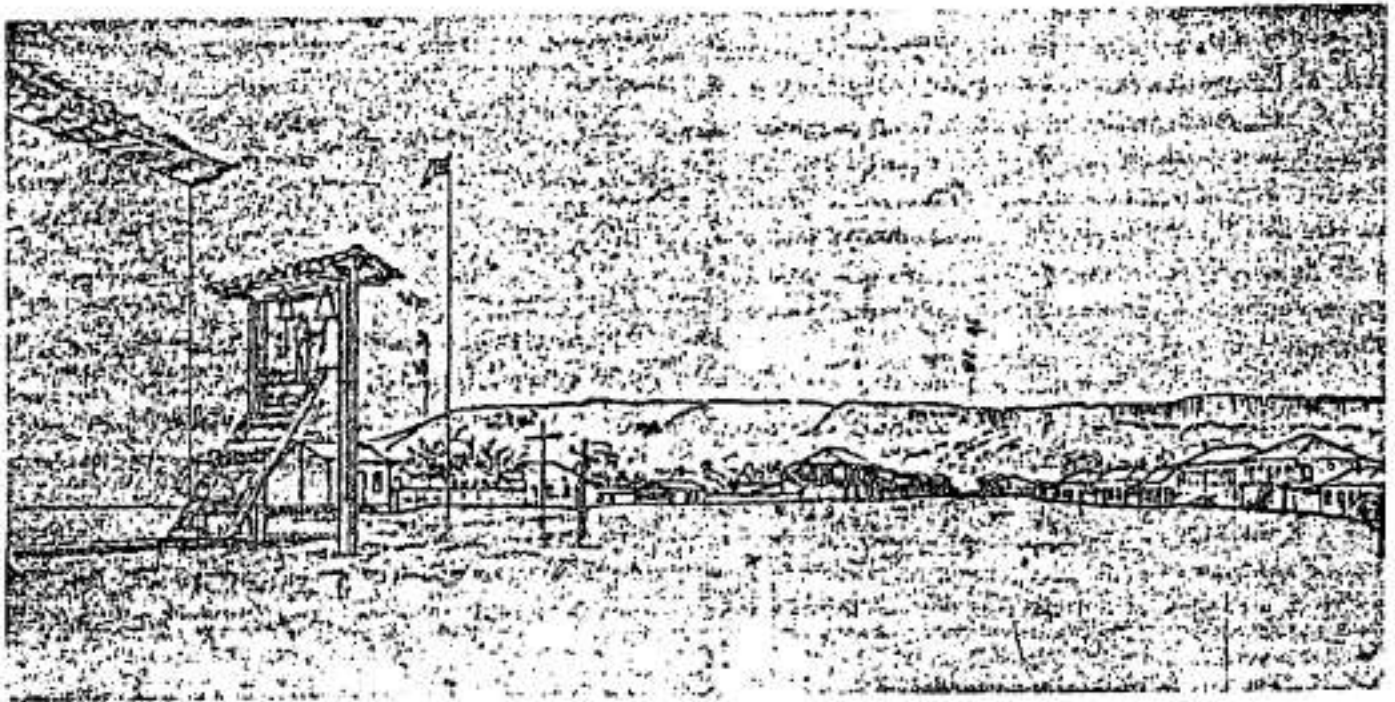
Confirmando as colocações de Burchel, os dizeres de Francis mostra que Jaraguá estava entre os núcleos habitacionais mais desenvolvidos da Província de Goiás, a exemplo: de Meia

Ponte (Pirenópolis), Santa Luzia (Luziania), Porto Real (Porto Nacional), por ser entreposto comercial. Durante os séculos XVIII e XIX, diversas são as estradas cujos trajetos passavam por Jaraguá, como se pode ver: Rio de Janeiro - Vila Boa, São Paulo - Vila Boa, Bahia - Vila Boa. Assim, mesmo dentro de uma economia de subsistência havia algumas características de desenvolvimento, tanto é verdade que o arraial de Jaraguá aproveitando-se de uma conjuntura favorável, acabou por se transformar, juntamente com outros arraiais do período, em categoria de vila: Pilar e Cavalcante (1831), Meia Ponte (1832), Jaraguá, Natividade, Bonfim, Catalão e São José do Tocantins (1833).⁽¹⁴⁾

Assim, podemos supor através dos registros feitos pelos viajantes que estiveram no arraial no início do século XIX, que em seu núcleo urbano se evidenciam algum investimento modesto, no entanto, bastante representativo diante da ruralização da província e da derrocada de vários núcleos populacionais. Em Jaraguá, constatava-se a praça da Igreja Matriz, abertura de novas ruas, construção de novas casas, comércio com diversas lojas e uma oficina de ferreiro. Tendo como destaque a Igreja de Nossa Senhora da Penha pelos seus cinco altares e o tratamento ornamental. "No arraial encontravam-se casas 'boas e asseadas' onde por vezes, com certeza mais abastadas, existiam mobiliário e utensílios ricamente trabalhados."⁽¹⁵⁾

FOTO 1

Primeira Imagem do Núcleo Urbano de Jaraguá



53. O Córrego do Jaraguá, atual Jaraguá, pertencia, ao tempo da "Notícia Geral", ao Julgado de Mela Ponte. Nascida com a mineração, experimentaria grande crescimento como centro de colonização agrícola do Mato Grosso goiano desde fins do século XVIII. (W. J. Burchell, detalhe, Agosto de 1828, desenho n° 206).

2.1.1- O Núcleo Urbano e a População

Na opinião de Coelho, somente os núcleos urbanos de Vila Boa, por ser centro administrativo; Meia Ponte por sua posição estratégica, e ainda outros como: Bonfim, Santa Cruz e Natividade conseguem sobreviver ao momento de transição da economia mineradora para a economia agropastoril. Entretanto contrariando esta afirmação pode-se dizer que no decorrer da primeira metade do século XIX, também Jaraguá participou ativamente do processo de desenvolvimento sócio-econômico e cultural de Goiás. Diversos são os dados referentes a esse momento que apresentam o arraial contextualizado ao desenvolvimento da Província, pois, em 1831, foi elevado à condição de Paróquia com a denominação de Nossa Senhora da Penha de Jaraguá, e foram implantados a Instrução Pública (Primeiras Letras); e o Termo Judicial.⁽¹⁶⁾

Nesse contexto, conforme Palacin, a sociedade de Goiás se apresentava com estratos sociais bastante definidos. Sua elite compunha-se de proprietários de minas, comerciantes ricos, altos funcionários do governo, fazendeiros, clero e militares. As camadas médias eram formadas por médios proprietários e comerciantes, fiscoeiros livres, profissionais especializados, como, ourives, sapateiros, barbeiros, alfaiates, marceneiros, vaqueiros, carreiros, pedreiros, feitores e canoieiros. Os pobres eram formados pelos aventureiros, negros forros, mulatos e indivíduos sem ocupação, "muitos transformados em mendigos, constituíam grande parte da população, somente suplantados em número pela maioria de escravos, que não eram considerados pessoas, mas mercadorias."⁽¹⁷⁾

Com relação a estratos sociais apresentados pela comunidade jaraguense, os viajantes e alguns documentos, demonstram que a maioria da população estava ocupada com a agricultura e com a pecuária. No entanto, verifica-se a existência de outras categorias de pessoas que nos possibilitam enquadrar a comunidade dentro da configuração exposta por Palacin, com a presença de comerciantes, funcionários, alfaiates, sapateiros, ferreiros, carpinteiros, ourives e outros.⁽¹⁸⁾

Silva e Souza e Cunha Mattos registravam no decorrer do segundo quarto do século XIX, “prosperidade” no arraial de Jaraguá ao apresentarem dados referentes ao núcleo urbano, demonstrando seu crescimento e o seu desenvolvimento o que favoreceu bastante para sua elevação à categoria de vila, em 1833, tornando-a, com a criação da Guarda Nacional na década de 1830 pelo Império, num centro militar. Segundo, os mesmos, acontecia constantemente uma cerimônia denominada de “Parada Geral”, concentrando as Companhias de Infantarias, os Regimentos de Cavalaria, os Henriques e as Ordenanças de Meia Ponte, Corumbá e Jaraguá que perfaziam um total de 1.224 militares. Desses, permaneciam na vila de Jaraguá quatro companhias, duas de Infantarias (4ª e 5ª) com 130 componentes e outras duas chamadas de (Henriques e Cavalaria) com 38 milicianos respectivamente, num total de 332 homens, e muitos deles conseqüentemente passaram a morar na vila juntamente com suas respectivas famílias, possibilitando com isso, um sensível aumento em sua população.⁽¹⁹⁾

Nesse contexto um documento de matrícula de vários militares, confirma a transformação de Jaraguá a partir de 1830, num centro militar. Pois em 21/12/1832, somente na vila de Jaraguá foram matriculados 295 homens para o serviço na Guarda Nacional.⁽²⁰⁾

Esses impactos resultantes da implantação da Guarda Nacional em Jaraguá também podem ser vistos, ao analisarem-se, os números de habitações construídas entre 1819 e 1840, de

onde podemos afirmar que Jaraguá, aproveitando-se de uma conjuntura favorável, possibilitou ao seu núcleo urbano sua primeira transformação. Segundo as primeiras informações disponíveis 1819, havia duzentos imóveis, enquanto que os dados referentes ao número de habitações de 1840, ou seja, após a implantação da Guarda Nacional na vila, demonstram que ocorreu um significativo aumento de casas no núcleo urbano de Jaraguá, alcançando o número de quinhentos e noventa e cinco habitações. Assim, a vila de Jaraguá enquadrava-se naquilo que Ana Lúcia da Silva chamou de formações rurais centradas na coerção policial, pois a milícia em Jaraguá somava nesse momento quase a metade de sua população total.⁽²¹⁾

Sobre o núcleo urbano de Jaraguá, outros dados relacionados com a questão são da segunda metade do século XIX, isto é, de 1872, quando a vila de Jaraguá, dez anos antes de ser elevado à categoria de cidade, contava com o número seiscentos e vinte e oito habitações. Assim, o aglomerado urbano passou por transformações desde o segundo quarto do século XIX, continuando até o último quarto, quando passa por um período de estabilidade, alterada apenas no segundo quarto do século XX (voltaremos a essa questão em item posterior).

Após sua elevação à categoria de vila, a comunidade de Jaraguá passou a contar com algumas instituições, que demonstram um princípio de organização político-administrativa como: a Coletoria, a Câmara Municipal e mais o Termo judicial que a partir da segunda metade do século XIX, foi transformado na Comarca do Rio das Almas com sede em Jaraguá.

A primeira instituição político-administrativa a servir à população foi a Câmara Municipal, fixada em lei provincial determinando sua organização na vila. A Câmara Municipal procurou se organizar, através de um quadro administrativo tendo como estrutura básica os seguintes cargos e despesas: a) um secretário, de ordenado e expediente; b) um fiscal de ordenado; c) um porteiro; d) um carcereiro, de ordenado; e) relativo às despesas; uma casa de

aluguel; f) despesas com juri e judiciária; g) despesas com obras, currais e calçamento de pedra; h) despesas com cofre e ferragens; i) condução e sustento de pobres; j) despesas com procurador; l) obras públicas (Lei n.º 9, de outubro de 1828). (22)

Segundo consta, as primeiras eleições municipais foram organizadas em 1833, ou seja, no mesmo ano em que o arraial foi elevado à categoria de vila. Foram eleitos pelo diminuto colégio eleitoral jaraguense formado por 45 votantes os seguintes componentes: a) Presidente, Antonio Borges de Carvalho; componentes, b) Francisco de Faria; c) José Alvares de Almeida; d) Gabriel Raymundo de Lima. Documento assinado pelo procurador da câmara Gabriel Raymundo de Lima, mostra que logo após seu estabelecimento buscou meios de realizar novas contratações para seu quadro. Em 1835, foi contratado um porteiro, o Sr. Florencio Baptista da Silva que passou a receber a quantia de 30#000 réis, e também foi solicitado junto a Assembleia Legislativa Provincial a contratação de um fiscal e de um secretário. (23)

Esse processo de organização administrativa da comunidade jaraguense conta também com a implantação da Coletoria, que apesar de suas limitações técnicas e organizacionais em todo o século XIX, conseguiu reunir meios para manter-se entronizada entre as principais, chegando em 1870 a ter a segunda maior despesa e como uma das que mais arrecadava na Província. (Ver Quadro IV) Entre 1836 a 1842, dando os primeiros passos enviou à Procuradoria da Fazenda a quantia de 1:533#196rs, incluindo impostos de Dizimo, Décima Urbana e outros. Favoreceu o surgimento de modestas obras públicas (currais públicos, pontes, melhoramentos nas estradas e calçamento das vias públicas do núcleo urbano), que passaram a dar melhores condições de vida ao povo de Jaraguá. (24)

Com relação à construção de obras públicas um fato merece destaque: a construção de uma cadeia, segundo o que consta em documentos, a vila por ser local movimentado (tropeiros,

boiadeiros e outros), era também local de bastante confusão e sua construção era de primordial importância para a comunidade. Contudo, as informações atestam que esta construção foi orçada já no ano de 1835, quando a Câmara Municipal enviou junto a Assembléia Legislativa Provincial um pedido, para a construção da cadeia, de 402#000rs. Por vários motivos, ainda em 1858, não tinha sido construída, porém o orçamento tinha sido acrescido em 793#200, totalizando 1:195#200rs. Os relatórios de 1848 e 1858 da Assembleia Legislativa Provincial e da Tesouraria das Rendas Provinciais de Goiás, mostram que a população da vila continuou se servindo de uma casa alugada como cadeia. E, pelas informações documentais, a cadeia somente foi construída na década de 1870, quando foi estabelecida a Comarca do Rio das Almas.(25)

Outro elemento de fundamental importância para o núcleo urbano de Jaraguá, foi o estabelecimento do Termo Judicial. Pode-se supor que a presença deste passou colaborar bastante para a diminuição da violência, muito comum em Jaraguá por ser uma vila, que servia de intercâmbio entre diversas localidades do Brasil e a Capital Vila Boa. São poucos os registros de prisões e julgamentos, como demonstram documentos da secretaria da Província de 1846, quando foram registrados, dois homicídios, dois ferimentos e uma lesão corporal, e de 1849 onde estão registrados somente três ferimentos físicos.(26)

Entretanto, verifica-se sua importância no final da década de 1860, quando foi transformada na Comarca do Rio das Almas, mostrando, que Jaraguá estava contextualizada com o desenvolvimento da Província de Goiás. Alguns documentos das décadas posteriores mostram que houve um certo período de instabilidade até a consolidação definitiva da Comarca do Rio das Almas, como pode ser verificado através da Resolução de N.º 575, de 21 de julho de 1877, quando o Presidente da Província Antero Cicero D'Assis transfere, esta Comarca para a Comarca do Rio Maranhão; mas no ano seguinte através de outra Resolução de N.º 598 de 5 de

novembro de 1878, reconstitui a Comarca do Rio das Almas. Sendo assim, a Comarca do Rio das Almas consegue sua concretização definitiva tendo como primeiro juiz o Bacharel Augusto Crespo, que respondia pelos termos de Jaraguá e Pilar, com sede judicial no primeiro povoado.

(27)

Desse modo, podemos sustentar a hipótese de que realmente Jaraguá sobreviveu à crise do período posterior à decadência da economia mineradora participando paulatinamente do processo de desenvolvimento de Goiás, ao contrário do que Coelho apresentou em seus escritos.⁽²⁸⁾

Por outro lado, nesse contexto de estruturação da sociedade no decorrer do século XIX, apesar de escassas as informações e por serem colocadas em dúvida, outro fator que demonstra a introdução do município no desenvolvimento de Goiás foi o relativo aumento de sua população entre 1819 a 1872.

Sobre a questão, Castro ao estudar a sociedade colonial jaraguense, informa que, sobre o número da população do município, o maior número de fontes históricas sobre sua população é do início do século XIX, sendo a maioria dela nesse período, “composta por negros escravos e mulatos (mestiços); porém, as fontes não informam a quantidade desses elementos humanos, bem como, não revelam dados concernentes à população branca do arraial.”⁽²⁹⁾

Os primeiros a se referirem sobre a população do município de Jaraguá, são Silva e Souza e D’Alincort, porém não apresentam dados numéricos sobre o arraial e se contradizem: o primeiro afirma ser a localidade bastante populosa e o segundo diz que o arraial era pequeno e sua população era diminuta.⁽³⁰⁾

A primeira tentativa de se estabelecer o número da população em Goiás foi através dos censos de 1804 e 1816, no entanto, nesse período, o arraial de Jaraguá pertencia ao julgado de

Meia Ponte, que era formado por Jaraguá, Rio do Peixe, Corumbá, Serra Negra, e Buriti Queimado. Em 1816, foi dado ao julgado de Meia Ponte o número de 6.133 habitantes, distribuído dessa forma: livres, 124 homens brancos casados, 462 solteiros, homens pardos casados 144 e solteiros 734, negros casados 57 e solteiros 248; mulheres brancas casadas 120, solteiras 562, pardas solteiras 796 e casadas 200, negras casadas 40 e solteiras 364; população escravas total de 2.282 sendo 1.356 homens e 926 mulheres. Sendo assim o censo de 1816, não mostra quantos habitantes existiam em Jaraguá até este momento.(31)

No final da segunda década do século XIX, Saint Hilaire, quando de sua viagem a Goiás, passando por Jaraguá afirmava, que o arraial contava com cerca de 2.000 habitantes e que o núcleo urbano tinha ruas regulares e casas menos bonitas em relação a Meia Ponte. Entre 1824 e 1831, outros dados demonstram que, no arraial foram batizadas 657 crianças, sendo a maioria negra, havendo alguns pertencentes às nações africanas.(32)

Entretanto, estas informações são colocadas em dúvida pelo governador Raimundo José da Cunha Mattos, que realizou em 1824, um censo, e neste é designado, para a população de Jaraguá o número de 800 habitantes, distribuídos da seguinte maneira: 698 pessoas livres e 150 escravos. Mas, algumas informações sobre o censo afirmam que foi contada somente a população que morava no núcleo urbano, não levando em conta a população do campo. No entanto, o que se pode verificar, sobre as informações de ambos, é que o número de habitações coincide sendo apresentadas 200 habitações para o núcleo urbano.(33)

Outros dados referentes à população, no decorrer da primeira metade do século XIX, são mais consistentes e registram um relativo desenvolvimento populacional para a vila. Em 1837, as estatísticas regionais da província fornecidas pela Secretaria da Província de Goiás, indicam que a população de Jaraguá era formada por 2.800 habitantes. Outros dados sobre o aumento dos

habitantes, nesse período, foram registrados pelo mesmo órgão, em 30 de abril de 1848, quando a população de Jaraguá apresentou o total de 3.591 habitantes, sendo 3.250 livres e 341 escravos.

Por outro, os dados referentes a população entre 1848 e 1858, demonstra um significativo aumento de seu efetivo populacional, considerado o maior em todo o século XIX. Até então, a população contava com 3.591 habitantes alcançando, em 1858, o número de 4.456 pessoas, assim distribuídas: livres 4.157 pessoas, escravas 299 pessoas, recebendo em acréscimo quase novecentos habitantes.⁽³⁴⁾

Entre 1858 e 1872, por algum motivo que não conseguimos detectar em nossas pesquisas, o aumento populacional não foi correspondente ao período anterior. Nesse período, houve um acréscimo nos habitantes de Jaraguá de apenas cento e oitenta e dois moradores, ou melhor, a população passou para 4.638 habitantes: 4.407 livres e 231 escravos. Sendo sua maioria de lavradores, num total de 2.784 que moravam na zona rural, mas dependiam da cidade para compra de sal, de tecidos, de calçados, de vestuários, de ferramentas etc., além dos serviços religiosos, da justiça e da polícia.

Com relação aos dados referentes a 1872, um documento apresenta indícios de como foi realizada a contagem da população do município de Jaraguá. Primeiro foram designados oito jaraguenses para a comissão, que dividiram o território em oito parcelas, deste modo foi destinado um responsável para cada bairro sendo: o primeiro Bairro, o da Vila, entregue a Benedicto José Joaquim; o segundo Bairro, o do Rio das Almas, dirigido a Joaquim Timotheo de Lima; o terceiro Bairro, chamado de Rio do Peixe, destinado a João Ignacio de Oliveira; o quarto Bairro, denominado de Sucuri, foi entregue a Gordiano Antônio do Espírito Santo; o quinto Bairro, foi uma parte do quarto chamado de Sucuri I que esteve sob a responsabilidade de Bendito Luiz de Faria; o sexto Bairro, também era uma parte do quarto denominado de Sucuri II

tendo como responsável João Evangelista Cardoso; o sétimo Bairro, denominado de Mato Grosso I destinado a João Ignacio de Oliveira Júnior; o último Bairro, chamado de Mato Grosso II, foi entregue a João Rodrigues de Moreas. Assim, foi realizado o censo de 1872, que obteve o resultado final, de 4.638.⁽³⁵⁾

Ao analisar-se o aumento da população jaraguense no período de 1819 a 1872, estamos de acordo com as afirmativas de Tiballi, que ao estudar o povoamento da Província de Goiás, no século XIX, mostra que ocorreu um aumento no processo de urbanização por volta de 1850, tendo como causa principal a consolidação da economia agropastoril, que trouxe em seu arcabouço uma corrente migratória que possibilitou o aumento no efetivo populacional e também no núcleo urbano de Jaraguá que contava com as seguintes ruas e largos: Rua Soledade (14 habitações); Rua do Norte (7 habitações); Rua do Sacramento (12 habitações); Rua do Rosário (25 habitações); Rua das Flores (36 habitações); Rua do Comércio (40 habitações); Rua dos Soares (17 habitações); Rua Boa Vista (12 habitações); Rua Direita (14 habitações); Rua da Clenência (15 habitações); Largo do Rosário (2 habitações); Largo do Comércio (9 habitações); Largo do Martim (15 habitações) e o Largo do Animal (5 habitações).⁽³⁶⁾

QUADRO IV

RELAÇÃO DAS DESPESAS DAS CAMARAS DA PROVÍNCIA DE GOIÁS - 1873

Nº	Localidades	Despesas
1	Capital	4:415#000
2	Jaraguá	1:229#000
3	Meia Ponte	1:133#000
4	Catalão	913#150
5	Conceição	846#338
6	Formosa	845#333
7	Bonfim	653#300
8	Santa Cruz	353#800
9	Morrinhos	658#750
10	Natividade	545#609
11	Rio Verde	513#000
12	São José	574#000
13	Arraiais	470#000
14	Santa Maria	235#375
15	Pilar	204#875

Fonte: Arquivo Histórico Estadual - Correio Oficial - XXXVI - N.º 493 - 1873.

2.1.2- A Educação Formal

Conforme Palacin, em Goiás a parte culta da sociedade fazia se representar pelos padres. A maior parte destes sabiam, ou seja, tinha noções de teologia, filosofia, gramática, retórica e direito; alguns deles possuíam sólida cultura humanística. Mas, com relação ao restante da população, os índices de analfabetismo era de quase 99%. Para tentar diminuir esse quadro foi criado em Portugal o imposto denominado de subsídio literário, destinado à manutenção de escolas; assim, no governo de D. José de Almeida Vasconcelos, no ano de 1774, foi anunciada a ordem régia. Entretanto, pelo demonstrado, com esse imposto arrecadaram-se 39 contos de réis ao governo; mais da metade desses, cerca de 22 contos de réis, foram destinados a Portugal. E com relação a educação, o plano não se realizou.⁽³⁷⁾

Em 1787, fundou-se a primeira escola formal de Goiás, em Meia Ponte, tendo como professor Bartolomeu Antônio Cordovil; e depois a segunda em Santa Luzia. Entre 1787 e 1792, conforme Palacin

“foram criadas na Capitania oito cadeiras de instrução pública, ocupadas, em sua maioria por padres. Cada ‘escola’ dispunha de apenas um professor, que geralmente ensinava em sua própria residência. Em disciplinas estabelecidas pela reforma educacional de Pombal (à exceção do grego, destinado apenas às Capitâneas mais desenvolvidas), a saber: primeiras letras, gramática latina, retórica e filosofia. Na realidade porém, o ensino ficou restrito basicamente às primeiras letras (ler, escrever, contar e noções de catecismo), com algumas aulas de gramática latina, pois não se apresentaram alunos para as aulas de retórica e filosofia.”⁽³⁸⁾

Nesse contexto foi criada em Vila Boa uma cadeira de aritmética, geometria e trigonometria, destinada ao preparo de medidores (agrimensores), e contadores (guarda-livros).

Desse modo, a educação chega ao século XIX, em situação de precariedade e conforme o autor, a situação das escolas pioraram mais no início do século, devido à política de contenção de gastos públicos, praticada pelo governador D. Francisco de Assis Mascarenhas, que dentre outras coisas ordenou a redução dos salários dos professores e o fechamento de algumas escolas com poucos alunos.⁽³⁹⁾

Em Jaraguá, a primeira notícia que se tem sobre educação está contida, no mesmo contexto de outros municípios como: Santa Cruz, Pilar, Curalinho, Santa Rita, Crixás, Morro do Chapéu e outros, quando através da Resolução n.º 26 de 1831, foram instituídas, Escolas de Primeiras Letras, nestes municípios. A educação formal foi de primordial importância no desenvolvimento de Jaraguá, e, estando ela diretamente ligada aos aspectos político-administrativos, em 1831, o arraial foi elevado à categoria de Paróquia e, logo após elevado à categoria de Vila.⁽⁴⁰⁾

Com a implantação do ensino público por essa resolução, a população jaraguense, no ano de 1831, inicia seu processo de alfabetização em um prédio alugado pela Câmara. Os dados referentes ao ensino na Vila, mostram que o primeiro professor foi Joaquim Celestino de Vasconcellos, que iniciou o ensino para 36 alunos distribuídos em duas categorias: masculino 22 alunos e feminina 14 alunas. Também nesse contexto inicial de implantação da educação teve-se como primeiro delegado de Instrução Pública de Jaraguá o Capitão de Ordenanças Antônio Felix de Souza.⁽⁴¹⁾

Após a elevação de Jaraguá à categoria de Vila em 1º de julho de 1833, de acordo com a parca documentação existente, o ensino público em Jaraguá ganha uma nova categoria de ensino

denominada de Instrução Primária. A educação formal passou a contar com duas instituições de ensino: a escola de Instrução Primária e a de Primeiras Letras. Conseqüentemente, nesse período, foi nomeado o professor José Xavier da Silva, que, em 1842, passou lecionar para quarenta e dois alunos pertencentes à comunidade, recebendo a quantia de 400#00 réis.

Conforme os dados apresentados pela secretaria do governo em 1858, no governo do Presidente Francisco Januário da Gama Cerqueira, pode analisar-se, que de modo algum, a educação formal no arraial acompanhava o desenvolvimento apresentado por outros setores da comunidade. Segundo os dados apresentados, o número de alunos em vez de aumentar entre 1849 e 1858, cai de 44 alunos para 36 alunos mostrando que o ensino não estava crescendo juntamente com outros setores. Esses mesmos dados relativos à educação em Jaraguá apresentam também como instrutora a Professora Laura Francisca de Freitas que, junto com José Xavier da Silva, buscava alfabetizar os moradores de Jaraguá.⁽⁴²⁾

Através dos dados de 1871, a educação passou a contar com duas professoras: Laura Francisca de Freitas (Instrução Primária) e Anna Joaquina Canella (Primeiras Letras), e percebe-se que ocorre um pequeno aumento no número de alunos, alcançando um total de setenta e seis alunos, sendo vinte e quatro feminino e cinquenta e dois masculino.

Sobre a realidade da Instrução Pública na Vila de Jaraguá, no decorrer da estruturação da sociedade tradicional, pode-se compará-la à de Morrinhos, quando, os números não são nada animadores, embora sejam tomados como indicativos e não como absolutos. No período de transição da economia mineradora para a economia agropastoril, conforme Fonseca "as escolas, a julgar pelos documentos, eram muito carentes." Em Jaraguá, entre 1830 e 1880, a baixa freqüência era comum tanto na escola feminina quanto na masculina, chegando à margem de 50%, por alunos. A exemplo de outras cidades goianas (Morrinhos, Meia-Ponte, Corumbá e

outros) a baixa frequência nas escolas não era privilégio dos alunos pobres, pois nas mesmas atas escolares percebe-se que alunos ricos também faltavam como: Antônio Ribeiro de Freitas, Benedito Silveira de Carvalho, Laurentino Soares de Camargo, Lucinda Francisca de Camargo, Joaquim da Silva Machado e outros, que, ao que tudo indica, são descendentes de famílias que dominaram tanto a política como a economia do município de Jaraguá. (43)

Os dados relativos ao processo educacional, tanto na primeira metade, quanto na segunda metade do século XIX, mostram que a escola teve um papel importante no processo de consolidação do município de Jaraguá. Era um espaço onde se concretizava o processo de ensino ou de alfabetização da população, apesar de contar com um número muito pequeno de alunos em relação ao total da população. Pelo modo que se estruturou a escola jaraguense em duas categorias e com divisões a partir do sexo, foi também um local de encontro entre os pobres e ricos da cidade e de outras localidades, pois por elas se passaram tanto crianças e adolescentes anônimos como aqueles que ao longo da história mantiveram seus nomes conservados através dos anos. A exemplo: Antônio Ribeiro de Freitas, Diógenes Gomes Pereira, Sebastião Soares de Carvalho e outros. (44)

2.1.3- A Igreja e a Comunidade

Outro elemento básico na estruturação da comunidade jaraguense foi a Igreja Católica Apostólica Romana, que segundo os livros de Batizados, Matrimônios e Óbitos de Meia Ponte esteve presente na localidade desde 1734. Conforme, Artiaga, a história do Estado de Goiás sempre presenciou fatos “que tiveram a participação integral dos membros da Igreja, em todos as

coisas, quando éramos ainda um mundo bárbaro primário. Todas as cidades e vilas e todos as carruptelas têm o timbre inicial dos símbolos cristãos.”⁽⁴⁵⁾

Na Segunda década do século XIX, a presença da igreja em Jaraguá, na opinião de todos os viajantes, já se encontrava consolidada através da infra-estrutura representada pelas seguintes construções: a Igreja de Nossa Senhora da Penha e a Igreja do Rosário. Cunha Mattos retrata em seus escritos que, “ a 1ª Igreja de Nossa Senhora da Penha, com cinco altares mui decente e bem ornada pelo Padre Silvestre Álvares da Silva e 2ª Ermida de Nossa Senhora do Rosário tem dois altares um deles bem dourado. É de mediana grandeza e está mui aseada.”⁽⁴⁶⁾

Por outro lado, Saint-Hilaire, afirma que as celebrações das missas eram de bom tom e o padre tinha facilidade de falar aos fieis. No entanto, o que impressionou o francês, foi a existência de alguns costumes vividos pelos seus habitantes. Um deles, praticados pelas mulheres, que participavam das cerimônias religiosas descalças e o outro era que as mulheres sentavam separadas e usavam “suas grossas capas de lã e a cabeça coberta com uma mantilha.”⁽⁴⁷⁾

Nesse contexto, um personagem da igreja nascido em Traíras, filho de família radicada no arraial desde o final do século XVIII, chamado padre Silvestre Álvares da Silva teve um papel fundamental na sociedade jaraguense. Além de ter sido representante de Goiás na Constituinte de 1823, o padre, na opinião dos viajantes, era de grande prestígio e também acolhedor: “o capelão do lugar, êste me acolheu admiravelmente bem; alojou-me em uma casa bastante cômoda, mandou-me trazer água e lenha pelos seus escravos e convidou-me a jantar em sua companhia”⁽⁴⁸⁾

Lôbo diz que o padre Silvestre Álvares da Silva foi incansável na Constituinte de 1823. Mostra que este, defendeu os interesses de Goiás e da Nação e que ao longo de sua estadia na capital do Brasil fez amigos que tentaram convencê-lo de não mais retornar ao arraial de

Jaraguá. Entretanto, diante de sua personalidade forte e corajosa logo respondia: “tenho saudade até da relva que cobre as ruas de Jaraguá.”⁽⁴⁹⁾

O padre Silvestre, nesse período, teve como coadjuvante o padre Manoel Ribeiro de Freitas e com ele conseguiu estabelecer em Jaraguá alguns dos principais festejos que proporcionaram à comunidade jaraguense sua integração social (festa do Divino Espírito Santo e São Sebastião). Por outro lado, seu coadjuvante foi o responsável pela criação da primeira banda de música de Jaraguá, sendo considerado hoje pelos músicos da cidade o “pai” dos músicos.⁽⁵⁰⁾

Outro fator, relacionado com a Igreja, que colaborou bastante com a população foi o estabelecimento, em 05 de junho 1838, da “Irmandade do Santíssimo Sacramento”, que tinha como proposta fundamental organizar as celebrações, festejos, e mostrar o valor do sacramento da Eucaristia. A exemplo de outras organizações promovidas pela Igreja local, esta irmandade foi implantada pelo padre Silvestre Álvares da Silva, que também foi o autor de seu regulamento, que foi aprovado pelo Promotor religioso de Vila Boa Joaquim Vicente de Azevedo, dizendo: “coisa alguma contraria o Dogma, a Doutrina da Igreja, nem os direitos Episcopal ou Paroquial.”⁽⁵¹⁾ Dessa forma, foi organizada a Irmandade do Santíssimo Sacramento na Vila de Jaraguá, que teve como seu primeiro presidente o padre fundador e contou com dezoito irmãos como demonstra o documento de criação. (Ver Quadro V)

A Igreja católica, como religião oficial do Império no decorrer desse período, também em Jaraguá, além de ser o espaço do sagrado foi também o espaço onde se deu o compadrio. É comum nos livros de batismo, como aliás foi em grande parte dos municípios goianos (Morrinhos, Flores de Goiás, Vila Boa, Meia Ponte, Corumbá), aparecerem nomes de políticos locais, dentre muitos de destaque regional, como foi o caso de Urbano do Couto, Cap. Manuel

Álvares da Silva, Cel. Diógenes de Castro Ribeiro, Cel. Diógenes Gomes Pereira da Silva e o Cel Tubertino Ferreira Rios.⁽⁵²⁾

Desse modo, a Vila de Jaraguá, consolidou-se em torno de seus elementos tradicionais, mantendo como já exposto, a sede da Comarca do Rio das Almas, a Instrução Pública, dois estabelecimentos escolares (Primeiras Letras e Instrução Primária), a Câmara Municipal, a Igreja Católica e a Força Pública. Com relação à diversão, ao lazer, o que existia além das festas religiosas era banda de música "Santa Cecília", além de um grupo de teatro organizado pela proprietária da fazenda Santo Antônio e moradora em Jaraguá conhecida como Sã Pacífica.⁽⁵³⁾

QUADRO V

RELAÇÃO DOS COMPONENTES DA IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DE
JARAGUÁ - 1838

N.º	NOMES
1	Silvestre Alvares da Silva
2	Custódio Rodrigues de Moraes
3	Antônio Felix de Souza
4	Antônio Rodrigues de Moraes
5	Francisco de Faria e Albinos
6	Ignacio Theotonio da Silva
7	José Bernado da Silva
8	Inocensio Lemos dos Santos
9	José Machado de Mello
10	Joaquim Francisco da Costa
11	Vicente de Brito
12	Antônio Benedito
13	Alignar I. de Francisco de Camargo
14	Alexandre Ribeiro de Freitas
15	Alex Borges de Almeida
16	Ignacio Soares de Bulhões
17	Egídio da Costa Aguiar

Fonte: Arquivo Histórico Estadual - documentação avulsa - caixa n.º 0024 - pacote 1838.

2.1.4 - O Comércio e o Transporte

Palacin afirma com relação ao transporte, que Goiás, antecipou-se quase dois séculos ao processo natural de penetração que vinha acontecendo no país. O metal precioso possibilitou este feito, “correndo com os gastos de instalação de populações inteiras, e mantendo depois alta tensão econômica, para que corresse nos dois sentidos o fluxo do comércio.”⁽⁵⁴⁾ Foram abertas diversas vias de comunicação que estimularam o comércio goiano, dentre elas estava uma estrada aberta em 1733, que ligava Minas a Goiás, e uma outra que ligava Goiás à Capitania de São Paulo 1736. Estradas que, segundo o autor, não passavam de picadas que possibilitavam a passagem das tropas de animais carregadas, bastante comum nesse período. No entanto, devido às dificuldades encontradas pelos tropeiros que frequentemente perdiam seus carregamentos, uma solução foi procurada para o melhoramento dos transportes.

Ainda no decorrer do século XVIII, ocorreram duas tentativas: a primeira foi o plano elaborado por Tossi Colombina que propôs abrir uma estrada para carro e carretas de Santos-São Paulo-Vila Boa, chegando até Cuiabá no Mato Grosso; e a segunda foi a transferência do transporte terrestre para o transporte fluvial através do Tocantins e do Araguaia. O primeiro não saiu do projeto por falta de capitais e o segundo foi utilizado como o principal meio de transporte de Goiás até o final do século XVIII, quando por várias dificuldades apresentadas como: ataques de índios, as cachoeiras do Tocantins e Araguaia, a duração de uma viagem, o alto salário dos remadores; acabou levando ao definhamento e depois a extinção da navegação na Capitania.⁽⁵⁵⁾

Jaraguá deve sua origem à economia mineradora, nesse contexto com relação ao comércio, ao transporte, apesar das dificuldades de comunicações entre Goiás e outras regiões do Brasil, o município levava algumas vantagens. No início, o então arraial do Córrego de Jaraguá distava apenas dezenove léguas de Vila Boa e sete de Meia Ponte, os dois principais núcleos urbanos desse período, o que por si só já representava uma grande vantagem. Pela sua situação geográfica, Jaraguá beneficiava-se das duas estradas que ligavam Goiás a São Paulo, e Goiás à Bahia. Desse modo, por situar-se a oeste de Vila Boa, configurou-se como entreposto para viajantes, mascates e tropeiros vindos de Minas Gerais, São Paulo, Bahia, fortalecendo assim o seu comércio com outras regiões, como informa Saint-Hilaire, considerando-se ainda que era um exportador de alimento para Vila Boa e Meia Ponte.⁽⁵⁶⁾

Apesar das dificuldades já descritas e da falta de fontes suficientes para comprovarem a extensão do comércio jaraguense no decorrer do século XVIII, pode-se supor que o comércio então existente em Jaraguá, favoreceu enormemente o desenvolvimento econômico do município, promovendo sua estruturação sócio-econômica, base para tornar-se o centro de colonização em fins do século XVIII e início do século XIX, recebendo vários migrantes de outras regiões.

Após a transição da economia mineradora para a economia agropastoril, o transporte e o comércio jaraguense acompanharam o desenvolvimento caracterizado no contexto da Província de Goiás. Assim como Corumbá e Meia Ponte, vilas sobrepostas ao cruzamento viário de Goiás no século XIX, Jaraguá era também localidade onde se dava o encontro de tropeiros e, segundo Almeida, o primeiro desta região ainda no final do século XVIII, foi Jerônimo de Araujo que comprava na região o seu gado e animava a cidade com seus negócios.⁽⁵⁷⁾

Essa proximidade com o eixo viário de Goiás possibilitou a transformação de Jaraguá em entreposto comercial e serviu para estruturar sua vida econômica. Entretanto, ao longo da

história também possibilitou momentos de crises ao comércio por dois motivos: o primeiro advindo do processo de mudanças de rotas que foi constantemente cogitado principalmente com a entrada dos Correios em Goiás; segundo devido o processo de deterioração de pontes e pontilhões, que foi uma freqüência nesse período. Em 1825, não somente o comércio mas toda a comunidade jaraguense, passa pela primeira crise relacionada à segunda questão, quando, devido a um período de chuvas bastante fortes as duas principais pontes (Almas e Uru), que possibilitavam a chegada ao povoado foram praticamente destruídas. Assim foram encaminhados diversos pedidos solicitando a reconstrução das pontes, sendo que um destes foi realizado pelo Silvestre Álvares da Silva e encaminhado ao Rio de Janeiro.⁽⁵⁸⁾

Desse modo, passamos a entender o porque da maioria das poucas rendas do município serem gastas na construção ou na reconstrução de estradas e pontes. Como em 1836, na reforma da estrada que ligava Jaraguá-Vila Boa como se pode ver:

“desta cidade a Jaraguá pouco menos de 17 léguas e meias; que foram feitas conforme a planta as pontes do Sucury, a 2ª de Filippe Pinheiro, a as da Estiva, as quais já mandei pagar: que por não ter sido guardada a planta devem ser reconstruídas a do Catarrão, a 2ª de Antonio Guerra, e nessecitão d’alguns serviços as do Gravata, Catingueiro, as duas adiantes de Antonio Guerra, as duas antes do Monjolinho, a 1ª de Filippe Pinheiro, do Taquaruçú, as duas alem e aquêm de Manoel d’Arruda, a de Maria Joanna, e a Santa Anna; que pela mesma razão de não ter sido guardada a planta e ser o serviço feito na estação chuvosa era preciso ratificar 3:528 braças do alto da roça de Antonio Guerra até o Monjolinho: 4:235 do Monjolinho até o alto do Sucury, tomando um pouco mais à direita perto de Francisco Eusebio, 2:822 do alto alem do Sucury até o marco 12 e meia legoas, perto de Manoel Joaquim Cascarra, 1441 do marco de 12 ½. a 13.3528 sendo 1411 de mato e 2117 de capoeiras do marco 13 a 14 ½. 2159 da ponte da Estiva até o 1º marco alem da Caxoeira, 1411 do marco 15 ½. a 16. 1411 na passagem de Santa Anna, e 1410 do marco 16 ½. a 17 procurando a linha reta desde a Cruz em direção a Jaraguá [...] Todas essas obras forão orçadas na quantia de 1:049\$321 réis inclusive a de 15\$500 réis para reparos da ponte dos Bugres.”⁽⁵⁹⁾

Tanto Phol quanto Saint-Hilaire demostram, com muita precisão, que a partir do início do século XIX, a economia de Jaraguá teve como base fundamental os produtos advindos da

pecuária e da agricultura. O primeiro afirma que os habitantes que viviam antes da lavra e do ouro agora “ganham seu parco sustento com a criação de gado e o cultivo dos tradicionais frutos da terra.”⁽⁶⁰⁾ O segundo mostra que diversos habitantes do lugar se ocupam também da agricultura, dedicando-se alguns deles especialmente à criação de gado e outros ao fabrico de aguardente, sendo estes produtos comercializados principalmente na localidade e também na capital Vila Boa.⁽⁶¹⁾

A partir da terceira década do século XIX, em Goiás ocorreram algumas modificações de grande relevância para o desenvolvimento da Província e dentre elas estava a introdução de um novo meio de transporte representado na figura do tradicional Carro-de-boi. Desse modo, após 1833, com a elevação do povoado à categoria de Vila de Jaraguá e devido à implantação da guarda nacional na localidade, houve o primeiro movimento de transformação de seu núcleo urbano. Assim foi estabelecido, em Jaraguá, o seu primeiro Código de Posturas que dentre outras coisas vai “apurar ordinariamente a prática do comércio entre os taberneiros monopolistas e outras pessoas, entre lavradores e condutores de quaisquer objeto de abastança pública para os revendedores ao povo.”⁽⁶²⁾

Diante dessa situação, são diversos os documentos relativos ao comércio em Jaraguá que demonstram que os preços praticados pelos comerciantes estavam bem acima de outras vilas e cidades de Goiás. Além do código que regulamentava o mercado, outro documento foi enviado à coletoria do município pelo governo da Província na tentativa de coibir essa problemática. E para não deixar dúvidas, encontramos documentos que declaram essa prática, quando comparados aos preços entre Meia Ponte e Trairas em vários produtos, como por exemplo: o milho enquanto em Meia Ponte e Trairas era vendido o alqueire por #480, em Jaraguá era comercializado por #640; já o feijão, em Jaraguá era vendida arroba por 2#560, em Meia Ponte a

mesma arroba saia a 1#960, no caso da mamona, o carro em Jaraguá e em Meia ponte era vendido a #960, enquanto que em Traíras o mesmo carro saia ao preço de #640.⁽⁶³⁾

Assim, o comércio jaraguense, na primeira metade do século XIX, não teve destaque com relação a exportações a não ser com alguns municípios, ficando representado, no período entre 1820 e 1850, por alguns estabelecimentos comerciais como: uma alfaiataria, uma sapataria, uma ourives, três tavernas, seis alambiques, dois açougues, uma fazenda e armarinhos e uma casa de líquidos, gêneros e alimentícios.

De acordo com outras documentações, soma-se a estes estabelecimentos comerciais o intenso comércio de escravos presente em Jaraguá desde de sua fundação, como se pode verificar em documentos expedidos pela coletoria informando o sobre o imposto de liza. Num desses documentos, temos as seguintes transações comerciais de escravos no município: 1º) o Sr. Domingos C. Guerra vendeu a escrava de nome Maria Criolla para o senhor Manoel Rodrigues de Moraes, por 500#000 réis. 2º) o Sr. Joaquim Leite vendeu ao Sr. Maj. Custodio Rodrigues o escravo de cor parda Hemenegildo pelo preço de 400#000 réis. 3º) a Sr.ª. Maria Catharina Gomes de Oliveira vendeu a escrava Maria Cabra a João José de Arruda por 350#000 réis; e o escravo José Arthur ao Sr. Paulo de Tasso por 400#000. 4º) o Sr. Borges Paulista vendeu por 200#000 réis o escravo por nome José ao senhor Alvarenga.⁽⁶⁴⁾

A partir da segunda metade do século XIX, a Vila de Jaraguá com uma economia fundamentada nos produtos da pecuária e da agricultura, servida por várias vias de comunicações como: Goiás-Meia Ponte; Goiás-São José do Tocantins; Goiás-Sant'anna das Antas; Goiás-Pilar e outras, obteve acréscimo significativa em seu comércio.⁽⁶⁵⁾ Conforme pesquisa realizada em diversos arquivos pude perceber que o comércio jaraguense contava com 16 tavernas distribuídas em suas diversas ruas e largos. (Ver Quadro VI)

Assim estabeleceu-se o comércio em Jaraguá baseado em laços de solidariedade e fidelidade como se nota através de vários livros dos diversos estabelecimentos de armários e tavernas do município. E se pode confirmar através das entrevistas realizadas no município quando o Sr. Francisco Marco afirmou,

“aqui tinha muito pouco comércio né, era muito pouco, tinha aqueles freguês o pessoal antigo, que era freguês de uma loja só comprava ali né, não tinha esse negócio de comprar onde estava mais barato ou mais caro, ou como agora que o povo quer é novidade né, quando abre uma loja ou um comércio já fazendo propaganda e povo vai mesmo, já não tem mais aquela firmeza mais.”⁽⁶⁶⁾

QUADRO VI

RELAÇÃO DAS TAVERNAS E ARMARINS DE JARAGUÁ NO SÉCULO XIX

Endereço	N.º	Proprietários
Rua do Comércio	21	Antônio Bernado da Silva Lôbo
Rua do Comércio	37	Pacífica Soares C. Ribeiro de Freitas
Rua Direita	3	Manoel Alvares da Silva
Rua do Rosário	11b	Bonifácio Policarpio
Rua do Rosário	1	Manoel Ribeiro
Rua das Flores	--	João José da Silva
Rua das Flores	--	Manoel de Souza da Costa
Rua da Soledade	--	Maria Juliana de Souza
Rua da Soledade	--	Joaquim Maria
Rua da Soledade	--	Sérgio Jaú
Largo Santana	--	Jesuina da Costa Barbosa
Largo Santana	--	Lourenço Gomes de Souza
Rua do Rosário	14	Manoel Gonçalves Bueno
Rua do Rosário	--	Josefa Gomes de Camargo

Fonte: Arquivo Histórico Estadual – documentos de Jaraguá – caixa

2.1.5- A Economia Agro-Pastoril

Com o declínio gradativo apresentado pelas minas de ouro em Goiás a partir da segunda metade do século XVIII e início do século XIX, conforme Ana Lúcia da Silva, “as dificuldades da capitania não eram conjunturais, mas estruturais, inclusive se inserindo na crise geral do sistema colonial.”⁽⁶⁷⁾ Diante da situação, os governantes irão tomar diversas providências no sentido de buscar outras alternativas para o desenvolvimento sócio-econômico da capitania. No entanto, com a diminuição paulatina da produção do ouro, ainda no século XVIII, surge o primeiro dirigente a preocupar-se com o estabelecimento de novos produtos que viessem a fortalecer a economia da capitania. Foi, D. José de Almeida Vasconcelhos (1772 a 1778), que colocou em seu projeto a promoção da agricultura como o principal objeto.⁽⁶⁸⁾

Nesse contexto, outro a se preocupar com a situação apresentada pela economia goiana foi o governador Fernando Delgado (1809 e 1820), que ao longo de seu governo, procurou dinamizar as atividades econômicas através da expansão da economia agropastoril, como verifica-se por meio de seus discursos:

“tenho a satisfação de que alguns vão abrindo os olhos e eu vi com maior prazer arrematarem-se os dizimos de três ou quatro povoações cousa não sucedida há muito tempo, com o aumento de oito mil cruzados, oito mil e duzentos cruzados, a abundância em que vivem seus habitantes produzida pela cultura das terras e criação de gado, e juntamente pelas minhas persuasões espero que incite os mais a fazer de sua felicidade.”⁽⁶⁹⁾

Outro que deixou transparecer que entre suas preocupações estava a busca de implementar novos valores econômicos para Goiás, foi Silva e Souza ao editar o Catecismo da Agricultura.

Procurava a solução do impasse que o povo goiano assistia. O governador afirma em seu documento que a solução para povo goiano, que até o instante entendia somente de ouro, como se o metal precioso fosse capaz de nutrir a fome que abatia o organismo daquela população pobre e desacreditada, estava na agricultura. "Ensinou-a a manusear a terra, mostrando as várias maneiras de explorá-la de utilizá-la para o sustento de todos e o desenvolvimento da Província."⁽⁷⁰⁾

Com relação à agricultura goiana após a decadência do ouro, a atividade permaneceu quase que estagnada até as primeiras décadas do século XX, integrando-se no modelo de economia de excedentes, confirmando a posição de Funes, que afirma que o setor agrícola não assumiu, de modo algum, o lugar que lhe competia. Assim, "apesar de diversificada, nunca foi dinâmica; plantavam-se todos os gêneros básicos à alimentação, sendo que a produtividade maior era do milho, e em menor escala a do feijão, do arroz, da cana e da mandioca."⁽⁷¹⁾

A lavoura estava presente em Jaraguá desde o século XVIII, como subsidiária do ouro, Souza mostra que, no caminho próximo ao ribeirão Sucuri, existiam produtores de aguardente e produtos agrícolas com destaque para José Baptista da Rocha, como diz o documento "morador em Córrego de Jaraguá, termo de Meyra Ponte, está de posse de hum sítio na mesma paragem chamado Tapuya, adonde planta cousas e may mantimentos para sustentação do seus escravos."⁽⁷²⁾ A autora informa que esse proprietário produzia cerca de vinte quatro barris de aguardente comercializados na região a um preço de 3\$600. Porém, além desse produtor de aguardente e produtos agrícolas que produzia aguardente em um engenho movido pela força d'água sobre uma roda, existiam outros produtores de aguardente no arraial, produzindo também em engenhos "trapiches" movidos à tração animal, mantendo a seguinte produção: João Baptista da Rocha, 33 barris 792 cassadas de aguardente vendidas no valor de 7\$920; Joze Leite 15 barris

360 cassadas no valor de 3\$600 e Ignacio Torres 30 barris e 624 cassadas vendidas ao preço de 6\$240.⁽⁷³⁾

Os dados referentes a agricultura tradicional no arraial de Jaraguá demonstram que os esforços do governo estavam tendo resultados práticos. Conforme estatística realizada em 1804, o setor agrícola apresenta um aumento considerável tanto na produção de novos produtos como: feijão, arroz, mandioca, mamona, algodão, e o principal o milho. Quanto ao número de propriedades agrícolas em produção, elas chegavam ao total de trezentos e vinte propriedades denominadas de "sítios de lavouras". Dessa forma, a agricultura aproveitou da qualidade das terras da região, localizadas entre Vila Boa e Meia Ponte, isto é, no "Mato Grosso de Goiás", que segundo Sant-Hilaire são bastante "favoráveis à lavoura, o milho aí rende na base de 200 por 1 e o feijão de 40 a 50."⁽⁷⁴⁾ Nesse período, obteve-se a seguinte produção: para 306 alqueires de milho plantados, eram colhidos cerca de 10.240, alqueires; para 93 alqueires de feijão plantados, colhiam-se 2.740 alqueires; para cada 77 alqueires de arroz plantados, a produção era de 9.240 alqueires.

Comparada com a produção agrícola de outros arraiais a produção jaraguense, no decorrer da primeira metade do século XIX, demonstra um relativo aumento. Em 1830, Jaraguá produziu cerca de 12.240 alqueires de milho enquanto São José do Tocantins produziu 14.400 e Meia Ponte 67.320; com relação a produção do arroz em Jaraguá, esta foi de 9.240 alqueires enquanto que Meia Ponte 28.600 e São José do Tocantins 1.400. Por outro lado, a produção do feijão jaraguense chegou a 3.740 alqueires enquanto que a de Meia Ponte foi de 5.200 e de São José do Tocantins foi de 500 alqueires. Entretanto, apesar do avanço demonstrado na produção, Jaraguá ainda não aparece como exportado de produtos do setor agrícola.⁽⁷⁵⁾

Confirmando o fortalecimento da agricultura implantada em Jaraguá no século XIX, outras informações, de 1819, demonstram que a agricultura ocupava diversos habitantes nos arredores do núcleo urbano; “alguns dentre eles se aplicam metodicamente em criar gado, e existem nos arredores dessa povoação, vários engenhos de açúcar de trinta a quarenta escravos, cujos produtos se vendem principalmente na capital da província.”⁽⁷⁶⁾

Em 1849, a agricultura jaraguense dava sinais de aproveitamento da conjuntura econômica da província e que estava incluída no processo produtivo goiano, apontando novas soluções de desenvolvimento gestadas pelos agricultores. O agricultor Antônio Felix de Souza, conforme um relatório da Assembléia Legislativa de Goiás, resolveu plantar em Jaraguá um novo produto denominado Chá, que segundo o relatório deveria ser bastante rentável.

“A cultura do chá lhes podem resultar vantagens incalculáveis. É de bom tom notar que em poucas exceções neste município só se enxerga como ramo de indústria o fabrico de aguardente que não sendo exportado do município, se tem depreciado o que não acontecerá se uma parte do tempo que lhe tem for consumido nesse fabrico, fosse empregado na cultura de chá.”⁽⁷⁷⁾

Assim o fazendeiro resolveu plantar chá, vindo de São Paulo as sementes em 1849, tinha plantados cerca de dois alqueires de sementes e esperava, se rentável, poder chegar a mais de seis mil pés. Com isso, foi implantada em Jaraguá uma fábrica para a preparação do produto, sendo enviada a São Paulo uma pessoa que, após apreender o seu fabrico retornou para aplicá-lo na propriedade do Sr. Antônio Felix de Souza, passando a fazer parte integral da economia do município.

Com relação à agricultura jaraguense outros produtos vão ganhando força dentro da economia, como explicado o chá, agora o fumo e o café que, nesse período, alcançaram uma produção até expressiva, sendo a produção de fumo de oito rolos por alqueire de cultura plantado na região, enquanto o café atingiu vinte e seis arrobas em média para cada sítio e fazenda. Nesse

contexto, destaca-se a cultura do fumo, que segundo Henrique Silva logo ganhou fama em nível regional passando a ser conhecido em toda província como o mais estimado, pelo aroma agradável “que entontece a quem, apesar de fumante, usa dele pela primeira vez. As sementes desta variedade tem sido inutilmente plantadas em outras zonas: nasce o pé de tabaco, mas a qualidade do fumo é como outra qualquer.”⁽⁷⁸⁾

Com relação aos instrumentos de trabalho utilizados tanto pela mão-de-obra escrava como a livre representada pelos agregados, parceiros, camaradas e posseiros na agricultura, também eram bastante rudimentares, apesar de existirem pronunciamentos de governadores em busca de solucionar a questão desde o final do século XVIII. Em 1799, Cunha Meneses enviou um documento à Junta Real Fazenda que tratava do emprego do arado, “como um meio de melhorar o preparo do solo para o cultivo, como também de tornar em conta o custo da produção, uma vez que o emprego desta técnica diminui o emprego da mão-de-obra.”⁽⁷⁹⁾

Funes afirma que a situação da agricultura goiana, em suas diversas unidades produtoras denominadas de Sítios e Engenhos num total de 320, já na segunda metade século XIX, mantinha uma relativa produção em suas lavouras. Existiam vinte e quatro engenhos de cana, divididos em dois modelos de fábricas, sendo 11 engenhos produtores de aguardente, 13 produtores de açúcar, além de 3 rodas movidas a água para o fabrico de farinha de mandioca, e uma fábrica de chá. Mantendo a seguinte produção: 12 arrobas de trigo, 300 arrobas de café, 320 arrobas de fumo, 2.000 arrobas de algodão, 1.540 alqueires de milho, 480 alqueires de feijão, 845 alqueires de farinha, 1.483 rapaduras.⁽⁸⁰⁾

Portanto, esse foi o modelo agrícola utilizado pelos agricultores jaraguenses, no período entre a decadência da mineração e o avanço das relações capitalistas em Goiás em meados do século XX. Constituído-se como elemento de primordial importância no contexto da sociedade

tradicional, que tinha uma comunidade que se alimentava basicamente dos produtos agropastoris como: carne seca ou carne verde, aves (galinha, cocar, aves do mato), feijão, toucinho, farinha de milho e mandioca, café, hotaliças do campo, caça, cangica e outros. Dessa maneira, a agricultura jaraguense estrutura-se, dentro de um modelo tradicional que sustentará a economia do município até a conjuntura capitalista com suas relações de produção atingindo suas bases materiais em meados do século XX, ora com maior evidência, ora com menos vigor econômico dentro do contexto da economia de Goiás.⁽⁸¹⁾

A historiografia goiana, de modo geral, é unânime em afirmar que a pecuária, após a decadência do metal precioso, foi o produto fundamental para a economia de Goiás. Surgiu como produto subsidiário “da mineração, tendo se desenvolvido principalmente nos arraiais de Flores, São João da Palma, Arraias, Conceição, áreas abrangidas pelo sertão do Paranã, e no Arraial de Couros.”⁽⁸²⁾ Ao longo da história, tornou-se o produto de sustentação da economia garantindo, deste modo, as parcas divisas obtidas pelo tesouro estadual e sendo um dos únicos produtos exportados para outras regiões do país.

Para compreender o porquê, do constante apelo em favor da pecuária, entre os diversos dirigentes regionais desde o final do século XVIII, cita-se Manoel Ignácio Sampaio, governador, em 1822, que dizia, “é a criação de gado que se deve promover de preferência a todo e qualquer gênero da agricultura.”⁽⁸³⁾

Funes afirma que esta opinião foi reforçada enfaticamente no governo de José Rodrigues Jardim, que percebia duas vantagens na pecuária, a sua duplicação “anual sem grandes trabalhos, e o fato de que o gado, por se auto-conduzir, vai buscar a moeda para a província.”⁽⁸⁴⁾

Em Jaraguá os primeiros sinais de criação de gado estão registrados a partir do final do século XVIII. Conforme Almeida

“a criação de gado e os engenhos de açúcar contando com o serviço do negro surgiam, embora modestamente, sendo o produto vendido na capital da Província. Em pesquisa encontrei o comunicado de um tal João Batista ao juiz Comissário Silvestre Gonçalves (um manifesto das Carnes Marchante de Jaraguá) e assinado com o peso total de 35 arrobas.”⁽⁸⁵⁾

Outras informações complementando estas estão contidas em Saint-Hilaire, que no início do século XIX, afirma que dentre as diversas atividades que movimentavam a economia estava o criatório, onde alguns jaraguenses se aplicavam metodicamente na pecuária com “fazendas de trinta a quarenta escravos, cujos produtos se vendem principalmente na capital da província.”⁽⁸⁶⁾ Sobre o número de cabeças criadas no arraial, até o momento não, foi possível saber com exatidão, já que até por volta de 1840, os dados que incluíam o município estavam introduzidos em Meia Ponte, julgado a que pertencia.

Após 1833, quando o arraial do Córrego de Jaraguá, foi elevado à categoria de Vila, um documento da coletoria assinado por José C. de Oliveira Mello, mostra que os produtos da economia agropastoril, já eram, em sua totalidade, os responsáveis pela grande maioria dos impostos arrecadados. Sendo, 211#820 do gado vacum e cavalari; de 132#000 para reses abatidas e vendidas no povoado, 102#000 dos engenhos e alambiques e 8#228 do café e do fumo. Desse modo, apesar de não estar os produtos jaraguenses na pauta de exportação de Goiás a pecuária jaraguense será o produto fundamental para a economia do município no decorrer desse processo de consolidação econômica. Assim, a pecuária estruturou-se em instituições de currais comunitários e nos criatórios dos Campos, que “iam-se talhando em domínios bravios: para sul em direção a Santana das Antas (Anápolis) ao norte rumo Santa do Moxombombo (Uruaçu), a oeste ao longo da estrada de Vila Boa.”⁽⁸⁷⁾ A pecuária de Jaraguá enquadrou-se dentro do proposto pela historiografia de Goiás como um produto fundamental e viável por três motivos: 1) pela localização geográfica do município referente ao centro comercial do país; 2) pela falta de

meios de transportes terrestres pois o mesmo dista mais de trezentas léguas de qualquer porto marítimo; 3) pela escassez de recursos financeiros.⁽⁸⁸⁾

Conforme, Henrique Silva, foi no território jaraguense que ele assistiu às mais bem dispostas encarnações de curraleiros, calculandos de 16 a 20 arrobas. Nessa região de pastagens naturais, os bezerros e as novilhas crescem tanto como em outras partes da Província. Baseado nas informações sobre a pecuária ainda na primeira metade do século XIX, pude com toda segurança verificar que as terras de Jaraguá eram favoráveis ao desenvolvimento tanto da agricultura quanto para o criatório de gado como ficou expressa na afirmação de Saint-Hilaire e outros documentos, apresentando as terras do município como de muita fertilidade, sendo denominadas de “campos de criar” e “terras de culturas.”⁽⁸⁹⁾

No decorrer das pesquisas, pude verificar que a pecuária goiana desenvolveu-se não somente na região do Vão do Paranã, onde foi a primeira atividade econômica devido às condições naturais favoráveis. Após o declínio da economia mineradora também as outras regiões se adaptaram à nova realidade sócio-econômica e entre elas a região do rio das Almas, ou seja, do “Mato Grosso de Goiás”, onde se localiza Jaraguá, desenvolvendo diversas fazendas de criar. Como informa Bertram, após a conversão da economia mineradora para a economia agropastoril, tal como as suas vizinhas Pirenópolis e Corumbá, em Jaraguá desenvolveram fazendas de criatórios, tendo fundamentalmente características tradicionais onde se destaca o vaqueiro como mão-de-obra básica, pago através da *quarta* e da *terça* numa espécie de contrato verbal, onde a partilha entre o proprietário e o vaqueiro era realizada por meio da sorte que era

“ tirada no dado, peça cúbica de madeira por eles mesmos preparada, ou simplesmente em quatro pequenos pedaços de papel enrolados, trazendo cada um o nome da vaca , mãe da cria que está em jogo. Retirado o papel ou jogado o dado, cujos números correspondem às crias previamente indicadas, recebe o vaqueiro o

seu animal. A escolha se faz primeiramente entre o lote de machos, partindo-se dos melhores para os piores; só depois escolhem-se as fêmeas.”(90)

Desse modo, diversas conclusões podem ser tiradas com relação à pecuária praticada no município de Jaraguá, que aqui chamamos de tradicional: 1) é que nesse modelo de criatório, baseado na *quarta* e a na *terça* tanto proprietário como vaqueiro têm que se submeter à sorte de um jeito ou de outro; 2) ambos participam do lucro pois de cada 50 bezerros ou bezerras nascidas 20 ficam com o vaqueiro e o restante com o patrão; 3) o vaqueiro também cria suas rezes nas terras do patrão não tendo gastos com pastos dos animais. Conforme Ataídes, com o avanço do capitalismo com suas novas relações esse tipo de trabalho pago por meio de forma pré-capitalistas, formas estas que tendem a desaparecer dando lugar às relações de tipo assalariadas.

Já foi ressaltado que a criação de gado em Jaraguá obedecia a uma forma de produção não muito diferente de outras regiões da Província de Goiás e também do Brasil no decorrer do século XIX. A exemplo de Flores de Goiás, onde, “todo mundo criava gado solto, o município era grande, todo mundo tinha seu lugar, seu gado.”(91) Também em Jaraguá utilizava-se do método ultra-extensivo, isto é, sem cercas e conforme a mesma autora, o homem e o gado nessas áreas se inter-dependiam: o homem, por sua vez, dependendo do gado como fonte alimentar, de comércio e de transporte; e o gado necessitando do auxílio do homem, especialmente em época de estio. “A criação do gado se dava em campo aberto em decorrência da rarefação da pastagem na época da seca, o que obrigava à intensa mobilidade e grande extensão de terreno para o gado.”(92)

Outras informações desse período, sobre a criação de gado nas fazendas que, segundo o professor Domingos Felix de Souza, se estruturou em currais comunitários no município de Jaraguá, - dão conta de que o sal era somente fornecido ao gado por ocasião da marca, isto é, uma vez por ano. Por outro lado, os rebanhos se fartavam nas fontes naturais que atendiam à

necessidade do gado, como por exemplo: os barreiros, diversas fontes de águas salobras espalhadas por toda a região do rio das Almas. Conforme a tradição oral, entre os criadores em Jaraguá, como não se utilizava de recursos modernos para combater as pragas e doenças muito comuns entre o gado, - quando era época de dar o sal era bastante comum misturar-se nele a quina do campo moída, que servia como vitamina e purificador do sangue.⁽⁹³⁾

Desse modo, através das diversas fontes já citadas podemos supor que a criação de gado em Jaraguá, aproveitou-se das diversas características naturais da região do "Mato Grosso de Goiás", principalmente nas margens do rio das Almas, que possui, ora uma vegetação de mato conhecido como matas virgens, ora um cerrado conhecido como campos de criar, favorecedores de longas caminhadas do gado pelos campos. Outra característica importante, era a abundância de córregos e rios perenes que forneciam água para o gado.

Assim, a pecuária de Jaraguá, apesar das dificuldades apresentadas nesse período fortaleceu sua economia, mesmos com as diversas desvantagens apresentadas pelos defensores dos sistemas modernos de criação, realizando sua comercialização, sobretudo com Vila Boa e Meia Ponte. Entretanto desde o início do século XIX, conforme Almeida era muito comum boiadeiros e tropeiros de São Paulo comercializarem gados dessa região, quando a pecuária jaraguense contava com 12.756 cabeças de bovinos tendo na pessoa do tropeiro Rodrigues Susano o principal comerciante do município, a qual ao longo do tempo, conseguiu acumular uma das maiores fortunas de Jaraguá.⁽⁹⁴⁾

Portanto, dentro dessa realidade a sociedade jaraguense no processo de estruturação de seus elementos tradicionais enquadra-se no esquema de Doles ao afirmar que, o final do período colonial não representou para Goiás, "o estabelecimento de uma nova etapa no que se refere à vida econômica. Realmente, sob esse aspecto, substancialmente a situação da Província, da

Independência ao final de 30 experimentar-se progresso lento não havendo dinamização da vida regional.”⁽⁹⁵⁾

2.1.6 - A Propriedade da Terra

No Brasil, a primeira forma de adquirir-se terra foi denominado de sesmarias, prevalecendo até a década da Independência, como o único título oficial para qualquer tipo de cultura ou mineração. Em Goiás, devido às características proporcionadas pela economia mineradora ponto norteador para na ocupação de seu território no período colonial, ocorreram dois tipos diferenciados de sesmarias, “havia a ‘sesmaria de mina’ e a ‘sesmaria de pastagem’. A ‘sesmaria de mina’, deveria medir meia légua em quadra e a ‘sesmaria de pastagem’, três léguas por uma.”⁽⁹⁶⁾ Sendo que esses dois modelos de sesmarias seriam adquiridos por meios de requerimentos junto ao administrador, pois esses, não apresentavam caminhos diferentes e ambas estavam interligadas fazendo parte de um mesmo contexto.⁽⁹⁷⁾

Ao estudar a propriedade da terra, no decorrer do processo histórico goiano, no qual Jaraguá se encontra contextualizado desde o período de extração do metal precioso, verifica-se através de vários autores que o primeiro modo de se obter a terra, foi mediante o requerimento de sesmarias. Para tanto, exigia-se o cumprimento de algumas regras impostas a quem fizesse um requerimento, dentre eles, cultivar a terra num determinado período superior a dois anos, pagar o dizimo para a igreja. Conforme Souza, “se no prazo estipulado - de dois a cinco anos - após a concessão, o sesmeiro que não aproveitasse as terras, para trabalhar em fábrica de mineração, criar gado ‘vacum ou cavalari’ e plantar, estas terras voltariam para as mãos da Coroa.”⁽⁹⁸⁾

Ao analisar um processo de Sesmaria pude verificar que deveria agregar os seguintes elementos: dados detalhados da área a ser ocupada pelo requerente, atividade a ser desenvolvida, isto é, mineração, agricultura ou pecuária, número de pessoas participantes do processo, número de escravos, localização e confrontações, além do nome do titular requerente. Segundo informações diversas, normalmente a extensão das sesmarias são referidas em léguas (uma légua - 10 mil a 13 mil hectares), Alves afirma que a "légua de Sesmaria, como medida linear, é igual a 6.600 metros. Assim a légua quadrada da sesmaria tem 4.356 hectares. O alvará de 1809, fixou a légua quadrada em 3.000 braças ou 3.600 metros lineares."⁹⁹)

Paralelo a esse modelo oficial de obtenção de terra ocorreram as ocupações sem requerimentos, isto é, de posses, que foram corriqueiras nesse período: 1º) devido a interesse da Coroa portuguesa em povoar o interior da Colônia, e a que não exigia rigor no cumprimento da legislação; 2º) pelo próprio movimento ligado à extração do ouro, que não proporcionava um interesse de fixação ao solo, pois com o enfraquecimento das minas os mineiros preferiam deixá-las.

Em Goiás, o número de sesmarias requeridas foram apenas de 1.050 concessões, mas provando o grande impasse burocrático existente no período entre a Coroa e a Colônia apenas nove requerimentos foram devidamente confirmados dentro dos preceitos da Lei de Sesmarias. Dessa forma, tanto em Jaraguá como em Goiás o único meio legal para adquirir a propriedade da terra, é muito diminuto em relação às posses. Tomando como base o período de decadência da economia mineradora, quando ocorre um maior interesse pela propriedade da terra, e a Coroa começa a exigir a legalidade das posses de forma mais radical, concedendo ao Provedor Intendente o direito de verificar a legalização. As informações existentes nos dão conta de um número muito superior de posses em relação às sesmarias, tendo como exemplo o caso de

Jaraguá que apresenta uma área territorial de 5.287 quilômetros, com apenas vinte e quatro, requerimentos de sesmarias no decorrer do século XVIII; enquanto que em 1804 o número de propriedade denominadas de sítios de lavouras produtoras de milho, arroz, feijão, algodão era de trezentos e vinte.⁽¹⁰⁰⁾

No decorrer do século XVIII e início do século XIX, em diversos municípios goianos e, conseqüentemente, no município de Jaraguá, no contexto da sociedade que qualificamos como tradicional, a propriedade da terra não tinha a mesma conotação econômica como a apresentada nos dias atuais, devido ao grande número de terras devolutas existentes e também devido à pequena população que ocupava os territórios goianos.

A partir da terceira década do século XIX, com o findar dos títulos de sesmarias que, segundo algumas opiniões, tornou-se inadministrável, foi estabelecido entre 1822 e 1850, o sistema de aquisição de terras denominados de "Terras Devolutas". Com isso segundo Souza "a posse foi uma constante "realizada não só pelo pequeno proprietário agrícola, mas também pelo colono livre. Ocorria entre os limites de Sesmarias, em Sesmarias abandonadas, ou não cultivadas; pois a Posse da Terra estava ligada a inviabilidade da pequena propriedade."⁽¹⁰¹⁾

Dessa forma, a partir de 1850, o Império cria um novo modelo de legalização das terras no Brasil, denominado de "Lei de Terras de 1850," que tinha como fatores básicos, "a venda de terras devolutas, a revalidação e legitimação das propriedades e o registro das terras possuídas."⁽¹⁰²⁾ Em Goiás, foi criado "a Repartição Especial das Terras Públicas", que, segundo Luz teve, sua atuação foi bastante restrita, já que quase todas as questões de terras em Goiás eram solucionadas entre o governo central, por meio da Repartição Geral das Terras Públicas, e o Presidente da Província. "Talvez, por esta razão, a Repartição Especial tenha tido duração tão

breve. Em 1860, com a criação da Secretaria dos Negócios da Agricultura, desapareceram as Repartições de Terras, tanto a Geral quanto as Especiais.”⁽¹⁰³⁾

Com isso, são estabelecidos como meios de aquisição de terras em todo o país, os registros paroquiais estipulados pela Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850, realizados pelos padres das paróquias locais com seus paroquianos que declaravam suas terras advindas de posses ou sesmarias. Em Jaraguá, entre 1850 e 1890, cerca de 290 registros paroquiais foram efetuados contendo para isso algumas exigências como: as demarcações dos limites com seus confrontantes e outros, no entanto os limites continuaram sendo: serras, rios, estradas, e confrontações com vizinhos conhecidos. Como se pode notar pelo registro de n.º 182 de 1858.

“Eu Joaquim Rodrigues de Bessa faço para o registro a declaração seguinte. Possuo nesta Freguesia da Villa de Jaraguá no bairro de traz da serra e nas terras das duas Sesmarias dos finados meu sogro Demetrio Borges de Almeida e Dona Emerenciana huma e meia parte de terra comum com os mais herdeiros cuja a extensão das Sesmarias he huma légua em longitude de nascente a pudente e outra légua em latitude de norte a sul e limita pelo pudente com terras de Tenente Coronel Custódio Rodrigues de Moraes por um serrote pelo norte com os herdeiros do finado Capitão José da Silva, pela estrada real antiga e pelo sul com Felipe de Souza Caldas pelo Córrego do Sucuri. Possuo mais na referida Sesmaria hum cultivado sito no córrego cana braba sua extensão é de meio quarto, mais ou menos em quadra de nascente a pudente e de norte a sul e limita-se pelo nascente no rio pary pelo pudente pelas vertentes com Manoel Coutinho de Macedo pelo norte com a mencionada Sesmaria e pelo sul com as terras de Francisco Policarpio de Amorim pelas vertentes. Villa de Jaraguá 26 de setembro de 1858. Joaquim Rodrigues de Bessa - apresenta para o registro no 26 de setembro de mil oitocentos e cinquenta e oito. Pagou de emolumentos um mil novecentos e noventa reis (1: 1990 reis) Padre Silvestre Álvares da Silva.”⁽¹⁰⁴⁾

Em Jaraguá, as propriedades rurais, a exemplo de outras localidades de Goiás, tornaram-se praticamente sem demarcações, como fica muito palpável através das cartas de Sesmarias, dos registros paroquiais, dos processos de divisões de propriedades familiares, de usucapiões e de vendas de terras no município. Sendo encontradas durante realização deste trabalho apenas onze propriedades com demarcações prescritas, isto já na segunda metade do século XIX, sendo

Lagoa Velha 175 ha, Canta Galo 115 ha. (Ver Quadro VII) Desse modo ao estudar a propriedade da terra em Jaraguá, chega-se à seguinte conclusão, que nesse período era bastante pequeno o número de propriedades demarcadas pela quantidade de ha., em sua grande maioria os limites eram determinados por demarcações utilizando-se os meios naturais.⁽¹⁰⁵⁾

Outra questão bastante visível nas informações sobre as propriedades rurais, nos vários termos e paróquias, tanto da capital quanto de outras vilas é a presença de terrenos devolutos. Aliás como no século XVIII, continua no século XIX, "em todo o território goiano a posse é quase o único título de propriedade; das que atualmente existem muitas podem ser legitimadas."⁽¹⁰⁶⁾

A partir do final do século XIX, ocorreram diversas tentativas por parte do estado para organizar a questão da terra, permanecendo esta até por volta da década de 1940, quando o Estado fundou o escritório de Terras na tentativa de eliminar as dificuldades existentes. Até então os diversos pedidos de informações sobre esse assunto, mostra um grande desconhecimento sobre a situação fundiária por parte das autoridades locais, provinciais e do Governo Central. Como podemos verificar através de uma circular de 2 de junho de 1874, enviada à Câmara Municipal de Jaraguá, por parte do governo Antero Cícero de Assis, pedindo informações sobre a questão das terras devolutas, a resposta é bastante contraditória pois ao mesmo tempo que o documento diz não existirem terras devolutas próximo ao povoado, afirma existir ao longo do rio das Almas uma fazenda denominada Bananal cujo extensão não é conhecida à sua disposição.⁽¹⁰⁷⁾

Desse modo, em Jaraguá apesar das escassas informações disponíveis, também no decorrer do século XIX, o número de posse é superior as propriedades legalizadas junto aos órgãos responsáveis. Conforme informações a partir de 1856 o registro paroquial registrou 290 sítios e fazendas, enquanto que outros documentos demonstram a existência de 288 proprietários

criadores de gado vacum e cavalari, 350 propriedades produtoras de milho, arroz, feijão, mandioca, algodão, mamona etc.; 11 propriedades produtoras de aguardente e açúcar; e ainda dessa forma uma grande disparidade entre a propriedade legalizada e a posse.⁽¹⁰⁸⁾

QUADRO VII

RELAÇÃO DE PROPRIEDADES DEMARCADAS PELA QUANTIDADES DE HECTARES EM JARAGUÁ NO SÉCULO XIX

Propriedades	T/Conhecido	Proprietário
Sítio Santo Antônio	115 Hectares	Diogenes Gomes Pereira da Silva
Sítio Cantagalo	166 Hectares	Joaquim de S. Nunes
Sítio Sapel	120 Hectares	Amâncio Leite Borges
Sítio da Fazenda	132 Hectares	Francisco José de Sá
-----	176 Hectares	Vigário Manoel Ribeiro
Sítio Lagoa Velha	145 Hectares	José Duarte Leite Borges
Sítio Bananal	167 Hectares	Demetrio Alves da Costa
Sítio Alegrete	127 Hectares	João Ignacio de Oliveira
Sítio Brejo Grande	142 Hectares	José Raimundo
Sítio Fazenda	129 Hectares	Joaquim Rodrigues
-----	177 Hectares	Joaquim Lemes do Prado

Fonte: Arquivo Históric. E. Documentos de Jaraguá – lotação de lançamento da Decima Urbana – Caixa Nº 2 de 1869 – 1881.

2.1.7 - As Relações de Trabalho

As relações de trabalho na sociedade tradicional jaraguense são marcadas por dois aspectos diferenciados, o primeiro ligado ao trabalho escravo nas minas de ouro e na agropastoril, e o segundo às diversas relações de trabalho que substituíram o trabalho escravo antes e depois da Abolição da Escravidão em 1888. Conforme Martins, não ocorreu de imediato a transformação da força de trabalho em assalariada e capitalista, com a implantação do “novo regime de trabalho que protegeu a exploração subjacente a essa transferência, porque a economia não estava capacitada para suportar um verdadeiro trabalhador assalariado”.⁽¹⁰⁹⁾ Como resultado surgiram algumas relações de trabalho chamadas de pré-capitalistas como as seguintes: camaradagem, parceira, agregados, posseiros e outros.

Segundo, Palacin, “o dito popular do século XVIII, de ser o Brasil ‘o inferno dos *negros*, o purgatório dos brancos e o paraíso dos mulatos’, deve ter tido sua plena realização, no tocante aos *negros*, sobretudo nas minas.”(grifos meus)⁽¹¹⁰⁾ Pode-se observar, através desse ditado popular sobre a questão das relações de trabalho escravo no Brasil e, conseqüentemente, em Goiás, entre 1726 e 1888, que a realidade deste trabalho principalmente nas minas era de uma dificuldade extrema, os trabalhadores durante todo o dia dedicavam-se à cata de ouro, com os pés dentro dos córregos e rios, sujeitos a todo tipo de moléstia como: gripes, pneumonias, pleurites, desvios da espinha etc. O autor informa que se pode agrupar a estas outras doenças, tão espalhadas como a disenteria bacilar, (mal de bicho), as doenças venéreas e os vermes intestinais.⁽¹¹¹⁾

mesmo acontece também com as minas de Raízama, Lageado, rios dos Patos, São Francisco das Chagas e outras do município, sustentadas pela mão-de-obra de trabalhadores escravos, sujeitos a toda espécie de dominação e maus tratos. Não são poucos os documento que apresentam fugas de escravos jaraguenses para outros locais, como este destinado ao Sr. Ten. Cel. Felix de Amorim demonstrando que “fugiu seu escravo de nome Nazário, crioulo, delgado de Corgo, rosto comprido desdentado, pouca barba e de idade pouco mais 50 anos, fugiu-lhes há 3 annos e consta ter aparecido em Mato Grosso e subúrbios do Corgo de Jaraguá.”⁽¹¹⁵⁾

Através dos livros de batizados, matrimônios e óbitos de Jaraguá, pode-se supor que provavelmente os escravos que serviram de mão-de-obra nas minas de ouro e nos sítios e fazendas, são de várias regiões do continente africano. Dentre as elas pude verificar as seguintes nos livros pesquisados: Gana, Mina, Moçambique, Nagô, Congo, Angola. Entretanto, segundo informações, possivelmente Minas e Nagô foram os escravos práticos em garimpagem que descobriram as minas do Córrego de Jaraguá, como já assinalado, fugitivos de Meia Ponte, mas vindos para o Brasil Central pelos caminhos da Capitania da Bahia.⁽¹¹⁶⁾

Diante disso, pode-se tirar uma conclusão sobre a situação crítica enfrentada por esses trabalhadores escravos nas minas de ouro no decorrer do século XVIII, tendo dois fatores importantes: o primeiro, foi que os escravos trabalhadores vindos de várias regiões do continente africano foram explorados de uma tal maneira que lhes foram tirados seus costumes, sua cultura, sua religião e também o direito de viver; o segundo, é que os escravos não foram tratados como homens e sim como animais falantes pelos cristãos católicos vindos de Portugal, que usaram em seus escravos todos os mecanismos para dominar e explorar.

Apesar de inaceitáveis as relações de trabalho configuradas entre senhores e escravos nas minas auríferas, tanto em Goiás, como em Minas Gerais e Mato Grosso, uma consideração

deve ser colocada: é que, mesmo diante dessa constatação, o escravo adquiriu modo de conseguir para si ou para seus descendentes a liberdade. Palacin, mostra “que mediante pequenos roubos acumulados, ou trabalhando horas extras em benefício próprio, eram bastante numerosos os escravos que conseguiam reunir em ouro o preço de sua liberdade.”⁽¹¹⁷⁾ Em Jaraguá, alguns escravos conseguiram sua liberdade deste modo como por exemplo: Dionízio foro, Isabel foro, Flávio foro e outros.

Nesta altura de nosso trabalho uma pergunta se faz necessária dentro da temática relações de trabalho: será que a situação do trabalhador escravo era igual também na pecuária e na agricultura?

Quanto ao trabalho escravo na pecuária, existem diversas opiniões que mostram que as relações de trabalho nas fazendas de gado não eram tão brutais como as apresentadas nas minas de ouro em todo o Brasil. Utilizando-se de Paternostro, Ataídes afirma que, “o negro era física e psicologicamente livre, escravo apenas socialmente. Morava, alimentava e vestia-se como os livres, ‘ pensava como estes ’ agia como tais”⁽¹¹⁸⁾

Com relação à situação do trabalho escravo na agricultura, Martins afirma que os escravos eram poupados de muitas tarefas com risco de vida freqüente. Fala-se que essa questão era decorrência do risco sobretudo na fase da derrubada, comprometendo, desse modo, o capital investido no escravo. “Tudo indica, porém, que a razão era outra. O longo período de formação de cafezal, 4 a 6 anos [...] Por isso o trabalho cativo ficava, preferencialmente, restrito ao trato do cafezal e à colheita do café, tarefas inadiáveis, mais de retorno econômico rápido.”⁽¹¹⁹⁾

Como enfatizado, o principal ponto norteador da origem de Jaraguá foi a mineração, mas era realizado também, desde a primeira metade do século XVIII, o plantio de produtos agrícolas e a fabricação de açúcar e aguardente, como demonstrado é pelo fato que quatro produtores

jaraguenses pagaram o devido imposto na Junta da Real Fazenda de Vila Boa. Além de informações de 1804, que mostram que Jaraguá possuía 320 propriedades produtoras de produtos agrícolas, e que possivelmente o criatório e a lavoura tinham sido introduzidos nos primeiros anos de descobertas da minas de Jaraguá. Em 1818, quando da passagem por Jaraguá D'Alincort informa que entre os diversos habitantes do povoado alguns "colhem milho, feijão e alguns outros legumes; criam capados e plantam algodão."⁽¹²⁰⁾

Como demonstrado, é possível sustentar a hipótese de que, após a queda da mineração, a economia de Jaraguá passou a ser sustentada pela economia agropastoril. Neste contexto, as fazendas de Jaraguá, passaram a adotar novas relações de trabalho mesmo dentro do regime escravista, como afirma Cunha Mattos, através do censo de 1824, que apresenta a maioria dos trabalhadores jaraguenses como agregados. ⁽¹²¹⁾

As fazendas em Jaraguá a partir da primeira metade do século XIX, utilizavam-se como relações de trabalho, a *quarta* ou *terça* na pecuária e *meia* na agricultura. Com relação à pecuária tanto o negro escravo quanto o trabalhador livre praticavam nos criatórios jaraguenses, sendo esta relação de trabalho paga através da partilha, baseada na combinação verbal entre o patrão e o vaqueiro, que tinha a função de campear o gado, cuidar e ao mesmo tempo o trazer para os currais - cuidar das vacas recém-paridas com seus bezerros e tirar o leite. Na agricultura, o trabalhador entrava com a mão-de-obra e o patrão com a terra e a semente. ⁽¹²²⁾

Nesse instante, deve-se ressaltar que o sistema de escravidão implantado no Brasil pelos portugueses a partir do início de sua exploração e que prevaleceu até 1888, nas diversas unidades de produção, enquanto durou, foi responsável pela produção essencial ou dominante, apesar de haver outras alternativas de trabalhos realizadas por trabalhadores livres. Conforme deixa transparecer a historiografia, a Abolição da Escravidão em Goiás, não introduziu, como era

previsto, o trabalho assalariado. Houve a introdução de uma gama de sistemas de trabalhos não capitalistas conhecidos como: camaradagem, parceria e agregados.

Em Jaraguá, ressalte-se que o movimento libertador, antes de mais nada, esteve presente com representações em clubes e outros tipos de organizações, com destaque para a "Sociedade Emancipadora do Homem e do Espírito Jaraguense" que lutou em prol da emancipação do escravo. A luta dessa instituição, através de documentos diversos, na busca da liberdade do escravo, pode ser verificada através de um ofício enviado ao juiz municipal informando que diversos escravos foram libertos pelo fundo de emancipação no dia 13 de outubro de 1881. Com relação aos escravos de Jaraguá, após a segunda metade do século XIX, existem diversos documentos que demonstram que eles não estavam satisfeitos com a realidade e por isso foram constantes as fugas e os conflitos entre os proprietários, policiais e escravos como comprova o relatório entregue ao secretário provincial que diz:

"um crime acontecido em Jaraguá, em dois do mês de fevereiro, fugindo quatro escravos pertencentes ao Cap. Diógenes Gomes Pereira, residente na Vila de Jaraguá, no ato de efetuar a prisão dos ditos escravos no lugar denominado - Salobro - depois de oporem eles uma tenaz resistência, um deles foi morto pela escolta que os perseguiam." (123)

Com a derrocada do regime escravista no Brasil em 1888, o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho livre, mas não ainda totalmente capitalista, conforme Ana Lúcia da Silva, "o teor capitalista da sociedade goiana era dado pelos mecanismos de mercantilização da produção, pois praticamente o capitalismo não penetrava a nível da produção e mercantilização do trabalho" (124). Isso levando-se em conta que o número de proprietário é bastante reduzido em todo o Estado de Goiás, conseqüentemente, em Jaraguá, que no ano de 1872, havia setecentos e três proprietários do total de 4.638 pessoas, destes, 2.784 eram lavradores. (125)

Em Jaraguá, a camaradagem concretiza-se a partir da pecuária e da agricultura, enraizada no interior da grande e da média propriedade rural. Assim, o camarada definiu-se como qualquer trabalhador que faz um determinado ajuste de trabalho com um proprietário para prestação de serviços em lavoura, pecuária ou empreitadas de qualquer espécie.

O trabalhador, na condição de camarada, antes de se empregar recebia uma forma de adiantamento do patrão que proporcionava um tipo de dívida interminável que estabelecia sempre o atrelamento do camarada ao patrão. Assim, diante desta realidade o trabalhador juntamente com sua família encontrava-se preso ao mesmo patrão, por suas dívidas, submetendo-se às suas ordens, não tendo condições de reivindicar. Ao pesquisar nos diversos arquivos sobre a questão do camarada em Jaraguá, apesar de escassas as informações, pude perceber que o mesmo, era pago através de forma pré-capitalista, ou seja, em espécie.⁽¹²⁶⁾

Sobre a realidade enfrentada pelo camarada, um documento exprime como era o desfecho de uma relação de trabalho entre um patrão e um camarada. Aconteceu no arraial de São Francisco das Chagas do Termo de Jaraguá, "Antônio de Castro Ribeiro, dono de uma Tropa, castigara um camarada de nome Antônio Thomaz por um modo extraordinário e como ele fosse seu escravo. Este Sr., já teve de responder ao juri na cidade de Meia Ponte, por um atentado ainda maior."⁽¹²⁷⁾

Outro sistema de trabalho utilizado pelos trabalhadores em Jaraguá foi a parceria. Segundo Prudente, os contratos de parceria demonstravam a idéia de que os proprietários concediam terra ao trabalhador para explorá-la, como num contrato de aluguel do imóvel; na verdade, entretanto, esta continuava em mãos do proprietário e era explorada conforme sua vontade. Portanto, na terra tudo pertencia ao dono. Restava ao parceiro somente parte do produto

que ele entregava por qualquer preço ao proprietário. Além disso o parceiro era obrigado a trabalhar gratuitamente ao patrão e nem sequer tinha liberdade.(128)

Sobre a questão do atrelamento entre o parceiro e o proprietário por dívidas, um documento demonstra como se dava isso no início do século XX: os proprietários dos municípios de Palmeiras, Campinas, Goiás, Anicuns, Jaraguá e outros “clamam por falta de trabalhadores rurais [...] dizem elles não podemos conseguir trabalhadores rurais por que antes temos que comprar suas dívidas que variam de 100\$000 a 1:000\$000.”(129)

Conforme os estudiosos da questão, as relações de trabalho fundamentadas na parceria não podem ser confundidas com os arrendatários capitalistas, aqueles não possuem capital suficiente para controlar o processo de produção. Ademais, ao contrário o trabalhador assalariado não está totalmente destituído dos meios de produção e devido a isso apropria-se de parte de sua produção, que é vendida ao mercado capitalista local. Outra característica da parceria, que verificamos no município de Jaraguá, é que ela, não é uma exclusividade do grande e do médio proprietário, também foi utilizada por pequenos proprietários jaraguenses, que possuíam de 5 a 15 alqueires. (130)

Para definir o modelo de trabalho chamado de agregado como mais uma forma de trabalho pré-capitalista utilizado no contexto da sociedade tradicional podemos nos referir, Saint-Hilaire e Octavio Ianni. O primeiro, ainda na primeira metade do século XIX, afirma: são alguns trabalhadores que nada possuem de seus e que se estabelecem em terras de outros. O segundo, em “As Memórias dos Escravos”, mostra que a condição jurídica peculiar do agregado “coloca-o na situação de fato de um fornecedor de força de trabalho em troca de um pagamento em espécie que é feito no quadro de consumo doméstico. Nem por isso ele deixa de ser economicamente escravo.”(131)

Em Jaraguá, a presença do agregado como forma de trabalho pré-capitalista, foi utilizada desde à primeira metade do século XIX, quando foi realizado o censo de 1824, pelo governador José Raimundo da Cunha Mattos. Outras informações são de alguns entrevistados chegados a partir do início do século XX, e que foram utilizados como agregados no município. O Sr. José Georgina, informa que, quando ele e sua família chegaram ao município, todos eles foram trabalhar de agregados na fazenda Estiva próximo ao povoado de Mirilândia. (132)

Além dessas categorias de trabalhos citadas, duas outras formas de trabalho coletivos foram bastante utilizadas pelos trabalhadores jaraguenses, como ficou evidenciado através das entrevistas, englobando várias famílias.

A principal forma de trabalho coletivo descrita pelos entrevistados encontrava-se no *mutirão*, que Anzai define como: “mistura de trabalho duro-necessário à complementação da economia familiar - e de festa muito apreciada por todos.”(133) Outra forma de trabalho coletivo utilizada com muita frequência no município era a *traição*, ou como denominam em Jaraguá “*treição*”, que para Brandão era “um tipo de ‘mutirão’, um ‘adjutório’ de surpresa. Um dia inteiro de trabalho coletivo e não-remunerado, para que o ‘dono do mutirão’ ponha em dia as suas terras e salve o tempo de semear.”(134)

Para Ranulfo, um dos entrevistados dentre as várias localidades do extenso município de Jaraguá, Estiva, Santo Antônio, Alegrete, Barro Branco, Saraiva, Boa Vista, Jatobá o mutirão era “uma ajuda mútua entre os vizinhos para limpar a roça, era uma beleza, limpava o arroz, aí agora a gente fazia um trato, hoje limpava a minha e amanhã a sua roça, depois do outro assim a roça de todo mundo da redondeza ficava limpa né; isso era uma coliação.”(135)

Para Joaquim morador de uma propriedade próxima ao povoado de Mirilândia, o mutirão era uma prática comum

"tinha demais, se você tinha uma lavoura fazia o mutirão ajuntava muita gente, trabalhava o dia inteiro cantando, bebendo, não tinha briga, não tinha nada, quando era de noite, aquele festão até o outro dia [...]. Outras ocê ajuntava uma turma (aconteceu muitas vezes), ocê tinha roça, juntava dez roceiros com suas famílias, fazia o serviço num dia, no outro dia ia pro outro, pra outro, outro até acabar tudo".(136)

Outro entrevistado que demonstrou com muita precisão a presença do mutirão foi Domingos, morador da fazenda Boa Vista próxima à cidade de Jaraguá, migrante paulista que passou a residir no município a partir de meados da década de 1930. Ele diz que o mutirão servia para:

"os vizinhos ajudar entre si a limpar arroz, a roçar pasto e mato, a limpar terra para feijão, e os próprios companheiros ajudava a fazer a comida uns levava arroz, feijão, sal, e todos juntos fazia uma grande festa além de ajudar o companheiro. Naquela época, todo mundo tinha porco, capado, de modo que a gente fazia por exemplo lá em casa não tinha luz, nos plantava algodão e fazia as candeias de barro tudo direitinho, tipo uma panela e usava a gordura de porco como combustíveis para queimar na luz e diversas, punha uma aqui outra ali, então fazia azeite plantava mamona também para queimar, mas lá a gente queimava era gordura, a gordura sobrava e também tinha que matar o porco, por que tinha que comer carne."(137)

Durante a execução do trabalho em um mutirão todas as questões são levadas em consideração como por exemplo: a menor e a maior capacidade de trabalho dos participantes, a posição, a forma como está o eito de um e de outro etc. Durante os trabalhos os participantes procuram a melhor forma de entretenimento cantado, gritando, brincando, soltando foguetes e outras diversões. No dia do mutirão as seis horas eram servidos o café com biscoitos, quitandas e bolos de mandioca; as nove horas servia-se o almoço, as catorze horas outro café do mesmo modelo e, já no entardecer, quando vai terminado o serviço, após o banho geralmente em um córrego ou rio da região, serve-se o jantar com muita fartura, antes porém a exemplo de todas as refeições se reza um "Bendito" um "Pai Nosso" um "Santo" uma "Ave Maria". Logo mais ao anoitecer, o grande momento esperado por todos, em uma barraca montada no quintal da casa

acontece a festa onde “as moças enfileiravam-se em bancos à espera da dança. Dançavam-se e cantavam-se modas, sempre referentes a casos de amores não correspondidos ou a qualquer acontecimento importante ou engraçado de que se ficasse sabendo.”⁽¹³⁸⁾

A outra forma de trabalho coletivo presente nas sociedades tradicionais era a traição, que diferencia-se do mutirão apenas em seu caráter de surpresa. Segundo Anzai o organizador é chamado de “traíçoeiro”, que tinha responsabilidade de reunir, espontaneamente todas as pessoas da localidade, homens, mulheres e jovens. Quando, de madrugada, todos chegavam de surpresa na casa do atraído que ficava emocionado e surpreso. De manhã, encaminhavam-se os homens para o local do trabalho (roça, mato ou pasto), “e ficavam as mulheres, umas fiando algodão e outras preparando o almoço, para o qual já levavam o necessário, a fim de não trazer muita despesa para os donos da casa [...]. O jantar era por conta do “atraído.”⁽¹³⁹⁾

O trabalho coletivo era igual ao do mutirão, a festa, as diversões, as atividades tanto na cozinha como no local de trabalho determinado, assim tanto o mutirão como traição era uma forma de trabalho encontrada pela comunidade para solucionar o problema da mão-de-obra na lavoura.

Enfim, após a Abolição da Escravidão não foram as relações assalariadas que passaram a predominar na economia brasileira, mas sim, outras categorias baseadas em pagamentos em espécie ou trocas, quando se estabeleceram novas relações de trabalho que não podem ser consideradas ainda como modernas ou capitalistas.

2.1.8- Alguns Elementos de Integração Social

A religião, no contexto da sociedade tradicional, criava diversos elementos que proporcionavam aos habitantes de Jaraguá laços de solidariedade. Sendo um meio precioso de reunião para aqueles que vivem separados de seus vizinhos - reunião que promove a coesão do grupo, favorecendo melhores condições para que se exerça o controle social. Nesse contexto, a religião foi um instrumento de primordial importância na luta contra as adversidades e sofrimentos da vida terrena. Consistindo principalmente em procissões, novenas, romarias, mesas propiciatórias e outros. Entretanto, paralelamente à religião com seus dogmas e sacramentos, foram se formando alguns festejos e diversões que proporcionaram a integração da comunidade, até esta ser tocada pelo movimento de incorporação capitalista no século XX.⁽¹⁴⁰⁾

A religião foi implantada no município de Jaraguá desde os primórdios da colonização paulista no decorrer do século XVIII, dando condições para que a sociedade, como um todo, não somente criasse bases para o sustento material, mas elaborasse diversas formas de representações espirituais, através de laços de solidariedade que proporcionaram a integração social. Assim, a população, sem distinção de classe, conseguiu ao longo dos anos manter a unidade representada por algumas festas religiosas (São Sebastião, 20 de Janeiro, Divino Espírito Santo, Pentecostes, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito segunda e terça subsequente ao Pentecostes, Nossa Senhora da Penha, 8 de setembro e Nossa Senhora da Conceição, 8 de dezembro). Somada aos festejos jaraguenses, surgiu também a banda de música Santa Cecília tão importante no processo de integração que passou a fazer parte direta e indiretamente da vida da comunidade.

Pelo que se pode supor, através da documentação existente, as festas religiosas começaram a ser organizadas desde a primeira metade do século XVIII. 1º) As de Nossa Senhora da Penha padroeira do local; Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Nossa Senhora da Conceição. 2º) As do Divino Espírito Santo e São Sebastião. Por volta de 1840, no paróquiado de Silvestre Álvares da Silva agruparam-se os festejos do Divino Espírito Santo, Nossa Senhora

do Rosário e São Benedito, tornando-se este e o de São Sebastião os mais festejados no contexto da sociedade tradicional jaraguense.⁽¹⁴¹⁾

As festas religiosas tinham grande influência no município, pois sempre deixavam os templos e ganhavam as ruas e praças transformando a cidade nos dias de festejo. Isto acontecia, principalmente nos festejos de São Sebastião (11 a 20 de Janeiro), Divino Espírito Santo, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, (no dia de Pentecostes), Nossa Senhora da Penha (30/8 a 8 de setembro), e Nossa Senhora da Conceição (30/11 a 8 de dezembro). Desde a década de 1830, durante os festejos em Jaraguá - do 1º ao 9º dia de festa sempre às dezenove horas - eram celebradas as novenas aos santos. O nono dia, ou melhor, no sábado, principalmente no festejo do Divino a cidade após oito dias de festividades religiosas, com novenas, rezas, alvoradas, músicas e reuniões, inicia os folguedos populares. Após o almoço que geralmente era comunitário, em casa de um dos cavaleiros ou do imperador, às 14:00 horas, tinha início as cavalhadas. Ainda no sábado, ao anoitecer ocorria ritual de levantamento dos mastros, faziam-se candeias e lamparinas que eram espalhadas pelas ruas:

“eram cumbicas de laranjas partidas ao meio e despojadas dos gomos. Cheias de azeite, recebiam um pavio que, à hora certa era aceso, formando um espetáculo de luz e originalidade. Tudo isso era feito por ocasião dos festejos de São Benedito, do Divino, de Nossa Senhora do Rosário e São Sebastião.”⁽¹⁴²⁾

Por outro lado, em todas as festas sempre aos sábados, logo pela manhã realizava-se um ato de solidariedade: a distribuição (em carro-de-boi) de carne bovina. À noite era realizada a procissão, que geralmente saía da Praça do Rosário e chegava até a Praça da Matriz. Neste local, em uma cerimônia especial, rezava-se o terço, acendia-se a fogueira. Os fogos de artifício iluminavam a praça. Muita música executada pela banda e no final do ritual, as saudações de vivas ao Espírito Santo, a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, São Sebastião, Nossa Senhora da Penha e outros.⁽¹⁴³⁾

Segundo o que se conta, desde o século XIX, durante os festejos, a cidade era tomada por pessoas de vários locais. Geralmente, todas as festas começavam com uma festiva alvorada. Os devotos acompanhados pela banda de música "Santa Cecília" compartilhavam de grandes momentos de fraternidade. Tais alvoradas (em números de três: no 1º, 6º e no 9º dias) partiam da porta da igreja matriz, onde se cantavam hinos aos santos, em seguida a banda saía pelas ruas executando músicas tradicionais (valsas, dobrados, marchas, galopes e outras). Após as andanças pelas ruas e praças, era costume servir-se um café com mesas de doces e bolos variados.

Outro elemento de integração era o leilão, que acontecia no decorrer das festas sempre após as novenas, nas denominadas barraquinhas (onde a banda de música apresentava-se diariamente). A comunidade reunia-se e faziam-se as costumeiras disputas em prol das prendas leiloadas.

No dia do santo festejado, acontecem as diversas "*brincadeiras do festejo*", os folguedos populares. No caso da festa do Divino, no domingo de Pentecostes em Jaraguá, antes da missa realiza-se o reinado. O Imperador e a Imperatriz, "nesse cortejo, o casal faz o percurso em quadro formado por fita vermelha, segura por 4 jovens vestidos com trajes de cor predominante vermelha. Várias pessoas (as vezes em multidão), o acompanham: amigos, familiares e a Banda Santa Cecília."⁽¹⁶⁴⁾ Às nove horas acontece a missa do Divino com a presença dos cavaleiros da cavalhada e de um multidão de pessoas. Ao final da missa, dá-se o ritual do sorteio do próximo Imperador. Após a celebração, era costume a distribuição do "*pão do Divino*", as famosas verônicas.⁽¹⁴⁴⁾

Ainda no domingo, após os atos religiosos, realizavam-se os folguedos populares do festejo: a Contra Dança, a dança dos Tapuios e a Congada. À tarde realizava-se um ritual denominado de entrada da rainha assim descrito por Almeida "era um estupendo espetáculo! Os pares, muito enfeitados, vinham a cavalo [...] à frente vinha o séquito da Rainha, a quem a banda

de música acompanhava. Os convidados, na igreja, subiam para o coro, onde se encontravam as cantoras.”⁽¹⁴⁵⁾

Mas o que marca os festejos religiosos em Jaraguá são as cavalhadas. De estrutura praticamente leiga, desde os tempos passados não dependia muito da hierarquia eclesiástica. A simbologia cristã fica por conta da figura do Divino presente na bandeira, coroa e cetro do imperador. As cavalhadas referem-se às lutas entre Cristãos e Mouros nos tempos de Carlos Magno.

Em Jaraguá, as cavalhadas fazem parte de sua tradição, há pelo menos cento e oitenta anos, “com as mesmas fantasias, o mesmo número de cavaleiros e ambos os lados, são também as mesmas músicas que o povo prefere cada vez mais tradicionais, são também iguais as carreiras e sobretudo e secularmente igual o resultado.”⁽¹⁴⁶⁾ Os cristãos são os vencedores enquanto os mouros, que representam os pagãos, são derrotados e conduzidos ao batismo cristão.

Outra festa religiosa que servia como integração era a festa de São Sebastião, protetor das atividades agropastoris. No município, era grande o número de parceiros, agregados, camaradas e fazendeiros que se dirigiam à cidade para participar das missas, procissões, novenas, e das barraquinhas, demonstrando, a integração do homem rural com os meios urbanos através da festa. Segundo Maria Augusta Barbo de Siqueira, o culto a São Sebastião se deve também à questão climática. Ela afirma que em Jaraguá

“por muitos anos, o veranico de janeiro (época de estiagem), esteve próximo do período de realização da festa. Em razão disso, aumentavam as aflições diante de possibilidade de prejuízo com as colheitas e, conseqüentemente multiplicavam-se as promessas a São Sebastião no sentido de garantir a presença de chuva, com este objetivo e com a perspectiva de melhores colheitas e de uma pecuária promissora são oferecidas, pelos agricultores e fazendeiros, prendas a São Sebastião.”⁽¹⁴⁷⁾

Outro elemento de integração é a banda de música Santa Cecília. Alguns documentos em mãos de jaraguenses e um comprovante de pagamento feito aos músicos datado de 04 de

setembro de 1869, nos dão evidências concretas de que sua origem é anterior à segunda metade do século XIX.⁽¹⁴⁸⁾

De acordo com Joaquim Militão, excluindo as festas religiosas, a sanfona no sarandi, a viola no catira, o lazer e as diversões na cidade eram relacionados à banda de música. A banda Santa Cecília participou ativamente das manifestações culturais jaraguenses. Com destaque para as festas religiosas quando são executados dobrados, valsas, maxixes, galopes, quadrilhas e outras que o povo gosta. Através de declarações feitas por diversas pessoas nota-se que a banda é parte integrante dos festejos religiosos de Jaraguá: 1ª) “as festas sem a banda é sem graça”; 2ª) “as festas sem a banda é sem gosto”; 3ª) os musgos tem que tocar se não os cavalos não corre; 4ª) “a festa sem a música não é festa.”⁽¹⁴⁹⁾

A banda de música Santa Cecília, no contexto da sociedade tradicional jaraguense serve também como um meio de promoção social. Militão afirma que através da banda a pessoa tinha condição de se elevar socialmente. “A gente tinha interesse de aprender música para ser qualquer coisa, pois como músico a gente tinha condições para ingressar na comunidade.”⁽¹⁵⁰⁾

Segundo Fonseca, “a música era tão importante para a comunidade que [...] os políticos empenhavam-se em manter bandas musicais pois isto estava diretamente ligado à manutenção de seu prestígio junto à comunidade.”⁽¹⁵¹⁾ Assim, através de pesquisa pude entender porque durante o último quarto do século XIX, por questões políticas entre as famílias dominantes, ocorreu um cisma na banda surgindo outra banda em Jaraguá denominada de “Banda União Jaraguense”, conhecida como a banda do “Mestre Quilu”; esse fato dentro da comunidade contribuiu, ora negativamente com o surgimento de brigas, intrigas, ciúmes, discussões e até perseguições de alguns músicos; ora positivamente para o crescimento da qualidade dos músicos e conseqüentemente das bandas.⁽¹⁵²⁾

A existência de duas bandas em Jaraguá, nesse período, reflete o poder político-econômico, característico das famílias que dirigiam o processo político da cidade. As rivalidades entre as bandas “Euperte” dirigida pelo maestro Baltazar de Freitas e a “Santa Cecília”, pelo maestro João Leite produziram efervescência e projeção de músicos jaraguenses no âmbito municipal e no regional.

Com o raiar do século XX, as rivalidades entre as bandas foram se acabando, deixando de existir as mágoas e os ressentimentos, dando novamente oportunidades aos músicos de Jaraguá de produzirem músicas de destaque até fora do país. Dentre os músicos de destaque contam-se os maestros João Leite e José Pedro de Amorim que dirigiram a banda Santa Cecília e deixaram diversas composições; o músico, compositor e maestro Baltazar de Freitas que escreveu, dentre outras músicas: “A Missa de Santo Ambrósio”, as valsas “Yolanda”, “O Silêncio é Ouro”, e a polka “Gato Preto”.(153)

Desse modo, ao estudar os elementos de integração social em Jaraguá, verifica-se que, apesar de não ser um elemento econômico, a banda de música Santa Cecília foi, a exemplo das festas de São Sebastião, Divino Espírito Santo, Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Nossa Senhora da Penha, incorporada à vida cotidiana dessa comunidade, e que com suas diversas peculiaridades e especificidades colaborou para a integração desse povo.

2.2 - Jaraguá: 1882 a 1930 - Um Período de Estabilidade

A economia de Goiás, após a decadência da economia mineradora ao longo do século XIX e início do século XX, enquadrar-se-ia dentro daquilo que Martins propõe como economia de excedente, ou seja, “trata-se de uma economia de excedente cujos participantes dedicam-se

principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades.”⁽¹⁵⁴⁾ E dentro dessa conjuntura Jaraguá se desenvolveu contextualizado, ora com maior destaque, ora com menor expressão, alcançando em 1833, a categoria de vila e em 1882, a categoria de cidade, tendo como atividade econômica principal a pecuária e a agricultura.

Interligado ao modelo da economia presente em Goiás, Jaraguá durante a segunda metade do século XIX, aproveitou uma conjuntura favorável e consolidou algumas instituições muito importantes para seu desenvolvimento; estruturou a Câmara Municipal, a Comarca Rio das Almas, a Coletoria, a Paróquia Nossa Senhora da Penha, a Instrução Pública, a Banda de Música “Santa Cecília” e outros. Em relação à infra-estrutura foi construído um mercado municipal (1884) que, juntamente com as quinze tavernas e armazéns existentes no município, fortaleceu a economia dando mais dinâmica. Também nesse momento foram construídos um cemitério público e uma cadeia pública um desejo antigo da população.⁽¹⁵⁵⁾

Após a Abolição da Escravidão, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889, novas condições sócio-econômicas atingiram a economia goiana devido ao avanço da marcha do café, ao progresso da urbanização, e também o crescimento da industrialização na região Centro/Sul do país provocando com isso uma nova “divisão regional do trabalho”, “na qual Goiás se inseriu como região periférica do capitalismo dependente.”⁽¹⁵⁶⁾ Dessa forma, houve um deslocamento no desenvolvimento econômico em Goiás, com destaque para as regiões sul e sudeste, onde alguns municípios ganharam um novo impulso, enquanto que outros principalmente das regiões norte e nordeste, sofreram um período de isolamento em suas economias.

Nesse momento, Jaraguá apesar de encontrar-se dentro da região sul do estado, entre sua elevação à categoria de cidade, em 1882 e a década de 1930, passou por um período de

isolamento. Entretanto, esse isolamento não significou um período de decadência ou de estagnação econômica, mas, serviu para que a estrutura social se mantivesse inalterada por um período de quase cinquenta anos, como demonstra a falta de recursos para as construções de estradas, meios de transportes, saneamento básico, fortalecimento do mercado local, melhoramento da saúde e educação pública e outros.

Contudo, nesse período de isolamento a estrutura sócioeconômica de Jaraguá não se altera, mantendo desse modo seus elementos básicos como notado por Waibel que afirma, a partir de 1882, "a vila de Jaraguá foi elevada a cidade e atingiu o seu primeiro clímax. Quando se não dispunha mais do barato trabalho escravo a indústria mineira e a cidade começaram a decair [...] em 1941, mesmo anos antes a vida começou a mudar na velha cidade adormecida." (157)

Diante dessa questão, uma pergunta deve ser feita: qual foi o motivo do isolamento do município de Jaraguá nesse período? - considerando-se que a conjuntura sócioeconômica de todo o estado era favorável e Goiás começava a ser incorporado pelo capitalismo nacional como produtor de alimentos e fornecedor de matéria-prima, principalmente para a região Centro/Sul do Brasil. A primeira questão a ser colocada é que apesar de Jaraguá ter sido tocado pela marcha do café antes da década de 1930, não houve modificações que possibilitasse a inserção do município ao novo modelo de acumulação do capital. (158)

Outra questão, ligada ao período de estabilidade do município, está vinculada ao processo de incorporação capitalista goiano que se deu a partir do centro/sul do estado, através da implantação da Estrada de Ferro Goiás. Com isso, ocorreu um deslocamento natural do eixo econômico, formado pelo eixo viário (Meia Ponte-Jaraguá-Goiás), para a região onde passa a Estrada de Ferro Goiás, com destaque para os municípios: Catalão, Pires do Rio, Bonfim e Anápolis; sendo que este último passou a ocupar o lugar de Jaraguá como entreposto comercial e

de ponto de abastecimento, transformando agora em “uma ampla área de influência regional que englobava trinta municípios goianos envolvendo a prestação de serviço, com destaque para o setor médico hospitalar e educacional e para a atividade comercial.”⁽¹⁵⁹⁾

Com relação a este período de estabilidade vivido pela sociedade jaraguense, os dados referentes à Instrução Pública e a Segurança Pública demonstram com muita clareza como se deu. Prova disso, foi a sensível diminuição dos alunos no período entre os anos de 1871, de 1882 e 1909. Os alunos caíram respectivamente de 51, para 15 e depois subiu para 20, e as alunas de 24 para 18, e depois chegou a 20, apesar de neste período analisado ter crescido a frequência dos alunos cujas faltas caíram de 50% para 20% tanto ao mês com no decorrer do ano. Conseqüentemente, também os professores não aumentaram e nem diminuíram; em 1882, eram professores os mesmos de 1871, Maria de Freitas e Laura Juvência de Freitas; em 1909, tendo como delegado de Instrução Pública Regional Felix Britto Fleury aparecem como professores João Antônio da Silva Machado e João de Brito.

Em 1920, a Instrução Pública de Jaraguá, para não entrar num processo de decadência e manter-se dentro de um patamar favorável, criou o Estatuto da Empresa do Educador Jaraguense. Em 1923, como resultado do estabelecimento desse estatuto foi implantada a primeira escola municipal denominada de Escola Manoel Ribeiro de Freitas Machado.

Outros dados referentes ao isolamento são de 1928, quando os estudantes de Jaraguá, eram 56 alunos, sendo 17 masculinos e 39 femininos, demonstram, pela primeira vez, um número maior de mulheres estudantes. No mesmo ano, foi fundado pelo estado uma escola mista de 3ª classe na fazenda Raizama para 15 alunos na zona rural de Jaraguá. Mas a Instrução Pública somente superou esse processo de estabilidade, em 1936, quando a escola Manoel Ribeiro de Freitas Machado transformou-se em colégio de segundo grau.⁽¹⁶⁰⁾

Com relação à questão da Segurança Pública o problema do isolamento fica mais concreto, como demonstrado em outra parte deste trabalho, a cadeia pública somente foi construída no final da década de 1870, quando existia um forte movimento de presos vindos de outras localidades da província para a capital passando pela cidade. Nesse período, em Jaraguá existia um policiamento, formado por um cabo, três soldados e mais um delegado, um escrivão, um carcereiro e um subdelegado e mais o 3º Batalhão da Guarda Nacional, que possuía os seguintes comandantes militares: alferes José Ignacio da Fonseca, alferes Jesuino Pereira Villarindo, alferes Francisco da Silva Porto, alferes Antônio Ferreira de Amorim e Tenente Lourenço Gomes de Souza, sendo estes comandados pelo Cel Diógenes Gomes Pereira da Silva.⁽¹⁶¹⁾

Porém, a partir de 1889, com a Proclamação da República ocorrerá a derrocada da Guarda Nacional e, conseqüentemente, uma profunda crise institucional em relação à questão da segurança pública. Em Jaraguá, cidade considerada como centro/militar durante o século XIX, pela presença de várias companhias no núcleo urbano, a partir de 1892, por motivo deste acontecimento, a segurança pública passará por dificuldades 1º) pela falta de militares em seu destacamento, 2º) pela suas dimensões territoriais que dificultava bastante o serviço do destacamento de apenas três militares, um delegado e subdelegado. Como conseqüência, o subdelegado Jesuino Pereira Vilarindo, após pedir reforço policial ao comando da Força Pública da capital e não ser atendido, resolveu pedir exoneração de seu cargo alegando falta de efetivo do policiamento no município e que não poderia correr risco de vida ao tentar resolver questões de segurança, o que não era fácil devido principalmente, às condições que viviam a comunidade jaraguense, como se pode ver através deste relatório que diz ser comum,

“a população sertaneja ter e usar armas proibidas [...] qualquer indivíduo, carrega sua arma a cinta, o presente inquérito é a prova duma dessas facilidades,

onde se constata que qualquer 'Ze-Ninguem', não dispensa a arma pois, como é sabido não há indivíduo no interior que lhe faltando outros recursos e até alimentos para a família, não deixa de ter um Revolver, uma Garrucha ou uma Espingarda."(162)

Silveira afirma que "Jaraguá de fato era uma cidade como as outras cidades do interior, apenas exagerava um pouco, talvez, no isolamento e na política."(163) Dessa forma outra questão que marca com bastante exatidão o período de estabilidade do município é a participação na política a nível estadual.

Mostrando que, Jaraguá encontrava-se contextualizado com as práticas políticas exercidas tanto no Brasil quanto em Goiás, no decorrer da Primeira Republica, também era exercida a política dos coronéis. Nesse período, a elite jaraguense era basicamente formada por coronéis e alferes da Guarda Nacional, políticos, fazendeiros, e bacharéis. O grupo dominante ligado ao coronelismo, teve como principais representantes os chefes políticos Cel. Tubertino Ferreira Rios, Cel. Diogenes de Castro Ribeiro e Cel. Elias da Fonseca, além de outros que perpetuaram na memória dos jaraguenses. Porém, apesar de estarem ligados às oligarquias regionais, não conseguiram atingir com destaque as conjunturas políticas do Estado a exemplo dos coronéis de Morrinhos (Cel Pedro Nunes, Cel Hermenegildo Lopes de Moraes), que sempre tiveram influência na política estadual.(164)

Com relação à política exercida pelos coronéis de Jaraguá, sem projeção a nível estadual como pode ser notado pelas poucas documentações existentes, o coronel Tubertino Ferreira Rios, opositor da oligarquia dos Bulhões e Caiados, não exerceu cargos de destaque regional. Apesar de seu prestígio entre os jaraguenses, ocupou apenas os cargos de Coletor Municipal durante a última década do século XIX, foi Intendente Municipal entre os anos de 1908 e 1909; e foi representante da Revista Informação Goyana em Jaraguá. Além disso, foi um dos grandes

proprietários de terras no município as quais segundo um entrevistado “ia desde a ponte do rio das Almas passando pela serra do Moinho até a fazenda Barro Branco de propriedades dos Teixeira.” Como político, destaca-se na coordenação política da família Freitas, que no decorrer do século XX, se alternou no poder local com os Castros.⁽¹⁶⁴⁾

Outro coronel que se destacou politicamente em Jaraguá foi Diógenes de Castro Ribeiro (Castrinho). Em nível municipal não ocupou cargo político, mais teve uma considerável participação na política regional sendo eleito em 1925, como 3º vice-presidente do Estado no governo Brasil Ramos Caiado. Além disso, destacou-se por praticar uma política aguerrida contra seus opositores, defendendo sua família e seu patrimônio, mesmo com uso de violência e da força contra seus inimigos, como era bastante comum acontecer nesse período. A exemplo dos demais coronéis da cidade, o coronel Diógenes de Castro Ribeiro, também possuía uma grande propriedade de terra que começava “desde a fazenda Boa Vista até onde se encontra hoje cidade de Rialma.”⁽¹⁶⁵⁾

Nesse contexto político, outro coronel que se destacou foi Elias da Fonseca que a exemplo dos demais, também possuía grandes propriedades de terras. Após a Revolução de 1930, passou a ser um dos representantes políticos de Pedro Ludovico e enfrentou de igual para igual o famoso coronel Castrinho, que, apesar de apoiar o Interventor de Goiás, tinha sido seu opositor desde de o início do século. Elias da Fonseca, além de ser conhecido como o “coronel das confusões” também ocupou o cargo de prefeito entre 1933 e 1935. Dentre suas realizações, estão algumas modificações no traçado urbano, o que é caracterizado como o primeiro momento de transformação da arquitetura da cidade, ou seja, a primeira “fase de modernização” do seu núcleo urbano, caracterizada por Queiroz como o início da destruição do centro histórico de Jaraguá.⁽¹⁶⁶⁾

O isolamento político a nível regional, somente foi superado por Jaraguá, ao modo de outras questões sócioeconômicas, no decorrer da década de 1940, quando o município teve como representantes dois deputados estaduais: José Peixoto da Silveira pelo Partido Social Democrata (PSD), e Paulo Alves pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), ambos médicos do município. Além de contar com o secretário da educação o Cônego José Trindade da Fonseca, que tanto lutou em prol do município.⁽¹⁶⁷⁾

Nesse contexto, os diversos elementos econômicos de Jaraguá, com exceção da pecuária jaraguense que segundo o censo de 1920, ocupava o 18º lugar entre os maiores municípios produtores de gado com uma produção de 67.092 cabeças, os demais produtos iriam permanecer dentro de um patamar de estabilidade.⁽¹⁶⁸⁾

Com relação, a produção de açúcar e aguardente, que no decorrer do século XIX, tinham sido os principais produtos da economia jaraguense, o processo de estabilidade ainda fica palpável. Enquanto os engenhos produtores de aguardente em 1880, totalizam onze unidades, os de 1910 não passavam de doze; a produção em média não sofreu alteração ficando na casa de vinte barris e quarenta litros para cada propriedade. Com o avanço do processo de industrialização no país, o produto jamais obteve um crescimento muito importante.

Outro elemento que mostra a estabilidade sócioeconômica em Jaraguá, pode ser buscado também no tratamento da saúde dos jaraguenses que, praticamente, não existiu nos séculos XVIII e XIX, pois os tratamentos eram realizados por meios ora ligados à flora, muito rica em espécie de plantas medicinais, ora realizado através de crenças religiosas como: simpatia, benzeções e orações aos santos padroeiros, como afirma Anival Fleury:

"naquele tempo não existia quase médicos na maioria das cidadzinhas do interior, era muito custoso conhecer um médico; então a alternativa era as plantas, simpatias, benzimentos e orações aos santos e agente buscava um farmacêutico que

passava um remédio qualquer, tem outra coisa a receita com um médico era muito caro baseado num saco de arroz, então não era todos que podia consultar.”(169)

A presença de médicos em Jaraguá, foi somente a partir de 1920, quando Benedito de Amorim, ao formar-se no Rio de Janeiro, veio clinicar em sua cidade natal, mas nem por isso ocorreram transformações que mudassem a realidade da saúde, pois a condição sócioeconômica da população não proporcionava o acesso a esse tipo de tratamento. As transformações com relação à saúde pública no município só vieram por volta de 1940, quando os médicos Peixoto da Silveira e Paulo Alves passaram a residir na cidade de Jaraguá e começaram a se preocupar com esse povo, e no início da década de 1950, quando foi construído o Hospital Maternidade de Jaraguá.(170)

Outros elementos que demonstram o isolamento de Jaraguá, são as estradas de rodagem e os meios de transporte que segundo a historiografia goiana eram bastante rudimentares. Não somente nesse período mas durante o decorrer dos séculos XVIII e XIX, os meios de transporte eram realizados através de carros-de-bois, lombos-de-burros, cavalos e mulas. Anivaldo Fleury mostra que o transporte era feito por meio de animal,

“nos cargueiros, tudo era na base da tração animal pinha na cacunda do animal, quando era milho era no jacá de taquara, e agora quando era o arroz, o feijão e outros cereais era puxado na bruaca [...] a bruaca era feita de couro de boi sabe, e o jacá era feito de taquara tícida. Naquele tempo as mercadorias buscava lá em Leopoldo de Bulhões, de carros-de-bois sabe, depois passou a buscar em Anápolis, [...] outra hora buscava na cacunda de burro, sabe tinha a tropa de burro que servia de condução que vinha puxando a mercadoria.”(171)

As estradas desse período que serviam ao município, conforme as documentações analisadas eram as mesmas do “século do ouro”, as seguintes: Jaraguá-Goiás, Jaraguá-Pirenópolis, Itaberhy-Anápolis, passando por Jaraguá, São Francisco das Chagas e Aracaty. Conforme pode-se verificar através das entrevistas, as estradas existentes, eram de péssima qualidade e os moradores denominavam de trilheiros ou simplesmente de “trieiros”.(172)

Desse modo, a situação das estradas e dos meios de transporte permaneceram inalteradas durante todo esse período, tendo apenas algumas alterações na segunda década do século XX, em 1919, quando ocorreu a abertura de uma estrada de Jaraguá-Santa Rita do Paranaíba, quando foi inaugurada a primeira linha de passageiros, ligando-a ao Triângulo Mineiro. Em 1925, foi implantada outra linha de passageiros de Jaraguá-Anápolis, que funcionava de 10 a 12 dias. Com relação a transportes de passageiros, também na década de 1930, foi inaugurada a linha Jaraguá-Goiás-Itaberaí. Nesse momento, também foi introduzido como meio de transporte um Fordinho 29, que provavelmente foi trazido pelos americanos Dona Joana e seu esposo, que além de construir uma estrada muito importante, no final da década de 1930, passaram a explorar ouro na região da Lavrinha de São Sebastião. Relacionada, a esses dois aspectos que demonstram o isolamento de Jaraguá, a grande alteração foi a construção em 1941, por Bernardo Sayão, da rodovia federal BR- 14, denominada de Transbrasiliana.

Dessa forma, a explicação do isolamento do município de Jaraguá nesse período histórico só pode estar vinculada às transformações conjunturais que vinham ocorrendo em Goiás, desde o final do século XIX, proporcionando o deslocamento do eixo-econômico para as regiões sul e sudeste do Estado, onde situam-se as seguintes cidades: Catalão, Pires do Rio, Ipameri, Silvânia, Anápolis, Morrinhos, Itumbiara, Rio Verde, Jataí, Caiapônia, Mineiros e outras, que começaram a se desenvolver através da ocupação de seus territórios por mineiros e paulistas atraídos pela agropecuária. Verifica-se assim, que o movimento do capital não foi idêntico, e que o centro-norte do estado nesse período foi colocado como área de reserva do capitalismo, sendo incorporado ao sistema capitalista de produção só a partir de 1940, quando diversas ações dos governos federal e estadual foram realizadas na região do "Mato Grosso de Goiás" (BR-14 Transbrasiliana e a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás - CANG).⁽¹⁷³⁾

Notas do Capítulo 2

(1) Os autores afirmam que *“os fatores históricos e geográficos responsáveis pelo povoamento dos Estados de Goiás e Tocantins são praticamente os mesmos que deram origem às suas cidades: exploração do ouro, colonização espontânea ou oficial, ferrovias, rodovias etc. Nenhuma cidade goiana ou tocantinense nasceu de atividade industrial propriamente dita pois, o processo de industrialização é ainda lento e pouco significativo. Assim os fatores históricos e geográficos de maior importância para o desenvolvimento da rede urbana em Goiás e Tocantins foram: - a garimpagem do ouro, no período colonial (século XVIII); - a agropecuária tradicional, após o esgotamento das minas de ouro (séculos XIX e XX).”* GOMES, Horieste. Antônio Teixeira Neto. Op. Cit., p-69.

(2) Sobre a questão ver na historiografia goiana : BORGES, Barsanulfo Gomides. “Despertar dos Dormentes.” Goiânia, UFG, Dissertação de Mestrado, 1982. MACHADO, Maria Cristina Teixeira. Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história. Goiânia, UFG, Dissertação de Mestrado, 1987. POLONIAL, Juscelino Martins. A Estrada de Ferro Goiás e o Processo de Urbanização de Anápolis 1907 – 1935. Goiânia, UFG, Dissertação de Mestrado, 1995. CAMPOS, Itami Francisco. Coronelismo em Goiás. Goiânia, UFG, 1983, p-83.

(3) Ver BORGES, Barsanulfo Gomides. Op. Cit., pp - 75-76.

(4) CHAUL, Nars. Caminhos de Goiás - da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia, Cegraf/UCG, 1997, p- 135.

(5) Idem., p-136.

(6) Idem, ibidem, p-136.

(7) BERTRAN, Paulo. História da Terra e do Homem no Planalto Central: Eco-História do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília, Solo, 1994. _____ CEDOC, Reportagem histórica sobre o Município de Jaraguá, publicada no Jornal O Popular, Goiânia, em 06/10/1979.

(8) PALACIN, Luiz. Op. Cit., p-156.

(9) SAINT- HILAIRE, Auguste. Op. Cit., p - 43.

(10) POHL, Joham Emanuel. Viagem ao Interior do Brasil. Belo Horizonte, USP, São Paulo, 1976, p-118-119.

(11) Idem, p-119.

(12) D'ALINCORT, Luiz. Memória sobre a Viagem de Porto de Santos à Cidade de Cuiabá. Belo Horizonte, Itatiaia, 1975, pp-92-93.

(13) BERTRAN, Paulo.(org.) Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1778. Goiânia/Brasília, UCG/UFG, p - 83.

(14) Ver FRANÇA, Maria de Souza. Povoamento do Sul de Goiás: 1872 a 1900. Estudo da Dinâmica da Ocupação Espacial. Goiânia, UFG, Dissertação de Mestrado. 1975, pp- 7-38. CASTELNAU, Francis. Expedição às Regiões da América do Sul. Tomo II., Brasileiro, BPB, Nacional, 1949, p-36.

(15) EMCIDEC/DADM. Inventário do Patrimônio Cultural. Volume II, Goiânia, 1992, S/p.

(16) Coelho, afirma que *"a maioria dos arraiais fundados nos primeiros anos teve como duração o mesmo tempo de vida dos veios de ouro que justificaram sua fundação, sendo que de muitos deles ainda em pleno século XVIII, não restaram mais que a lembrança de um nome ou registro em algum mapa de arrecadação. Prossegue poucos são os arraiais que conseguem sobreviver a esse momento de transição da economia. Vila Boa consegue se manter em função do seu caráter administrativo e burocrático de capital, independendo assim do desenvolvimento de um novo modelo econômico. Meia Ponte, em decorrência de sua posição estratégica como ponto de intercessão das estradas para São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Vila Boa e Cuiabá, soube aproveitar o momento certo, abandonando a mineração antes mesmo de seu esgotamento total, dedicando-se à agricultura e ao comércio, passando a exportar algodão fumo café e derivados da cana-de-açúcar, em especial [...] outro núcleo minerador que conseguiu superar a crise econômica foi Santa Luzia [...] outros ainda como Bonfim e Santa Cruz ao Sul e Trairas, Natividade e Cavalcante ao norte, conseguiram ultrapassar a crise surgida com o final da mineração."* P- 30-31. COELHO, Gustavo Neiva. Goiás: A Ocupação Pela Agropecuária. História Revista: revista do Departamento de História/Universidade Federal de Goiás. Volume II., n.º II (julho de 1997), Goiânia, FCHF, 1997, pp-23-43.

(17) PALACIN, Luiz. Op. Cit., p-182.

(18) Livros de Batizados do Arquivo de Nossa Senhora da Penha de 1734 -1748, 1755- 1764, 1824 a 1835 e outros. Também são encontrados esses livros no Arquivo da Sociedade Goiana de Cultura. Não foi possível identificar as paginas.

(19) Ver SILVA E SOUZA, Luiz A. da. O Descobrimto da Capitania de Goyaz: Governo, Populações e coisas mais notáveis(1812). IN: TELES, José Mendonça. Vida e Obra de Silva e Souza. Goiânia, Oriente, 1978, p - 118. CUNHA MATOS, José Raimundo. Op. Cit., pp - 34-35. SAINT-HILAIRE, Auguste. Op. Cit., p - 45.

(20) Solicitação de Matrícula dos Soldados para a Guarda Nacional. Conselho Geral da Província o Sr. Juiz da Capela Curada de Jaraguá apresenta um officio datado de 21/12/1832, a respeito de ter sido alistado neste distrito, 295 homens passando esses a contar no livro de Matrícula de 25/12/1832, pp-3-4. Arquivo Histórico Estadual, documentos de Jaraguá, caixa n.º 1, de 1835 a 1869. Documentos do arquivo do IGPA-UCG, pertencentes à Prof. PEDROSO, Dulce Madalena Rios. Coordenadora do Projeto: Memória e Patrimônio de Jaraguá.

(21) SILVA, Ana Lúcia da. A Revolução de 30 em Goiás. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 1982, p-30.

(22) Arquivo Histórico Estadual, documentos da Coletoria de Jaraguá, caixa n.º 1 de 1835-1869.

(23) Conforme documento da Vila de Jaraguá de 27/05/1835, a Câmara de Jaraguá, era formada pelos seguintes: vereadores Antonio Borges de Carvalho, Francisco de Faria; Antonio Joaquim de Oliveira; José Alvares de Almeida e Gabriel Rodrigues de Lima. Arquivo Histórico Estadual - Caixa Jaraguá - n.º 1, 1835 - 1869.

(24) Arquivo Histórico Estadual, documentos de Jaraguá. Caixa N.º 1 de 1835-1869. Conforme documentos da collectoria de Jaraguá foram entregues na Procuradoria da Fazenda a quantia de hum conto quinhentos trinta e três mil quatrocentos noventa e seis reis, do periodo de 1836 a 1841, no seguinte plano:

Receita a saber: 1836 a 1837

Mesmo de Minuças	59#267
Misto de Café e Fumo	8#228
Misto de Gado Vacum e Cavallar	157#160
Decima Urbana	19#980
Taxa de 2#000 para rezes mortas	33#355
3 Pastas de Officio de Justiça	33#735
Taxa de 6#000 dos Engenhos e Tavernas	36#000

Total 347#566

Receita a saber de 1837 a 1838

Novos e Velhos Receitas	1#030
Dizimo de Minuças	179#781
Misto de Café e Fumo	10#500
Misto de Gado	117#600
Taxa de 2#000 para rezes mortas	40#480
Decima Urbana	20#774
3 Pastas de Justiça	2#732
Taxa de 6#000 para Engenhos e Tavernas	36#000

Total _____ 408#947

Receite a saber de 1838 a 1839

Dizimo de Minuças	150#735
Mixto do Café e Fumo	11#300
Mixto do Gado	88#600
Taxa de 1#600 para rezes mortas	8#390
Decima de Prédios Urbano	36#000
Mixto de 6#000 das Tavernas	12#000
Meia Liza de Escravos	15#000

Total _____ 332#705

Receita a saber de 1839 a 1841

Dizimo de Minuças	100#543
Mixto de Café e Fumo	9#760
Mixto de Gado	72#860
Taxa de 6#000 para cada rezes mortas	36#400
Decima de Prédios Urbanos	17#320
Taxa de 12#000 nos Engenhos	12#000
Mixto das Tavernas	12#000
Meia Liza de Escravos	57#500

Total _____ 318#383

Receita a saber de 1840 a 1841

Dizimo de Minuças	102#895
Meia Liza de Escravos	23#000
Total _____	125#895

Total Geral em seis anos de 1836 a 1841 _____ 1.533#496.

(25) Documentos de Jaraguá. Arquivo Histórico Estadual, Caixa N.º 1 de 1835 a 1869 e Caixa N.º 2 de 1870 a 1881. Ver Relatório da Assembleia Legislativa de Goiás Apresentado ao Presidente da Província de Goiás de 1847. Memórias Goianas (Volumes I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII). Goiânia, UCG, CCG. 1982 Memórias Goianas (Vol. IV). Goiânia, UCG, CCG. 1892, p-140.

(26) Arquivo Histórico Estadual, documentos de Jaraguá - Caixa n.º 1 de 1835 a 1869

(27) Resoluções N.º 575 de 21 de julho de 1877 e N.º 598 de 5 de novembro de 1878. ambas no governo de Antero Cicero D'Assis Presidente de Goiás. Arquivo Histórico Estadual - documentos de Jaraguá - caixa de n.º 2 de 1870 a 1881.

- (28) COELHO, Gustavo Neiva. Op. Cit., pp-23-43.
- (29) CASTRO, José Fabricio Soares de. Op. Cit., p- 42.
- (30) Ver SILVA e SOUSA, Luiz Antônio da. Op. Cit., p-118. Ver também D'ALINCORT, Luiz. OP. Cit., pp-92-93.
- (31) Arquivo Histórico Estadual, documentação avulsa – censo da Capitania de Goiás em 1816. PHOL, Johann Emanuel. Op. Cit., p-116-117.
- (32) Memórias Goianas. Volume III, Mapa Estatístico da População da Província de Goiás. Goiânia, UCG, UCC, 1982, p-117. CASTRO, José Fabricio Soares de. Op. Cit., p-42. SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. Cit., p. 42-43.
- (33) CUNHA MATTOS, Raimundo José. Op. Cit., p -101.
- (34) Memórias Goianas. Volume IV, Mapa Estatístico da população da Província de Goiás de 1848 e 1858. Goiânia, UCG/UFG, 1982, p - 176. IBGE - Recenseamento Geral do Brasil - 1872 - Província de Goiás, pp. 33-38.
- (35) Arquivo Histórico Estadual - documentos de Jaraguá - sobre a realização do primeiro Recenseamento Geral do Brasil, no Município de Jaraguá, em 1872, caixa n.º 2 de 1870 e 1881.
- (36) TIBALLI, Eliane Figueiredo Arantes. Op. Cit., p-109. Arquivo Histórico Estadual - documentos de Jaraguá- nesse documento estão contidas algumas informações importantes como: nomes dos proprietários e proprietárias de imóveis de Jaraguá, nomes de ruas mais importantes do município - caixa n.º 2 de 1870 a 1881.
- (37) PALACIN, Luiz. História de Goiás em Documentos. Goiânia, UFG, 1995, pp- 212-221.
- (38) Idem, ibidem, p-213.
- (39) Idem, ibidem, p-213.
- (40) A Matutina Meiapontense, n.º 453, quarta feira, julho de 1833, Resolução n.º 29 - implantação de escolas em diversas vilas e arraiais.
- (41) Arquivo Histórico Estadual - documentos de Jaraguá - implantação da escola de Primeira Letras na Vila e nomeação de seu primeiro professor - caixa n.º 1 de 1835 a 1869.
- (42) Arquivo Histórico Estadual - documentos de Jaraguá - caixa n.º 1 de 1835 a 1869. Memórias Goianas. Volume IV, Goiânia, UCG/UFG, 1982, pp-142,173. Relatório que a Assembleia Legislativa de Goyaz, apresentou na Sessão Ordinária ao Exm. Presidente da Província Joaquim Ignacio Ramalho em 1847. Memórias Goianas. Volume IV, Goiânia, UCG/UFG, 1982, p-60.

(43) FONSECA, Maria Lúcia. Op. Cit., p-33. Arquivo Histórico Estadual - documentos de Jaraguá - caixa n.º 1 de 1835 a 1869.

(44) FONSECA, Maria Lúcia. Op. Cit., p-34.

(45) Livros de Batizados de Perinópolis, Livro I, de 1737 a 1747, onde se encontra os primeiros batizados de Jaraguá, pois naquele tempo a capela pertencia a freguesia de Meia Ponte. Livros de 1824 e 1835. Ver também ARTIAGA, Zoroastro. Geografia Econômica Histórica e Descritiva do Estado de Goiás. Tomo I, Triângulo, Goiânia. 1951, p-81.

(46) CUNHA MATTOS, Raimundo José Op. Cit., p-101.

(47) O francês afirma que "não é apenas a igreja de Jaraguá que testemunha o gosto e habilidade dos goianos." SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. Cit., p-53.

(48) Idem, pp- 41-45.

(49) LÔBO, José Ferreira de Souza. Goianos Ilustres. Goiânia, Oriente, 1974, p-58.

(50) Arquivo Histórico Estadual, documentos de Jaraguá, sobre o padre Manoel Ribeiro de Freitas, caixa n.º 2 de 1870 a 1881. Ver FONSECA, Luciano da. JARAGUÁ: Um Lugar de Memória. In: Um aspecto sócio-cultural: A Banda de Música de Jaraguá. UCG, HGS, Goiânia, 1995, pp- 48-57. EMCIDEC/DADM. Identificação Cultural de Jaraguá. Volume II, Goiânia, s/p. MILITÃO, Joaquim. Pequena História de Jaraguá. Jaraguá, 1970, s/p. ROMACHELI, Maria Helena de Amorim. História de Jaraguá. Goiânia, Ed. Kelps, 1998, pp-71-72.

(51) Arquivo Histórico Estadual, documentação Avulsa de Jaraguá - caixa 0024, pacote I de 1838 - criou em Jaraguá a Irmandade do S. Sacramento de Jaraguá.

(52) Livros de Batizados de Perinópolis, Livro I, de 1737 a 1747, onde se encontram os primeiros batizados de Jaraguá, naquele tempo a capela de Nossa Senhora da Penha e São José, pertencia a freguesia de Meia Ponte. Livros de 1824 e 1835. Arquivo da Igreja Nossa Senhora da Penha na cidade de Jaraguá, também encontrados no Arquivo da Sociedade Goiana de Cultura. FONSECA, Maria Lúcia. Op. Cit., p-106.

(53) Arquivo Histórico Estadual - documentos de Jaraguá sobre estimativa da produção de gado vacum e calavar - caixa n.º de 1871 a 1881.

(54) PALACIN, Luiz. Op. Cit., p-142.

(55) Idem, pp-142-143.

(56) SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. Cit., pp-43-45.

(57) BERTRAN, Paulo. CEDOC - Reportagem histórica sobre o município de Jaraguá - Jornal O Popular Goiânia, em 06/10/1979. Ver também ALMEIDA. Nelly Alves de. Op. Cit., p-11.

(58) Cunha Mattos mostra o esforço do padre Silvestre Álvares da Silva no sentido da reconstrução das pontes sob o Uru e Almas. "*A ponte do rio Almas no arraial de Meia Ponte acha-se intransitável; a setentrional do Uru e a das Almas, pouco distante do córrego de Jaraguá hão de ser reedificadas no ano de 1825 com excelentes madeiras que se acham prontas: deve-se isto aos esforços do reverendo padre Silvestre Alvares da Silva, que o requereu no de 1823 sendo deputado desta provincia na Assemblêia Constituinte no ano de 1823.*" CUNHA MATTOS, José Raimundo da. Op. Cit., p- 35.

(59) Ver Relatório da Assembleia Legislativa de Goiás Apresentado ao Presidente da Provincia de Goiás de 1847. Memórias Goianas (Vol. IV). Goiânia, UCG, CCG.1892, p-95.

(60) PHOL, Johann Emanuel. Op. Cit., p-189.

(61) SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. Cit., p-43.

(62) Arquivo Histórico Estadual, documentos de Jaraguá - criação do primeiro código de posturas do Município - caixa n.º 1 de 1835 a 1869.

(63) Arquivo Histórico Estadual, documentos de Jaraguá - tentativa de coibir abusos nos preços praticados pelos comerciantes jaraguenses - caixa n.º 1 de 1835 a 1869.

(64) Arquivo Histórico Estadual, documentos de Jaraguá - imposto de liza, ou seja, sobre as transações de escravos do município - caixa n.º 1 de 1835 a 1869.

(65) "*Tendo o engenheiro, depois dos necessários exames, levantado a planta desta estrada, e feito o orçamento, foi a construção das pontes encarregada a diversas pessoas debaixo da direcção do alferes Joaquim Craveiro de Sá, aquêem também encarreguei de mandar fazer as derrubadas e outros serviços por não haver quem os quisesse tomar como empreitada. Dando-me parte o dito alferes de estar concluída a estrada mandei o engenheiro examina-la, e que se lhe deu tem ella de extensão desta cidade à Jaraguá pouco menos de 17 léguas e meia; que forram feitas [...]. Todas estas obras forram orçadas na quantia de 1: 0-46\$321 reis inclusive a de 15\$500 reis para reparos da ponte dos Bugres.*" Memórias Goianas. Volume IV, Goiânia, UCG, UCC, 1982, p- 95. Ver EMCIDEC/DADM. Volume I. Por uma História de Jaraguá. 1982, s/p.

(66) Entrevista concedida pelo senhor Francisco Marco, na cidade de Jaraguá, em 25 de Janeiro de 1998.

(67) SILVA, Ana Lúcia da. A Revolução de 30 em Goiás. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 1982, p-5.

(68) FUNES, Euripedes Antônio. Um Período de Transição da Mineração à Pecuária. Goiânia. UFG, 1986, p- 91.

- (69) Luiz Palacin cita S.D.E.G. Cartas à Corte 1813, folhas 22 e seguintes no decorrer do governo de Fernando Delgado (1809-1820). PALAIN, Luiz. Op. Cit., p-149.
- (70) SILVA E SOUZA, Luiz Antônio da. Op. Cit., p- 28.
- (71) FUNES, Euripedes Antônio. Op. Cit., pp. 40-41.
- (72) SOUZA, Margareth de Lourdes. Op. Cit., p-92.
- (73) Idem p-92-93.
- (74) SAINT-HILAIRE, Auguste de. As Selvas e o Pantanal (Goiás e Mato Grosso). Ed. Cultrix, São Paulo, p- 53.
- (75) A INFORMAÇÃO GOIANA. Rio de Janeiro, Anno XIII, Vol. N.º XII, de março de 1929, p-54. Arquivo Histórico Estadual - documentos avulsos - sobre as publicações agropastoris da Província de Goiás - caixa n.º 0226, 1873.
- (76) SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. Cit., p- 53.
- (77) A INFORMAÇÃO GOIANA. Revista Mensal, Ilustrada e Informativa das Possibilidades Econômicas do Brasil Central. In: Goyaz em antigas estatísticas, Goiânia, Sudeco/Governo de Goiás. Vol. XII, N.º 8 de março de 1929, p-66. Arquivo do Projeto e Memória: Uma Proposta de Estudo Sobre o Patrimônio de Jaraguá, IGPA-UCG.
- (78) INFORMAÇÃO GOIANA. Revista Mensal, Ilustrada e Informativa das Possibilidades Econômicas do Brasil Central. In: Goyaz em antigas estatísticas, Goiânia, Sudeco/Governo de Goiás. Vol. XII, N.º 8 de março de 1929, p-169.
- (79) Arquivo Histórico Estadual - documentos de Jaraguá - caixa n.º 1 de 1835 - 1869. Arquivo Histórico Estadual - documentos avulsos - assunto comissão de pesos e medidas - caixa n.º 0210, de 1870. ROMACHELI, Maria Helena de Amorim. História de Jaraguá. Goiânia, Ed Kelps, 1998, p-88. Estas informações também são confirmadas por Anival Fleury que diz: *"as ferramentas começa para derrubar os matos era foice, depois o machado, depois picava a madeira com machado e depois tudo era de enxada sabe, depois tirava a soca com a enxada, os enxados só era ocupado quando era preciso fazer buraco Pra cercar estas coisas, mais no mais era a enxada para cultivar a lavoura [...] o plantio era feito com a enxada o milho, o arroz, o feijão, a cana-de-açúcar, o cará, mandioca tudo era cövado para fazer o plantio*. Entrevista concedida pelo senhor Anival Fleury, na cidade de Jaraguá, em 31 de dezembro de 1997. FUNES, Euripedes Antônio. Op. Cit., p-74.
- (80) Arquivo Histórico Estadual - documentos de Jaraguá - sobre os engenhos produtores de aguardente e açúcar - caixa n.º 1 de 1835 - 1869. SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. Cit., p-53. FUNES, Euripedes Antônio. Op. Cit., pp-70-73.

(81) Arquivo Histórico Estadual - documentos avulsos diversos - Relatório do Presidente da Província de Goiás - caixa n.º 0286 de 1879. Arquivo Histórico Estadual - documentos da Coletoria de Jaraguá - caixa n.º 1 de 1835 a 1869.

(82) SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. Cit., p-53.

(83) Borges afirma que *“ao longo do século XIX, e início do século XX, era a pecuária que garantia as parcas divisas obtidas pelo Estado e a baixa taxa de lucro do setor agrário regional. Criado extensivamente nas pastagens naturais do cerrado goiano, o gado, por se uma mercadoria que se alto transporta, foi o único produto regional exportado em escala considerável para outros Estados.”* BORGES, Barsanulfo Gomides. Op. Cit., p-49. FUNES, Euripedes Antônio. Op. Cit., p-75.

(84) Arquivo Histórico Estadual - Relatório do Presidente da Província de Goiás - documentos avulsos diversos - Câmaras Municipais - Caixa n.º 0066 de 1849. FUNES, Euripedes Antônio. Op. Cit., p-75.

(85) ALMEIDA, Nelly Alves de. Op. Cit., p-12.

(86) SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. Cit., pp-49 - 53.

(87) Arquivo Histórico Estadual, documentos da Coletoria do município de Jaraguá - caixa n.º 1 de 1835 - 1869. Confirmando a não existência de limites nas propriedades e as extensões das fazendas sobre o modelo de criatório um entrevistado diz, *“aqui era tudo gerais, e tudo aberto, ocê soltava um animal aqui e ele ia lá pra Mirilândia, era um gerais, agora aquele que tinha um gadinho, trazia os bezerros marrados no pau, como jeito de assegurar o gado perto de casa, não tinha curral para apartar as vacas era preciso amarrar os bezerros com as cordas nos paus perto das casas.”* Entrevista realizada com o senhor José Rogério de Souza, foi agregado e pequeno proprietário na região da fazenda Estiva próximo ao povoado de Mirilândia a 18 quilômetros da cidade de Jaraguá, em 12 de Janeiro de 1998. BERTRAN, Paulo. CEDOC, reportagem sobre o município de Jaraguá, publicada no Jornal O Popular, Goiânia, em 06/10/1979.

(88) PALACIN, Luiz. Op. Cit., p- 149.

(89) SILVA, Henrique. Informação Goiana, Vol. V, Anno VI, N.º 2 de novembro de 1921, p-85. Diversos são os documentos que se referem a situação das terras em Jaraguá em afirmando que existiam *“as terras de culturas e os campos de criar”*. Processos de divisão de terras, usucapião, divisão de herança e outros. Cartório do 1º Ofício de Notas de Jaraguá-Go.

(90) BERTRAN, Paulo. CEDOC - reportagem histórica sobre o município de Jaraguá - publicada no Jornal O Popular Goiânia, em 06/10/1979. ATAÍDES, Heloisa Selma Fernandes Capel de. Op. Cit., p-61.

(91) Idem, p-61.

(92) Idem, ibidem, pp-61-62.

(93) BERTRAN, Paulo. CEDOC - reportagem histórica sobre o município de Jaraguá - publicada no Jornal O Popular Goiânia, em 06/10/1979. Arquivo Particular do Projeto e Memória: Uma Proposta de Estudo Sobre o Patrimônio de Jaraguá IGPA-UCG. ROMACHELI, Maria Helena de Amorim. Op. Cit., p-88. Nas diversas entrevistas realizadas essa afirmação foi constante, além do gado ser criado a solta por ocasião da salga realizada uma vez por ano, era comum misturar-se quina moída no meio do sal e dar ao gado. Na fazenda Barro Branco até por volta de 1970, ainda utilizava bastante esse recurso.

(94) SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. Cit., p - 53. ALMEIDA, Nelly Alves de. Op. Cit., p-12.

(95) DOLLES, Dalisia Elizabeth Martins. As Comunicações Fluviais pelo Tocantins e Araguaia no Século XIX. Goiânia, Oriente, 1973, p-55.

(96) Neste instante é interessante demonstrar a trajetória das leis de terras que predominaram em Goiás entre a descoberta e a Proclamação da República em 1889. O primeiro modelo de aquisição de terras em Goiás foi a Sesmaria, que foi utilizado desde de a instalação do Governo Geral no país. Para concessão deste título os requerimentos deveriam ser feitos "ao Capitão-General e ao Governador de cada Província. Após serem requeridas, concedidas e demarcadas, ainda deveriam ser confirmadas pelo Rei de Portugal, para serem ocupadas por justo título de sesmaria." A mesma autora ainda diz "os regimentos dos governadores eram específicos quanto ao uso e ocupação das glebas de terra; e mesmo assim não conseguiram perpetuar o Sistema Sesmarial, já considerado em 1822, inadministrável; e - portanto - sucumbiu; dando lugar ao Sistema de 'Terras Devolutas', onde os governadores estaduais passaram a ser os responsáveis pelas terras sem registro." SOUZA, Margareth de Lourdes. Arqueologia Histórica Aplicada ao Reconhecimento de uma Fazenda Colonial. São Paulo, USP, Dissertação de Mestrado, 1995, p-64. Conforme Luz, "entre 1822 e 1850 a ocupação foi o único sistema a vigorar. Se o trabalhador rural e o pequeno proprietário tiveram oportunidade de se fixar num pedaço de solo, formaram-se também fazendas enormes, ultrapassando em muito as áreas que se poderiam, efetivamente, cultivar. A Constituição de 1824 nada regulou sobre a questão. O Estado não mais controlava a situação fundiária do país, reconhecendo sua incapacidade para fazer valer qualquer ordem legal. [...] das discussões deste projeto surgirá a Lei de Terras de 1850, fruto de transformações econômicas e sociais importantes, tanto no desenvolvimento do capitalismo internacional quanto da conjuntura brasileira." LUZ, Maria Amélia de Alencar. Estrutura Fundiária em Goiás: Consolidação e mudanças-(1850-1910). Goiânia, UFG, Dissertação de Mestrado, 1993, p-43. ANZAI, Leny Casseli. Vida Cotidiana na Zona Rural do Município de Goiás (1888-1930). Dissertação de Mestrado, UFG, Goiânia. 1985. P-19.

(97) Sobre a questão ver PALAIN, Luiz. O Século do ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa Capitania de Minas. 4ª ed., Goiânia. UCG. 1994. FRANÇA, Maria Sônia de Souza. A Sociedade Agrária em Goiás(1912 a 1921) na Literatura de Hugo de Carvalho Ramos. Goiânia, Dissertação de Mestrado UFG, 1978. BERTRAM, Paulo. História da Terra e do Homem no Planalto Central: Eco-História do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília, Solo, 1994. ANZAI, Leny Caselli. Op. Cit. p- 20.

(98) SOUZA, Margareth de Lourdes. Op. Cit., p-93.

(99) SOUZA, Margareth de Lourdes. Cita ALVES, F. Direito Agrário Política Fundiária no Brasil. BH., Del Rey. 1995, p-62.

(100) Diversos são os autores que se referem ao número de propriedades rurais em Jaraguá, havendo algumas contradições entre os mesmos como pode se notar. SOUZA, ao "Arqueologia Histórica Aplicada ao Reconhecimento de uma Fazenda Colonial em afirma que "entre os duzentos e noventa títulos registrados, onze apresentam referências diretas ao Engenho de São Januário" SOUZA, Margareth de Lourdes. Op. Cit., p-93. Por outro lado ROMACHELI, afirma que "em Jaraguá começou o registro em 1856 e registrou 286 fazendas com seus respectivos nomes e donos. Veja esta relação no final do livro." ROMACHELI, Maria Helena de Amorim. História de Jaraguá. Goiânia, Ed. Kelps, 1998, pp- 118-122. E documento denominado de Registro Paroquial da Freguesia de Jaraguá - 1856 a 1891. Procuradoria Geral do Estado de Goiás. Recenseamento Geral do Brasil de 1872 - Estado de Goiás - Município de Jaraguá, pp-35-37. INFORMAÇÃO GOIANA. Revista Mensal Ilustrada e Informativa das Possibilidades Econômicas do Brasil Central. In Plantação Anual - 1804. Volume XII, n.º 8 de 03/1929, Anno XIII, p-66.

(101) SOUZA, Margareth de Lourdes. Op. Cit., p-93.

(102) LUZ, Maria Amélia de Alencar. Op. Cit., p-43.

(103) Idem, p-43-44.

(104) Registro Paroquial número 182 de 26 de setembro de 1858, realizado pelo padre Silvestre Alvares da Silva no município de Jaraguá. Citado por Souza como parte de seu estudo realizado numa Fazenda Colonial denominada de São Januário. SOUZA, Margareth de Lourdes. Op. Cit., p-95.

(105) SOUZA, Margareth de Lourdes. Op. Cit., p-64.

(106) Ver BERTRAM, Paulo. História da Terra e do Homem no Planalto Central: Eco-História do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília, Solo, 1994. PALAIN, Luiz. O Século do ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa Capitania de Minas. 4ª ed., Goiânia. UCG. 1994. SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. Economia e Escravidão em Goiás Colonial. Goiânia, UFG, 1983. Martins afirma que "a promulgação da Lei de Terras, de 1850, que legalizou a conversão da terra em equivalente de mercadoria, estabelecendo preços até mesmo para as terras devolutas." MARTINS, José de Souza. Não há Terra para Plantar Neste Verão. O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político no campo. Petrópolis RJ, Vozes, 1988, p-34. Os Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis RJ, Vozes, 1983, p-41. Luz cita, Rio- Arquivo Nacional - Informações dos juizes de Direito Municipais, Delegados e Subdelegados [...], janeiro de 1873. LUZ, Maria Amélia. Op. Cit., P. 44.

(107) Arquivo Histórico Estadual - documentos da Câmara Municipal de Jaraguá - pedindo informações sobre terras devolutas próxima ao núcleo urbano de Jaraguá - caixa n.º 1 de 1835 a 1869.

(108) Arquivo Histórico Estadual - documentos da Câmara Municipal de Jaraguá - sobre o número de propriedades com o número de hectares - caixa n.º 1 de 1835 a 1869. Recenseamento Geral do Brasil para 1872- Província de Goiás-Município de Jaraguá, pp- 36-38.

(109) MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra, 2ª Ed., Hucitec, São Paulo, 1981, p- 70.

(110) PALACIN, Luiz. Op. Cit. P- 13.

(111) Idem, p- 13.

(112) PEDROSO, Dulce Madalena Rios. Jaraguá - a formação de um Arraial. Goiânia, UCG, 1997, Mimeografado. S/p.

(113) Ver SAINT-HILAIRE, Auguste. Op. Cit., p-43. Ver também PHOL, Johann Emanuel, Op., Cit., p-119.

(114) PALACIN, Luiz. Op. Cit. P- 13.

(115) SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. Economia e Escravidão em Goiás Colonial. Goiânia, UFG, 1983. Arquivo Particular da Professora Dulce Madalena Rios Pedroso, coordenadora do Projeto e Memória: Uma Proposta de Estudo do Patrimônio de Jaraguá - UCG - IGPA.

(116) Sobre a origem dos escravos negros advindos do Continente Africano para o Arraial do Córrego de Jaraguá. Ver livros de Batizados, Obtos e Matrimônios, encontrados nos seguintes arquivos: Arquivo de Nossa Senhora da Penha; Arquivo da Sociedade Goiana de Cultura e Arquivo Particular de Ramir Curado em Corumbá-GO. Com muita frequência nos livros de batizados aparecem os nomes batizando de seus pais e padrinhos e sua origem, isto é, a localidade onde nasceu. Ver também Silva que diz "*em Goiás aportaram as seguintes sub-raças de negros 1) Quiissâmas; 2) Congos; 3) Egbanos; 4) Bambas; 8) Dahomeanos; 9) Guinês; 10) Gingas; 11) Balantos; 12) Sudamenes; 13) Nagôs; 14) Mussocongos; 15) Minas; 16) Cabindos; 17) Benins; 18) Quibundas; 19) Urumanos; ainda outros que não conseguimos identificar.*". p- 28. SILVA, Martiniano José da. Sobra dos Quilombos. Goiânia, Barão de Itabará e Cultura Goiana, 1974. CASTRO, José Fabrício Soares de. Op. Cit., pp-35-41.

(117) PALACIN, Luiz. Op. e Cit. p-94.

(118) Ver RAMOS, Artur. O Negro na Civilização Brasileira. RJ., Casa dos Estudantes do Brasil. 1971. Ver também ATAÍDES. Heloisa Selma Fernandes Capel. Op. Cit., p - 57. Cita PATERNOSTRO, Júlio. Viagem ao Tocantins (1835). São Paulo, Ed. Nacional, 1945. P. 148.

- (119) MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. 2ª Ed., Hucitec, São Paulo, 1981. P- 70.
- (120) PEDROSO, Dulce Madalena Rios. Jaraguá – a formação de um Arraial. Goiânia, UCG, 1997, Mimeografado. S/p. D'ALINCORT, Luiz. Memórias sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá. Belo Horizonte, Itatiaia, EDUSP, 1985. Pp-92-93.
- (121) Arquivo Histórico Estadual - Censo de 1824 - Mapa Geral da População e Números de Casas e Propriedades Deste Arraial de Jaraguá e seu Distrito.
- (122) ATAÍDES, Heloisa Selma Fernandes Capel. Op., Cit., 57-62.
- (123) Arquivo Histórico Estadual, Relatório Geral do Governo Provincial, Instrução Secretária de Polícia, Tesouraria, Coletoria, Recebedoria, Hospital e Obras diversas de 1870. Professora Dulce Madalena Rios Pedroso, coordenadora do Projeto e Memória: Uma Proposta de Estudo do Patrimônio de Jaraguá - UCG - IGPA.
- (124) SILVA, Ana Lúcia da. Op. Cit., pp- 23-24.
- (125) IBGE. Recenseamento Geral do Brasil de 1872 - pp- 34-39.
- (126) ANZAI, Leny Caselli. Op. Cit., p-54.
- (127) Arquivo Histórico Estadual, O Correio Oficial de 20 de janeiro de 1877, p-4. Professora Dulce Madalena Rios Pedroso, coordenadora do Projeto e Memória: Uma Proposta de Estudo do Patrimônio de Jaraguá - UCG - IGPA.
- (128) PRUDENTE, Heliane. A Origem da Sociedade Agrária em Goiás. Goiânia, UFG, Monografia, 1983, s/p. CÂNDIDO, Antônio. Os Parceiros do Rio Bonito. São Paulo Livrarias Duas Cidades 1979, p-107.
- (129) Arquivo Histórico Estadual, Revista Informação Goyana, de novembro de 1920, Ano V, Volume IV, n.º 4. Professora Dulce Madalena Rios Pedroso, coordenadora do Projeto e Memória: Uma Proposta de Estudo do Patrimônio de Jaraguá - UCG - IGPA.
- (130) CÂNDIDO, Antônio. Op. Cit., pp- 105-112.
- (131) Ver SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. Cit. p- 84. Ver também IANNI, Octavio. As Metamorfes dos Escravos. São Paulo, Edusp, 1976, p-91.
- (132) Entrevista concedida pelo José Rogério de Souza, na cidade de Jaraguá, em 30 de janeiro de 1998.
- (133) ANZAI, Leny Caselli. Op. Cit., p - 109.
- (134) BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Que é Folclore. São Paulo, Brasiliense, 1982, pp-17-18.

(135) Neste instante deve ser feita com relação ao termo "traição", uma ressalva, em Jaraguá todos os entrevistados, não denominam de traição mais sim de treição; após as entrevistas pessoalmente tirei as dúvidas com eles e com outros moradores da cidade. Entrevista realizada com o senhor Ranulfo 06 de janeiro em Jaraguá.

(136) Entrevista concedida pelo senhor Joaquim Aristeu da Fonseca, na cidade de Jaraguá, em 23 de fevereiro de 1998.

(137) Entrevista concedida pelo senhor Domingos Gomes de Oliveira, na cidade de Jaraguá, em 06 de janeiro de 1998.

(138) ANZAI, Leny Caselli. Op. Cit., p-111.

(139) Idem, p-112.

(140) QUEROIZ, Maria Isaura Pereira de. Do Rural e do Urbano no Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976, pp-136-137.

(141) ZACARIOT, Marluce. CEDOC – Pacote de Jaraguá - reportagem Histórica sobre o Município de Jaraguá, publicada no Jornal O Popular. Goiânia, em 19 de maio de 1993.

(142) ALMEIDA, Nelly Alves de. Op. Cit., pp-20-22.

(143) Idem, p-21.

(144) EMCIDEC/DADM. Inventário do Patrimônio Histórico Cultural. Vol., n.º II, 1982, s/p.

(145) ALMEIDA, Nelly Alves de. Op. Cit., p-21.

(146) BRANDRÃO, Carlos Rodrigues. As Cavalhadas de Pirenópolis. Goiânia, Oriente, 1974, p-20.

(147) EMCIDEC/DADM. Inventário do Patrimônio Histórico Cultural. Volume II, de 1982, s/p.

(148) Existem documentos que comprovam a existência da Banda de Música Santa Cecília desde a primeira metade do século XIX. Dentre eles está um comprovante de pagamento feito por ocasião de um festejo de Pentecostes que se encontra na sede da banda Jaraguá, com os seguintes músicos: Benedito de Souza, Pedroso Nunes, Hermenegildo Nunes de Lima, Gabriel Raimundo, Custódio Raimundo, Miquelino Paiz de Moraes, Altur João Pereira, Vallarinho Alves, Gordinho Antônio dos Santos e o maestro Manuel Ribeiro de Freitas.

(149) Entrevista realizada com o Sr. Joaquim Militão, em Jaraguá 25, de maio de 1995.

(150) Idem, s/p.

(151) FONSECA, Maria Lúcia. Op. Cit., p-109.

(152) EMCIDEC/DADM. Inventário do Patrimônio Histórico Cultural. Volume II, de 1982. s/p. Entrevista concedida pelo Sr. Joaquim Militão, na cidade de Jaraguá, em 25 de maio de 1995. Entrevista concedida pelo atual maestro na banda Santa Cecília José Joaquim do Nascimento, na cidade de Jaraguá, em 29, de maio de 1995.

(153) Arquivo musical da banda Santa Cecília - Jaraguá 30, de março de 1995.

(154) MARTINS, José de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo. Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo. Pioneira, 1975. P - 45.

(155) Arquivo Histórico Estadual - documentos de Jaraguá - demonstrando a realização de algumas obras no núcleo urbano de Jaraguá no último quarto do século XIX - caixa n.º 2 de 1870 - 1881.

(156) BORGES, Barsanulfo Gomides. Op. Cit., p - 52.

(157) WAIBEL, Leo. Capítulos de Geografia Tropical do Brasil. IBGE, 1979, p-169.

(158) DAYRELL, Eliane Garcindo. Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Análise Política de Colonização na Expansão para o Oeste. Goiânia, UFG, Dissertação de Mestrado, 1974, p-44.

(159) POLONIAL, Juscelino Martins. Op. Cit., p-133.

(160) Arquivo Histórico Estadual - documentos de Jaraguá - atas escolares contendo diversas informações como: idade dos alunos, local de nascimento, nomes de pais e responsáveis, números de alunos e outras - caixa n.º 3, 4 e 5.

(161) Arquivo Histórico Estadual - documentos de Jaraguá - sobre a realidade do policiamento de Jaraguá - caixa n.º 4 de 1899-1900.

(162) Arquivo Histórico Estadual - documentos de Jaraguá - sobre a liberdade de se andar armado em Jaraguá no início do século XX - caixa n.º 4 de 1890 a 1899.

(163) SILVEIRIA, José Peixoto da. Fragments do Meu Tempo. Kelps, 1ª Ed., 1997, p- 94.

(164) Ver sobre o coronelismo em Goiás. CAMPOS, Itami Francisco. Coronelismo em Goiás. Goiânia, UFG, 1983. MORAES, Maria Augusta Sant'anna. História de Uma Oligarquia: Os Bulhões. Goiânia, Oriente, 1974. FERREIRA, Gracy Tadeu da Silva. O Coronelismo No Estado de Goiás (1889-1930): As Construções do Fenômeno pela História e

Pela Literatura. Goiânia, UFG, 1997. FONSECA, Maria Lúcia. Coronelismo Mandonismo Local e Cotidiano - Morrinhos 1889/1930. Goiânia, UFG, 1997, p-92.

(165) Ver EMCIDEC/DADM. Inventário do Patrimônio Histórico Cultural. Vol., n.º II, 1982, s/p. Arquivo Histórico Estadual - documentos de Jaraguá (divisão em distritos) Caixa de n.º 4 de 1890-1899. Passos, narra um confusão entre dois coronéis da cidade de Jaraguá, demonstrando com muita precisão que essas brigas, já eram de antes do movimento de 1930, quando ambos militarão em partidos diferentes. Então com advento da revolução de 1930, e com as dissoluções dos partidos, novas agremiações surgiram apoiadas pelo Interventor Federal em Goiás, nascendo daí diversas confusões em várias cidades como: Catalão, Ipameri, Orizona e Jaraguá, que nos dizeres do autor essas brigas entre os coronéis são intermináveis. PASSOS, Lindolfo Emiliano. Memórias Militares e Políticas. Goiânia, ed. Norton, 1986, pp-134-136. Entrevista concedida pelo senhor Domingos Gomes de Oliveira, na cidade de Jaraguá, em 06 de Janeiro de 1998.

(166) INFORMAÇÃO GOIANA. Revista Mensal Ilustrada e Informativa das Possibilidades Econômicas do Brasil Central. Volume XII, n.º 8 de 03/1929, Anno XIII, p-66. SILVEIRA, José Peixoto da. Op. Cit., p- 97.

(167) QUEIROZ, Marcello. CEDOC - Pacote de Jaraguá - reportagem histórica sobre o município de Jaraguá - publicada no Jornal o Popular, Goiânia, em 03/01/1988.

(168) SILVEIRA, José Peixoto da. Op. Cit., p-109.

(169) IBGE. Censo Demográfico - População e Habilitação - Censos Agrícola, Industrial, Comercial e Serviços. RJ. 1952. Recenseamento Geral do Brasil - Estado de Goiás - Município de Jaraguá. 1920.

(170) Entrevista concedida pelo senhor Anival Fleury, na cidade de Jaraguá, em 30 de dezembro de 1997.

(171) Ver SILVEIRA, José Peixoto da. Op. Cit. P- 109. ATAÍDES, Helóisa Selma Fernandes Capel. Op. Cit., pp-72-80.

(172) Entrevista concedida pelo senhor Anival Fleury, na cidade de Jaraguá, em 30 de dezembro de 1997.

(173) Idem, s/p.

(174) ATAÍDES. Heloisa Selma Fernandes Capel. Op., Cit., pp- 79-80.

CAPÍTULO III

JARAGUÁ NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES CAPITALISTAS

Neste capítulo, o que se pretende estudar são as transformações ocorridas no município de Jaraguá, a partir da década de 1940, no contexto do processo de modernização de Goiás. Entretanto, este pólo de análise, apesar de possuir características que lhe são próprias, não estará dissociado dos capítulos anteriores. Os elementos analisados serão os mesmos da sociedade tradicional, incorporados ao processo de mudança que atingiram a estrutura tradicional da sociedade jaraguense.

3 - A Penetração do Capitalismo em Goiás

A Fase Preliminar

No Brasil, o capitalismo, enquanto sistema de produção, consolidou-se a partir da produção cafeeira entre 1880 e 1932. Ocorre então a unificação dos mercados em caráter regional entorno do Sul e Sudeste, que se transformou em centro dinâmico de acumulação do capital. A partir daí, o sistema de produção adquiriu dinâmica própria dispondo, para seu desenvolvimento, de uma ampla disponibilidade de terra e de superabundante força de trabalho. Nesse período, as condições sócio-econômicas em Goiás começaram a alterar-se, especialmente nas duas primeiras décadas do século XX. Alterações estas, provocadas pela expansão cafeeira, pelos processos de urbanização e industrialização, modificando assim antigas bases da divisão regional do trabalho, na qual o Estado de Goiás foi introduzido no mercado nacional como região periférica do capitalismo.(1)

O processo de expansão capitalista, em sua fase preliminar, caracterizou-se pela chegada da rede ferroviária ao território goiano. Isso possibilitou o acesso dos produtos goianos aos mercados de outras regiões, principalmente do Centro-Sul. Ao mesmo tempo, ofereceu condições de ocupação para as vastas terras do Estado, com destaque para a região meridional, onde se concentrou o desenvolvimento nesse período.

A expansão da fronteira capitalista em seu processo de desenvolvimento dependia da unificação geográfica dos mercados, através de um sistema de transportes adequado. A rede ferroviária passa de 9.320 km em 1888 para 31.857 km em 1928. Com relação a Goiás, as estradas de ferro que possibilitaram maior mobilidade de sua economia foram: a Estrada de Ferro Mogiana, construída em 1896, que chegou até Araguari, MG. E em 1913, sua extensão que se denominou Estrada de Ferro Goiás, interligando Goiás ao mercado nacional.(2)

A introdução da rede ferroviária trouxe consigo mudanças sócio-econômicas, políticas e culturais para o sertão goiano. Além de possibilitar a inserção de Goiás, no mercado capitalista,

foi diretamente atingido por diversas correntes migratórias, que ocasionaram no renascimento de antigos municípios e o surgimento de novos. (Ver Mapa III)

O desenvolvimento capitalista em Goiás não se deu de forma homogênea, pois até os anos trinta as porções centrais e meridionais do Estado praticamente não haviam sido atingidas. Esse desequilíbrio é verificável, se comparados os dados populacionais entre o norte e o sul de Goiás. Em 1920, a população do Estado, era formada por 511.919 habitantes, dos quais, apenas 58.477 habitantes, isto é, (11,4%) encontravam-se nas regiões setentrionais. Outro fato que demonstra esse desnível no desenvolvimento refere-se à quantidade existente de sedes municipais. Em 1920, dos dez maiores municípios em população de Goiás, apenas 3 estavam localizados na porção setentrional.⁽³⁾

Goiás, até 1930, apresentou uma baixa densidade demográfica. Os dados correspondentes ao período de 1890 e 1900 são elucidativos dessa realidade. Nesse período, o crescimento populacional apresentado pelo Estado ficou abaixo da média do país. Esses dados revelam que o crescimento populacional de Goiás apresentou a menor taxa da história com relação ao Brasil, sendo de 1,16%, enquanto que a média do país foi de 1,98%, isto é, 70,7% superior ao crescimento médio anual da população goiana.⁽⁴⁾

O processo desigual, motivado pelo movimento capitalista em Goiás, contribuiu decisivamente para o surgimento de alterações diversas na estrutura agrária de Goiás. Prova disso está na Lei de n.º 134, de 23 de junho de 1897, que tentava coibir o processo de invasão e devastação das terras do Estado. A partir de 1915, devido ao fato de as regiões sul e sudeste exercerem forte atração (fertilidade e baixo custo das terras), houve um profundo desequilíbrio no processo de ocupação dessas regiões, Goiás serviu de receptor de migrantes advindos do Centro-Sul e principalmente de São Paulo. Naquele instante, as regiões dinâmicas do capital, não tinham meios de absorver as correntes de imigrantes e migrantes que se dirigiam para seu interior em

número cada vez mais alto. O meio para o desafogo do excesso de mão de obra era promover seu deslocamento para as regiões periféricas.⁽⁵⁾

Assim, Goiás foi, na prática, atingido pela expansão do mercado nacional. As regiões semi-isoladas, que ainda sobreviviam em economia de subsistência, foram transformadas. Essas regiões foram inseridas na nova divisão inter-regional do trabalho o que significou uma ampliação do mercado para o capital industrial e o fortalecimento de sua base de acumulação.⁽⁶⁾

Nesse contexto ocorre a transição do sistema de transporte ferroviário para o transporte rodoviário. Os veículos automotores e as estradas de rodagens, forçam a mudança da política de transporte no país (1943), com a elaboração do Plano Rodoviário Nacional. Nessa fase, o conjunto de estradas de rodagem, que formava o sistema de transportes goiano até 1930, não apresentou transformações, ficando essas apenas por conta dos canais de ligação de alguns povoados e municípios que surgiram principalmente nas regiões sul e sudeste e centro/norte do Estado.⁽⁷⁾

A Segunda Fase

Sob a égide de uma política populista, Getúlio Vargas governou o país de 1930 a 1945. Em seu governo implementou um projeto de integração do país denominado de a "Marcha para o Oeste." O período getulista foi marcado pelo fortalecimento de doutrinas nacionalistas que serviram de sustentáculo ideológico do projeto desenvolvimentista que afirmava o ideal da nacionalidade.⁽⁸⁾

Assim, o governo volta-se para interior do país. Sua preocupação era a integração das regiões despovoadas diante de pretensões mundiais, devida a grande parte do território nacional

constituir um vazio demográfico. Vargas arquitetou uma cruzada integracionista para o país, representada pela imagética nacional, que inclusive se preocupou com a questão racial, por exemplo, excluindo judeus e orientais da composição nacional idealizada, composta de brancos, negros e índios.⁽⁹⁾

A expansão visava encurtar distâncias, abrir caminhos e expandir as fronteiras econômicas na direção do interior do país. O objetivo prioritário era produzir o envolvimento pela via da ocupação do território na política, já que a participação encontrava-se vetada, pois os canais institucionais de participação do povo encontravam-se fechados. Aos brasileiros era dada uma sensação de colaboração e participação. Era uma forma de fazer realizar no nível das sensações aquilo que o Estado Novo (1937-1945) negava na prática.⁽¹⁰⁾

Sobre isso, Lira afirma que a "Marcha para o Oeste" na prática foi um projeto, do qual a justiça social estava distante. Escondia o mais perverso modelo de ocupação do campo brasileiro, possibilitando a implementação das frentes de expansão, que serviam como elemento preparador das terras para as frentes pioneiras. Entretanto, sabe-se que o Estado Novo, nasceu de uma formação social transitória entre a formação social exportadora e a formação social industrial dependente. De modo algum, rompe-se com a tradição estabelecida entre a política econômica e o campo; apenas acelera-se o processo de industrialização e desvia ao campo uma política de integração sem participação que não altera a estrutura fundiária do país e garante as condições para a expansão capitalista.⁽¹¹⁾

Para Goiás, este movimento representou oportunidade de incorporação definitiva ao mercado capitalista. A penetração de migrantes vindos de várias regiões do país e a implantação da frente pioneira nas regiões sul-sudeste, e centro-norte do Estado. Assim, a política getulista apesar de criticada, representou para o Estado de Goiás, "uma resposta às suas reivindicações reiteradas de participação na vida nacional."⁽¹²⁾ A política conciliatória beneficiou o Estado, que

teve sua oportunidade para efetuar a expansão econômica e acelerar a sua integração nos circuitos dinâmicos da economia nacional.

Nesse instante, a grande ação do Estado foi a resolução da polêmica questão que envolvia a mudança da Capital. Esse acontecimento esteve ligado aos interesses econômicos e políticos do sul (a região, nesse período, era a mais próspera, concentrando 40% do rebanho e 63% da produção agrícola). Nessa região estava concentrada a maioria das oligarquias oposicionistas, favoráveis à mudança na tentativa de romper com o passado e trazer a capital para a região central do Estado.⁽¹³⁾

A mudança da capital representa para Goiás o instante de participação na vida nacional. Simboliza o esforço, reconhecidamente goiano, coincidindo com a oportunidade dada pelo governo central. No entanto, isso, não pode ser interpretado de maneira unilateral, "é preciso ficar claro que, enquanto parte do governo federal um movimento em direção a Goiás, Goiás efetua um movimento a partir de si mesmo em relação ao Brasil."⁽¹⁴⁾ Goiânia representa a separação do velho e do novo, é uma cidade planejada, racional, projetada, no centro do desenvolvimento sócio-econômico do Estado.

A política getulista também beneficia o Estado através do decreto-lei de 14 de fevereiro de 1941, que implantou a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). Assim, a década de 1940 marca a transição da frente de expansão para a frente pioneira, principalmente na micro-região do "Mato Grosso de Goiás", com empreendimentos dos governos federal e estadual, dando oportunidade para Jaraguá, incorporar-se ao mercado capitalista.

A implantação da CANG no Vale do São Patricio, realizada numa área de 44.500 ha. com o objetivo de assentar agricultores em pequenas propriedades (de vinte a trinta hectares), conta com a distribuição gratuita de outras vantagens como: ferramentas, habitações, educação, orientações técnicas e outras. Sua concretização foi de fundamental importância no processo de

incorporação capitalista. Por sua localização estratégica, serviu de centro de abastecimento da região industrializada do país. E possibilitou o progresso das fronteiras através de novo modelo agrícola que substituiu o de rotação de terras pela rotação de culturas.⁽¹⁵⁾

A CANG trouxe consigo um aumento demográfico para a região. Em março de 1944, quando se concluiu a estrada Anápolis-Jaraguá-CANG, moravam na colônia apenas 10 famílias. Em julho de 1946, passou para 1.600 famílias, num total de 8.000 habitantes. Em 1950, o número de habitantes era 29.522 habitantes, sendo que em Ceres residia um total de 8.000 pessoas. No decênio seguinte, sua população foi estimada em 60.000 hab. Segundo os dados, esses migrantes e imigrantes eram de várias regiões do mundo. Dentre eles, sabe-se que 60% são de Minas Gerais, 20% seriam de goianos e os outros 20% de origens diversas.⁽¹⁶⁾

A implantação da CANG encontrou diversas dificuldades durante sua concretização. Entre todas, a mais polêmica foi a demora nas distribuições dos lotes. Valverde afirma que esta tem sua explicação no modelo de loteamento escolhido: este tinha sido realizado a partir de um modelo de colonização alemão, que mantinha

“a idéia fundamental de dar a cada lote acesso à estrada e à água. Em decorrência da malha fundiária que se organiza, o habitat toma um padrão linear. Os lotes tomam, nesse esquema a denominação de Hufen, em alemão. Mas era inexecutável, numa região acidentada como o Mato Grosso de Goiás, aplicar-se o mesmo padrão fundiário que o adotado numa região plana, como a Alemanha Oriental e a Polônia. Nessas condições fez-se uma adaptação que deveria melhor chamar-se de ‘conta de chegar’. Onde os lotes fronteiros aos rios não podiam alcançar o espigão sem aumentar sua área muito acima do limite legal, ou sem tornar excessivamente discrepantes as dimensões de sua forma aproximadamente retangular, os topos das elevações foram também subdivididos em parcelas mais ou menos equivalentes, retangulares ou trapezoidais, mesmo sem acesso a rios ou estradas importantes.”⁽¹⁷⁾

Esse feito proporcionou o avanço da fronteira agrícola do Estado para o vale do São Patricio, ou melhor, para o novo “Mato Grosso de Goiás”, onde se concentram as cidades de Jaraguá, Ceres, Uruana e outras (Ver Quadro VIII), resultando na reformulação dos meios de

funcionamento das forças produtivas, devido a sua inserção em um novo modelo de divisão social do trabalho. Nesse sentido, o "Mato de Goiás de Goiás" passou a enquadrar-se no contexto da estrutura agrária nacional, como frente pioneira, ocorrendo a introdução de várias empresas rurais na região como: a Companhia Geremia Lunardelli S/A, Indústria, Comércio e Exportação, da Companhia Agrícola e Pastoril de Goiás e outras que modificaram as características da sociedade tradicional dando novas relações de produção e um novo padrão de acumulação. (18)

A "Marcha para o Oeste" trazia consigo orientações aos governos estaduais no sentido de fomentar a distribuição de terras. Em 1949, o governo de Goiás, imbuído do interesse de cumprir a política federal, estabeleceu na mata São Patricio uma Colônia, nos moldes da CANG. Dividiu cerca de 150.000 ha. em 3.000 lotes de 50 ha., que foram distribuídos a pequenos agricultores de várias regiões do Brasil, nascendo dessa realização a atual cidade de Rubiataba. (19)

Outro fator presente no processo de incorporação capitalista em Goiás, foram as colônias particulares. Ao lado das colônias oficiais contribuíram decisivamente no crescimento demográfico do Estado (1920 1,7%, 1940 2%, 1950 2,3%), elevando assim participação de Goiás em relação ao país. As colônias privadas tiveram grande relevância no desenvolvimento de Goiás, com destaque para a Colônia Marasil (Empresa Agro-Colonizadora Industrial) implantada em 1946, na fazenda Boa Esperança, no município de Formosa. (20)

Proporcionou o aumento na produção agro-pecuária e a concentração populacional de 27.815 famílias, transformando Formosa em centro dinâmico de colonização, abrindo caminhos para as primeiras exportações de carne para o exterior. Entretanto, outras colônias foram realizadas em Goiás; no município de Jaraguá, foram duas: uma na fazenda Anil (São José) e outra nas proximidades da fazenda Lavrinhas (Santa Clara), que contribuíram para o fortalecimento agro-pecuário do município. Porém, é necessário esclarecer que os objetivos das

colônias privadas diferem das colônias oficiais. Enquanto as primeiras procuram produzir em grande escala produtos de alto valor comercial e exportá-los para outras regiões, as segundas voltam-se para o assentamento de pequenos proprietários rurais e para o povoamento de áreas despovoadas.(21)

Durante a inserção de Goiás no sistema econômico nacional, como consumidor de manufaturas e produtor agro-pecuário para as regiões dinâmicas do país, a política do Estado Novo (1937-1945), estabeleceu no estado a "Fundação Brasil Central", pelo decreto-lei n.º 5.878, de 04 de outubro de 1943, com duas orientações fundamentais: uma concentrava na exploração do Centro/Oeste do país e a outra determinava as metas de aproveitamento dos rios brasileiros ao encontro do rio Amazonas.(22)

Em Goiás, a "Fundação Brasil Central", na prática deu condições de povoamento aos locais de pouca densidade demográfica. Com base ideológica nacionalista e integracionista, estabeleceu em diversos locais no Estado como: Caiapônia (elo de ligação entre o sul de Goiás, bacia do Araguaia, norte-Amazonas; leste-Minas; sul-via-Minas Gerais); Itumbiara (centro distribuidor); Rio Verde (centro de gravidade econômica do sul de Goiás); e Aragarças (centro de atividade da "Fundação Brasil Central).

Esta instituição priorizava a implantação de elementos modernos na agricultura combatendo as endemias, realizando o saneamento e promovendo experiências agrônomas e agrícolas na tentativa de atender os objetivos da colonização. Assim, a fundação introduziu uma nova mentalidade entre os agricultores com relação à utilização de novas técnicas, transformando o modelo de preparação do solo, o manejo e a introdução de novas máquinas.(23)

A decadência das estradas de ferro e o avanço do transporte rodoviário, a partir de 1930, vinculam-se às mudanças estruturais e conjunturais na economia nacional. Referindo-se ao transporte rodoviário, Waibel afirma que a condição básica de funcionamento deste foi

naturalmente a construção de novas estradas. Assim, ocorre um crescimento tanto das estradas pavimentadas quanto dos caminhões em circulação no país. As estradas passaram de 113.570 Km, em 1928, para 258.390 km, em 1939, e para 459.714, no ano de 1955; e os caminhões passaram de 54.842, em 1937, para 109.210, em 1947, e 210.244, em 1951.⁽²⁴⁾

Entre 1930 e 1955, o transporte rodoviário, apesar de não ser o mais recomendável para o país, devido a suas bases estruturais e espaciais, deixa de ser uma preocupação em nível estadual e municipal, tornando-se um elemento importante no processo de ocupação de novas áreas, reforçando as funções regionais e contribuindo para o avanço do setor urbano e mais a articulação das terras recém-abertas.

Em Goiás, até por volta de 1940, as construções das estradas de rodagem eram realizadas exclusivamente pela tração animal e humana. Os primeiros equipamentos mecânicos destinados a esse setor foram adquiridos no triênio 1940/42. Nesse contexto, construíram-se as primeiras rodovias federais sendo 1ª) Goiânia-Anápolis, entre 1936 a 1939; 2ª) Anápolis-CANG, entre 1941 a 1944; 3ª) Anápolis-Corumbá-Niquelândia; 4ª) Anápolis-Goiânia ligando a Frutal no Estado de Minas Gerais, passando por Itumbiara, em 1955.⁽²⁵⁾

Nesse momento, o Estado foi beneficiado com a abertura de um conjunto de rodovias que deram um novo padrão ao transporte rodoviário goiano, tendo como destaque as construções das seguintes rodovias:

“GO-3, com 350 Km ligando Goiânia, Trindade, Nazário, Firminópolis, Iporá e Aragarças; GO-4, com 330 km, ligando Goiânia, Inhumas, Itauçu, Itaberai, Goiás, Itapuranga e Aruanã; GO-13, com 630 km, ligando Uruana, Amaro Leite, Porangatu e Miracema do Norte; GO-14, com 370 km, em conexão com Anápolis, Jaraguá, Rialma, Ceres, Bandeirantes à margem do Rio Araguaia; Go-32, também chamada Estrada do Sol, com 240 km de extensão, unindo Niquelândia, Ceres, Rubiataba e Caimar.”⁽²⁶⁾

Os elementos citados foram de grande importância no contexto da penetração do sistema capitalista em Goiás. Entretanto, existe um consenso na historiografia de que, apesar de todo o

desenvolvimento no setor de transportes rodoviário, o grande fluxo desenvolvimentista deu-se, no entanto, com a construção de Brasília, que favoreceu ao Estado de Goiás um aumento extraordinário das rodovias federais e estaduais.

A Terceira Fase

O período final da primeira fase da "Marcha para o Oeste" consolidou o mais audacioso programa de colonização nacional sob a égide da política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschsk. Teve como meta fundamental a construção de Brasília, no Planalto Central, que imediatamente repercutiu na economia goiana cumprindo os prognósticos do Programa de Metas. Em poucos anos, Goiás foi retalhado por inúmeras de vias de comunicação que deram condições para criar uma base eficiente no comércio com outras regiões do Brasil e favoreceu a integração das áreas semi-isoladas do Estado, possibilitando o avanço das comunicações, o que colaborou decisivamente no processo de penetração capitalista em Goiás. (27)

Brasília, para Goiás, resultou na formação de um complexo rodoviário, no qual, a capital se ligava de Norte a Sul e de Leste a Oeste, através de rodovias. Assim, Goiás foi interligado aos principais centros comerciais brasileiros, possibilitando a multiplicação dos canais de escoamento da produção e a ativação do comércio. Esse feito vai representar para Goiás maiores fluxos migratórios e um acréscimo no número de propriedades agrícolas que passaram, de 63.736, em 1950, para 111.015, em 1960, e um aumento na produção agrícola, que foi acrescida de 59,7% para 100% e para 159,7%; e as exportações cresceram de 100% para 241,4%. (28)

Ocorre um processo de intensificação e circulação da produção, favorecendo a instalação do capital financeiro e comercial, onde a penetração capitalista não tinha se realizado. Nota-se

que o processo de penetração do capitalismo goiano teve como gerente o Estado que teve um papel fundamental “ora acompanhado concomitantemente a ocupação, ora se antecipando a ela, preparando o terreno para que se possa efetivar o impulso do capital [...] o Estado utilizou de uma política creditícia, além dos Programas Especiais que se espalharam abarcando vários municípios.”⁽²⁹⁾

A integração política dava-se entre os governos. José Ludovico de Almeida (1954-1960) cumpria as propostas determinadas pelo Programa de Metas, como pode ser notado em seu discurso: “os meios de transporte constituem evidentemente outro elemento essencial ao desenvolvimento econômico e por isso o meu governo, acima de outras medidas cuidará de intensificar a execução do novo plano rodoviário.”⁽³⁰⁾ O governo de Goiás cumpriu sua meta construindo as seguintes rodovias: Jataí-Aporé; Jaraguá-Goianésia-Uruaçu; Itaberai-Crixas; Baunilha-Crixas-Bandeirantes; Goiânia-Nerópolis; Formosa-Posse; a rede do norte composta de Veadeiros, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás, Arraiais, Taguatinga, São Domingos.

Nesse instante, houve a expansão dos núcleos urbanos em todas as regiões de Goiás, contribuindo para que ocorresse uma dinamização no comércio entre as micro-regiões do Estado, e outras regiões do país, principalmente com o Centro-Sul. Esse movimento elevou o total dos valores exportáveis em Goiás, chegando a uma taxa média de 19,16%; no entanto, o gado continuava a ser o principal produto de exportação, acompanhado do arroz e do café.⁽³¹⁾

Dessa forma, deu-se a penetração capitalista em Goiás, existe um consenso com relação, a um o processo que foi iniciado no final do século XIX, com a expansão das ferrovias, conseqüência do desenvolvimento industrial e urbano do Centro-Sul e da expansão cafeeira. Após a “fase preliminar”, um novo impulso capitalista atingiu Goiás, sob a égide da política desenvolvimentista, com a aplicação da “Marcha para o Oeste”, favorecendo o avanço da frente pioneira sobre a frente de expansão. A terceira fase, constituiu o momento final da primeira

etapa do projeto de expansão, através da construção de Brasília no Planalto Central, fato que possibilitou a integração definitiva de Goiás ao sistema de produção capitalista.

QUADRO VIII

RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NOVO MATO GROSSO DE GOIÁS – 1950

N.º	Cidades
1	Jaraguá
2	Uruana
3	Ceres
4	Itapaci
5	Rialma
6	Carmo do Rio Verde
7	Goianésia
8	Córrego do Ouro
9	Firminópolis
10	Mossâmedes
11	Itapirapuã

Fonte: FRANÇA, Maria de Souza. Trabalho, Terra e História. São Paulo, USP, Tese de Doutorado, 1985, p-143.

3.1- A Fragmentação do Município de Jaraguá

Nesta parte de nosso trabalho, ao estudar alguns municípios resultantes do processo de modernização de Goiás em território jaraguense, nossa intenção é demonstrar que eles são fenômenos decorrentes da mudança social que atingiu Jaraguá, a partir de 1940. Assim é de fundamental importância analisá-los em nosso estudo, pois ao descreve-los, no quadro das transformações capitalistas, verificam-se as mudanças sofridas no espaço territorial do município.

Em Jaraguá entre 1940 e 1980, diversos fatores contribuíram para que ocorressem várias mudanças, ocasionadas principalmente pela "Marcha para o Oeste" proporcionando o aumento da taxa populacional do setor urbano, a formação de novos núcleos urbanos e o ressurgimento de antigos povoados no Município. Assim é instalado, então, um processo de fragmentação de seu território, cuja origem advém da economia mineradora da década de 1730.⁽³²⁾

Através da Lei n.º 311, de 2 de março de 1938, o Estado Brasileiro reavaliou o antigo sistema administrativo e territorial vigente para as regiões, favorecendo o estabelecimento de novos municípios e a subdivisão dos existentes. No caso do município de Jaraguá no decorrer do processo de modernização de Goiás, isto foi uma constante. Foram desmembrados de seu território oito novos municípios até 1960.

Desse processo de subdivisão político-administrativa, que o território jaraguense sofreu devido o aumento da população e da expansão da fronteira agrícola para a micro-região do "Mato Grosso de Goiás, nasceram os seguintes municípios: Uruana (26/12/1947); Petrolina de Goiás (05/10/1948); São Francisco de Goiás (08/09/1950); Rialma (16/07/1953); Goianésia (13/11/1953); Santa Rosa (14/11/1958); Itaguaru (01/01/1959); Rianópolis (18/12/1958).

n.º 4 de 18 de dezembro de 1894, e não em 1911, como afirma Antônio Moreira da Silva (Dossiê de Goiás).⁽³⁵⁾

A história de São Francisco das Chagas está intimamente interligada com a de Jaraguá. Ocorre, no decorrer de vários anos, um profundo relacionamento entre as famílias dos municípios, marcado por realizações de casamentos, compadrios e outros.

São Francisco, foi palco de intermináveis conflitos políticos entre os "coronéis" jaraguenses. Um, acontecido durante as eleições nacionais de 1934, reflete esta realidade, quando o Coronel Diógenes de Castro Ribeiro, foi acusado de mandar espancar alguns jagunços do Coronel Elias da Fonseca. Este, sabendo do fato, de imediato mandou ao povoado diversos jagunços, transformando a localidade num verdadeiro campo de batalha. Após vários atritos violentos, que deixaram feridos de ambos os lados, uma Comissão Militar, enviada pelo Interventor, conseguiu evitar o pior.⁽³⁶⁾

Contudo, São Francisco das Chagas, ao longo dos anos formou um complexo cultural valioso, representado por suas festas religiosas (São Sebastião, Divino Espírito Santo, São Benedito, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Aparecida e outras). Com destaque para a festa do Divino Espírito Santo realizada em 18 de junho, quando se dão, além ritos dos católicos os folguedos populares, a Cavalhada, a Congada, a Contra-Dança e outros. Com relação as manifestações culturais, a presença da banda de música marca o relacionamento de Jaraguá e São Francisco.

O número de habitantes de São Francisco é bastante reduzido até por volta de 1940. Os primeiros dados não apresentam sua totalidade; mas nota-se que a localidade era movimentada, quando em 1909, foram registrados 35 nascimentos, 15 casamentos e 78 óbitos. Os dados referentes a 1940, mostram sua população com 2.411 hab. Os dados de 1950, demonstram que sua

população estava num contínuo crescimento, sendo acrescida em 972 habitantes, chegando ao número de 3.383 pessoas, (no campo 2.884, na cidade 499).

Dessa forma, São Francisco das Chagas, foi importante para o contexto histórico de Jaraguá. Por fazer parte da comunidade jaraguense desde sua fundação, participando ativamente do processo de transformação que se instalou no Município, consequência da modernização de Goiás. Foi elevado à categoria de cidade em 1953, passando a chamar São Francisco de Goiás. O núcleo urbano formado por 180 prédios, 14 logradouros, todos servidos com iluminação elétrica sendo - 13 dos próprios domiciliares - e o restante pública; 15 estabelecimentos comerciais e 4 estabelecimentos escolares com 263 alunos matriculados.⁽³⁷⁾

2) Petrolina de Goiás

Ao estudar este município, nossa intenção é mostrar, que Petrolina de Goiás é parte integrante da história de Jaraguá, no decorrer do processo de modernização de Goiás. Sua origem vincula-se ao movimento de transformação que atingiu o território jaraguense a partir da transferência da fronteira agrícola para a região do vale do São Patricio. Sua descoberta data de 1892, quando Joaquim Pedro dos Santos e sua esposa Antônia Maria Pereira, doaram terras à Nossa Senhora Maria Eterna, iniciando a formação do povoado. A partir daí foram chegando várias pessoas, passando a habitar a margem do córrego Águas Claras.

A exemplo de Morrinhos, Goianira, Santa Rosa, Aragoiânia e outros, Petrolina de Goiás, nasceu sob a forma de patrinômio religioso (Nossa Senhora Santa Maria Eterna). A partir de 1919, a localidade recebe um impulso: a população constrói uma igreja dedicada a Nossa Senhora Santa Maria Eterna, no formato de um chalé, com duas salas, uma de cada lado. Bem

nística, com o telhado baixo nas laterais e mais alto no centro, com paredes de adobo, e moerões de madeira trabalhada. Na frente da igreja, havia três portas: as duas das laterais eram mais estreitas do que a do centro. Como de costumes nas igrejas, acima das portas, no interior, havia um terraço com uma escada de acesso a ele. Quase sempre esse terraço era utilizado para os cantores durante as celebrações de missas, batizados e casamentos. O sino tocava do lado de fora, onde foi colocado um esteio de madeira para seu suporte.(38)

Com avanço do processo de modernização em Goiás, diversas correntes migratórias atingiram o território jaraguense. Então diversos comerciantes se instalaram no local vindos principalmente de Anápolis. Por isso, em 1933, pela Lei de n.º 59, de 08 de julho, foi elevado à categoria de distrito com a denominação de Petrolina de Goiás, sob a jurisdição do município de Jaraguá. Assim, foram nomeados para funções administrativas Custódio Gonçalves de Rezende (juiz distrital), Victor Pimenta de Souza Jardim (1º Suplente), Manoel Olerack Chagas Leite (Oficial do Registro Civil), Deoclaciano Antônio da Silva (Coletor Estadual), João Mariano de Bessa (Delegado de Polícia) e Antônio João Passinato (Agente Municipal).(39)

Em Petrolina de Goiás, diversos fatos evidenciam que havia um relacionamento às vezes conflituoso entre seus moradores. O melhor exemplo foi o ocorrido, como em de São Francisco de Goiás, entre os coronéis Elias da Fonseca e Diógenes de Castro Ribeiro. Desta vez o coronel Elias da Fonseca, sentindo que as eleições não lhes eram favoráveis resolveu usar de violência contra seus adversários, pressionando e surrando os aliados de seu inimigo. Ao saber do acontecido, Diógenes de Castro, de imediato, partiu para Petrolina em seu fordinho. Novamente, após conflitos entre os jagunços dos coronéis, tudo foi, resolvido e as eleições aconteceram normalmente.(40)

Outra questão de relevância para nosso estudo sobre as transformações capitalistas em Jaraguá foi a luta política entre Goialina com Jaraguá, na busca de emancipação. Nem a Câmara

e nem o prefeito Nelson de Castro Ribeiro queriam o desligamento do Distrito por ser a região bastante fértil, alcançando altos preços com o estabelecimento da frente pioneira. Porém, o problema não era este. Na verdade o que pesou foi a derrota do candidato de Pedro Ludovico, Paulo Fleury da Silva e Souza nas eleições gerais de 1946, para Jalles Machado, com grande diferença de votos fato.

Entretanto, o objetivo da comunidade de Goialina era sua emancipação. Pelo Plano Quinquenal e Constituição do Estado, exigia-se para um distrito ser elevado a cidade uma arrecadação de CR\$ 100.000,00. Não acontecia isso em Goialina, por influência política de Jaraguá junto ao órgão responsável. Após a descoberta da tramóia entre os políticos, procurou-se resolver a questão. E logo a arrecadação alcançou a quantia necessária.

Não havendo impedimento para que o distrito fosse emancipado, em 05 de outubro de 1948, foi aprovada a Lei n.º 153, que elevou à categoria de cidade o distrito de Goialina, denominando-se Petrolina de Goiás.⁽⁴¹⁾

3) Goianésia

As transformações advindas do processo de modernização de Goiás, como já enfatizado, possibilitaram à fundação de vários municípios no território jaraguense. A leste da sede do municipal de Jaraguá funda-se, em 1857 o povoado do Calção de Couro, logo após a implantação da Lei de Terras no país, quando Antônio Maciel requereu junto à Paroquia de Nossa Senhora da Penha de Jaraguá o registro de uma propriedade de terra de 5.000 alqueires que ele denominou de Calção de Couro. No entanto, o povoado somente se desenvolve a partir de 1920, em pleno

movimento da marcha do café , quando começaram construir na margem direita do córrego Calção de Couro várias residências.

Neste estudo sobre a transformação de Jaraguá, Goianésia apresenta-se como o município que mais se desenvolveu suplantando a "Velha Cidade", antes de 1970. Entretanto o que importa para a análise é perceber que foi através deste povoado que se conquistou toda a região leste do município, isolada durante os séculos XVIII e XIX, devido eixo econômico estar concentrado entre Vila Boa e Meia Ponte, e ao sul do Estado de Goiás.(42)

A região de matas de primeira e de segunda classe, no decorrer de sua história viu formar-se nela uma estrutura fundiária bastante concentrada, alias muito parecida com a de Jaraguá, tendo como base fundamental os grandes latifúndios, a exemplo das fazendas: Monte Alegre, 1.900 hectares; São Carlos, 10.000 hectares; Calção de Couro 5.000 hectares etc.. Laurentino Martins Rodrigues um dos pioneiros no povoado do Calção do Couro, enumera algumas das razões do desenvolvimento de Goianésia. 1º) água abundante; 2º) a existência de dois rios o Pontal e o Calção de Couro; 3º) o panorama proporcionado pela vista da Serra Calção de Couro; 4º) a situação geográfica próxima da zona da mata (distante apenas 3 ou 4 quilômetros), divisando com os chapadões. (43)

A partir de 1940, o povoado do Calção de Couro situado a 56 km de Jaraguá, recebe um grande impulso com a chegada de empresários e fazendeiros. Segundo consta em documentos em 1944, chegaram no povoado: Jalles Machado de Siqueira que fixou se no local com a finalidade da cultura cafeeira; o grupo Monteiro de Barros (Cia Agricola e Pastoril de Goiás); a Cia Geremia Lunardelli S/A, Indústria e Comércio, (que plantou na região 111.000 pés de café). Observa-se também a chegada de várias correntes de trabalhadores rurais, operários e pequenos agricultores, proporcionando um aumento considerável da população.(44)

Historicamente percebe-se que a população de Goianésia ao longo dos anos manteve um intenso relacionamento com a população de Jaraguá. Prova disso, está na realização da primeira usina hidrelétrica de Jaraguá por um habitante de Goianésia. Assim, a partir de 1944, o povoado, foi elevado a categoria de distrito, sem grandes perturbações políticas como ocorreu com Petrolina de Goiás e outras, recebendo a denominação de Goianésia. Com isso, passou a ter as seguintes divisas:

“começa na barra do córrego Muquem, no rio do Peixe; subindo por este córrego até sua cabeceira; daí segue em rumo certo à cabeceira do córrego Capim Puba; descendo por este córrego até sua barra no ribeirão Santa Família; descendo por este ribeirão até a barra do córrego São José; daí em rumo certo à cabeceira do córrego Margarida; descendo por este córrego abaixo, até sua barra, no córrego Anda Só; por este córrego abaixo até a sua barra no córrego Calção de Couro; subindo por este córrego até a barra, no córrego Laranjal; por este córrego acima até a sua cabeceira; daí em rumo certo até a cabeceira do Rio dos Bois; por este rio abaixo, até a barra do ribeirão das Lages; daí em rumo certo à barra do Rio São Patrício, no Rio Almas, até encontrar a estrada que vem da Lravinhas, para Jaraguá, subindo por esta estrada, em direção à Jaraguá, até a barra do córrego Muquem ponto de partida.”(45)

Dentre os fatores que sustentaram o crescimento de Goianésia está a imposição da frente pioneira sobre a frente de expansão, fato que possibilitou, dentre outras coisas, a crescente valorização de sua terras, passando assim a receber maior atenção do capital, na figura dos fazendeiros, tornando-se o café produto comercial por excelência da região. Prova disso, foi que o próprio Sr. Lunardelli, cognominado de 'rei do café', em São Paulo, possuía cafezais nesta zona. Assim, em 13 de novembro de 1953, o distrito de Goianésia foi desmembrado do município de Jaraguá, elevando-se a categoria de cidade tendo como principais fontes econômicas a agricultura e a pecuária. O município de Goianésia concretiza sua formação na década de 1960, após a construção de Brasília, a construção de várias estradas, sendo a principal a GO 05 que liga a cidade com a BR-153 (Belém/ Brasília), e com a eleição de Otávio Lage de Siqueira, um de seus habitantes, que não poupou esforços para proporcionar a cidade uma infra-estrutura urbana

necessária ao conforto de seus habitantes. "Ruas, avenidas e praças asfaltadas, calçadas e arborizadas. Iluminação pública e domiciliar, o comércio altamente concorrido e diversificado, agências bancárias, escolas de primeiro e segundo graus etc."⁽⁴⁶⁾

3) Itaguaru

Dando continuidade à análise do processo de fragmentação do território jaraguense como decorrência do processo de modernização goiana, o importante é notar que as transformações capitalistas atingiram o município como um todo, não como pensam, alguns, que primeiro o capitalismo atinge a cidade e depois o campo. Assim, vamos nos ater agora com a fundação do município de Itaguaru, distante 42 km a sudoeste da sede municipal de Jaraguá, tendo sua origem na antiga localidade do Curral Queimado, no ano de 1946.

Sobre a fundação de Itaguaru existem duas hipóteses: 1ª) de José Peixoto da Silveira afirmando que para a criação do povoado convocaram-se vários fazendeiros, para que realizassem a doação de terras para a Prefeitura de Jaraguá, sendo o chefe do executivo, providenciaria tudo que fosse necessário para fundar nesse local um povoado, com uma escola e estrada. Assim estabelecido, a escritura foi assinada em 23 de março de 1946, no cartório do 2º ofício de Jaraguá, assinada pelo Prefeito e pelos fazendeiros: Benedito Ferreira de Castro, Joaquim Moreira da Damasceno e Antônio Loureço de Sá e suas esposas. - 2ª) de Alfeu Bastos de Souza, que afirma não é possível saber ao certo a data, porém foi numa 4ª feira do mês de junho de 1946. Quando Napoleão Pires de Barros e Urgelio Teixeira, tratavam de negócios, surgiu na conversa a necessidade de um povoado, o que melhoraria o intercâmbio dos fazendeiros

com as cidades vizinhas. Assim escolheram o local apropriado para a formação do povoado - a região de Chapadão - local plano de ligeiro declive, conseguindo-se o terreno através dos seguintes doadores: Joaquim Moreira, Benedito Ferreira de Castro, Pedro Moreira e o Solon Batista.⁽⁴⁷⁾

Há um consenso entre os dois autores citados, sobre a escolha da denominação do topônimo de Itaguaru. Mostra-se que diversos nomes foram sugeridos como: BeloHorizonte, Campo Formoso e outros. Entretanto, a escolha coube a José Peixoto da Silveira, prefeito de Jaraguá que soube conciliar a tradição com a renovação, como se observa através de suas próprias palavras, após uma ampla discussão,

“sugeri a idéia de aproveitar uma silaba de cada municipio vizinho, até que com vários que contribuíram, na hora, nos formamos o nome Ita de Itaberai, Gua de Jaraguá e Ru de Uruana. Assim Itaguaru não tem qualquer conotação indigena, como muita gente imagina. Esta é a origem histórica da verdadeira etimologia do topônimo ITAGUARU.”⁽⁴⁸⁾

A planta da cidade foi feita por Jarbas Campos Arantes obedecendo o modelo clássico - retangular. Sua instalação foi realizada através da venda de lotes pela Prefeitura de Jaraguá, que por meio do lucro construiu a estrada e uma escola. Entre 1946 e 1950, as promessas foram realizadas com relação ao povoado por parte da Prefeitura, primeiro por José Peixoto da Silveira e depois por Nelson de Castro Ribeiro. Assim, instalaram, uma escola, tendo o professor Gervásio de Ataíde, e em 31 de janeiro de 1952, com a chegada de inúmeras famílias o povoado foi elevado a categoria de distrito.⁽⁴⁹⁾

A partir da década de 1950, o distrito de Itaguaru distante da capital de Goiás 108 km, tendo como as principais fontes econômicas a agricultura e a pecuária, foi ganhando força por meio do intenso movimento do capital que atingiu as cidades de Goiânia, Anápolis, Inhumas e Jaraguá. Foi elevado em 1959 à categoria de cidade, sendo nomeado o primeiro Prefeito Interino pelo Governo Estadual, o senhor Morbek José de Andrade.⁽⁵⁰⁾

Nesse contexto outros povoados também surgiram de norte a sul do município de Jaraguá, mas por um motivo ou outro não conseguiram desenvolver-se com a continuidade com que se deu aqueles atrás descritos. Dentre eles podemos citar: Mirilândia, Santa Isabel, Alvelândia, Artulândia, Divinópolis, Cirilândia, Lavrinha de São Sebastião, Batuque, Monte Castelo, Colônia São José e Jesúpolis. Destes apenas dois a partir de 1980 conseguiram desenvolver-se e alcançar a categoria de cidades; Santa Isabel (14/03/1982); e Jesúpolis (16/01/1991). Assim, o avanço da frente pioneira em Jaraguá, possibilitou à cidade cumprir a função de vanguardeira no alargamento do *front* rural. Porém, confirmando o que diz Bertram, ela pagou um preço muito alto por este feito, pois "a extensão territorial dependente do arraial: em vez de acrescentar-se pela conquista, Jaraguá fragmentava-se em novos núcleos de povoamento.⁽⁵¹⁾

MAPA IV

O processo de fragmentação do território jaraguense

- 1-Goianésia
- 2-Rialma
- 3-Rianópolis
- 4-Itama
- 5-Itaguara
- 6-São Francisco de Goiás
- 7-Petrolina de Goiás
- 8-Santa Rosa de Goiás
- 9-Santa Isabel
- 10-Jesúpolis



3.2 - Os impactos do Processo de Modernização no Município de Jaraguá

3.2.1 - A População e Núcleo Urbano de Jaraguá

Nesta parte de nosso trabalho serão analisadas as diversas alterações advindas sobre a sociedade tradicional jaraguense, a partir de 1940, decorrentes dos elementos modernos introduzidos com o processo de penetração capitalista em Goiás, resultando na desagregação dos elementos tradicionais que se estruturam ao longo da economia mineradora e da economia agropastoril durante os séculos XVIII e XIX.

A partir de 1940, dentro do exposto por Martins, o município de Jaraguá passou a integrar a zona de frente pioneira, que se exprime por "um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica."⁽⁵²⁾ Nesse período, diversas colônias foram implantadas, sendo duas em seu território (Santa Clara e São José). Ao mesmo tempo, foi atingida diretamente por duas colônias oficiais dos governos federal e estadual, que possibilitaram num intenso movimento demográfico e de capital. A localidade foi beneficiada direta e indiretamente pela política de alargamento da fronteira agrícola do país, por sua posição geográfica no eixo viário principal de acesso ao vale do São Patricio, o qual recebe enorme impulso, cujos efeitos perduram por longo prazo.

Compreendemos que a ação do Estado nesse processo foi de primordial importância, "ora acompanhado concomitantemente a ocupação, ora se antecipando a ela, preparando o terreno para que se possa afetivar o impulso do capital."⁽⁵³⁾ Assim o Estado passa ter o papel de

administrador, de gerente do processo de incorporação de novas áreas como foi o caso de Jaraguá.

Os impactos decorrentes do processo de modernização de Goiás são notados por meio das várias correntes migratórias que se estabeleceram de norte a sul de Jaraguá. Como já enfatizado, isso ocasionou a formação de novos núcleos urbanos, que se desenvolveram e se emanciparam política e administrativamente entre 1940 e 1960. Por outro lado, esses efeitos são percebidos no próprio núcleo urbano de Jaraguá, após ser tocado pelos elementos modernos, trazidos pelo avanço das novas relações econômicas em Goiás.⁽⁵⁴⁾

Os dados referentes ao núcleo urbano de Jaraguá até a década de 1930, mostram que a cidade era pequena, contando com 570 casas, 2 sobrados recentes, 3 sobrados em decadência, 3 igrejas católicas e alguns currais. Contava com o mesmo número de ruas do século XIX, ou seja, dez ruas e três largos. Waibel afirma que Jaraguá possuía um traçado de ruas e praças não retangular. Com ruas ligeiramente curvas variando de largura consideravelmente. "Especialmente característica é a extensão da rua principal, em forma de funil, onde estão duas igrejas. O funil exerce a função de praça central da cidade." (Ver mapa V)

Os impactos desse processo no interior do núcleo urbano podem ser percebidos desde de 1933, no governo de Elias da Fonseca. Realizou ele, dentre outros trabalhos, obras que promoveram mudanças no traçado de algumas ruas e largos da cidade "como a Rua direita. Para o alinhamento, foram cortadas algumas casas, elevou-se o nível da rua, colocaram-se sarjetas, calçaram-se os passeios até à Rua Vigário Álvares e desta até à Praça Getulio Vargas."⁽⁵⁵⁾ Neste contexto, foram encascalhadas outras ruas como: a rua das Flores, a rua do Norte e rua Soledade; também foi a partir desse período que a prefeitura de Jaraguá começou quotidianamente a fazer a limpeza das ruas e das fontes de água potável.

Entre 1920 e 1940, o processo de modernização da micro-região do "Mato Grosso de Goiás" proporcionou algumas mudanças no Município de Jaraguá. Primeiro, pela construção de uma estrada (realizada por um casal de americanos o Capitão Bowen e sua esposa Joan Lowel), de Anápolis até o povoado de São Sebastião da Lavrinhas. Segundo, pelo intenso processo de valorização das terras goianas principalmente nesta região de Goiás, com a implantação da CANG, no vale do São Patrício. Assim, diversas correntes de migrantes vieram habitar as mais longinquas localidades do município, trazendo consigo novas hábitos, costumes, tradições e conseqüentemente novas técnicas e tecnologias, que proporcionaram várias mudanças nos costumes, hábitos e tradições do povo jaraguense; contribuindo para um movimento demográfico espetacular aumentando o efetivo populacional, que passou de 7.838 habitantes em 1920, para 23.227 habitantes em 1940; e transformando a cidade, que naquele época era como a grande maioria, não tinha iluminação elétrica, água tratada, telefone. Mas, segundo José Peixoto da Silveira era "muito hospitaleira, me lembro, as portas só ficavam fechadas à noite. Alias, para sair à noite era somente com uma lanterna na mão, senão arriscava montar numa vaca, deitada no meio da rua."⁽⁵⁶⁾

O processo de modernização de Goiás trouxe consigo diversas correntes de migrantes que passaram a residir nos territórios jaraguenses, dentre elas destacam-se: os mineiros 45%, paulistas 25%, nordestinos 30%. Nesse contexto, o mineiro apresentou uma índole desbravadora, deslocando-se para regiões distantes e desconhecidas. Sua presença configurou-se especialmente através da difusão do ruralismo. O paulista vinculou-se com abertura das primeiras clareiras nas extensas matas da micro-região do "Mato Grosso de Goiás"; e conseqüentemente, os nordestinos também estiveram presente, ora como mão-de-obra especializada, e ora como proprietários de fazendas de criação de gado e produtora de alimentos.⁽⁵⁷⁾

Da nova conjuntura marcada por diversas mudanças, beneficiou-se Jaraguá com a chegada principalmente da iluminação elétrica. Até esse momento este benefício era um problema sério em todo o país, inclusive em Goiás que possuía até 1928 apenas duas cidades iluminadas com energia elétrica, a cidade de Goiás (a capital) e Trindade (sede da maior romaria do Estado). Em Jaraguá este benefício chegou à cidade por volta de 1938, por iniciativa particular do comerciante e político Diony Gomes Pereira, que trocou uma de suas propriedades rurais (no povoado do Calção do Couro), pela construção de uma hidrelétrica nas proximidades do distrito de São Francisco das Chagas.

A partir daí, a população de Jaraguá e de São Francisco das Chagas, passou a receber esse importante benefício, que tanto contribuiu no desenvolvimento da região. Por outro lado, o que conta a tradição e o que se pode apurar através de pesquisas, este benefício foi distribuído gratuitamente por muito tempo. A cobrança deste deu-se após a formação, por uma associação de jaraguenses, da Empresa Força e Luz de Jaraguá, que passou a comercializar esse produto.⁽⁵⁸⁾

A modernização goiana provocou diversas alterações em Jaraguá, no mesmo contexto de polarização do capital em torno de Goiânia (nova capital do Estado) e Anápolis, transformada em centro comercial com a introdução dos trilhos ferroviários. Portanto, “esses fatos não alteraram a posição de Jaraguá como município de crescente relevância na sua zona de influência [...] que, de pouco a pouco, superou Pirenópolis como cidade de polarização econômica.”⁽⁵⁹⁾ (Ver Mapa VI)

Outros impactos configurados no processo de modernização de Jaraguá são apresentados por Waibel que afirma

“em 1941, mesmo alguns anos antes a vida começou a mudar na velha cidade adormecida em 1943, o Caminho Federal atingiu o lugar [...] que adquiriu agora uma posição estratégica de principal ponto de parada (estação de parada). O Caminho agora entra na cidade e transporta gente e mercadorias em duas horas de viagem de Anápolis a Jaraguá, assim como os produtos da frente pioneira, arroz e feijão, chegam igualmente em duas horas da Colônia Agrícola para Jaraguá. O Caminho Federal principal contorna a cidade pelo norte, ai

surgiu, nos últimos dois anos, uma nova cidade com traçado em xadrez, que já tem cerca de cem casas. Segundo declara o prefeito, o número de habitantes duplicou de 1940 para cá, e agora monta a umas 3.000 pessoas.”(60)

Assim, o núcleo urbano que na década de 1930 havia começado a sentir algumas modificações, no início da década de 1940, com o estabelecimento de pessoas como: Dr. Paulo Alves da Costa (médico e comunista), Ary Corrêa de Moraes (desembargador do estado), Dr. Franciso Alves de Almeida (engenheiro), José Peixoto da Silveira (médico) e outras, viu-as intensificadas. Então, dr. Peixoto da Silveira, alterou o traçado da cidade, promovendo sua expansão, estruturada em forma quadriculada, com duas avenidas e várias ruas secundárias correndo paralelamente e perpendicularmente em direção as estradas do norte.(61)

Peixoto da Silveira, ao casar se com Galiana de Freitas, passou a participar da vida sócio-política e cultural, de Jaraguá com maior despreendimento. Como se verifica em documentos, ele ajudou na fundação em 1943 da “Biblioteca Augusto Rios” e do “Clube Recreativo Jaraguense”; em 1944, ainda fundou com outros colaboradores, dentre eles Clotário de Freitas, Nelson de Castro e Constâncio de Freitas, o “Aeroclube de Jaraguá” e a “Escola General Curado em 1946.”(62)

Por esses feitos, José Peixoto da Silveira em 1946, foi nomeado prefeito de Jaraguá. Sua administração, não realizou o que desejava, no entanto, beneficiou com a população, nesse curto período de um ano, iniciando a construção do Hospital Maternidade de Jaraguá. Ademais, seu governo voltou para a construção de estradas, estando de acordo com os governos federal e estadual, que afirmavam “que governar é fazer estrada.” Assim, conhecendo bem os caminhos do município, pois desde de 1940, transitava por eles de automóvel, motocicleta, a cavalo e até mesmo a pé, atendendo pacientes desde a CANG até o povoado de Petrolina, construiu as seguintes estradas: Jaraguá-Petrolina, Jaraguá-Uruana, Jaraguá-Mirilândia, Jaraguá-Calção de Couro, Distrito de Rialma-Castrinópolis etc.(63)

Em 1940, a população do Estado de Goiás era de 826.414 habitantes, desse total 17,20% era urbana e 82,80% rural. Em Jaraguá a população era de 23.227, dividida do seguinte modo: brasileiros e estrangeiros, religiosos e não religiosos, analfabetos e intelectuais, agricultores e pecuaristas, industriais e administradores, além de outros de várias profissões.

Os dados referentes de 1950, são suficientes para mostrar que Jaraguá passava por mudanças. De acordo com o censo nacional, a população chegou a 36.895 habitantes (crescimento de +15, 52%). A população urbana, alcançou o total de 4.227 pessoas, surgindo daí graves problemas sociais, sendo um deles a questão da água potável, pois, o lençol freático na cidade produzia um tipo de água salobra de péssima qualidade, ora com gosto muito forte de sal, ora com gosto insuportável de ferrugem. Entretanto, desde 1952, a questão já era discutida como se verifica através de um projeto realizado pela prefeitura, no intuito de solucionar essa questão. Nada foi resolvido até por volta de 1964, quando no governo de Felicíssimo do Espírito Santo, foi realizado o encanamento da água em Jaraguá. (64)

A exemplo do governo federal que tinha realizado um plano rodoviário, o governo estadual também realizou o seu, que tinha como objetivo partir da nova capital para as diversas regiões do Estado. Após a construção da BR-14 (Transbrasiliana), que contribuiu enormemente para o desenvolvimento do núcleo urbano, fazendo dele um local de parada obrigatória. Porém, outras serão construídas como: Jaraguá-Mirilândia, Jaraguá-Castrinópolis, Jaraguá-Uruana, Jaraguá-São Francisco de Goiás-Petrolina de Goiás, Jaraguá-Goianésia, Jaraguá-Itaguaru, Jaraguá-Goiás, Jaraguá-Pirenópolis e outras, contribuindo decisivamente com o avanço das condições de progresso no município.

A partir de 1950, os documentos mostram que a prefeitura buscava atender as necessidades sanitárias do núcleo urbano. Utilizando-se, para tanto, de vários recursos, onde se nota a presença de elementos tradicionais e modernos, como a participação de caminhões,

carroças, jeep, carroções, carro de boi, e outros. O trabalho mais comum era a roçagem e as limpezas dos lotes vagos, das margens do córregos Vermelho e Monjolinho, e outras fontes de águas. Nessa época, iniciou-se a realização dos serviços de detetização da cidade, sendo o trabalho realizado de rua a rua, de casa a casa e já no primeiro ano gastaram-se cerca de CR\$ 10.000,00 na compra de insecticidas.⁽⁶⁵⁾

Tratando-se das mudanças no traçado urbano, também foi construído na cidade, no atual setor Aeroporto, um campo de aviação, sendo encascalhado e cercado com arrame. De acordo documentos, este mantinha um regular movimento. O crescente movimento de automóveis na cidade, desde a década anterior, possibilitou a instalação, por volta de 1954 e 1956, de dois postos de vendas de derivados de petróleo em Jaraguá na avenida Bernado Sayão. 1º) o "Posto São Jorge" do alemão Hermam Buntrock e Filho (que ainda existe na praça do Coreto, enfrente o antigo cinema de Jaraguá). 2º) o "Posto Guarujá" de José A. Siqueira, (também enfrente a praça do Coreto, onde é hoje uma loja de auto peças).⁽⁶⁶⁾

Entre 1950 e 1960, devido a elevação de seus distritos à categoria de municípios, sua população decaiu de 36.895 pessoas para 27.240 habitantes. Entretanto, esse processo não influenciou nas mudança sociais advindas desde de 1940. Dados referentes, mostram que os habitantes da cidade totalizavam 4.227 habitantes. Além disso, mudanças em sua infra-estrutura são percebidas como: um aumento no número de ruas e avenidas que chegam a 35, os prédios urbanos que chegaram a 1.200, sendo destes, 445 servidos por luz elétrica e 95 com ligações telefônicas. E ocorre no mesmo periodo o processo de arborização da cidade, que atingiu quase 80%.

Em 1961, a cidade contava com um razoável serviço de assistência médico-hospitalar, tendo o hospital Maternidade de Jaraguá, que dispunha de 33 leitos e um Posto de Saúde da OSEGO, com três médicos e diversos enfermeiros. Por volta de 1964, impulsionada pela

construção de Brasília e da rodovia BR-153 (Belém-Brasília), a população de Jaraguá passa a contar com crédito através da chegada do Banco do Brasil, solucionando-se um antigo problema dos produtores de Jaraguá, que tinham antes que se deslocarem para Anápolis para resolverem seus problemas de financiamento.⁽⁶⁷⁾

Com relação ao núcleo urbano entre 1967 e 1973, houve uma expansão considerável, condiciona-se por mais 5 empreendimentos imobiliários particulares que deram origem as vilas: Izaura (1967), Tanque (1973), Brasilinha (1973), Feliz (1973) e bairro Popular (1973). Nesse contexto, se dá expansão do núcleo urbano; assistiu-se pela primeira vez o governo estadual a realizar uma obra de peso na cidade, através do empreendimento imobiliário denominado de vila Rio Vermelho, por intermédio da COHAB (Companhia de Habitação Brasileira). Conforme estudo realizado, até esse momento "a população cidade de Jaraguá ainda correspondia ao número de lotes, numa aproximação de um lote para cada cinco habitantes, ou seja, para os 8.800 habitantes do núcleo urbano existiam cerca de 1.700 lotes.⁽⁶⁸⁾

Entre 1973 e 1980, mais seis bancos foram introduzidos na cidade o Banco Brasileiro de Desconto (BRADESCO), o Banco do Estado de Goiás (BEG), o Banco Regional de Brasília (BRB), a Caixa Econômica Federal, a Caixa Econômica Estadual (CAIXEGO), e o Banco Bamerindus S/A. Consolidando a presença do capital financeiro no município. Com relação ao núcleo urbano, foram realizados mais 6 empreendimentos imobiliários tendo as seguintes denominações: jardim Objetivo (1976), vila Joscelina (1977), jardim Vera Cruz (1977), vila São José (1978), jardim Atlântico (1980).

Segundo informações em 1980, existiam 8.000 unidades urbanas para uma população de 12.860 habitantes, ou seja, o número de lotes existentes era capaz de abrigar uma população três vez superior à registrada. Não obstante, inicia nesse momento o processo de invasões de terrenos urbanos na cidade, tendo como exemplo: a invasão do Goiás Rural, no início da década

de 1970, que marca o início desse processo em Jaraguá; e logo após, em 1978 a Vila Bandeira com 58 famílias residentes no local, somente regularizada 15 anos mais tarde no governo de Paulo Antônio Gonçalves, quando foram entregues definitivamente as escrituras.⁽⁶⁹⁾

Com relação a população geral de Jaraguá, no decênio 1970/80, o aumento que se verificava desde 1920, foi interrompido. Se comparado o número da população nota-se que algo aconteceu, enquanto em 1970, a população era de 42.130 hab. em 1980, caiu para 36.561 pessoas (-1,42% ou 5.579 hab.). Assim a população rural que era em 1970, de 31.885 hab. caiu em 1980, para 21.858 hab. (-3,31% ou -10.027 hab.). Por outro lado, com relação ao núcleo urbano, verifica-se que o contínuo aumento nos números de habitantes continuava, em 1970, a população era 8.551 hab., chegando em 1980, com um número de 12.860 pessoas (+3,63% ou +4.209 hab.).⁽⁷⁰⁾

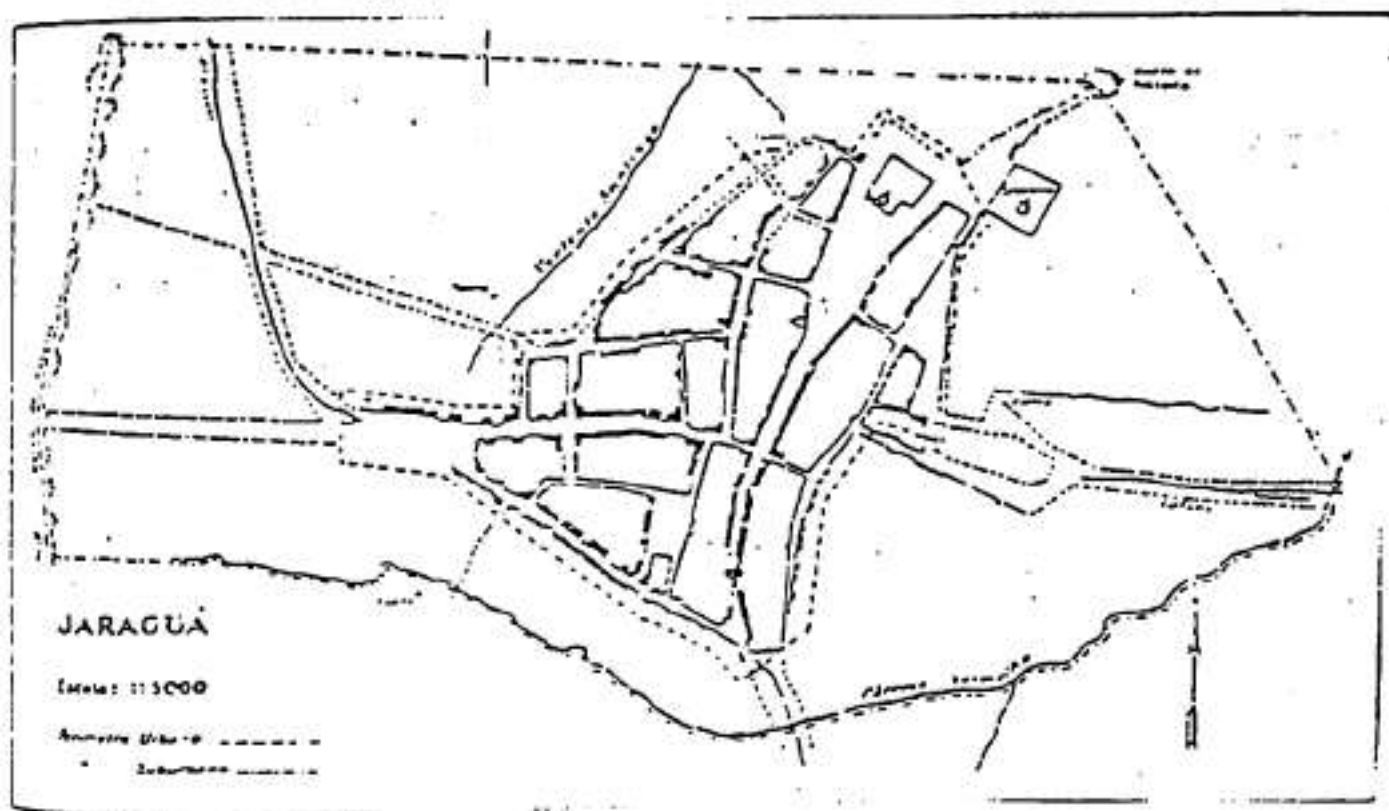
Outras consequências decorrentes do processo de modernização, verificadas no núcleo urbano de Jaraguá, podem ser notadas, nas vozes das pessoas da cidade. Estão relacionadas à destruição de seu "patrimônio histórico", ou seja, de sua história viva representada por alguns monumentos de importância fundamental para o povo de Jaraguá como: casarões e sobrados, duas igrejas barrocas, velhos repositórios que sob as largas tábuas do soalho guardam as ossadas e os sonhos das gerações que inventaram Jaraguá. É certo que a partir de 1940, a estrada de Bemado Sayão, carro chefe da introdução de elementos modernos, "trouxe riqueza ao município de Jaraguá - mas também é certo que atuou como detonador do processo de intensa mutilação cometida contra seu patrimônio histórico."⁽⁷¹⁾

Desse modo entre 1940 e 1980, ocorreram diversas transformações em Jaraguá, tanto no campo como na cidade, tornando-se a partir daí o município lugar do alargamento da fronteira mercantilista em busca da conquista centro/norte do Estado. Entretanto, apesar das relações

capitalistas de produção terem se tornado dominantes no Município de Jaraguá, nota-se ainda a presença de algumas relações tradicionais no contexto da sociedade jaraguense.

MAPA V

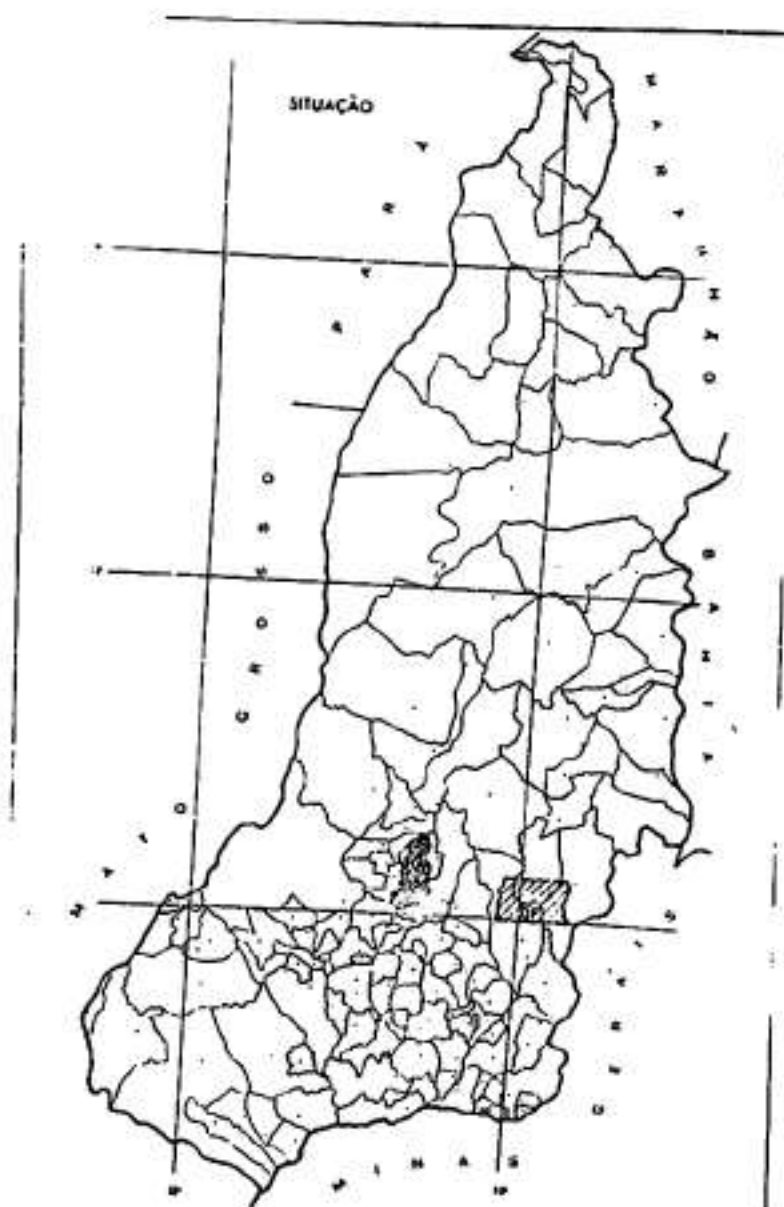
A planta da cidade de Jaraguá em forma de funil, em 1940.



Fonte: WAIBEL, Leo. Capítulos de Geografia Tropical do Brasil. IBGE, 1979, p-173.

MAPA VI

Referente a posição do Município em relação ao Estado e sua Capital



Fonte: FERREIRA, Jurandir Pereira. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, V.36, p-258.

3.2.2 - A Educação Formal

Outro aspecto decorrente do processo de incorporação capitalista, que atingiu a sociedade em Jaraguá foram as mudanças no ensino formal. Essas foram resultado do que estava sendo gestado desde 1880, quando da reforma de Benjamim Constant Botelho de Magalhães, através do Decreto n.º 346, de 19 de abril de 1890. Em Goiás os primeiros sinais de transformação na educação se dam a partir 1892, quando Benedito Félix de Souza apresentou um projeto de reforma junto à Assembleia Legislativa, que se transformou em lei em 31 de julho de 1893, introduzido as seguintes categorias: primário, normal, secundário, técnico e superior. (72)

Entre 1880 e 1930, apesar de Jaraguá situar-se na região sul, as transformações de um modo geral não atingiram a cidade e muito menos o ensino formal. A partir de 1940, Jaraguá passou a sentir os impactos trazidos pelo processo de modernização goiana, resultantes da expansão das relações capitalistas no município. Começa a sofrer mudanças relacionadas com a educação formal, recebendo uma importante instituição de ensino, o Grupo Escolar Manoel Ribeiro de Freitas Machado. Inaugurado em 11 de abril de 1936, com muita festa, foguetes, banda de música e a presença de um público de quase duas mil pessoas. Assim, o ensino formal passou a contar com as seguintes instituições escolares: o Grupo Escolar Manoel Ribeiro de Freitas Machado, o Grupo Escolar Ruy Barbosa, duas Escolas Particulares, três Escolas Rurais, e duas mais escolas uma no distrito de Petrolina e outra no distrito de São Francisco das Chagas. (73)

Por volta de 1940, José Peixoto da Silveira após fixar residência em Jaraguá afirmava que "ao lado da rotina e do conservadorismo visíveis, havia sobretudo entre os jovens, um latente desejo de mudança e de progresso." (74) Assim se justifica o porquê da citada década ser

considerada como a década do salto no ensino em Jaraguá. Os dados referentes a educação demonstram que, foram fundadas diversas instituições educacionais no município. Não obstante, as dificuldades advindas do contexto da Segunda Guerra Mundial, em 1943, foram fundadas a primeira biblioteca denominada de "Augusto Rios" e a Escola General Curado, que tanto contribuíram para a elevação do nível cultural da sociedade jaraguense.

O mesmo autor, conta que nos idos de 1940, por Jaraguá ter se transformado em frente pioneira do capital e polo colonizador do centro/norte do Estado de Goiás, surgiu um cidadão de origem canadense, professor de inglês, que se prontificou a ensinar. Então reuniram-se diversos rapazes e moças e formaram uma turma, passando a estudar a língua quotidianamente, dando-se então a formação do primeiro curso de inglês da cidade, que contou as presenças de Clotário de Freitas, José Peixoto da Silveira, Galiana Freitas Rios, Anita Felix de Souza, Irene Gomes Rios e outros.⁽⁷³⁾

Outro elemento que demonstra os efeitos da modernização na educação de Jaraguá, foi sua participação na "Campanha do Tostão", uma espécie de cruzada nacional que buscava erradicar o analfabetismo. Essa iniciativa no município possibilitou a fundação de várias escolas urbanas e rurais com recursos provenientes dos Bônus de Guerra, e do Fundo Nacional de Ensino Primário.

No final da década de 1940 representava-se o município junto ao poder regional por dois deputados estaduais e o secretário da educação, fato que possibilitou a fundação do Colégio Arquidiocesano de Jaraguá, uma instituição católica de grande prestígio educacional em todo o Brasil. Para tanto foram doados ao representante da Igreja em Anápolis, o Bispo Dom Emanuel, dois alqueires de terra e a soma de duzentos contos de réis. Assim em 1946 foram abertas as primeiras aulas, sendo primeiro diretor Clotário de Freitas, nomeado pelo arcebispo. A primeira turma formou-se em 1950.⁽⁷⁶⁾

Nesse período, o ensino formal continuou crescendo tanto no campo quanto na cidade. Apesar disso, os dados referentes a educação relacionado ao município, não são nada animadores: a população do município possuía cerca de 68% dos habitantes analfabetos (isto é, dos 36.895 hab., 8.154 sabiam ler e escrever e o restante 27.661 hab., não sabiam ler e nem escrever).⁽⁷⁷⁾

A educação formal era responsabilidade do Estado, sendo distribuída em duas categorias de escolas: denominada de "Escolas Isoladas Rurais" (somava cerca oitocentos e oitenta e oito unidades) e outra chamada de "Escolas Reunidas", que comportavam diversas classes distribuídas em cento e vinte oito estabelecimentos. No município de Jaraguá essas duas categorias de escolas estavam distribuídas da seguinte maneira: seis "Escolas Reunidas" (sendo quatro com duas classes e duas com oito classes); e doze "Escolas Isoladas Rurais", distribuídas em diversas fazendas e sítios do município.⁽⁷⁸⁾

Outras escolas sob à responsabilidade da prefeitura foram fundadas tanto no setor urbano quanto no setor rural contribuindo para mudanças sociais no interior da sociedade jaraguense. Em 1950, foi instalada, onde hoje se localiza o centro comercial da cidade, a "Escola dos Operários", no intuito de estimular o crescimento profissional e dar aos operários e trabalhadores uma melhor qualificação. Entre os operários da cidade contavam-se as seguintes categorias: sapateiros, alfaiates, sorveteiros, ferreiros, mecânicos e outros. Ao mesmo tempo, no setor rural as escolas também se encontravam em expansão sendo fundadas nas seguintes fazendas: Terra Vermelha, Água Fria, Canta Galo, Fazendinha, Pedra Preta etc.⁽⁷⁹⁾

Por volta de 1960, após a concluir o processo que Bertram chamou de fragmentação do espaço, quando surgiram novos núcleos urbanos, a cidade recebeu novos impactos do processo de modernização. Desta vez introduzidos principalmente pela construção de Brasília, distante 210 km, e das rodovias: BR-153 (Belém/Brasília) e 070 (Brasília/Cuiabá), que cortam o seu território. Assim, foram fundadas diversas instituições de ensino no município, com destaque para o Escola

de Artes e Indústrias de Jaraguá em 1963, implantada através da Lei Municipal n.º 11, de novembro de 1963, e para o grupo escolar Baltazar de Freitas.⁽⁸⁰⁾

Com a expansão das relações capitalistas sobre a sociedade tradicional as mudanças sociais são mais perceptíveis. Assim a educação não deixou de ser atingida, pois faz parte integrante da sociedade, chegando num patamar considerável em 1980. Nesse momento a população do município de Jaraguá, passou a ser servida por noventa escolas primárias, sendo trinta mantidas pelo poder estadual e sessenta pela prefeitura municipal, com um total de duzentos e onze professores, tendo um total de oito mil alunos.

Contava ainda dois colégios de 2º grau, sob a responsabilidade do Estado, onde se dava a formação de professores (magistério), e o técnico (contabilidade), os seguintes: o Colégio Estadual Diogenes de Castro Ribeiro, que possuía um quadro de setenta e nove professores funcionando no matutino, vespertino e noturno, contado com 1.200 alunos matriculados; e o Colégio Silvio de Castro Ribeiro, contando com setenta e três professores e 1.025 alunos, funcionando em três turnos. Contava ainda com várias escolas particulares de 1º e 2º grau, com destaque para a Escola Nossa Senhora de Montes Claros, com cerca de 770 alunos, onde estudava a elite jaraguense.⁽⁸¹⁾

3.2.3 - O Transporte e o Comércio

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, em Jaraguá se estruturaram diversos elementos tradicionais, que a partir de 1940, foram sendo transformados pelo processo de modernização, pelo qual passou todo o Estado de Goiás. Assim, tanto o transporte quanto o comércio, tornaram-se mais dinâmicos, devido a transformação da micro-região do "Mato Grosso de Goiás", em

frente pioneira, possibilitando o aumento demográfico e mudanças na infra-estrutura da cidade. Essas mudanças dão condições a que a cidade seja dividida em duas partes: a parte alta que os jaraguenses chamam de "Jaraguá Novo", com novas construções, edifícios modernos, ruas e avenidas largas, que concentram hoje o comércio e o surto de indústrias de confecções; e a parte antiga denominada de "Jaraguá Velho", onde se concentram o patrimônio histórico, as construções coloniais, ruas tortas e vários largos e becos, e mais as velhas igrejas e a maioria dos bancos que representam o capital financeiro.⁽⁸²⁾

Através de um contato corpo a corpo com os mais idosos da cidade verifica-se que a população local percebe a cada momento essas mudanças e se conscientiza delas:

"isso daqui não existia nada (falando da parte nova), só tinha aquela casinha da rua da pedreira e onde é cooperativa hoje, era a máquina de arroz do Diony, o resto era gerais, só um caminho que ia pra chácara do Neguinho e um corredor que ia pro rio, pro lado de Ceres, Ceres não Goianésia, uma ponte muito ruim. Pra Ceres passava na feita depois por Bernado Sayão, antes tinha era um trieiro que ia pro lado do Velho Tié, no local onde é hoje Coreto (praça do Coreto), tinha era um Cruzeiro, a vila Isaura era um pasto de capim."⁽⁸³⁾

Verifica-se que as mudanças introduzidas pelo processo de modernização provocaram diversas alterações em todos os aspectos na vida da população jaraguense, ora aproveitando-se das relações tradicionais para se integrar no processo de acumulação de capital; e ora provocando a degeneração do patrimônio histórico.

Jaraguá, foi beneficiado historicamente pelas estradas que trouxeram desenvolvimento para o Estado de Goiás. No decorrer da economia mineradora participou com Pirenópolis, Corumbá e Vila Boa, do eixo viário de Goiás, quando assistia sua conversão à economia agropastoril. No século XX, foi a construção da BR-14 (Transbrasiliana), que além de atravessar todo seu território, possibilitou "transformações econômicas e sociais que faltaram, nesse grau de dinamismo, a muitas outras velhas cidades goianas."⁽⁸⁴⁾

A partir de 1935, a chegada dos trilhos em Anápolis, coincidiu com a construção e a transferência da capital para Goiânia. Ao mesmo tempo, nota-se um novo florescer nos meios de transportes goianos. Voltando para micro-região do “Mato Grosso de Goiás”, diversas estradas foram construídas: para o ponto terminal da linha de ferro; e de Goiânia à capital de Goiás.⁽⁸⁵⁾

Em Jaraguá, os primeiros impactos com relação aos meios de transportes fazem-se representar pela construção de duas estradas. A primeira, em 1919, que ligava Jaraguá-Santa Rita do Paranaíba (Itumbiara), funcionando nesta uma linha de passageiros quizenalmente. A segunda, em 1938, Anápolis-São Sebastião da Lavrinha. Mas segundo Anival Fleury no resto,

“tudo por aqui era montado, não tinha condução, era só montado, outro de a pé, era tudo na base do trabalho, a montado, de a pé, carro de boi, por que não tinha outra condução né, as estradas era só os trieiros de cargueiros, as vezes as trazia muita coisa pra vender, trazia nos cargueiros né, não tinha condução era no cargueiro. Trazia o arroz, o arroz limpo, trazia rapadura no cargueiro, trazia açúcar feita no engenho, no cargueiro, a vida era dura; quando eu cheguei mal tinha as estradas de carro de boi, de automóvel não tinha, só tinha a de carro de boi né, depois foi aparecendo algumas estradas boas, alguns caminhão, o caminhão ford 29 né, igual aos de Minas.”⁽⁸⁶⁾

Silveira descreve com bastante veemência a situação de mudança por que passavam os meios de transportes em Jaraguá. Ao começar sua carreira de médico ele viveu esse processo e afirma que em seu primeiro ano de trabalho na localidade comprou uma motocicleta para um melhor desempenho no transporte da clínica. Como médico não atendia somente no núcleo urbano de Jaraguá, mas em São Francisco, Petrolina, Uruana, Itaguaru, e outras localidades, onde ia visitar, a serviço, todos fins de semana. Além de ser o médico oficial da CANG, Silveira também foi um profundo conhecedor das estradas jaraguenses. Assim, para o autor, apesar de existir uma estrada feita por um casal de americanos que representou o primeiro investimento do capital paulista em Goiás, “o principal fator de progresso de Jaraguá e de toda aquela região foi a rodovia que ligou à ponta dos trilhos da Estrada de Ferro. E alma daquela estrada foi Bernardo Sayão.”⁽⁸⁷⁾

Nesse momento antes de prosseguimos com o texto sobre as transformações advindas com o processo de modernização no transporte e no comércio um relato deve ser feito sobre uma personalidade curiosamente singular que apareceu e passou a residir no Município de Jaraguá no final da década de 1930. Como já assinalado, esse contexto foi marcado por diversas mudanças em quase todos os aspectos da sociedade jaraguense. Assim, destacamos em Jaraguá um casal de norte-americanos Joan Lowel e Lee Bowen que durante uma viagem pela América do Sul resolveu trocar os Estados Unidos pelo Brasil, vindo morar em Goiás, mais precisamente em Jaraguá na fazenda denominada de São Sebastião da Lavrinha.

O casal de norte-americanos veio para o Município de Jaraguá na incumbência de construir a já citada estrada que ligava Anápolis à região do Vale do São Patrício no centro/norte de Goiás. Partindo de Santos no Estado de São Paulo os americanos receberam a promessa de que teriam como parte do pagamento pela realização da estrada uma porcentagem daquele latifúndio. Conta Peixoto da Silveira que "Joan tinha sido atriz de cinema em Hollywood e ele, capitão de navio. Ambos, possuindo um temperamento de aventureiros, resolveram embrenhar pelo sertão brasileiro e viver uma vida diferente."⁽⁸⁸⁾ Ao longo da realização deste projeto encontraram muitas dificuldades, falando língua estranha, sem nenhuma experiência e vistos com desconfiança. Moravam em barracas na própria frente de serviço, lidando com os trabalhadores braçais contratados na própria região. Porém, o casal por ser atencioso e prestativo consegue, ao mesmo tempo, adaptar-se ao meio. Distribuíam remédios para os habitantes locais conseguindo conquistar sua confiança. (Ver Mapa VII)

Ao terminar a estrada, considerada o primeiro investimento do capital paulista do século XX em Goiás neste século. Joan Lowel e Lee Bowen descobrem que a promessa da propriedade de São Sebastião da Lavrinha lhes foram negado. Após alguns desentendimentos com a empresa contratante o casal recebe uma propriedade e funda no local a fazenda *Anchorage*. Nesse contexto, Peixoto da Silveira, afirma que o Município de Jaraguá foi palco de um fato que terminou em novela de Hollywood. Durante a Segunda Guerra Mundial na mata de São Patricio (11 léguas de Jaraguá), numa propriedade dos Alemães, ocorreu um surto de doença grave denominada paratifo. Chamados ao local, o casal de americanos buscou medicar os doentes, mas, por falta de recursos médicos alguns morreram. Os alemães culpavam Joan e Bowen, como acusado de ter envenenados as crianças. José Peixoto da Silveira ao ser chamado no local, encontrou

“no quarto ao lado, dois irmãos, um de 7 e o outro de 10 anos, mortos, um deles, já em começo de putrefação. Havia um enxame de moscas sobre o lençol que os cobria. Abaixo do curral, achavam-se presos, no paiol, Dona Joan e o marido. Estavam cercados por homens armados de carabina, sob o comando de um irmão do Herinque, os quais expressando-se num linguagem caipira com sotaque gutural impediram-me a aproximação.”(89)

Ao examinar tanto os cadáveres quanto os doentes o médico não constatou sinais de envenenamento, isentando de culpa Joan Lowell e Lee Bowen. Dai nasceu o romance autobiográfico, “Promissed Land” *Best-seller* nos Estados Unidos, foi também publicado no Brasil sob o título de “Terra Prometida.” Depois disso, o casal de norte-americanos, que ainda cultivava alguns produtos agrícolas e garimpava na região da Lavrinha de São Sebastião, foi para Belém. Mas com a implantação da capital federal no Centro-Oeste, passou a residir em Brasília, onde passaram a compor a sociedade de aventureiros da Nova Capital.(90)

A partir de 1940, a introdução do meio de transporte rodoviário, favoreceu a construção de novas rodovias, conseqüentemente, a transformação do município em frente pioneira do capital. O comércio tradicional começa a sentir o impacto do capital financeiro com a introdução

de novos comerciantes. Até 1943, o comércio não tinha sofrido alterações e contava com apenas 47 estabelecimentos formado pelas seguintes categorias: Fazenda e Armazinhos, Líquidos e Gêneros de Alimentos, Armazinhos e Ferragem, Tavernas e outros. O número de estabelecimentos era menor do que o apresentado pelo distrito de Uruana que contava com 79 casas de comércio.⁽⁹¹⁾

Com relação ao comércio jaraguense, os dados referentes a 1940 o demonstram como muito insignificante. Tendo a presença de 16 pessoas envolvidas no setor industrial extrativista, 298 pessoas trabalhando no setor de indústria de transformações, 144 pessoas no comércio de mercadorias e ainda 23 pessoas envolvidas com o transportes e comunicações. O setor agropecuário continuava a controlar o comércio jaraguense, como permitem ver os dados de 1936, onde se previa a produção destinada ao mercado do seguinte modo: Aguardente - 10.000 litros, Algodão - 3.000 quilos, Açúcar - 15.000 quilos, Batatas - 200 arrobas, Café - 15.000 quilos, Farinha de Mandioca - 10.000 litros, Feijão - 20.000 litros, Milho - 40.000 litros e outros.⁽⁹²⁾

Em 1945, o processo de transformação que atingiu Jaraguá, possibilitando a implantação de várias empresas rurais no campo, provoca alterações no comércio, sendo implantadas diversas casas comerciais. Com destaque para duas vindas de Perinópolis, a do coronel Chico de Sá e a do João Basílio de Oliveira. Entretanto, o avanço do comércio jaraguense fica caracterizado com a instalação de uma filial das Casas Pernambucanas, demonstrando que se aprofundava o processo de modernização, trazendo consigo novas relações de trabalho e comerciais para seus habitantes.⁽⁹³⁾

Entre 1950 e 1960, devido a transformação da micro-região do "Mato Grosso de Goiás", através de sua inserção no mercado nacional, o comércio jaraguense, além de servir como entreposto comercial para os novos municípios que surgiram de seu território, manteve um intenso comércio com outros centros, a exemplo Brasília e Belém que segundo Valverde,

compravam diversos produtos da economia jaraguense, com destaque para a manteiga produzida pela indústria Bandeirantes. Como já assinalado, com a chegada do capital financeiro na cidade através do Banco do Brasil, o comércio toma um novo rumo: o feijão com uma produção de 16.000 sacos de 60 quilos, vai diretamente para Brasília; os porcos são comercializados com os mercados de Goianésia e Anápolis; o fumo um dos principais produtos agrícolas do município é comercializado através de vários intermediários que vem de Uberlândia, Uberaba, Anápolis e outros. Porém, apesar das mudanças, conforme Valverde

“devido à proximidade de Anápolis, poucas são as indústrias instaladas em Jaraguá; quase todos os produtos primários vão ser processados diretamente naquela cidade. Existem, contudo, quatro usinas de beneficiamento de arroz, que alias só trabalham para terceiros, cobrando CR\$ 10 por saco; o arroz beneficiado destina-se apenas ao consumo local. Este é também o mercado para a única serraria e a única cerâmica existentes em Jaraguá.”(94)

Entre 1960 e 1980, os dados referentes ao processo de modernização do transportes rodoviário inclui a construção de duas estradas de rodagem importante para o desenvolvimento econômico do município. A GO-05, que liga Jaraguá-Goianésia, que foi pavimentada no governo de Otávio Lage de Siqueira, como recursos obtidos junto ao The Deltec Banking Corporation Limitio, por intermédio do Banco do Brasil. E a BR-70 (Brasília-Cuiabá), que também atravessou todo o território jaraguense de leste a oeste. Dando condições assim para que sua produção fosse exportada para a capital do país, como demonstra Valverde, “a produção agrícola oriunda do município de Jaraguá já é bastante vultuosa [...] parte da produção de feijão vai diretamente para Brasília.”(95)

Desse modo, notam-se diversas alterações no comércio jaraguense. Em 1970, os dados referentes ao setor registrava o número de 141 estabelecimentos. Em 1977, o número chega a 160, contando com cerca de 388 pessoas empregadas. Em 1980, o comércio de Jaraguá ganhou um novo impulso com a abertura de várias casas comerciais. Também com a mudança de

conceito de algumas antigas como: o Armazéns Sulinos foi transformado em Supermercados Novo Horizonte, o armazém do Quim em Casas da Lavoura. Estabelece-se na cidade a Casa do Agricultor, a Empresa Magril S/A, especializada em vendas de máquinas agrícolas. E outras, que possibilitaram a modernização do comércio da cidade deixando para traz o esquema tradicional, onde os fregueses eram ligados aos comerciantes por um laço de fidelidade.(96)

MAPA VII



3.2.4 - A Economia Agro-pecuária

O processo de modernização do Estado de Goiás possibilitou a introdução de várias correntes migratórias no Município de Jaraguá, contribuindo na instalação de um contínuo processo de aumento da produção agrícola. Porém, até o final da década de 1960, os dados disponíveis demonstram que os métodos praticados pelos agricultores, tanto de Jaraguá como de outras cidades vizinhas, eram bastante rudimentares, com a

"aplicação de técnicas predatórias (derruba e queimada), utilizava-se grande parte do solo para as lavouras em caráter temporário (3 a 4 anos), substituído-as por pastagens. O baixo nível técnico condicionava a expansão quantitativa da produção à incorporação gradativa de novas terras e, por conseguinte, ao envolvimento de um maior volume de mão-de-obra."(97)

Na exploração de Valverde, até 1962 a agricultura jaraguense não acompanhou o processo de modernização do setor agrícola goiano, apesar de a partir de 1950, notar-se a presença de várias empresas rurais em seu território como: Companhia Geremia Lunardelli S/A, Indústria, Comércio e Exportação, Companhia Agrícola e Pastoril de Goiás, Companhia Santa Teresa S/A, Companhia Frigoríficos Reunidos do Brasil S/A, a Coterra, a Boa Vista e outras, que produziam em grande escala e utilizavam-se das relações capitalistas.(98)

No entanto, se comparados os dados relacionados com a produção agrícola entre 1940 e 1960, verifica-se que ocorre um certo aumento na produção. Contudo, essa ocorrência, não está vinculado com expansão de novas técnicas, empregos de tecnologias modernas ou relações capitalistas. Mas, o que ocorre é o aprofundamento da ação predatória promovidos pelos migrantes na ocupação das terras. Entre 1920 e 1940, a população do município foi acrescida de

um efetivo populacional de 15.389 novos habitantes, dando assim condições para a expansão da produção agrícola.

Os dados de 1940, referentes a produção agrícola mostram que esta encontrava-se num processo contínuo de crescimento. Nesse instante não existia nenhuma propriedade enquadrada no conceito de produção em grande escala. Com relação, ao setor agrícola existia 300 propriedades, numa área de 10.274 hectares, configurando-se em dois modelos: as permanentes, café, bananas, laranjas etc. (área de 922 hectares); as temporárias, milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar, algodão etc. (área de 9.142 hectares).⁽⁹⁹⁾

Nesse contexto, marcado pelo aumento da exploração de novas terras e por um contínuo aumento na produtividade a produção agrícola foi a seguinte: lavouras temporárias, arroz (1.855 toneladas), farinha de mandioca (28 toneladas), feijão (386 toneladas), mandioca (888 toneladas), milho (5.436 toneladas), cana-de-açúcar (213 toneladas), cana-de-açúcar transformado (2.299 toneladas) aguardente (61 toneladas), rapadura (160 toneladas), açúcar (69 toneladas), algodão (39 toneladas), fumo em folha (1 tonelada), fumo em corda (22 toneladas); lavouras permanentes, banana (13.054 toneladas), café (86 toneladas) e laranja (2.559 cento). Outro elemento que mostra a mudança na produção agrícola é o contínuo processo de crescimento de novas plantações em todo o município principalmente em relação das lavouras permanentes. A exemplo das bananeiras, unidades em produção 10.207, (novas unidades 9.590); das laranjeiras produzindo existiam 707, (novas unidades 1.590); dos cafeeiros, em produção 204.391, (novas unidades 115.693).⁽¹⁰⁰⁾

Faissol, em 1945, estudando a micro-região do "Mato Grosso de Goiás", afirma que se nota alguns aspectos de mudanças na agricultura, após a chegada dos migrantes. Em Jaraguá ocorrem mudanças como explica Anival Fleury se tratando da chegada de alguns mineiros em sua região,

“o plantio era feito na enxada o milho, o arroz, o feijão, a cana-de-açúcar, o cará, a mandioca tudo era cövado com a enxada para fazer o plantio. Não existia plantadeira não, a primeira veio de Minas para cá. Depois com essa que veio de Minas Gerais para cá é que eles aprenderam a fazer aqui sabe de madeira, os ferreiros faziam a boca e o resto era feito de madeira, mas as primeiras apareceram aqui por volta de 1938 e 1942, vieram de Minas.” (101)

Então, o setor agrícola apesar de várias mudanças relativas ao crescimento da produção, não acompanhou o processo de modernização que a economia goiana passou a sentir a partir de 1930. Porém um dado novo pode ser percebido na agricultura goiana, que foi a diversificação no cultivo de novos produtos como: o mamão, o côco, o figo, goiaba, a lima, o limão, o marmelo, o pêssego, a tangerina e outros. Com destaque no município de Jaraguá para a produção de abacate e do mamão.

No momento de transição da agricultura tradicional para a moderna, outro fato que demonstra a transformação da agricultura em Jaraguá, foi surgimento de empresas rurais no setor agrícola, onde somente nesta categoria aparecem 37 estabelecimentos ocupando um área de 57.447 ha. Também houve um acréscimo 113 propriedades na categoria de pequena escala, passando a ocupar uma área de 70.126 ha., tendo um aumento em relação aos dados de 1940, de 59.852 ha., chegando a 319.143 hectares.

Nesse contexto, outro aspecto que apresenta mudanças no setor agrícola em Jaraguá por volta de 1950, são as despesas com salários de trabalhadores, que chegaram a CR\$ 6.255,00, enquanto que o gasto com os parceiros era de CR\$ 1.227. Ao mesmo tempo, começavam a surgir entre os produtores agrícolas elementos modernos não utilizados na agricultura tradicional a exemplo: de insecticidas, fungicidas, novas qualidades de sementes e mudas, grades, rolos, semeadeiras, pulverizadoras, caminhões para o transportes e lavouras em terras aradas.

Ao observar os dados de 1950, referentes a produção agrícola, verifica-se que existia um acelerado crescimento na produção jaraguense. Como se pode notar pelos seguintes dados:

lavouras temporárias, aipim 62 toneladas (10 hectares), arroz 12.199 toneladas (9.904 hectares), cana-de-açúcar 1.386 toneladas (92 hectares), feijão 1.536 toneladas (1.679 hectares), mandioca 25 toneladas (2 hectares), algodão 141 toneladas, amendoim 3 toneladas, batata-doce 5 toneladas, batata-inglesa 3 toneladas, fumo 15 toneladas, mamona 2 toneladas, aguardente 20.000 litros, açúcar 18 toneladas e rapadura 46 toneladas. Lavouras permanentes, bananas 9.030 cachos, (área de cultivo 23 hectares), café 259 toneladas (área de cultivo 423 hectares).⁽¹⁰²⁾

Em 1964, apesar do município de Jaraguá ter sido tocado pelo processo de modernização de Goiás, desde 1940, sua agricultura não pode ainda ser caracterizada como moderna. Assim, pode-se dizer que as análises de Martins ao criticar os que estudam a expansão do capitalismo evidenciando as dicotomias rural/tradicional e capitalista/moderno é mais aparente do que real, o que se observa é que historicamente o desenvolvimento capitalista utiliza as relações não capitalistas para o processo de acumulação do capital. Em Jaraguá enquanto existiam diversos aspectos econômicos capitalistas como no caso da pecuária que tinha superado as relações de trabalho baseadas na *quarta* e na *terça*, implantando relações de trabalho assalariada. Mantinha uma agricultura tradicional com base no regime de parceria, (*terça* de 30%, *quarta* 40%, *meia* 50%) em todos os tipos de culturas. As lavouras em sua maioria eram feitas nas capoeiras, praticando queimadas o que caracteriza a aplicação do sistema de roças. Porém, como dito, permeados no interior desse modelo, de lavouras modernas.⁽¹⁰³⁾

Assim, apesar da agricultura ainda não ser tipicamente capitalista, as lavouras de um modo geral continuavam apresentar mudanças como afirma Valverde: "Aqui, também parece haver, pois uma tendência à adoção do sistema rotativo de culturas e pastagens, conquanto ainda não esteja bem caracterizado, por causa da relativa abundância de matas."⁽¹⁰⁴⁾ A partir de 1960, motivados pela construção da BR-153 (Belém-Brasília), a construção de Brasília no Planalto Central, somado à chegada do capital financeiro, na cidade, verifica-se um relativo aumento na

produção agrícola do município: arroz 650.000 sacos de 60 kg (valor 2.925.000), feijão 16.000 sacos de 60 kg (valor 160.000), milho 118.000 sacos (valor 354.000), fumo 121.200 (valor 303.000), algodão 230.000 (valor 690.000).

Para Cassimiro esse crescimento mantém-se no decorrer de todo o século XX, dando condições para que a produção de Jaraguá nivelasse-se com outras cidades do sul e sudeste de Goiás, chegando em 1970, em 10º colocado na produção de arroz com um total de 352.000 sacos de 60 kg numa área de 15.800 ha., e no 4º lugar na produção de algodão com 46.100 toneladas, perdendo apenas para Santa Helena 450.000 (t), Goianésia 80.000 (t) e Maurilandia com 76.000 toneladas.⁽²⁶⁾ Outro acontecimento que determinou mudança no setor agrícola, foi a preocupação do Estado em construir, em 1965, um Armazém da CASEGO (Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás), no município, sendo este de grande serventia, pois até então, muitas vezes grande parte da produção se perdia nas lavouras, por falta de armazéns e transportes.⁽¹⁰⁵⁾

Os estudos sobre o capitalismo em Goiás demonstram, que no país o crédito subsidiado até 1960, era fornecido de preferência às grandes propriedades envolvidas com culturas voltadas para a exportação. Entretanto, as culturas destinadas ao mercado interno, enquadrando-se a agricultura jaraguense, também recebeu incentivos através de Programas Especiais que atuaram notadamente entre 1970 e 1980, promovendo o melhoramento da infra-estrutura, e principalmente no sistema de financiamento à produção agrícola.

Jaraguá, por fazer parte dos municípios zonais, mantinha um regular serviço de transportes e vias de comunicações, com mercado e comércio próprio. "Exemplo: de Rio Verde e Jataí no Sudoeste; Formosa no Planalto Central; Pires do Rio, Ipameri, Catalão na Estrada de Ferro; Goiás [...], Ceres no Mato Grosso Goiano; Itumbiara na zona do Meia Ponte."⁽¹⁰⁶⁾ Assim a partir de 1970, o município foi beneficiado pelo Programa Especial denominado de ACAR-

Goiás, que tinha como objetivo modernizar a agricultura possibilitando o aumento da produção e sua diversificação.

A participação deste programa no processo de modernização da agricultura jaraguense teve início da década de 1970, quando ocorreu a instalação do escritório, com três técnicos que realizaram projetos de cunho sócio-econômicos, tais como: Cooperativismo, Sindicalismo, Crédito Rural e Ação Comunitária. No intuito de modernizar a agricultura, somente no último trimestre de 1970, a ACAR-Goiás realizou diversos trabalhos entre os agricultores na busca melhorar a produção. Neste momento, além proporcionar a introdução do agricultor junto ao capital financeiro, através de aberturas de noventa e duas contas no Banco do Brasil, sendo liberado aos produtores um montante de CR\$ 727.066,00. Outros elementos modernos da economia capitalista foram sendo introduzidos na agricultura como: sementes selecionadas (10 toneladas), plantio com correctivo (1.352 hectares), tratamento de sementes (120 toneladas), plantio em curva de nível e outros.

Ao mesmo tempo que foram introduzidos elementos tipicamente capitalistas na agricultura, em Jaraguá o programa da ACAR-Goiás buscava dar melhores condições de vida à população rural, realizando trabalhos, entre os agricultores, de orientação a saúde, como se verifica por meio da realização exames de fezes, da introdução de latrinas nas casas, de vacinações de crianças e idosos e da introdução de filtros d'água potável. Como de costume, nas sociedades tradicionais as águas eram colocadas em potes de barro, bastante utilizado-os nas propriedades até 1980.

Entre 1970 e 1980, dados referentes a agricultura em Jaraguá caracterizam-na como capitalista, realizada a substituição de relações de trabalho tradicionais como: parceiros, meeiros, mutirões e trações pelo pagamento de salários de acordo com as leis do mercado. A utilização de elementos da indústria capitalista passou a ser comum a exemplo: de tratores (312), arados

mecânicos (300), animal (611), máquinas para o plantio (129) máquinas para a colheita (20), depósitos para produção em grãos 704 (29.113), uso de fertilizantes ou defensivos químicos (991), calcário (22), práticas de conservação do solo (205) irrigação (8 área de 105 ha.) e outros.⁽¹⁰⁷⁾

Assim a agricultura, a partir dos anos de 1980, alcançou um estágio capitalista. Os agricultores preocupados com a realidade colocada pelo mercado passaram a utilizar os elementos modernos para a produção. Em vez das derrubadas, queimadas de capoeiras e matos usa-se o trator que desmata, ara, gradeia e semeia, tanto no cerrado, como no mato virgem; em vez de orientar-se pela lua (nova, minguante, cheia ou crescente) para o plantio em tempo adequado utiliza-se o adubo, a insecticida e fugicida. No lugar da semente buscada na roça, ela comprada nas casas comerciais especializadas; em vez do abandono após 3 ou 4 anos de plantios, utiliza-se o sistema de rotação; em vez da capina no dia a dia usa se defensivo agrícola. Com isso a exemplo de outros ramos da produção, a agricultura tornou-se um mercado consumidor dos insumos comercializados pelas indústrias capitalistas.

Como assinalado, a pecuária após a decadência da economia mineradora passou a ser o principal produto da economia goiana, mantendo-se durante todo o século XIX, uma produção mercantil exportando gado regularmente para os mercados dinâmicos do país. Em Jaraguá apesar serem poucos os dados verifica-se que, a exemplo de Flores de Goiás, Pirenópolis, Porto Nacional e outros municípios coloniais, a pecuária foi estruturada em currais comunitários e nos criatórios em campos de invernadas naturais.⁽¹⁰⁸⁾

Como em outros setores da economia, a pecuária entre o final do século XIX e meados do século XX, obteve um grande crescimento, em quantidade de cabeças de gado. Com relação ao gado bovino, o produto mais importante da pecuária goiana e jaraguense, os dados entre 1872 a 1940, demonstra um crescimento contínuo (1872 - 12.620, em 1920 - 67.092, em 1940 - 72.555).

Entretanto em 1950, o processo é interrompido com a diminuição do gado bovino para 49.781 cabeças, recuperando-se apenas na década de 1960, quando o gado bovino chegou ao número de 56.345 cabeças.

Apesar do aumento ocorrido no número de animais que formavam o rebanho jaraguense entre 1872 e 1950, os métodos utilizados pelos criadores não sofreram alterações. As informações demonstram a existência de relações de trabalho na pecuária em 1945, baseado na *quarta* e na *terça*. O número de 4.618 ha. utilizado como pastagens artificiais, não representa o abandono das pastagens naturais encontrados nas fazendas sem demarcações características da sociedade tradicional. Somado a essas condições a pecuária enfrentava outras dificuldades relacionadas a saúde do rebanho pela falta de combate as pragas e doenças como mostra um Domingos,

“quando mudei para a Boa Vista, trouxemos um gado pra cá e o gado começou a morrer muito, naquele tempo nem sal dava para o gado aqui, aí eu participei ele em São Paulo, e ele mandou um veterinário que veio olhar, o veterinário mandou tirar terra de vários lugares pra mandar examinar, e eu tirei nos saquinhos e escrevia pasto tal, e foi estas terras para São Paulo e lá descobriu, e foi um dos primeiros a descobrir que era o tal bicolorismo, causada pela falta de alguns minérios nos pastos [...] aí veio o sal, com as coisas preparadas pois tinha pastos que faltava cabalço, esse troço e conseguimos mistura e parou de morrer” (109)

Porém, apesar de não caracterizar a pecuária como moderna entre 1930 e 1950, algumas modificações podem ser observadas. Dentre as alterações sofridas na pecuária, destacam-se alguns elementos importantes em seu desenvolvimento como: o crescimento de pastagens artificiais que segundo os dados de 1950, alcançou o total de 13.634 ha. (jaraguá e coloinhão), a introdução do sistema de rotatividade dos pastos e outras.⁽¹¹⁰⁾

Nesse contexto de mudanças motivadas pelo processo de modernização da micro-região do “Mato Grosso de Goiás”, verifica-se que a partir de 1945, foram introduzidas no rebanho jaraguense novas raças de gado como mostra Anival Fleury, “o gado que tinha ai era o gado

curraleiro e tinha um tal de bruxo quase igual ao curraleiro; depois que começou aparecer o zébu, o zébu começou aparecer no início do século, o gado orelhudo, mas no mais era o curraleiro.”⁽¹¹¹⁾ Ao mesmo tempo, outros dados mostram, que surgiram as raças indianas (Gyr e Guzerá), as quais foram cruzadas e nasceram os da raça Indubrasil. Sendo estas duas raças introduzidas ao rebanho jaraguense por um fazendeiro de origem inglesa, radicado no município por volta de 1940, vindo de Barretos no Estado de São Paulo, chamado de João do Couto, que se estabeleceu no município com uma empresa rural denominada de Boa Vista.

Os dados referentes a pecuária em Jaraguá mostram que um dos primeiros aspectos a sentir os efeitos decorrentes da economia capitalista, está na forma de pagamento do vaqueiro, que antes era realizado através *quarta* ou da *terça*, agora, é realizado por meio de salários de acordo com a lei de mercado. Valverde, afirma que o vaqueiro em 1964, entre os pecuaristas de Jaraguá recebia mensalmente a importância de CR\$ 50.000,00 com direito a casa e um pedaço de terra para cultivar. A pecuária também utilizava o *peão*, uma espécie de diarista, que recebia por dia a quantia de CR\$ 1.000,00 a 1.500,00, dependendo da ocasião.⁽¹¹²⁾

Outro fator que caracteriza a pecuária moderna é a imposição do mercado sobre o setor, transformando-a em consumidora dos elementos da indústria. Assim, as mudanças advindas da expansão do capitalismo possibilitaram a transformação da pecuária tradicional numa pecuária moderna, caracterizada pelos recursos utilizados entre os fazendeiros como: silos, técnicas modernas, pastos artificiais com diversificados tipos de capins e a aplicação da contabilidade de gastos realizadas em livros. Motivada pelo processo de modernização a pecuária jaraguense, entre 1960 e 1980, sofre uma divisão em dois grupos distintos de criadores: o formado pelos produtores especializados na produção de leite, que passaram adquirir novas raças com características voltadas para produção de leite; e o formado pelos produtores especializados na

produção de carne, que buscaram formar um rebanho capaz de possibilitar a competição com o mercado capitalista à nível regional e nacional.

Desse modo, ocorre a transformação da pecuária tradicional na pecuária tipicamente capitalista. Como pode ser notado, além da especialização, os produtores passaram a utilizar os recursos advindos da indústria capitalista.

3.2.5 - A Propriedade da Terra

Na primeira parte deste trabalho ficou bem explicado que nas sociedades tradicionais nem os produtos agrícolas e nem a propriedade da terra não possuíam a mesma conotação econômica que nas sociedades capitalistas, devido à falta de integração nacional, ao grande número de terras devolutas e ao pequeno número de habitantes existentes no Município. Contudo, apesar da terra não possuir o mesmo valor econômico, se verifica através das fontes que ela não adquiriu uma conotação coletiva, a exemplo de Flores de Goiás, onde as terras de Nossa Senhora do Rosário passaram a ser utilizadas coletivamente pelas pessoas do local.⁽¹¹³⁾

O primeiro modelo de aquisição da propriedade da terra no Brasil foi denominado de sesmarias. Em Goiás esse título de aquisição perdurou desde a abertura das terras goianas por Bartolomeu Bueno da Silva, o "Anhanguera", em 1726, até a Independência em 1822. Entre 1822 e 1850, o sistema de aquisição de terra que prevaleceu no país foi o de "Terras Devolutas", onde os governos estaduais passaram a ser os responsáveis pelas terras sem registro. Esse modelo possibilitou sensivelmente o aumento da posse praticada tanto pelo pequeno quanto pelo grande proprietário, perdurando até ser implantado as Leis de Terra de 1850. O que significou para Martins a transformação da terra em equivalente de mercadoria, implementando a partir daí uma

política de preço até para as terras devolutas. Isso é o início de um "período em que a terra não é só um instrumento para explorar o trabalho de outro e extrair um excedente, mas é também uma base da acumulação capitalista - a conversão da renda fundiária em capital".(114)

A Lei de Terra de 1850, não alterou de modo significativo em Jaraguá o velho costume de adquirir terra. A exemplo do século XVIII, no século XIX, as posses foram sempre superiores as propriedades com registros (sesmarias e paroquiais). Ao comparar os dados do município, nota-se que, o primeiro alcançou o número de 24 requerimentos de sesmarias, contra 320 posses, o segundo mostra que os registros paroquiais, chegaram ao número de 290 propriedades, contra um total de 715 posses.(115)

A partir da segunda metade do século XIX, nota-se alguns sinais de mudanças decorrentes da implantação da Lei de Terra de 1850, que coincidiu com a chegada de várias correntes migratórias principalmente ao sul de Goiás. Nesse contexto, não obstante, as adversidades encontradas, verifica-se através de documentos enviados a Câmara Municipal pequenos movimentos de mudanças. Dentre eles, documentos expedidos pelo Ministério da Agricultura que determinavam às câmaras municipais novos tipos de medidas dos territórios e das propriedades; e uma circular que determinava o ensino de técnicas aos proprietários de como medir o alqueire de terra.(116)

No decorrer do processo histórico da sociedade de Jaraguá, observar-se que o município sempre participou ativamente dos movimentos sócioeconômicos de Goiás, ora com maior participação, ora com menos vigor. Entretanto de 1880 e 1930, diversos fatores contribuíram para que transformações fundamentais ocorrem em todo o território goiano, possibilitando assim, a implantação de uma nova divisão regional do trabalho. Porém, como já se disse, em Jaraguá, não houve alterações, pois, o Município passou por um período de estabilidade na sua economia, o

qual serviu para a reestruturação de seus elementos tradicionais, que se mantêm inalterados até por volta de 1940.

A partir 1940, o município será atingido por diversas transformações, inclusive a propriedade da terra, ocorrendo mudanças com relação ao modelo de propriedade, que até esse instante era determinado pela própria dinâmica de extração do excedente, que se fazia como se a propriedade privada não o fosse o bem maior. Como verificado, os habitantes de Jaraguá possuíam as propriedades da terra demarcadas por limites naturais, como: serras, rios, córregos, montanhas etc., isto é, as terras não continham delimitações fixas e muito menos cercamentos com arrame.

Com o processo de modernização de Goiás, a partir da Revolução de 1930, o setor agropecuário goiano passou a inserir-se na economia de mercado, se modernizando e organizando em bases capitalistas. Começa a alterar-se o antigo modelo de demarcações, dando-se início às demarcações determinadas por padrões modernos, onde a figura do agrimensor aparece como o responsável. Assim, são estabelecidos limites exatos configurados por marcos artificiais, dentro de um padrão de medição legal e oficial, apresentando mais dados limitrofes como pode ser visto numa demarcação de 1943, na fazenda Lavrinhas de São Sebastião:

"com área de 80 alqueires, situada neste município, dentro das seguintes divisas: Do marco que se acha cravado à margem direita do Rio das Almas, na divisão de Dona Virginia Gordon Piwet, segue rumo magnético de 54° 30' S E, atravessando o córrego Chavante aos 2.161 metros desse ponto que atravessa o córrego segue a mesma direção atravessando até encontrar outro marco, ainda na confrontação com Virginia G. Piwet, sendo o comprimento total dessa linha divisória de 4.468 metros, deste marco ainda confrontando Virginia G. Piwet, segue rumo magnético de 35° S.O e 376 metros, até outro marco na mesma divisa de Galiano Jacomossi; deste marco rumo magnético de 56° a 10' S.E, atravessando a vertente aos 600 metros segue a mesma direção mais o comprimento de 840 metros até o outro marco [...], na mesma confrontação e no mesmo rumo outro marco, distância de 1.810 metros; deste marco dividindo com Dr. Sayão, segue rumo magnético de 60° N.O e 343 metros ponto este que vai cravar um marco; deste ponto, dividindo com os vendedores, segue o rumo

magnético de 34° e 50' e 1.778 metros [...], desse onde vai cravar um marco na mesma confrontação segue rumo até o ponto de partida.”(117)

Por meio dos dados existentes, verifica-se que as transformações decorrentes do processo de modernização, alterou consideravelmente o modelo de propriedade da terra, marcando profundamente o psicológico de sua população, como se nota através de uma música cantada pela sociedade jaraguense nos idos de 1930, e demonstrando sua insatisfação com o processo arrendado, que levou muito dos antigos proprietários a perderem suas terras e tornarem-se arrendatários e após diaristas, “hoje in dia tá custoso. Di um pobrisim prosperá. Pra faze uma rocinha. É preciso arrendá. A maior parte du povo. Tão trabaianu arrendadu. Um carru de mio pau quarta. Inda um capim granadu.”(118)

Segundo Borges, a expansão das relações capitalistas em Goiás, com o avanço da agricultura moderna, possibilitou a expulsão tanto dos antigos ocupantes, quanto dos posseiros de suas terras. Assim, quando as antigas propriedades eram atingidas pela expansão do novo modelo, os antigos proprietários tinham geralmente duas opções: integrarem-se ao processo produtivo ou venderem suas terras.”(119) Nesse quadro, ao analisar as documentações sobre o processo de modernização da propriedade da terra em Jaraguá, nota-se que ocorreram vários conflitos, entre os novos ocupantes, frutos da frente pioneira, que a partir da legalidade exportada da escritura, ou seja, na propriedade jurídica passaram a dominar as terras. E os antigos proprietários filhos da frente de expansão, com suas relações de produção não-capitalistas, que foram chegando antes, por falta de orientação do estado e da sociedade, mesmo sentindo as mudanças sociais não se adaptaram à nova realidade. Com isso, foram expulsos de suas propriedades, sendo transformados em arrendatários, parceiros ou posseiros, e nas décadas subseqüente em exército de reserva do capital nas periferias das cidades.

A mudança na conotação econômica na propriedade da terra ocorrida, durante a primeira metade do século XX, causou diversos conflitos. Segundo Anival Fleury, nesse instante, que a frente pioneira suplantara a frente de expansão era bastante comum os trabalhadores rurais fundamentados em uma economia do excedente perderem suas terras,

"aqui tinha uma moda, os ricos era acostumados a tomar terras dos outros sabe. Usava a artimanha do empréstimo de dinheiro, por exemplo, emprestava dez conto de reis e o pequeno proprietário não dava conta de pagar, aí então os donos do dinheiro tomava as terras mesmas, enfrentava e tomava as terras dos outros, eles tinham mais força na cidade a lei era floxa tomava mesmo." (120)

Sem muito controle das autoridades, nesse instante de ocupação da propriedade da terra caracterizada pelo sistema capitalista de produção, apesar de ser a aquisição da terra em geral através do mercado (compra e venda), o que caracteriza a frente pioneira pela presença do capital, o momento foi marcado por diversos conflitos. Em Jaraguá, o melhor exemplo dessa situação foi um acontecido na fazenda Barra Preto, onde um desses conflitos acabou resultando na morte de Horácio Sobrinho, por Irineu Evaristo, tendo por causa uma gleba de terra no interior de uma fazenda, e porque os animais do falecido, dono da propriedade, tinham comido as plantações de milho e arroz do proprietário da gleba de terra. Acontecimentos igualmente a esses foram corriqueiros no decorrer do processo de transição da propriedade tradicional para a propriedade jurídica, deixando a triste marca da morte, da exclusão, da dominação e da miséria. (121)

A transformação do modo de aquisição da propriedade da terra pelas relações de mercado, advinda com o processo de modernização de Goiás, não condicionou mudanças na estrutura fundiária jaraguense. A exemplo de outros municípios a terra continuou concentrada em mãos de uma minoria, apesar de ser um consenso geral entre os historiadores goianos que a expansão da economia durante a primeira metade século XX possibilitou várias transformações na estrutura

agrária, e de ter ocorrido, entre 1920 e 1940, um processo de minifundização, proporcionando a diminuição do número de latifúndios do Estado

Em Jaraguá, ocorre esse processo de minifundização, em 1920, havia 715 propriedades rurais numa área de 512.524 ha, distribuídas da seguinte forma: de 1 a 41, 87 propriedades, de 41 a 100, 180 propriedades, 101 a 200, 130 propriedades, de 201 a 400, 111 propriedades, de 401 a 1.000, 98 propriedades, de 1001 a 2000, 27 propriedades e de 2001 a 5000, 75 propriedades. Em 1940, o número total de propriedades no município passou para 2.115 ocupando uma área de 299.905, distribuído desta forma: de 1 a 50, 113 propriedades ocupando uma área de 16.051 hectares; de 51 a 200, 566 propriedades ocupando uma área de 50.493 ha; de 201 a 500, 265 propriedades numa área de 68.068 ha; de 501 a 1.000, 94 propriedades ocupando uma área de 58.856 hectares; 1.001 a 2.500, 45 propriedades numa área de 65.280 ha; 2.500 a 5.000, 10 propriedades 37.500 ha e de 5.000 a 10.000, 2 propriedades ocupando um área de 7.865 hectares. (122)

Entretanto, se por um lado ocorre o processo de minifundização na estrutura fundiária em Jaraguá, esse ocorrido não irá possibilitar a desconcentração da terra. Se comparado, os dados deste período (1920 e 1940), por um lado ocorre um significativo aumento das propriedades até 200 ha. Porém, isto não acontece com relação ao número de hectares por elas ocupadas, em 1920 as áreas ocupadas, por estes estabelecimentos eram de 76.780 ha. Em 1940, o número de hectares diminuíram para 66.544. Esse processo pode ser verificado novamente entre 1960 e 1970, quando Jaraguá recuperou-se do intenso processo de perdas de terras que atingiu o município devido à fragmentação de seu território proporcionando a fundação de várias outras sedes municipais.

Pelo verificado em documentos, o município nesse período, foi novamente tocado por um surto migratório que elevou o número de sua população para 42.130 hab., possibilitando a ocupação definitiva de suas terras, que passou a ter a seguinte estrutura fundiária: O total de

estabelecimentos chegou a 1.772 numa área de 233.087 há., distribuídos do seguinte modo: (de 1 a 50) 947 propriedades numa área de 22.161 ha. (de 50 a 200) 581 propriedades numa área de 60.159 ha. (de 200 a 500) 162 propriedades numa área de 49.788 ha. (de 1.000 a 2.000) 23 propriedades ocupando uma área de 29.917 ha. e por último (de 2.000 a 10.000), com 17 propriedades ocupando uma área de 90.172 ha. Assim, apesar de ter ocorrido um aumento significativo das propriedades até 200 hectares, não ocorre, de modo algum a distribuição da terra, enquanto 1.528 propriedades até 200 ha ocupavam um território de 82.320 ha.; somente as 17 propriedades superiores a 2.000 ha. ocupavam uma área de 90.172 ha. Assim, o processo de modernização ocorrido em Jaraguá, não possibilitou o acesso da população à propriedade da terra.

Nesse período, de mudança na concepção da propriedade da terra, em Jaraguá o que ocorreu foi um processo de concentração da terra, que irá causar o denominado êxodo rural, ou seja, o esvaziamento do campo e o enchimento da cidade. Entre 1960 e 1980, as taxas de crescimento dessa concentração foram (de 15,52% em 1960, 24,32% em 1970 e 40,10% em 1980) trazendo consigo, diversas conseqüências principalmente para os antigos moradores que, ora passaram a trabalhar como diaristas, ou transformaram-se em trabalhadores assalariados, no comércio e nas indústrias de confecções que passaram a controlar a economia a partir da década de 1980.⁽¹²³⁾

Assim se deu a modernização em Jaraguá (cidade e campo) com a introdução das empresas rurais, novos tipos de comércio, novas modalidades de ensino, novas técnicas e tecnologias. Conclui-se o processo de cercamentos das propriedades, as propriedades devolutas deixam de existir, o gado deixou de pastar em campo aberto e as pastagens artificiais substituíram os cerradões sem limites, a pecuária foi dividida em duas categorias (corte e leite). Com isso, os sistemas de trabalhos tradicionais baseados em pagamento em espécie como:

parcerias, camaradagem e agregados foram abandonados, e o salário passou a ser a forma dominante de pagamento dos trabalhadores.

3.2.6 - As Relações de Trabalho

Como enfatizado, a modernização de Goiás instalou um processo de desestruturação da economia de excedentes estruturada no Estado, onde os meios de vida do agricultor e do criador não eram ainda estabelecidos pela mediação do mercado, apesar de comercializarem eles parte de sua produção. Ao mesmo tempo, foram sendo estabelecidas novas relações de trabalho, baseadas no sistema de produção capitalista, passando a vida do trabalhador a ser mediada pelo capital. Para Martins, isso “é a materialização de trabalho abstrato e, portanto, social. Não é o próprio trabalhador que calcula e define quanto da produção vai se constituir em seus meios de vida.” (124)

Ao instalar a frente pioneira que, se movia impulsionada pelos interesses imobiliários do grande capital, a *quarta* e a *terça* enquanto relações de trabalho utilizadas entre os proprietários jaraguenses, no decorrer de dois séculos, começaram a se corroer. Opiniões de agropecuaristas do Município, a partir da década de 1960 um novo modelo de produção fundamentado nas relações capitalistas foi sendo instalado na localidade. Com isso, não era interessante, de modo algum, para os produtores manterem aqueles modelos de relações de trabalho dentro de uma economia de mercado, porque: 1º) pelo volume da produção, se continuasse a ocorrer a divisão (em cada cem nascidos vinte e cinco ou trinta fosse do vaqueiro) num pequeno espaço de tempo, teria o vaqueiro grande quantidade de gado sem local para deixá-los. 2º) neste tipo de relação de trabalho o proprietário capitalista seria obrigado a manter em sua propriedade privada o gado do

vaqueiro. 3º) dentro de uma economia que objetiva lucros altos, o vaqueiro logo teria condições de adquirir uma propriedade dispensando o trabalho.

Entre os estudiosos do capitalismo, existem uma unanimidade entre os que afirmam que uma propriedade produtiva só será capitalista se colocar em funcionamento equipamentos modernos e mão-de-obra assalariada. No entanto, Vergopoulos afirma que no decorrer do processo de incorporação capitalista ocorreu uma oferta ilimitada de mão-de-obra, favorecendo assim os baixos salários, "maximizando a margem de lucro e encorajando os capitalistas a investir. Eis porque podemos afirmar que, historicamente, o capitalismo baseia-se em trabalho assalariado e proletarização." (125)

Até meados de 1950, o setor agropecuário não sofreu alterações que pudessem qualificá-lo de moderno. Na agricultura prevalece o regime de *parceira*, à base de 30 %. Entretanto como explicado, desde os anos quarenta existiam movimentos de mudanças no campo jaraguense, como se nota através da fundação do "Clube Agrícola" de Jaraguá, tendo como objetivo implantar campos de experiências com novos tipos de cultura; e das Sociedade de Assistência, Cultura e Trabalho S/A, que buscava aperfeiçoar e ensinar os agricultores a manusear novas tecnologias e novos tipos de culturas. (126)

A construção da Capital Federal e de algumas vias de comunicações importantes possibilitavam a concretização do processo de incorporação capitalista em Goiás. Dessa forma, Jaraguá será definitivamente conectado ao sul do Estado recebendo um novo ritmo de crescimento. Assim, as relações de trabalho, que antes eram fundamentadas sob o prisma da *quarta* 25% ou da *terça* 30%, serão transformadas e passam a utilizar o pagamento em dinheiro. Conforme Valverde, à base do salário mínimo, com direito a casa, e determinada área para fazer roça. (127)

Conforme Valverde, à base do salário mínimo, com direito a casa, e determinada área para fazer roça.⁽¹²⁷⁾

O processo de modernização de Goiás provocou vários conflitos entre camponeses e proprietários em Jaraguá, causando o desmonte da estrutura social secular mantida por laços de solidariedade. O processo de transformação da mão-de-obra pré-capitalista em capitalista foi paulatinamente se dando no interior das fazendas agricultáveis e de criatório, nascendo desse impacto diversos conflitos sociais, que redundaram no relativo poderio de grupos, tendo a violência como uma regra na vida. Por isso, em Jaraguá foi uma constante matar-se por questões de terras.⁽¹²⁸⁾

Na sociedade tradicional, conforme França,

"em decorrência do estágio de desenvolvimento das forças produtivas, o regime de trabalho impunha o nivelamento de proprietários e parceiros. Daí a ausência da diferença social, porque os preconceitos eram quase nulos no interior. O fazendeiro médio, aparentemente, não se distinguia do lavrador sem terra. As condições de vida, por um lado, explicam a pouca ambição e o pequeno instinto de conforto material. Mas, de outro lado as dificuldades impostas pelo meio estimulavam a perspicácia, a sobriedade e as virtudes domésticas e religiosas."⁽¹²⁹⁾

Essa igualdade foi percebida em Jaraguá por Ranulfo, um dos entrevistados, que conta o seguinte:

"naquele tempo usava precata de couro, mesmo. Não tinha esse negócio de sapato, butina, era a precata mesmo de couro de gado. Não era comprado, pois era feito em casa, aquilo adirava muito, agente andava, fazendeiro usava e pegava uma precata daquela e montava num cavalo e vinha pra rua, com uma calça de algodão e regaçava a barra da calça, pra mode poeira, chegava na rua comprava um salinho (sal), um trenzinho qualquer e montava no cavalo e voltava para traz; com isso muito diziam, é fazendeiro. Mas chegava na fazenda não tinha curral, não tinha casa, o que tinha era um racho de dois ou três lanço e muito gado, e era muito gado."⁽¹³⁰⁾

Entre 1970 e 1980, as relações de trabalho que sustentaram a estruturação da sociedade tradicional entraram num processo de desagregação, dando lugar ao trabalho assalariado e

provocando o processo de esvaziamento do campo, que remonta aos anos 40, mas que tem seu ponto crítico nos anos 1970/80, quando a população do Estado passa a ser predominantemente urbana (62,2%). Em Jaraguá, o êxodo rural, nesse período, acompanhou de resto a tendência do Estado, alcançando tanto no campo quanto na cidade crescimentos negativos, que ficaram do seguinte modo: no campo (em 1970, -3,31% e em 1980, -1,42); na cidade em (em -3,63%, -1,05). Desse modo, o avanço do capitalismo sobre novas áreas, com suas relações de trabalho, além provocar a desagregação dos elementos tradicionais da sociedade, realizou a expulsão do trabalhador rural do campo, caracterizando o êxodo rural.

Com o processo de modernização ocorrido no Município houve paulatinamente a substituição das relações de trabalho da sociedade tradicional. Como se nota através dos dados de 1970, nas 1.772 propriedades rurais existentes, existiam apenas 122 arrendatários, que ocupavam 3.259 ha.; 13 parceiros ocupando cerca de 492 ha.; e 46 ocupantes sem posse legal numa área de 3.713 ha.) Enquanto que 1.591 propriedades eram ocupadas por proprietários individuais numa área de 225.623 ha., e apenas 10 condomínios ou sociedades numa área de 3.393 ha., caracterizando a derrocada final das antigas relações de trabalho como: a parceria, a camaradagem e outras.

Nesse período, Jaraguá é envolvido pela política de incentivos fiscais dos governos federal e estadual, o que incentivou mais ainda a expulsão dos trabalhadores do campo. Assim, após a expulsão dos parceiros, camaradas e arrendatários do campo, foi a vez dos pequenos agricultores de perderem suas terras, com o incremento ao mesmo tempo, da formação dos grandes latifúndios, pelos depositários tradicionais do poder local. O novo modelo econômico, transformou a dinâmica dos pequenos agricultores, proporcionando a expulsão de suas terras, ora por dívida às instituições financeiras e ora por pressões de um conflito desfavorável, onde o Estado sempre se colocava ao lado do latifundiário. Com isso, esses desapossados foram

transformados em exército de reserva do capital, transferindo-se para as periferias das cidades mais próximas (Goianésia, Ceres, Anápolis e Goiânia), passando a trabalhar como assalariados ou diaristas.

Esse processo permitiu a implantação de um novo padrão de acumulação ao fixar através dos salários as novas relações de trabalho. Isso segundo Kowarick aparentemente constituiu-se um "manancial que possui a virtualidade de permitir ao capital a fixação de padrões salariais altamente 'funcionais' à dinâmica da acumulação na medida em que facilita 'frear' as escalas de remuneração da força de trabalho a níveis vários de qualificação."⁽¹³¹⁾ Por outro lado, essa operacionalidade do sistema vai provocar a desarticulação da estrutura tradicional e encaminhar os trabalhadores rurais para as cidades criando diversos problemas sociais, como: desemprego, falta de moradia, falta de educação, falta de alimentação etc.. Em Jaraguá segundo os dados de 1970, foi uma constante usar-se o bóia-fria nas empreitadas de roçagem, nas lavouras etc.. Assim, o trabalhador rural mora na cidade e trabalha no campo.

Nesse contexto de mudanças sociais, outras formas de relações de trabalho utilizadas pelos trabalhadores rurais e pequenos agricultores que foram sendo desagregados paulatinamente, são os mutirões e as traições. Como demonstrado anteriormente, estas relações foram instrumentos de solidariedade bastante utilizadas pelos trabalhadores. Os entrevistados afirmam que além de servir como meio de desafogo de trabalho, foi o meio encontrado para unirem-se os trabalhadores, que em cada mutirão ou traição festejavam, rezavam e cantavam.

Desse modo, ocorreu uma profunda modificação nas relações de trabalho, onde os parceiros, agregados, arrendatários, ocupantes e outros, foram transformado em trabalhadores assalariados ou simplesmente em exército de reserva de mão-de-obra para o capitalismo. Provocado pela movimentação capitalista que opera no sentido de desagregar as estruturas antigas provocando uma crise nos meios de subsistência. Conclui-se que o processo de

modernização em Jaraguá, iniciado desde a década de 1940, coincidindo com as ações dos governos federal e estadual na micro-região "Mato Grosso de Goiás", favoreceu a transformação do modo de vida de sua população, organizada em sua forma tradicional, dando-lhe numa nova dinâmica, determinada pelo sistema de produção capitalista.

3.2.7- Os Elementos de Integração Social

O convívio social estabelecido no contexto de uma sociedade tradicional é composto de elos de integração. Conforme Ataides "os interesses mútuos agem de forma integrativa e registram, no aspecto superestrutural, um comportamento sacralizado por valores de ação e interesse comuns".⁽¹³²⁾ Como explicado, no caso do município de Jaraguá em quase dois séculos, as festas religiosas e a banda de música proporcionaram aos jaraguenses, meios de integração da comunidade favorecendo a união do grupo e um melhor controle social. Porém, a partir do processo de modernização, diversas modificações atingiram as manifestações sócio-culturais de Jaraguá.

Com relação aos festejos religiosos e os folguedos populares advindos da sociedade tradicional, alguns foram modificados e outros, conforme Etzel, foram "batendo em retirada à medida que o provincialismo cedia lugar ao moderno."⁽¹³³⁾ Entretanto, outros foram estabelecidos, demonstrando que mesmo perante as mudanças sociais a sociedade jaraguense fortaleceu seus laços de solidariedade.

Como enfatizado, em Jaraguá, "terra de cultura e de amor", como sugere Almeida, alguns dos festejos tradicionais advindos dos séculos passados como: São Sebastião, Nossa Senhora da Penha e Nossa Senhora da Conceição, pouco a pouco foram perdendo o significado. As festas,

antes comemoradas com afincos e entusiasmo, promovendo a integração social entre os jaraguenses com folias, novenas, barraquinhas, banda de música, leilões, alvoradas, procissões e outras deixaram de acontecer. Enfraqueceram-se por diversos motivos ligados à política local e à postura sacramental da igreja, chegando ao seu desaparecimento.

O festejo de São Sebastião teve uma importância, dentro da cultura do Município, bastante relevante, principalmente por razões ligadas às raízes sócio-econômicas. Durante sua trajetória histórica, dependeu dos produtos da pecuária e da agricultura para estruturação dos elementos tradicionais. A partir dos últimos anos, com o avanço do processo de modernização da agropecuária e dos setores industrial e comercial na cidade, dando uma nova face ao município, a festa entrou em declínio. Somadas a estas transformações que possibilitaram a decadência do festejo de janeiro, pode-se acrescentar a posição da Igreja Católica no município, com a transferência dos franciscanos da região. Nota-se um novo ardor na pregação voltada exclusivamente para os sacramentos, ou seja, para o aperfeiçoamento individual da alma dos fiéis, combatendo as manifestações culturais do festejo. Assim, a partir do final da década de 1980, o festejo do santo protetor dos fazendeiros, agricultores e de seus animais deixou de se realizar como festejo popular e hoje somente acontecem as novenas entre 11 e 20 de janeiro, com uma missa festiva no encerramento.⁽¹³⁴⁾

Com relação aos festejos de Nossa Senhora da Penha e Nossa Senhora da Conceição, advindas dos séculos passados, pode-se dizer o mesmo, antes da cidade ser alcançada pelo processo de modernização caracterizado pela implantação das indústrias de confecções e pela modernização da agricultura, estas deixaram de acontecer em sua forma tradicional. Assim, hoje muitas das vezes nem o próprio jaraguense sabe quem é o santo a santa protetora da cidade. Não são mais celebradas as festividades de Nossa Senhora da Penha e Nossa Senhora da Conceição, com suas memoráveis procissões.⁽¹³⁵⁾

Porém, se ao longo do processo de modernização do município de Jaraguá, algumas das manifestações culturais da sociedade tradicional deixaram de acontecer, outras foram estabelecidas pelos jaraguenses. Pode-se concluir que, durante o desenvolvimento histórico de Jaraguá, seus habitantes “cultivaram suas manifestações populares como cultivaram a terra.”⁽¹³⁶⁾ Dentre as manifestações culturais estabelecidas no século XX, destacam-se as tradicionais folias dos Santos Reis. No Brasil, estas desde o princípio da colonização, estavam presentes nas ruas, praças e nos vales distantes, no mundo dos camponeses.

Em Jaraguá, a folia dos Santos Reis ocorre tanto na zona urbana quanto na zona rural.

Conforme Inácio Camargo da Silva

“tem mais de 40 anos que ela sai e nunca falhou. Havia muita seca, muito sol. As plantas estavam morrendo então foi feita essa promessa, ela girou três anos de promessa do José Soares, depois passou ela para a Sorte. O José Soares fez promessa: se nós não perdéssemos a plantação, nós giraríamos essa folia. Então, nunca falhamos com a folia de reis, eu tenho medo que às vezes entre uma desavença.”⁽¹³⁷⁾

No município, são diversos os locais onde acontece a folia dos Santos Reis, que se inicia no dia de Natal e prossegue até o dia 6 de janeiro, o dia dos Santos Reis. Dentre eles destacamos os seguintes: das fazendas Santo Antônio e Bom Jesus, das fazendas Córrego Grande e Sucuri, das fazendas Saraiva, Barro Branco e Moinho e outras.

Segundo Anselmo de Oliveira e Silva, a folia dos Santos Reis, tem sua origem em Jaraguá, por volta de 1945 ligada ao contexto sócio-religioso da região:

“pelo que disse a minha mãe essa folia foi começada por aqui no Córrego Grande era um lugar de muita miséria. O povo passava até fome, tinha muito mato, mas dizem que plantava e não dava. Num prestava né? Então fizeram voto de tirar a Folia de Reis pra tirar, fazer a Festa de Santo Reis, pros pobres, pros povos. E continuaram a tirar a folia.”⁽¹³⁸⁾

A folia continua até os dias atuais com o pessoal do lugar, às custas daqueles que têm vontade de realizá-la.

Desse modo, pode-se dizer que a folia dos Santos Reis, ao contrário de algumas manifestações culturais advindas dos séculos anteriores que entraram num processo de decadência em virtude de mudanças sociais, a partir de 1984, ganhou mais espaço na cultura de Jaraguá. Nos últimos anos as folias dos Santo Reis têm aumentado sensivelmente sua influência entre jaraguenses e turistas que visitam a festa na cidade.

Como constado, com relação à mudança nas manifestações culturais em Jaraguá, algumas tradições importantes no contexto da sociedade tradicional deixaram de acontecer. Entretanto, duas manifestações permanecem: a festa do Divino Espírito Santo e a Banda de Música Santa Cecília, que após um certo enfraquecimento, conseguiram reestruturar-se e hoje fazem parte integrante da sociedade jaraguense.

A) As Mudanças na Festa de Pentecostes

O festejo do Divino Espírito Santo foi trazido para o Brasil, pelos portugueses, sobretudo açorianos por volta de 1765, destaca-se a folia mendicante e uma procissão que significa a ligação da Igreja Terrena com a Igreja Triunfal. No caso de Jaraguá, o festejo de Pentecostes foi implantado no paróquiado de Silvestre Álvares da Silva durante à primeira metade do século XIX, vinculada aos portugueses residentes no povoado e à "Irmandade do Santíssimo Sacramento" implantada em 1838. No contexto da transição da economia mineradora para a agropastoril, a festa passou a ser comemorada juntamente com as de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, caracterizado-se como: a Congada, o festejo do Rei e da Rainha, a Cavalhada. Ao longo de dois séculos, a festa constituiu em Jaraguá "num dos mais importantes sistemas sociais,

no que se refere à função de refletir e confirmar a estrutura da sociedade, permitindo a hierarquização de classes, categorias étnicas e grupos sociais.”⁽¹³⁹⁾

Com o avanço do capitalismo, a festa do Divino, depois de vários anos, sendo o ponto marcante da tradição sócio-cultural e religiosa da sociedade jaraguense, se enfraqueceu e conforme noticiário do jornal “o Popular”, quase desapareceu.

Em 1981, após um período de enfraquecimento, mesmo diante do processo de modernização da economia, da política, etc., não desapareceu, mas adaptou-se à nova realidade social da cidade. Assim, a comunidade criou a “Irmandade do Divino Espírito Santo”, como objetivo de resgatar a tradição da festa, que passou a ter novamente o peso dos anos anteriores ao processo de modernização. Porém, agora com um novo caráter, pois além de ser religiosa e dar sentido de unidade, o festejo na sociedade capitalista, transformou-se numa tradição alimentada pelos interesses turísticos e pelas administrações municipais, sendo regida por uma estrutura leiga, independente da hierarquia católica.

Em Jaraguá, pelo que se percebe através da pouca documentação existente, o festejo do Divino, a exemplo da sociedade como um todo, sofreu diversas alterações em sua realização anual. Assim, o festejo tem a seguinte estrutura: ritos da igreja Católica (do 1º ao 8º dia ou de sexta a sexta feira), novenas sempre às 19:15 horas na Matriz; sábado novena e procissão e domingo missa solene e sorteio do novo Imperador do Divino às 09:00 horas, novenas segunda de São Benedito e terça de Nossa Senhora do Rosário. Ritos populares ou “folguedos profanos” (de sexta a sexta feira) folia do Divino, Alvoradas 1º, 7º e 9º dias, leilões e apresentações de sexta a sábado na Matriz e segunda e terça subsequentes na igreja do Rosário, Cavalhada 8º e 9º dias, levantamento do mastro, fogos e fogucira no sábado; Entrada da Rainha sábado às 16:00 horas, Dança dos Tapuios, Contra Dança, Congada e o Reinado do Imperador no domingo.

No contexto da festa de pentecostes, a primeira alteração a ser analisada em nosso trabalho, na estrutura do festejo, foi a transformação do caráter da folia do Divino, de rural para urbano. Segundo conta a tradição oral, esta mudança foi implantada por Felicíssimo do Espírito Santo, quando Imperador do Divino, em 1958. No primeiros anos, com sua nova postura, não houve grande aceitabilidade por parte dos jaraguenses, "participavam apenas as crianças e mais o imperador." Entretanto, com o passar dos anos, a folia se estruturou e passou a ser organizada em dois galhos representados pela Coroa/Cetro e pela Bandeira, cujos organizadores estão diretamente ligados ao imperador, membros da Irmandade do Divino.⁽¹⁴⁰⁾

Na realização da folia, existem regras preestabelecidas que não podem ser alteradas, como por exemplo: a Coroa e a Bandeira em seus trajetos não podem cruzar-se. Se no decorrer da folia, por um acaso, alguns dos galhos (Coroa/Cetro ou Bandeira), chegarem numa casa e realizarem o ritual determinado, estes não podem retornar, de modo algum, às casas anteriores. "Se isto acontecer, conforme o costume local, o Divino castiga e um dos foliões no ano seguinte morre".⁽¹⁴¹⁾ Como mencionado, a folia se realiza a partir de dois galhos que visitam todas as casas, quando o Divino é homenageado, concede bênçãos, recebe pagamento por votos alcançados e propicia esperanças.

Em Jaraguá, a folia do Divino Espírito Santo difere das folias de Reis e de São Sebastião que acontecem durante a passagem de cada ano. Além de ser caracterizada como urbana, na folia do Divino não existe uma hierarquia rígida em sua estrutura. Os coordenadores são diretamente ligados ao Imperador do Divino, denominados de mordomos, os instrumentistas são cedidos pela banda Santa Cecília, os cantores e cantoras que revezam-se ora com a Coroa/Cetro, ora como tesoureiro ou esmoleiro. Pelas informações encontradas, dentre os vários coordenadores que assumiram o cargo de mordomo da folia nos últimos anos destacamos: no galho da Coroa/Cetro, o Sr. Antônio Leite de Andrade, funcionário público federal e antigo rei da cavalcada, que dirigiu

este setor até a sua morte. No galho da Bandeira, durante os anos de 1970/80, já em plena implantação dos aspectos capitalistas na sociedade jaraguense, destaca-se como dirigente o Sr. Irani Nazaret Bandeira, funcionário público municipal, político de grande influência e homem de boa reputação entre os pobres e ricos da cidade.⁽¹⁴²⁾

A folia do Divino tem como objetivo: o louvor ao Espírito Santo que distribuiu bênçãos à população e o recolhimento das coletas em (dinheiro e espécie) para a manutenção dos festejos. Ao longo dos últimos anos, tornou-se uma das tradições mais fortes da cidade, que durante sua realização, é envolvida por um espírito festivo que deixa transparecer uma contradição entre o velho representado pelo tradicional (o foguetório, o ritual, o religioso, o santo, a esmola), e o novo presente nos edifícios modernos que abrigam as indústrias de confecções, o comércio e os bancos.

A partir do último quarto do século XX, a folia do Divino, apesar de a cidade assumir uma nova postura econômica e assistir a introdução de várias denominações de igrejas cristãs, tem se fortalecido como tradição cultural, e, a cada ano, ganha novos adeptos. A folia, antes inteiramente urbana, ultrapassa as fronteiras territoriais chega até a capital de Goiás, torna-se uma folia regional e introduz Jaraguá na mídia estadual.

Desse modo, a cada ano, a folia jaraguense, aproximadamente um mês antes de pentecostes, unem-se os dois galhos (Coroa/Cetro e Bandeira) acompanhada por alguns músicos da banda Santa Cecília e pelos foliões uniformizados com camisas brancas, calças ou saiais azul marinho, chapéus de palha e lenços vermelhos no pescoço, percorre diversas casas na cidade de Goiânia. Diversos jaraguenses de várias classes sociais, principalmente da elite, impossibilitados de participar da folia em seus dias tradicionais em Jaraguá, "festejam aqui em dias especiais com o mesmo espírito de graça."⁽¹⁴³⁾ Desse modo, a folia apesar da expansão do processo de modernização do município, faz brotar o sentimento cultural e religioso, proporciona aos

participantes um convívio com suas tradições, e um retorno as suas raízes culturais até mesmo fora do espaço territorial.

No decorrer do processo de modernização, Jaraguá deixou de ser uma cidade semi-isolada para ser centro regional do capital, fazendo parte da micro-região mais populosa de Goiás. Entretanto, essas alterações não destruíram algumas tradições culturais deste povo. Dentre as que se fortaleceram, no contexto da festa de pentecostes, está a cavalhada, realizada até os idos de 1960, em três dias: sábado, domingo e segunda. Porém, devido à proximidade de Jaraguá com Pirenópolis que também comemora o festejo do Divino em pentecostes e tem a cavalhada mais famosa do Centro-Oeste brasileiro, a organização da festa em Jaraguá representada pelo imperador do Divino e pela Irmandade do Divino Espírito Santo resolveu mudar o folguedo para sábado e domingo, na tentativa de fortalecer sua realização e não concorrer diretamente com sua vizinha. (144)

Assim, ao longo dos anos a cavalhada jaraguense que, significa a luta entre mouros e cristãos, vem ganhando espaço entre as manifestações culturais no município com as seguintes características: no sábado, as embaixadas, em sua grande maioria, são apresentadas segundo Adão Juarez (o atual rei dos azuis), em cinco carreiras e, no domingo dia do encerramento em sete carreiras, seguidas do batizado dos mouros derrotados e dos jogos de argolinha. Nos jogos de argolinha, ha sempre alternância entre os competidores, primeiro um cavaleiro cristão e depois um cavaleiro mouro. Os cavaleiros que conseguem as argolinhas, quase sempre as oferecem às pessoas influentes da cidade, em busca de ajuda para as vestimentas obrigatórias tanto do cavalo como do cavaleiro.

Em Jaraguá, a cavalhada é apresentada em um campo de batalha especial, com organização própria, onde são definidos os territórios dos cristãos e dos mouros. Com um número

de 24 cavaleiros distribuídos de igual modo entre os mouros de roupas vermelhas que representam os islamicos e os cristãos de roupas azuis que representam o cristianismo.

Nos últimos anos após o processo de modernização ter atingido o município de Jaraguá, a cavalhada tem se transformado também, a exemplo da agricultura camponesa, num folguedo popular consumidora dos produtos da indústria. Segundo alguns participantes, está ocorrendo um processo de elitização na cavalhada, tanto nas vestimentas quanto os cavalos utilizados pelos participantes. Sobre as vestimentas, temos notícia que, em 1993, um cavaleiro que não quis se identificar gastou com sua roupa cerca de três mil dólares. Por outro lado, existe uma grande concorrência na tentativa apresentar os melhores cavalos - alguns alcançam o preço de quinhentos mil reais.

Outro aspecto que ocasionou a mudança da cavalhada em Jaraguá, segundo informações, foi a influência da cavalhada da cidade Pirenópolis, que introduziu os denominados "mascarados" no contexto do folguedo. Em Jaraguá, até os idos de 1970, existia somente um mascarado - chamado de "espia" - que servia de interlocutor entre os mouros e cristãos durante a realização do ritual. Entretanto, a partir de 1980, foram introduzidos gradativamente centenas de mascarados no contexto da cavalhada, ou seja, cavaleiros anônimos que usam roupas coloridas, máscaras de "cara de boi" e de "cara de gente deformada" etc. Têm como função divertir a platéia "com brincadeiras e palhaçadas" nos intervalos entre uma carreira e outra nos dias de cavalhada. Os mascarados ainda percorrem a cidade, em grupos ou sozinhos fazendo suas estrepolias e brincadeiras, proporcionando momentos de alegrias à população que corresponde ora, tentando conhecer o mascarado, o chamando este pelo nome, ora doando alguns centavos para que estes comprem alguma coisa.⁽¹⁴⁵⁾

Nesse contexto de mudança cultural, outra tradição que se fortaleceu no interior do festejo de maio ou junho, em Jaraguá, foi o folguedo denominado de Entrada da Rainha. Segundo

Almeida, no domingo de pentecostes, apresentava-se "um espetáculo! Os pares, muito enfeitados, vinham a cavalo; realiza-se no domingo do Espírito Santo na festa do Rosário; à frente, vinha o séquito da Rainha, a quem a banda de música acompanhava."⁽¹⁴⁶⁾

Atualmente, constitui-se ao lado da folia e da cavalhada, num dos folguedos mais atraivos do festejo, realizado sempre no sábado, às 16:00 horas contando com milhares de pessoas da cidade e turistas que vêm participar do festejo. O desfile denominado de entrada da rainha, além de contar com a presença do rei e da rainha do Rosário, também conta com a participação de várias outras representações, como: dos cavaleiros da cavalhada, dos escravos (negros), dos colonizadores (portugueses), das riquezas da localidade (mineradores, agricultores, pecuaristas, comerciantes e industriais), de políticos e instituições modernas e mais uma centena de cavaleiros e cavaleiras, todos acompanhados pela banda de música com suas músicas tradicionais. Em desfile, percorrem cerca de quatro quilômetros da cidade saindo do Campo de Batalha, localizado no antigo Goiasrural, passando pelas avenidas Presidente Castelo Branco, ganhando a Coronel Tubertino Ferreira Rios, Coronel Elias da Fonseca chegando à Igreja de Nossa Senhora do Rosário. No sábado e no domingo de pentecostes a cidade é modificada, as indústrias fecham as portas, o comércio após grande animação devido ao festejo, perde a importância. Os automóveis, representantes do moderno, compartilham as ruas e avenidas com centenas de cavalos que desfilam livremente nos mais diversificados tipos, desde os "pangarés" ao mais puro "quarto de milha" configurando no mesmo espaço o moderno e o tradicional.⁽¹⁴⁷⁾

Outra modificação ocorrida no interior da festa de pentecostes, devido ao avanço das relações capitalistas, ou melhor, do processo de modernização, foi a radical separação dos aspectos espirituais dos folguedos populares. A partir do final da década de 1980, com a chegada de um determinado padre da diocese de Anápolis, ficou bastante caracterizado este processo, a novena do Espírito Santo passou a ser acompanhada em missa diária realizada na igreja, enquanto

que os leilões passaram a ocorrer no galpão construído para feira livre de Jaraguá, deixando o salão paroquial. Durante os leilões, além da apresentação da banda Santa Cecília, uma tradição secular, novas apresentações são realizadas, como: danças de catiras, encontros de foliões, apresentações de cantores e cantoras da região e de outras localidades. Neste processo de separação dos elementos populares e espirituais, diversos conflitos ocorreram entre a igreja voltada agora para os sacramentos e a Irmandade do Divino auxiliada, por uma facção de políticos tradicionais da cidade, responsáveis pela realização do festejo. Assim, houve um desagrado geral por parte de ambas as facções envolvidas, que só terminou com saída do padre. A festa continua sendo realizada demonstrando que mesmo diante de transformações socioeconômicas e religiosas que sofre a cidade, a população continua voltada para alguns valores sócio-culturais que lhe dão sentido à vida como um todo.

Assim, concluímos que o processo de modernização que tocou Jaraguá nos últimos anos, comprova nossa hipótese de que o município, ao longo de seu desenvolvimento participou ativamente das variações econômicas e conjunturais do Estado de Goiás. Não deixou que sua memória cultural fosse destruída e organizou meios, dentro do processo de modernização, de fortalecer seu complexo cultural.⁽¹⁴⁸⁾

B) - A Banda de Música Santa Cecília

No contexto das transformações culturais ocorridas em Jaraguá no decorrer do processo de modernização goiana, outro elemento cultural que persistirá sem perder sua característica será

a banda de música "Santa Cecília". De acordo com Jarbas Jaime a primeira banda de música presente em território goiano foi "fundada ao que supomos pelo comendador Joaquim Alves de Oliveira." (149) no arraial de Meia Ponte (Pirenópolis), antes de 1830. Em Jaraguá, apesar de não haver registros históricos, é sabido que já na primeira metade do século XIX, foi criado a banda de música Santa Cecília, possivelmente pelo padre Manoel Ribeiro de Freitas. Ao contrário de Pirenópolis, onde a origem da banda de música está vinculada à atividade militar, em Jaraguá a origem da banda está intrinsecamente ligada à atividade religiosa, como fica provado pela sua própria denominação de "Santa Cecília". (150)

Segundo alguns autores, na sociedade tradicional manter bandas de músicas significava poder e privilégio para os políticos. Assim, a banda de música "Santa Cecília", ao longo da história de Jaraguá foi um elemento cultural, que além de significar diversão, comunhão e fraternidade foi um local de reunião de adversários políticos, de pessoas com posições ideológicas diferenciadas e também um local onde se reunia o pobre, o rico, o juiz, o padre, o professor, o militar e outros. Era um local que significava espaço para elevação social, ou seja, um local onde se permitia às pessoas pobres adentrar os meios sociais reservado a uma determinada classe social. (151)

Conforme o maestro José Joaquim do Nascimento, a banda "Santa Cecília", "é a banda mais antiga em funcionamento em Goiás". Como já foi enfatizado, as bandas são como um espaço de discussão, de união, de encontro, de decisão e de mudança. Ficou isso bastante caracterizado na história da banda "Santa Cecília", quando as rivalidades políticas de Jaraguá provocaram um cisma, estabelecendo-se a criação da banda "União Jaraguense", conhecida como a banda do "Mestre Quilu". Segundo Militão a rivalidade entre as bandas era a mesma que existia entre "os partidos políticos, mas com o tempo foram se acabando. Ficando, as rivalidades apenas

no campo político, virando uma questão familiar entre Castros e Freitas que dirigiram a política jaraguense até os idos de 1980.”⁽¹⁵²⁾

Terminado este conflito entre 1920 e 1930, a banda de música “Santa Cecília” de Jaraguá, consegue renovar seu quadro de músicos dentre os quais contavam: José Pedro de Amorim (Maestro), Antônio da Safona (Baixista), Joaquim Militão (Baixista), Geral do Amorim (Pistonista), Manoel Frederico (Bombardinista), Adolfo Gomes de Souza (Trombonista), Natal de Castro (Trombonista), Sebastião Rátio (Pistonista) Pedro Rátio e Benedito Mundim (Clarinetistas). Assim entre 1930 e 1974, a banda “Santa Cecília”, apesar de ativa e presente no contexto da sociedade jaraguense, passou por enormes “dificuldades materiais que sempre obstaculizaram seu crescimento e atuação.” Entretanto, devido sua aceitabilidade e sua importância para a população jaraguense se manteve mesmo dentro de um período crítico de contradições e mudanças sociais, que a levou quase ao seu desaparecimento. Mas, por força de vontade de músicos como: Manoel Frederico, Geraldo Amorim, Adolfo Gomes de Souza, Natal de Castro, e outros, a banda consegue se renovar, nesse período de crise, formando alguns músicos de expressão em Jaraguá, como por exemplo: Frederico de Pina Álvares (Pistonista), Paulo Antônio Gonçalves (Saxofonista), Paulo Baiano (Saxofonista), que ajudaram a banda manter-se viva e presente nas solenidades cívicas e religiosas.⁽¹⁵³⁾

Conforme documentações diversas, a banda de música Santa Cecília, nesse período, sempre se manteve em casa de aluguel. Porém, isso não impossibilitava sua participação em diversos locais como por exemplo: na inauguração do primeiro colégio de 2º grau em Jaraguá em 1936, Manoel Ribeiro de Freitas, na inauguração do colégio Arquidiocesano de Jaraguá em 1946, na inauguração da água encanada em 1964, na inauguração do campo de aviação em 1952, na inauguração do primeiro palco da festa do peão em 1964. Além de participar brilhantemente nas

varias festas religiosas e civicas de Jaraguá, demonstrando ao longo de sua história, seu valor e sua importância. (154)

A partir de 1974, a banda "Santa Cecilia", é assumida pelo poder municipal, com isso, novos rumos serão tomados na formação de músicos em Jaraguá. Assim, temos a contratação do maestro José Moacir Xavier que trabalhou na cidade por dois periodos. No primeiro momento o maestro, na intenção de fortalecer a banda tanto em qualidade como em quantidade, dando base para sua funcionalidade, formou diversos músicos dentre quais pode-se citar: Euripedes José dos Santos (clarinetista), Fabiano Nunes de Barros (Trombonista), Mário Rodrigues de Bessa (Saxofonista), Silvio da Trompa (Trompista), Adão Celestino (Baterista), José Álvares (Baterista) e Ademar José dos Santos (Clarinetista).

No segundo instante, em 1977, o maestro Xavier como gostava de ser chamado formou outros diversos músicos que deram sustentação para a manutenção da banda de música "Santa Cecilia", mesmo perante o avanço de novas relações sociais, comerciais, politicas e de trabalho determinadas pelo sistema de produção capitalista. Nesse periodo, a banda ainda não possuía sede própria, então as aulas de músicas eram dadas onde se encontra a atual Casa da Lavoura, próximo a igreja Matriz. Nessas circunstâncias, outro fato importante para a sustentação da banda "Santa Cecilia", foi a compra por parte da Prefeitura Municipal na gestão do prefeito Tubertino Braulio de Freitas, de cerca de vinte novos instrumentos, possibilitando desse modo, melhores condições de aprendizagem dos alunos. Assim, formados os seguintes músicos: Alam Matias (Clarinetista), Rodolfo Pimentel (Trombonista), Adriano César (Clarinetista), Edmar José dos Santos (Bombardinista), Genervino José dos Santos (Trombonista), Júlio Ricardo (Trompista), Geraldo do Prado (Saxofonista) Luciano da Fonseca (Trombonista) Amilton Pascoal (Saxofonista) Fernando Corsino Leal (Trombonista), Ivan Camargo e Júlio César (Baterista), Antônio do Baixo (Baxista) e outros.

Ao deixar o cargo, o maestro José Moacir Xavier, entregou a banda "Santa Cecília" bem estruturada para a sociedade contando com aproximadamente 22 músicos. No final de 1978, assumiu a direção da banda, o maestro Paulo Antônio Gonçalves que se manteve no cargo até 1980, quando chegou o atual maestro José Joaquim do Nascimento. Com isso, a banda ganha bastante tanto em qualidade quanto em quantidade, pois logo a média de músicos passou de vinte para a faixa de trinta a quarenta músicos, demonstrando que em Jaraguá a banda de música tem grande facilidade de renovar seus quadros, fato que permite sua sustentação em meios as mudanças sociais ocorridas.(155)

Em 1983, é criado pelo maestro José Joaquim do Nascimento o "Estatuto da Corporação Musical Santa Cecília", com caracter sócio-cultural, sem finalidade lucrativa. Com este, a banda consegue da Fundação Banco do Brasil em 1994, a doação de quarenta e um novos instrumentos, nacionais e importados, que contribuíram enormemente para a sua manutenção.(156)

Assim, a banda de música, busca também renovar seu próprio repertório. Agora, existem outras diversões na cidade e a banda não é mais único local de lazer. Conforme José Joaquim do Nascimento, "agora mais ao gosto de um público, pois se não faz acaba caindo no esquecimento. Partimos para outras músicas como: danças, temas de novelas, lambadas, sambas, sertanejas e outras que estão em evidência hoje."(157)

Como já foi dito, anteriormente, na sociedade tradicional, a banda de música, conforme Militão, "era tudo com relação a lazer, além da sanfona no sarandí, da viola no catira, o resto era a banda Santa Cecília."(158) Mas na sociedade moderna, onde são transmitidos os mais variados tipos de programação a exemplos: das novelas, das partidas de futebol, dos filmes, dos desenhos animados, como fica a posição de uma banda de música? Ao responder está pergunta um jovem músico disse, que desde muito ele já ouvia dizer "eu não sei pra que esta banda tá tocando - principalmente da parte mais jovem da cidade". Segundo o mesmo jovem, outro fator que fez a

banda perder um pouco de sua importância no contexto da sociedade atual está ligado as transformações que sofreram as festas religiosas. Assim, "hoje esta é sensivelmente prejudicada, devido a certos padres com visão diferente, com outras mentalidade que acabam com algumas festas modificando o sistema." (159)

Segundo pesquisa a banda de música mesmo perante os avanços técnicos científicos da sociedade moderna, conforme, José Joaquim do Nascimento

"ela ainda é de importância muito grande nas festas religiosas, também cívicas e na disciplina de jovens e crianças. Além de atualmente possibilitar a vários cidadãos jaraguenses o ingresso definitivo em bandas profissionais, tanto civis como militares. Hoje fazem parte de bandas na Polícia Militar, na Aeronáutica, no Exército e na Orquestra Filarmônica de Goiás e Distrito Federal, vários jaraguenses com um bom desempenho." (160)

Confirmando a colocação do atual maestro da banda "Santa Cecília", fomos buscar informações de músicos formados em Jaraguá e que hoje estão em bandas por todo o Brasil. Dentre os vários expoentes pode-se destacar os seguintes músicos: Euripedes José dos Santos (músico e compositor, atualmente ocupa o cargo de 2º sargento da Aeronáutica, dentre as suas composição destaca-se os dobrados "Ciro Celestino" e "Francisco José dos Santos", a "valsa 14 de Julho" e um diversificado número de arranjos de músicas populares e sertanejas); Fabiano Nunes de Barros (músico e desembargador no Estado do Tocantins); Alam Matias (músico formado em Clarineta pela UFG, 2º Tenente regente geral da banda da Polícia Militar de Goiás); Ademar José dos Santos (músico e Sub Oficial da banda da Polícia Militar de Goiás); Fernando Corsino Leal (trombonista e Sub Oficial da banda da Polícia Militar de Goiás); Rodolfo Pimentel (trombonista e 2º sargento da banda da Polícia Militar de Goiás); Edmar José dos Santos (bombardinista e 3º sargento da banda da Polícia Militar de Goiás); Ivan Camargo (baterista e 3º sargento da banda da Polícia Militar de Goiás); Ronaldo Braga da Conceição (baterista e cabo da banda da Polícia Militar de Goiás); Adriano César (trombonista e soldado da banda de música do

42º Batalhão de Infantaria Motorizado do Exército); Fernando Machado (Professor de na UFG e UNB, e trabalha atualmente nas Orquestras de Brasília e Goiânia), além de outros que tanto elevam o nome da banda "Santa Cecilia", demonstrando seu valor e sua importância no contexto da sociedade jaraguense.

Assim, a banda "Santa Cecilia", que ao longo dos tempos foi um local de encontro de pessoas de várias classes e categorias sociais como: políticos, militares, juizes, padres, pedreiros, lavradores e outros, mesmo diante do processo de modernização, traz consigo novas opções de lazer para a sociedade. Busca através de novos ritmos, novas músicas, novos tipos de apresentação conquistar seu espaço dentro da sociedade. Por isso, sem perder sua característica secular de banda de música, em Jaraguá a banda Santa Cecilia

"a tradicional banda tem se transformado em um tipo de orquestra de baile, onde temos um teclado, um cantor e um violonista e um quadro de quase quarenta músicos entre crianças, jovens, homens e mulheres. Temos feito com isso, grandes bailes, com grande sucesso em Jaraguá e cidades vizinhas." (161)

Desse modo, a banda de música, tem recuperado o público perdido e adquirido um novo, apesar de sofrer os impactos do processo de modernização que levam ao desaparecimento de muitas das manifestações culturais da sociedade tradicional.

A banda "Santa Cecilia", dentro da sociedade jaraguense além de participar das festas religiosas, também participa alegrando ativamente os eventos públicos. Em Jaraguá, mesmo no contexto da sociedade moderna é comum ainda se ouvirem as belas e longas apresentações da banda de música no coreto da cidade. Por exemplo em julho de 1997, durante as festas comemorativas do 115º aniversário de emancipação política do município, quando em pesquisa na cidade, deparâmo-nos com a banda tocando na praça tendo em volta dela uma multidão de pessoas. Nesta ocasião a banda executava tanto músicas tradicionais (dobrados, valsas, marchas e maxixes) como músicas modernas ou seja, atuais como (populares, sertanejas, sambas e molejos).

Outro aspecto que demonstra a importância da banda "Santa Cecília, são as constantes viagens empreendidas para outros municípios tanto de Goiás e como fora do Estado como exemplo: Colinas no Tocantins, Jussara, Anápolis, Pirenópolis, Corumbá além de fazer constantes apresentações em Goiânia nos estúdios das televisões Anhanguera e Serra Dourada. Marcando assim, sua influência musical na cultura de Goiás, e demonstrando que sobrevive como um elemento tradicional em meio ao processo de modernização de Goiás.

Notas do Capítulo III

(1) Ver SZMRECSÁNYI, Tamas. História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Economia e Cultura (1930-1964), Tomo III, Volume IV. São Paulo, Difel, 1984, p-215. Ver também AMADO, Wolmir. O Capitalismo e a Questão Agrária. Revista de Estudos Goianienses, UCG, N.º II, Volume 16 de outubro a dezembro de 1989, p-321. BORGES, Barsanulfo Gomides. Op. Cit., p-57.

(2) Ver DOLES, Dalisia Elizabete Martins e outros. Interpretação Histórica da Economia de Goiás e Posicionamento do Setor Agropecuário no Contexto Econômico Social da Região. S/p data Goiânia, UFG mimeografado, S/d, p-17. Ver também SZMRECSÁNYI, Tamas. Op. Cit. p-215. BORGES, Barsanulfo Gomides. Goiânia, UFG, Texto, mimeografado, p-5.

(3). Ver DOLES, Dalisia Elizabete Martins e outros. Op. Cit., p-17-19.

(4) Idem p-19.

(5) Ver DOLES, Dalisia Elizabete Martins e Outros. Op. Cit., pp-17-18. Ver também SZMRECSÁNYI, Tamas. Op. Cit. p-218.

(6) Ver BORGES, Barsanulfo Gomides. Os Meios de Transportes Em Goiás. Mimeografado, s/d, p-5-8. Ver também DOLES; Dalisia Elizabete Martins e Outros. Op. Cit. NUNES, Heliane Prudente. Comunicações e Transportes em Goiás. Goiânia, UFG, mimeo., 1983, p-23.

(7) Ana Lúcia da Silva apresenta o quadro das estradas de rodagens existentes em Goiás até 1930: 1) Itaberahy-Bella Vista, passando por Inhumas, Campinas e Ramal para Trindade; 2) Itaberahy-Annapolis, passando por Jaraguá, São Francisco das Chagas e Aracaty; 3) Annapolis-Viannopolis 80 km; Jaraguá-Pyrenopolis 56 km; 4) Pyrenopolis-Annapolis, passando por Corumbá num total de 100 km; 5) Inhumas-Annapolis 82 km; 6) Bela Vista-Caldas Novas, passando por Pouso Alto (Piracanjuba) 102 km; 7) Pouso Alto (Piracanjuba) a Santa Rita do Paranayba (Itumbiaria), passando por Morrinhos e Bandeirantes; 8) Bonfim (Silvânia) - Formosa, passando por Santa Luzia (Luziania) e Planaltina; 9) Ypameri-Formosa, passando por Crystalina e Planaltina indo até Luziania; 10) Morrinhos-Santa Rita do Pontal; 11) Ouvidor-Margem do Paranayba; 12) Caldas Novas-Morrinhos; 13) Santa Rita do Paranayba-Buriti Alegre; 14) Morrinhos-Buriti Alegre 48 km; 15) Corumbayba-Anhanguera 42 km; 16) Rio Verde-Rio Bonito 142 Km; 17) Santa Rita do Paranayba-Mineiros, passando por Rio Verde e Jatay 494 km; 18) Mineiros-Santa Rita do Araguaya 102; 19) Ubatam-Campo Formoso 10 km; 20) Ubatan-

Bella Vista 78 Km; 21) Pires do Rio-Santa Cruz 25km; 22) Trindade Palmeiras 72 km; 23) Bella Vista-Bonfim 76 km. SILVA, Ana Lúcia da. Op. Cit., p-115.

(8) Lima afirma que a "Marcha para o Oeste" era "um projeto nacionalista que não era propriamente antiburgês ou antiimperialista, no sentido econômico do termo, mas essencialmente militar. Seus componentes básicos eram o fortalecimento econômico e militar do país, a consolidação da proeminência brasileira na América Latina e projeção do país no plano mundial". LIMA, Maria Regina Soares de. A Revolução de 30. In: O Brasil em face dos Estados Unidos e países do Eixo: a conjuntura internacional dos anos 30. UNB, Distrito Federal, Coleção Temas Brasileiros, CPDOC, 1980, pp- 651-658. Ver também VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil. Ed. José Olympico, Vol. V, 1879. Ver MOTA, Carlos Guilherme. Brasil Em Perspectiva. Rio de Janeiro, 17ª ed., Bertrand Brasil. 1968. LENHARO, Alcir. Sacralização da Política. In: A nação em marcha. São Paulo, 2ª ed., Campinas, Papiuos, 1989, p-53.

(9) Ver ROCHA, Leandro Mendes. A marcha para o oeste e os índios do Xingu. FUNAI, 1992, p-2.

(10) Ver DAYRELL, Eliane Garcindo. Op. Cit., p-40. LENHARO, Alcir. Op. Cit., pp-54-56.

(11) LIRA, Elizeu Ribeiro. A Gênese de Palmas-Tocantins. Presidente Prudente, São Paulo, FCT, UNESP, Dissertação de Mestrado, 1995, p-59-60.

(12) Ver DAYRELL, Eliane Garcindo. Op. Cit., p-85.

(13) VAZ, Eber. Aspectos Históricos-Econômicos de Goiás (1930-1960). Goiânia, Revista de Estudos Goianienses, UCG, Vol. 16, N.º II, 1989, p-109.

(14) CHAUL, Nars Nagib Fayd. Caminhos de Goiás-da Construção da Decadência aos limites da Modernidade. Goiânia, CEGRAF, UCG, 1997, p-167. DAYRELL, Eliane Garcindo. Op. Cit., p-63. CASTRO, Costa. O Sentido Ideológico de Goiânia. In: Revista Oeste, Ano I, 1942, pp-3-4.

(15) DAYRELL, Eliane Garcindo. Op. Cit., p-69. VALVERDE, Orlando e Catharina Vergolino Dias. A Rodovia. Belém Brasília. Rio de Janeiro, IBGE, 1967, p-295.

(16) DAYRELL, Eliane Garcindo. Op. Cit., p-98.

(17) Ver ALVERDE, Orlando e Catharina Vergolino Dias. Op. Cit., p-296.

(18) França afirma que houve "o deslocamento da fronteira agrícola para as extensões do Novo 'Mato Grosso' de Goiás, movimento que se acentuou no decorrer dos anos 40, com a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), as iniciativas de loteamentos de terras ganharam relativa expressão." FRANÇA, Maria de Souza. Trabalho, Trabalho e História. São Paulo, USP, Tese de Doutorado, 1985, pp-141-142.

- (19) ALVERDE, Orlando e Catharina Vergolino Dias. Op. Cit., pp-296-298. DAYRELL, Eliane Garcindo. Cita Colonização e Povoamento. In: Revista de Imigração e Colonização, Ano I, N.º 2, 1939, pp- 205-209.
- (20) Ver DOLES, Dalisia Elizabete Martins e Outros. Op. Cit., p-45. Ver também SILVA, Ana Lúcia da. Op. Cit., p-189.
- (21) DOLES, Dalisia Elizabete Martins e Outros. Op. Cit., p-45. FAISSOL, Speridião. O Problema do Desenvolvimento Agrícola do Sudeste do Planalto Central. In: Revista Brasileira de Geografia, janeiro a março, 1957, p-57.
- (22) DAYRELL, Eliane Garcindo. Op. Cit., p-63. DOLES, Dalisia Elizabete Martins e Outros. Op. Cit., p-36.
- (23) DOLES, Dalisia Elizabete Martins e Outros. Op. Cit., pp-36-37.
- (24) Ver WAIBEL, Léo. Uma Viagem de Reconhecimento ao Sul de Goiás. Cons. Nascimento, Geografia, Rio de Janeiro, 1958, p 281. Ver também SZMRECSAYNI, Tamas. Op. Cit. p-219.
- (25) Ver FRANÇA, Maria de Souza. Op. Cit., p-126.
- (26) NETTO, Tenório Melo. A Construção de Brasília para o Desenvolvimento Econômico de Goiás 1960 a 1980. Goiânia, UFG, Tese de Mestrado, 1993, pp-56-59.
- (27) Ver NETTO, Tenório Melo. Op. Cit., p-56. Ver também NUNES, Heliane Prudente. Op. Cit., p-25.
- (28) Ver DOLES, Dalisia Elizabete Martins e Outros. Op. Cit., p-60. Ver também AGUIAR, Maria do Amparo A. Expansão Capitalista e Incorporação de Novas Áreas - o Norte de Goiás. Goiânia, UFG, Dissertação de Mestrado, 1986, p-81. ATAÍDES, Heloisa Selma Fernandes Capel de. Flores de Goiás: Tradição e Transformação. Goiânia, UFG, Dissertação de Mestrado, 1990, p-142.
- (29) ATAÍDES Heloisa Selma Fernandes Capel de. Op. Cit., p-144.
- (30) NUNES, Heliane Prudente. Op. Cit., p-25.
- (31) SILVA, Ana Lúcia da. Op. Cit., p-191.
- (32) FRANÇA, Maria de Souza. Op. Cit. p-67.
- (33) Ver Junior, faz uma demonstração das palavras do vasto e rico repertório do Estado de Goiás e dentre estes a Jornalista, apresenta com muita segurança alguns aspectos históricos e geográficos de todos os municípios goianos existentes até a data da publicação do estudo. JUNIOR, Lisita. Dicionário Enciclopédico de Goiás. Goiânia, UCG, 1984, p 281. Ver também pastas de documentos existentes no IBGE sobre os diversos municípios de Goiás.

(34) JUNIOR, Lisita. Op. Cit., p- 281. CASTRO, José Fabricio Soares de. Op. Cit., p-14. IBGE, pasta de documentos do município de São Francisco de Goiás s/p.

(35) Arquivo Histórico Estadual - documentos de Jaraguá - caixa n.º 4 de 1890 a 1899. Nesse documento da Câmara Municipal de Jaraguá, propõe em seu Art. 1º, a divisão do município de Jaraguá em dois distritos: "da villa de Jaraguá e do Distrito de São Francisco das Chagas. Contrariando desse modo as informações contidas no livro de Antônio Moreira da SILVA. Dossiê de Goiás. Goiânia, Master Publicidade, 1996, p-839.

(36) Ver PASSOS, Lindolfo Emiliano. Memórias Militares e Políticas. Goiânia, ed. Norton, 1986, pp-134-136. Ver também COSTA, Vicente Parahiba. Petrolina de Goiás. Dados Históricos. Anápolis-Go, ed. Labor Editora e Gráfica, 1996, p-20. Arquivo Histórico Estadual - documentos de Jaraguá - caixa n.º 4 de 1890 a 1899.

(37) IBGE, pasta de documentos do município de São Francisco de Goiás s/p. Recenseamento Geral do Brasil, para o Estado de Goiás, 1940, município de Jaraguá e 1950 município de São Francisco de Goiás. COSTA, Vicente Parahiba. Op. Cit. p-11.

(38) Segundo Costa esse local, hoje é, a propriedade do "filho de Teodolino, do outro lado Córrego Descoberto, saída para fazenda Samambaia, onde é uma chácara da cunhada do Sr. João Patini. A de sua filha Maria Pedro dos Santos, era na margem direita do Córrego Águas Claras, onde é hoje a casa de Francisco Leite, próximo à casa da viúva do Sr. Merenda." COSTA, Vicente Parahiba. Op. Cit. p-12.

(39) Documentos da Câmara Municipal de Jaraguá Caixa s/n de 1940 a 1950. Fica elevado à categoria de distrito com a denominação de Petrolina e sob a jurisdição do município de Jaraguá, a partir de 1933 pela Lei de N.º 59, de 08 de julho. Ver também COSTA, Vicente Parahiba. Op. Cit. p-17.

(40) COSTA, Vicente Parahiba. Op. Cit., pp-20-23.

(41) Idem pp-26-31.

(42) JUNIOR, Lisita. Op. Cit., p-124. VALVERDE, Orlando e Catharina Vergolino Dias. Op. Cit. p-305.

(43) VALVERDE, Orlando e Catharina Vergolino Dias. Op. Cit. p-305. . Cita uma entrevista que o mesmo fez com o Sr. Laurentino Martins Rodrigues em 1947, onde este faz um relato das razões da fundação de Goianésia próximo ao Córrego Calção de Couro. Arquivo da Prefeitura Municipal de Jaraguá, Caixa de 1940 a 1950.

(44) VALVERDE, Orlando e Catharina Vergolino Dias. Op. Cit. p-305.

(45) Arquivo Municipal da Prefeitura de Jaraguá, caixa de 1940 a 1950. IBGE, pasta de documentos do município de Goianésia s/p.

- (46) Arquivo da Câmara Municipal de Jaraguá, caixa de 1940 a 1950. Ver também JUNIOR, Lisita. Dicionário Enciclopédico de Goiás. Op. Cit. p-124.
- (47) SILVEIRA, José Peixoto. Fragmentos de Meu Tempo. Goiânia, ed. Kelps, 1997, p-106. IBGE, pasta de documentos do município de Itaguaru s/p.
- (48) SILVEIRA, José Peixoto. Op. Cit. p-106.
- (49) Arquivo da Prefeitura Municipal de Jaraguá, caixa de 1940 a 1950. IBGE, pasta de documentos do município de Itaguaru s/p.
- (50) JUNIOR, Lisita. Dicionário Enciclopédico de Goiás. Op. Cit. p-318. IBGE, pasta de documentos do município de Itaguaru s/p.
- (51) BERTRAN, Paulo. CEDOC - Pacote de Jaraguá - reportagem sobre o Município de Jaraguá - publicada no Jornal o Popular, Goiânia, em 06/06/1979.
- (52) MARTINS, José de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo, Pioneira, 1975, pp- 45-46.
- (53) ATAÍDES, Helóisa Selma Fernandes Capel de. Op. Cit., p -144.
- (54) VALVERDE, Orlando e Cathariana Vergolino Dias. Op. Cit. Ver também WAIBEL, Leo. Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil. In: Uma Viagem de Reconhecimento ao Sul de Goiás. IBGE, 1947, pp-170-176.
- (55) Ver EMCIDEC/DADM. Volume I. Por uma História de Jaraguá. 1982, s/p. Arquivo da Prefeitura de Jaraguá - Documentação avulsa - Caixa de 1930 a 1940.
- (56) Conforme documentação "*a conquista das terras no Vale São Patrício beneficiou Jaraguá [...] de cidade semi-isolada sobreveio-lhe, em consequência, a fase de modernização que reconstruiu o traçado urbano e a transformou em centro regional movimentado e ativo*". Ver EMCIDEC/DADM. Volume I. Por uma História de Jaraguá. 1982, s/p. SILVEIRA, José Peixoto. Fragmentos de Meu Tempo. Goiânia, ed. Kelps, 1997, p-94.
- (57) FRANÇA, Maria de Souza. Op. Cit., pp-75-76
- (58) FONSECA, Maria Lúcia. Op. Cit., p-45. Arquivo da Prefeitura de Jaraguá - documentação avulsa - caixa de 1940 a 1950. Diário Oficial n.º 7.185, ano 118 de 26/03/1955, p-4.
- (59) Ver EMCIDEC/DADM. Volume I. Por uma História de Jaraguá. 1982, s/p.
- (60) WAIBEL, Leo. Op. Cit. p-169.
- (61) Ver EMCIDEC/DADM. Volume I. Por uma História de Jaraguá. 1982, s/p. Ver também SILVEIRA, José Peixoto da. Op. Cit., pp-93-95.

(62) Ver SILVEIRA, José Peixoto da. Op. Cit. pp- 92-96.

(63) Diz o autor "julgo muito problemática qualquer classificação dos numerosos problemas de Goiás, onde tudo está apenas começando. Entretanto, não vacilo em responder: transportes. Ver SILVEIRA, José Peixoto da. Op. Cit. pp- 106,169.

(64) Diversos documentos mostram que a questão da água em Jaraguá começou a ser discutida ainda no governo de Clodoaldo Barros de Siqueira (1950 a 1954). Arquivo da Prefeitura de Jaraguá - documentação avulsa - caixa de 1940 a 1950.

(65) EMCIDEC/DADM. Volume I. Por uma História de Jaraguá. 1982, s/p. Arquivo da Prefeitura de Jaraguá - Documentação avulsa - caixa de 1940 a 1950.

(66) Arquivo da Prefeitura de Jaraguá - documentação avulsa - caixa de 1950 a 1960.

(67) Arquivo da Prefeitura de Jaraguá - documentação avulsa - caixa de 1960 a 1970.

(68) EMCIDEC/DADM. Volume I. Por uma História de Jaraguá. 1982, s/p. Arquivo da Prefeitura de Jaraguá - documentação avulsa - caixa de 1970 a 1980.

(69) Cartório de Registro Imobiliário de Jaraguá. Sobre as datas dos loteamentos de Jaraguá, nesse período, não significa ter sido implantados precisamente nessa data, pois sua ocupação pode haver ocorrido alguns anos após ou mesmo de imediato. EMCIDEC/DADM. Volume I. Por uma História de Jaraguá. 1982, s/p. Arquivo da Prefeitura Municipal de Jaraguá - documentos sobre a fundação da Vila Rio Vermelho em Jaraguá - empreendimento realizado pela COAHB-GO, a partir de 1971. Arquivo da Prefeitura de Jaraguá - documentação avulsa - caixa de 1970 e 1980.

(70) EMCIDEC/DADM. Volume I. Por uma História de Jaraguá. 1982, s/p. Recenseamentos Gerais de 1960, 1970 e 1980 - Estado de Goiás - Município de Jaraguá, IBGE, Brasil

(71) BERTRAN, Paulo. CEDOC - Pacote de Jaraguá - reportagem sobre o Município de Jaraguá - publicada no Jornal o Popular, Goiânia em 06/10/1979.

(72) Ver FONSECA, Maria Lúcia. Op. Cit.,1997, p-52. " A lei não trouxe grandes novidades sobre o que antes existia no Império. Como modificações da legislação anterior, pode-se entretanto registrar como novidades: o restabelecimento do curso normal do Liceu, fechado desde 1886; a introdução da escola mista, com restrições; a criação de um conselho literário, nos municípios; e a passagem da competência para criar, designar professores e manter escolas primárias, do Estado para os municípios. Esta foi a grande novidade que a reforma o ofereceu [...] Para que os municípios pudessem arcar com as despesas das escolas, o Estado transferiu para estes a arrecadação de alguns impostos e taxas."

cita. BRETAS, Genesco Ferreira. História da Instrução Pública em Goiás. Coleção Documentos n.º 21, UFG, CEGRAF, 1991, pp-506 e 507.

(73) Ver EMCIDEC/DADM. Volume I. Por uma História de Jaraguá. 1982, s/p. Ver também Arquivo da Prefeitura de Jaraguá - documentação avulsa - caixa de 1920 a 1930. Fonseca, afirma que a partir da década de 1930, ocorreram em quase todos os municípios fundações de colégios e escolas mistas. "[...] e o sonho do ensino secundário só se concretizou em 1931, depois de finda a República Velha." FONSECA, Maria Lúcia. Op. Cit. p-53. Arquivo Histórico Estadual - documentos do município de Jaraguá - caixa n.º 15, de 1937-1958. Arquivo da Prefeitura de Jaraguá - documentação avulsa - caixa de 1936 a 1940.

(74) SILVEIRA, José Peixoto da. Op. Cit. p.103.

(75) Silveira, afirma que foi durante as aulas desse curso de inglês em Jaraguá por volta de 1943, que tinha como professor um canadense que ele e Galiana Rios começaram a namorar. "*As aulas foram bastante animadas nos primeiros tempos. Mas logo que comecei a demonstrar preferência por uma alma chamada Galiana e passei a sentar ao lado dela, a freqüência foi diminuindo, diminuindo [...] e aula de inglês acabou.*" SILVEIRA, José Peixoto da. Op. Cit. pp-103-104

(76) Arquivo da Prefeitura de Jaraguá - documentação avulsa - caixa de 1936 a 1940. EMCIDEC/DADM. Volume I. Por uma História de Jaraguá. 1982, s/p.

(77) Recenseamento Geral do Brasil - Estado de Goiás - Município de Jaraguá, IBGE, 1950. Ver também documentos históricos de Jaraguá, pasta de Jaraguá, IBGE.

(78) Diário Oficial. N.º 7.185, ano 118 de 3 de março de 1955, pp-12-15.

(79) Arquivo da Prefeitura de Jaraguá - documentação avulsa - caixa de 1940 a 1950.

(80) Arquivo da Câmara Municipal de Jaraguá - caixa de documentos avulso de 1960 a 1970. Arquivo da Prefeitura de Jaraguá - documentação avulsa - caixa de 1960 a 1970.

(81) Arquivo da Câmara Municipal de Jaraguá - caixa de documentos avulso de 1965 a 1975. Arquivo da Prefeitura de Jaraguá - documentação avulsa - caixa de 1965 a 1970.

(82) Entre os jaraguenses de um modo geral nota-se a presença de uma concepção da existência de duas cidades em Jaraguá, ou seja, o "Jaraguá Novo" como sendo a parte onde esta localizado o loteamento realizado por José Peixoto da Silveira em 1942, onde fica a parte central da cidade como seu comércio e o "Jaraguá Velho", onde concentra os bancos representantes do capital financeiro, as igrejas históricas e a parte colonial de Jaraguá.

(83) Entrevista concedida pelo senhor Domingos Gomes de Oliveira, na cidade de Jaraguá, em 06/01/1998.

(84) BERTRAN, Paulo. CEDOC - Pacote de Jaraguá - reportagem sobre o Município de Jaraguá - publicada no Jornal o Popular, Goiânia em 06/10/ 1979.

- (85) FRANÇA, Maria de Souza. Op. Cit., p-68.
- 30/12/de 1997. (86) Entrevista concedida pelo senhor Anival Fleury, na cidade de Jaraguá, em
- (87) SILVEIRA, José Peixoto da. Op. Cit., p-96-97.
- (88) Idem, p-101.
- (89) Idem, ibidem, p-102.
- (90) SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. A Construção de Brasília: Modernidade e Pereferia. Goiânia, UFG, 1997, pp-77-96. HENRIQUE, Klecius, Reportagem sobre a vida de Joan Lowel. Jornal Correio Brasiliense, 20 de junho de 1999.
- (91) Arquivo Histórico Estadual, documentos de Jaraguá. Caixa de 1900 a 1912. Documento relata o número de estabelecimentos comerciais e os seus respectivos endereços. Ver também WAIBEL, Léo. Op. Cit., pp-170-171.
- (92) Arquivo da Prefeitura Municipal de Jaraguá, documentação avulsa caixa de 1930 a 1940.
- (93) EMCIDEC/DADM. Volume I. Por uma História de Jaraguá. 1982, s/p. Em 1940, a tradicional "Lojas Pernambucanas" se instalou em Jaraguá, no sobrado do Tônico onde havia sido também escola de 1940/47, ali em frente ao Cine Iris. ROMACHELI, Maria Helena de Amorim. História de Jaraguá. Goiânia, Kelps, 1998, p-118.
- (94) VALVERDE, Orlando e Catharina Vergolino Dias. Op. Cit. pp-310-311.
- (95) Idem, p-310-311.
- (96) Suplemento Especial do Jornal de Brasília de 11 de novembro de 1977. "Jaraguá: uma administração dedicada ao homem do campo".
- (97) FRANÇA, Maria de Souza. Op. Cit. p-85.
- (98) VALVERDE, Orlando e Catharina Vergolino Dias. Op. Cit. pp-310-311.
- (99) Arquivo da Prefeitura Municipal de Jaraguá, documentação avulsa caixa de 1930 a 1940. IBGE. Censo Demográfico - População e Habilitação - Censos Agrícola, Industrial, Comercial e Serviços. RJ. 1952. Recenseamento Geral do Brasil - Estado de Goiás - Município de Jaraguá. 1920.

- (100) IBGE. Censo Demográfico - População e Habilitação - Censos Agrícola, Industrial, Comercial e Serviços. RJ. 1952. Recenseamento Geral do Brasil - Estado de Goiás - Município de Jaraguá. 1940.
- (101) Boletim Geográfico. Informações Noticiais Bibliografia Legislação. Conselho Nacional de Geografia. Texto: Comentário do Mapa de Densidade de Produção da Mandioca no Sudeste do Planalto Central do Brasil. IBGE, ano X, n.º 110, setembro e outubro de 1952, pp-552-553. Entrevista concedida pelo senhor Anival Fleury, na cidade de Jaraguá, em 31/12/1998.
- (102) IBGE. Censo Demográfico - População e Habilitação - Censos Agrícola, Industrial, Comercial e Serviços. RJ. 1952. Recenseamento Geral do Brasil - Estado de Goiás - Município de Jaraguá. 1940.
- (103) MARTINS, José de Souza. Op. Cit., pp-45-46. VALVERDE, Orlando e Catharina Vergolino Dias Op. Cit. p-309.
- (104) VALVERDE, Orlando e Catharina Vergolino Dias. Op. Cit. pp-310-311.
- (105) CASSIMIRO, Maria do Rosário e outros. ANÁLISE - PRELIMAR PARA UMA DIAGNOSE DE ESTADO DE GOIÁS. Goiânia. Estado de Goiás, 1971, p-109. Arquivo da Prefeitura Municipal de Jaraguá, documentação avulsa caixa de 1950 a 1960.
- (106) GOMES. Horieste. Geografia Sócio-econômica de Goiás. Goiânia, Livraria Brasil Central, 1969, p-24.
- (107) Arquivo da Prefeitura Municipal de Jaraguá, documentação avulsa - documentos da ACAR-Goiás caixa de 1970 a 1980. IBGE. Censo Demográfico - População e Habilitação - Censos Agrícola, Industrial, Comercial. Recenseamento Geral do Brasil - Estado de Goiás - Município de Jaraguá. 1970 e 1980.
- (108) A quarta ou terça do vaqueiro é também uma relação desigual, quando há a exploração do fazendeiro de 1/4 ou 1/3 da produção. Bernardo Elis expressou essa exploração em seu livro durante um diálogo entre vaqueiros. ELIS, Bernardo. O Tronco. Rio de Janeiro. José Olympio, 1979, p-72. Ver também ATAÍDES, Helóisa Selma Fernandes Capel de. Op. Cit. p-57. BERTRAN, Paulo. CEDOC -Pacote de Jaraguá - Reportagem sobre a cidade de Jaraguá - Jornal O Popular, Goiânia em 06/10/ 1979.
- (109) Entrevista concedida pelo senhor Domingos Gomes de Oliveira, na cidade de Jaraguá, em 31/12/1998.
- (110) VALVERDE, Orlando e Catharina Vergolino Dias. Op. Cit. p-307.
- (111) Entrevista concedida pelo senhor Anival Fleury, na cidade de Jaraguá, em 31/12/1998. FONSECA, Maria Lúcia. Op. Cit. p-60.
- (112) VALVERDE, Orlando e Catharina Vergolino Dias. Op. Cit. pp-307-308.

(113) ATAÍDES, Helóisa Selma Fernandes Capel de. Op. Cit., p-64.

(114) Martins, "afirma que a promulgação da Lei de Terras, de 1850, que legalizou a conversão da terra em equivalência de mercadoria, estabelecendo preços até mesmo para as terras devolutas." MARTINS, José de Souza. Não Há Terra Para Plantar Neste Verão. Rio de Janeiro, Petrópolis, 2ª Ed., Vozes, 1988, p-34.

(115) Romacheli afirma em seus escritos que os registros paroquiais pertencentes ao Município de Jaraguá, entre 1954 e 1890, foram apenas de 286 propriedades rurais citando uma lista com o nome de proprietários nas páginas 118 a 121. ROMACHELI, Maria Helena de Amorim. Op. Cit., p-106. Por outro lado, Souza ao estudar os registros paroquiais de Jaraguá diz ter "duzentos e noventa títulos registrados onze apresentam referências diretas ao Engenho de São Januário, ou às duas Sesmarias de São Januário, requeridas por Baptista José da Rocha." SOUZA, Margareth de Lourdes. Op. Cit., p-93.

(116) Arquivo Histórico Estadual, documentos de Jaraguá. Caixa de 1869 a 1880, do Ministério da Agricultura mandando instruir os agricultores sobre a medição de um alqueire de terra.

(117) Diário da Justiça n.º 2.150, ano XII de 1955, p-6. Arquivo Histórico Estadual.

(118) TEIXEIRA, Antônio José. O Folclório Goiano. Brasileira, Volume 306, p-89.

(119) BORGES, Barsanulfo Gomides. Op. Cit., p-52.

(120) Entrevista concedida pelo senhor Anival Fleury, na cidade de Jaraguá, em 31/12/1998.

(121) Arquivo Histórico Estadual, documentos de Jaraguá. Caixa de 1937 a 1958, documento da Delegacia Especial do Termo de Jaraguá.

(122) SILVA, Ana Lúcia da. Op. Cit., p-195. IBGE. Censo Demográfico - População e Habilitação - Censos Agrícola, Industrial, Comercial e Serviços. RJ. 1952. Recenseamento Geral do Brasil - Estado de Goiás - Município de Jaraguá. 1920. IBGE. Censo Demográfico - População e Habilitação - Censos Agrícola, Industrial, Comercial e Serviços. RJ. 1952. Recenseamento Geral do Brasil - Estado de Goiás - Município de Jaraguá. 1940.

(123) EMCIDEC/DADM. Volume I. Por uma História de Jaraguá. 1982, s/p. Arquivo da Prefeitura Municipal de Jaraguá - caixa de documentos avulso de 1970-1980.

(124) O tempo da Fronteira. Retorno à Controvérsia Sobre o Tempo Histórico da Frente de Pioneira. *Tempo Social*. Ver. Social. USP, São Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996, p-49.

- Terra, p-124.
- (125) VERGOPOLOS, Kostas. Capitalismo Disforme. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p-124.
- (126) Arquivo da Prefeitura Municipal de Jaraguá – caixa de 1940 a 1941.
- (127) VALVERDE, Orlando e Catharina Vergolino Dias. Op. Cit., p-311.
- (128) Idem, p-307.
- (129) FRANÇA, Maria de Souza. Op. Cit., pp-94-99.
- 31/12/1998.
- (130) Entrevista concedida pelo senhor Anival Fleury, na cidade de Jaraguá, em 31/12/1998.
- (131) KOWARICK, Lúcio. Capitalismo e Marginalidade na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p-122.
- (132) ATAÍDES, Helóisa Selma Fernandes Capel de. Op. Cit., p-183.
- (133) ETZEL, Eduardo. DIVINO- Simbolismo no Folclore na Arte Popular. São Paulo, Giordano, Rio de Janeiro, Komos, 1995, p- 45.
- (134) ZACARIOTTI, Marluce. CEDOC - Pacote de Jaraguá - Reportagem sobre o Município de Jaraguá, Goiânia, 19 de maio de 1993.
- (135) ALMEIDA, Nelly Alves de. Op. Cit., p-2.
- 1983, p-17.
- (136) CANESIN, Maria Tereza. A Folia de Reis de Jaraguá. Goiânia, CECUP, 1983, p-17.
- (137) CANESIN, Maria Tereza. Op. Cit., cita entrevista de Inácio Camargo da Silva, p-20.
- (138) CANESIN, Maria Tereza. Op. Cit., cita entrevista de Anselmo de Oliveira e Silva. p-20.
- (139) ATAÍDES, Helóisa Selma Fernandes Capel de. Op. Cit., p-183.
- (140) Glossário da festa do Divino. Imperador figura mais importante das festividades, também chamado festeiro. Responsável pela organização da festa, recebendo donativos da comunidade. A sua residência desde 50 dias antes de Pentecostes torna-se a sede das festividades. Idem, s/p. Mordomo da Bandeira, encarregado da ornamentação da bandeira. Mordomo do Mastro, responsável pela ornamentação e preparo do mastro que sustentará a bandeira com a imagem do Divino. Mordomo da Fogueira, responsável pela organização da fogueira e sua queima. Novenários, formado por instituições, fies e religiosos que auxiliam o imperador. Símbolos do Divino - Coroa, representa a maior investidura. Peça ricamente

trabalhada em ouro e prata, trazendo em seu ápice a figura da pombinha representativa do Divino. Cetro, simboliza o poder de mando e decisão. É carregado pelo imperador de forma atravessada no vão da coroa. Salva, bandeja de prata, símbolo da fartura e da prosperidade, nela são carregados os donativos recebido. Bandeira, existem dois tipos: uma é armada em um quadro que sustenta o tecido com a pintura ou aplicação da figura do Divino (do mastro); a outra é utilizada na folia do Divino, colocadas em varões também com a figura do Divino. Verônica, peças em formato de medalhas feitas com massa açucarada e polvilho, tendo no centro, impresso em alto relevo, o símbolo do Divino. São distribuídas aos devotos após a missa festiva do Divino. EMCIDEC/DADM. Volume I. Por uma História de Jaraguá. 1982, s/p. ZACARIOTTI, Marluce. CEDOC - Pacote de Jaraguá - reportagem sobre o Município de Jaraguá, publicada no Jornal O Popular, Goiânia, em 19 de maio de 1993.

(141) Entrevista concedida pelo músico Júlio do Prado, em 21, de abril de 1995, na cidade de Jaraguá.

(142) EMCIDEC/DADM. Volume I. Por uma História de Jaraguá. 1982, s/p.

(143) EMCIDEC/DADM. Volume I. Por uma História de Jaraguá. 1982, s/p.

(144) Idem, s/p.

(145) Idem, ibidem, s/p.

(146) ALMEIDA, Nelly Alves de. Op. Cit., p-22.

(147) FONSECA, Luciano. Jaraguá: Um Lugar de Memória. Goiânia, UCG, HGS, Monografia, 1995, pp-33-41.

(148) ZACARIOTTI, Marluce. CEDOC - Pacote de Jaraguá - Reportagem sobre o Município de Jaraguá, Jornal O Popular, Goiânia, 19 de maio de 1993.

(149) JAIME, Jarbas. Eshoço Histórico de Pirenópolis. Goiânia, UFG, 1971, p-248.

(150) Santa Cecília do Calendário Católico, festejada no 22 de novembro de cada ano, dia do músico.

(151) SIQUEIRA, Jacy. A Banda Ontem e o Seu Futuro. Goiânia, Estado de Goiás, 1981, pp-25-35. FONSECA, Maria Lúcia. Op. Cit., p-109-111.

(152) Entrevista concedida pelo maestro da banda de música Santa Cecília, José Joaquim do Nascimento, em 29, de maio de 1995, na cidade de Jaraguá. Entrevista concedida pelo músico, político e escritor Joaquim Militão, em 29 de maio de 1995, na cidade de Jaraguá.

(153) Entrevista concedida pelo maestro da banda de música Santa Cecília, José Joaquim do Nascimento, em 29, de maio de 1995, na cidade de Jaraguá.

1930-1960. (154) Arquivo da Prefeitura Municipal de Jaraguá, documentação avulsa, de

(155) Informações adquiridas através do músico e compositor Euripedis José dos Santos em Pentecostes de 1994. Atualmente, o maestro José Moacir Xavier encontra-se dirigido a banda de música na cidade de Formosa-Go.

(156) Diário Oficial, n.º 14.463, p-9.

(157) Entrevista concedida pelo maestro da banda de música Santa Cecília, José Joaquim do Nascimento, em 29, de maio de 1995, na cidade de Jaraguá.

(158) Entrevista concedida pelo músico, político e escritor Joaquim Militão, em 29 de maio de 1995, na cidade de Jaraguá

(159) Entrevista concedida pelo músico, Jovano José dos Santos, em 21 de abril de 1995, na cidade de Jaraguá.

(160) Entrevista concedida pelo maestro da banda de música Santa Cecília, José Joaquim do Nascimento, em 29, de maio de 1995, na cidade de Jaraguá.

(161) Idem, s/p.

Conclusão

Aqui não poderíamos repetir, passo a passo, as diversas conclusões que foram estabelecidas no decorrer deste trabalho. Uma visão integrada e final sobre o conjunto do texto, é no entanto, necessária.

O processo de implantação final do sistema de produção capitalista no Município de Jaraguá parece ter-se realizado, próximo de sua forma clássica. Para que a incorporação capitalista se efetivasse foi necessária a destruição das relações de produção não adaptáveis à economia do lucro. Porém isso não significou a destruição das manifestações da cultura tradicional, que foram apenas transformadas.

O sistema de produção capitalista, está presente mesmo onde não se espera (em localidades semi-isoladas ou que possuem caracteres não tipicamente capitalistas). O Município de Jaraguá participou efetivamente no movimento de expansão capitalista através da penetração da frente pioneira na micro-região do "Mato Grosso de Goiás". Como vimos Jaraguá serviu de *front* para a conquista do centro/norte de Goiás, entre 1930 e 1955. O município havia participado

até então, no contexto dos movimentos econômicos conjunturais de Goiás como parte do seu eixo viário.

No primeiro capítulo foi demonstrado que a primeira fase do desenvolvimento histórico do Município de Jaraguá encontra-se enraizada no povoamento do sopé da Serra de Jaraguá nos idos de 1732, no contexto da economia mineradora.

No segundo capítulo tentei ordenar e interpretar a consolidação dos elementos tradicionais ligados à economia pastoril. Entre 1882 e 1930, Jaraguá passou por um período de estabilidade em sua estrutura sócio-econômica, que serviu para que a estrutura social se mantivesse inalterada.

No capítulo terceiro tratou-se das transformações ocorridas no Município de Jaraguá, entre 1940 e 1980, dando ênfase às mudanças sócio-econômicas e culturais provocadas pela introdução dos elementos advindos do processo de modernização goiana. Com isso os elementos tradicionais são desagregados. A cidade semi-isolada é transformada em fronteira do capital a partir da implantação da CANG, no Vale do São Patrício, em 1941. Sua população entre 1920 e 1940, recebe um acréscimo de 15.389. Ainda em 1938, recebe energia elétrica e ainda é beneficiada por uma estrada tal considerada como o primeiro investimento do capital paulista em Goiás.

Entre 1941 e 1980, o município passa por diversas mudanças sócio-econômicas e culturais. O núcleo urbano se transforma. A prova disso são os 33 empreendimentos imobiliários que transformam o perfil da cidade (Jaraguá "Velho" e Novo) Jaraguá é transformado em centro receptor de migrantes. É parada obrigatória para quem vai em direção ao centro/norte de Goiás, ou para quem passa em direção a nova capital (Goiânia), e Anápolis centro comercial do Estado,

colaborando desse modo, com o processo de expansão do capitalismo. Nesta fase seu território passou por um profundo processo de fragmentação.

Como já assinalado, a propriedade da terra assume uma nova característica: as posses dão seu lugar às propriedades jurídicas (escrituras lavradas em cartórios); os limites naturais foram substituídos por limites lógicos fundamentados na agrimensura; surgem as cercas de arame como elemento divisor das propriedades; por fim a propriedade da terra assume uma nova conotação econômica aparecendo como o bem maior dentro das relações de produção. As relações de trabalho pré-capitalistas como por exemplo: a *quarta*, a *terça* tanto na pecuária quanto na agricultura são substituídas pelo pagamento em salários estipulados em lei. Outras formas de trabalho tradicionais conhecidas como camaradagem, parceira o agregado, o mutirão e a traição também desaparecem.

Na agricultura há um período de contínuo crescimento na produção marcado pelo aumento da exploração de novas terras entre 1920 e 1960. Com a implantação dos créditos especiais no início da década de 1970, ocorre o processo de modernização da agricultura, com a chegada da Acar-Goiás e do capital financeiro representado por diversos bancos. Em termos técnicos, as derrubadas e queimadas forma abandonadas. Usa-se o trator que desmata, ara, gradeia e semeia. Em vez de orientar-se pela lua para o plantio utiliza-se o adubo, o insecticida e o fugicida. Em vez de preparar a semente em casa compra-se em casas comerciais especializadas. A pecuária por ser o principal produto da economia goiana após a decadência da mineração, também passa por um contínuo processo de crescimento em sua produtividade. Esse é o grande período da modernização goiana (a construção de Goiânia, a construção Brasília). Jaraguá:

continua sendo uma espécie de *front* desse processo. A pecuária passa ser controlada pelo mercado e marcada pelos novos recursos técnicos. Esse processo possibilitou a especialização dos produtores jaraguenses (leite e carne). A agricultura e a pecuária foram transformadas em consumidoras dos produtos oriundos da indústria capitalista.

Entretanto, para as manifestações culturais que mantiveram a integração social na sociedade tradicional o processo de modernização goiana não significou o rompimento definitivo. Algumas dessas manifestações foram transformadas e outras instituídas: ganharam nova dinâmica mas mantêm-se como elemento de integração e identificação dos habitantes do município.

O processo de modernização atingiu a sociedade tradicional jaraguense, não resultou em melhoria de vida para a população. As terras continuaram concentradas em mãos de uma minoria de latifundiários. Assiste também a derrocada das relações de trabalho. Assim a população de Jaraguá, não obstante o acesso a melhores condições, de transporte, de educação, de novas tecnologias e outros, tende a se empobrecer, enfrentando níveis mínimos de sobrevivência com alimentação, habitação e lazer. Nota-se que a existência destes elementos, mesmo rudimentares na sociedade tradicional garantia com relativa eficiência a subsistência da comunidade jaraguense. No entanto os laços de solidariedades de uma população marcado pelo modo de vida tradicional foram mantidos.

FONTES CONSULTADAS

1- Fontes Primarias Manuscritas

1.1 - Arquivo Histórico Estadual

"Relação dos Moradores de Jaraguá que receberam Cartas Patentes - 1732 - 1801."

"Relação dos Requerimentos de Sesmarias realizados no Arraial do Córrego de Jaraguá - 1755 - 1774."

"Correspondência dirigida ao Comandante das Armas Raimundo José da Cunha Mattos. 1823 - 1824. Mapa Geral da População e número de casas e propriedades deste Arraial de Jaraguá e seu distrito."

"Registro de Ofícios e Portarias. 1823 - 1824."

"Correspondência do Governador das Armas com os Comandantes dos Distritos. 1823 - 1831."

"Correspondência da Presidência da Provincia de Goiás para as Câmaras Municipais - 1834 - 1836."

"Correspondência da Presidência da Provincia de Goiás para as Câmaras e Juizes - 1837 - 1842."

"Registro de criação da Irmandade do Santissimo Sacramento da Vila de Jaraguá - 1838."

"Correspondência do Presidente da Provincia de Goiás ao Juiz João Augusto de Paula - 1865."

"Relatório da Policia de Goiás - 1870."

“Mapa geral da Tesouraria Provincial sobre o recenseamento do gado vacum - 1872.”

“Relação de Terras e Posses sujeita a Legalização da Provincia de Goiás - 1873.”

“Relatório de Viagens aos rios Uru e Almas - passando Jaraguá - 1896.”

“Quadro da Divida Ativa e Passiva da Câmara de Jaraguá - 1836 - 1861.”

“Estatistica da População da Vila de Jaraguá - 1862.”

“Primeiro Código de Postura do Municipio de Jaraguá - 1873.”

“Jaraguá - caixa dos municipios - diversos.”

1.2 - Arquivo da Banda de Música Santa Cecília

“Relação de Músicos que tocaram na festa do Divino Espirito Santo - 1869.”

“Relação de Músicas e Arranjos feitos por músicos Jaraguenses.”

“Requerimento para aquisição de instrumentos para a Banda de Música Santa Cecilia - 1952.”

1.3 - Arquivo da Prefeitura Municipal de Jaraguá

“Livro de Móveis - 1965”

“Livro de Carga - 1970.”

“Livro de Registro de Balancete - 1974.”

“Livro de Registro de Correspondência - 1975.”

“Relação de Plantas utilizadas pelos jaraguenses na cura de doenças.”

“Relação das Profissões existentes em Jaraguá - 1936.”

1.4 - Arquivo da Câmara Municipal de Jaraguá

“Relatório de Inauguração do primeiro Matadouro Municipal de Jaraguá - 26/06/1950.”

“Relatório de Inauguração do Posto Agropecuário ‘Tomé Pinto’ - Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio - 1949.”

“Relatório de Instalação da Indústria de Laticínios de Goiás Ltda no Município de Jaraguá-20/12/1952.”

“Decreto Lei N.º 47 - Contrato de Autorização para a construção da Companhia de Armazéns e Silo do Estado de Goiás - 1959.”

“Decreto Lei N.º 43 - Estabelece os dias de feriados no Município de Jaraguá - 1961.”

“Decreto Lei N.º 45 - Contrato de Instalação de Serviços Telefônicos com a Companhia Empreendimentos Telefônicos e Industriais (E.G.I) - 1961.”

“Relatório da Inauguração do Banco do Brasil no Município de Jaraguá - 20/11/1965.”

1.5- Arquivo Particular do IGPA, “Projeto e Memória: Uma Proposta de Estudo do Patrimônio de Jaraguá.

“Relatório da Polícia de Goiás - 1880.”

“Relatório da Sociedade Emancipadora do Homem e do Espírito Jaraguense - 1878.”

“Relatório sobre as Estradas da Província de Goiás - 1880.”

1.6 - Arquivo da Igreja de Nossa Senhora da Penha de Jaraguá

“Livros de Batizados - 1743 a 1748.”

“Livros de Batizados - 1755 a 1764.”

“Livros de Batizados - 1824 a 1831.”

“Livros de Batizados - 1836 a 1838.”

2- Fontes Primárias Impressas

2.1- Arquivo Histórico Estadual

“Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goyaz pelo Exmº Sr. Dr. Vice Presidente Antônio P. Fleury - 1842.”

“Relatório entregue pelo presidente da Provincia de Goyaz, Francisco Mariane ao Sr. Antônio Augusto Pereira - 1854.”

“Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goyaz pelo Exmº Sr. Dr. Antero Cicero de Assis. Presidente da Provincia de Goyaz - 1875.”

2.2- Jornais

“Correio Oficial de Goyaz - 19 de setembro de 1838.”

“Correio Oficial de Goyaz - 31 de outubro de 1849.”

“Correio Oficial de Goyaz - 5 de novembro de 1853.”

“Correio Oficial de Goyaz - 21 de agosto de 1869.”

“Correio Oficial de Goyaz - 20 de maio de 1871.”

“Correio Oficial de Goyaz - 29 de julho de 1871.”

“Correio Oficial de Goyaz - 30 de setembro de 1871.”

“Correio Oficial de Goyaz - 2 de março de 1872.”

“Correio Oficial de Goyaz - 27 de março de 1872.”

“Correio Oficial de Goyaz - 5 de maio de 1874.”

“Correio Oficial de Goyaz - 22 de julho de 1874.”

“Correio Oficial de Goyaz - 24 de julho de 1876.”

“Correio Oficial de Goyaz - 25 de abril de 1877.”

“Correio Oficial de Goyaz - 4 de fevereiro de 1888.”

“Correio Oficial de Goyaz - 4 de junho de 1888.”

“Matutina Meipontense - 7 de agosto de 1830.”

“Matutina Meipontense - 16 de abril de 1831.”

“Matutina Meipontense - 19 de julho de 1831.”

“Matutina Meipontense - 3 de novembro de 1831.”

“Matutina Meiapontense - 20 de março de 1832.”

“Matutina Meiapontense - 10 de julho de 1833.”

“Matutina Meipontense - 5 de março de 1834.”

“Diário Oficial - janeiro a dezembro de 1955.”

“Diário da Justiça - 10 de fevereiro de 1955.”

2.3 - Arquivo da Câmara Municipal de Jaraguá

“Cinco de Março - 01 de janeiro de 1971.”

“Jornal de Brasília - 11 de novembro de 1971.”

“Diário da Manhã - 4 de agosto de 1981.”

2.4 - Arquivo do Jornal O popular - CEDOC

“Jornal O Popular - 19 de maio de 1993.”

“Jornal O Popular - 3 de janeiro de 1988.”

“Jornal O Popular - 6 de junho de 1979.”

2.5 - Arquivo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Goiânia-Goiás

“Recenseamento Geral do Brasil. Província de Goiás, Município de Jaraguá - 1872.”

“Recenseamento Geral do Brasil, Estado de Goiás, Município de Jaraguá - 1920.”

“Recenseamento Geral do Brasil, Estado de Goiás - 1940.”

“Recenseamento Geral do Brasil, Estado de Goiás - 1950.”

“Recenseamento Geral do Brasil, Estado de Goiás, Município de Jaraguá - 1960.”

“Recenseamento Geral do Brasil, Estado de Goiás, Município de Jaraguá - 1970.”

“Recenseamento Geral do Brasil, Estado de Goiás, Município de Jaraguá - 1980.”

3- Revistas

A Informação Goyana (publicada de 1917 a 1935). 6 vol. - Goiânia, Gráfica de Goiás/Cerne, março de 1979.

Memórias Goianas (volumes I ao VIII) - Goiânia, UCG, CCG; Relatórios de Governos da Província de Goyaz: políticos, administrativos, econômicos, sociais, religioso etc., 1986.

Revista do ICHL - Universidade Federal de Goiás, volume II, número 2, Goiânia, julho de 1997.

Revista de Estudos Goianienses - Universidade Católica de Goiás, Volume 16, número 2, outubro a dezembro de 1989, Goiânia.

Revista da FUNAI - “a marcha para o oeste e os índios do Xingu”- Brasília, Funai, 1996.

Revista Economia Hoje – Órgão Informativo da SEPLAN – GO – ano II, n.º VI, julho a setembro de 1989

Revista Oeste, Goiânia, UCG, Ano I, de maio de 1942.

O Tempo Social. São Paulo, Universidade de São Paulo, 8 (1), maio de 1996.

4- Entrevistas em Jaraguá

Anival Fleury - 31 de dezembro de 1998

Domingos Gomes de Oliveira - 06 de janeiro de 1998

Francisco Marco - 25 de janeiro de 1998

Joaquim Aristeu da Fonseca - 23 de fevereiro de 1998

Joaquim Militão - 29 de maio de 1995

José Joaquim do Nascimento - 29 de maio de 1995

José Rogério de Souza - 30 de janeiro de 1998

Jovano José dos Santos - 21 de abril de 1995

Júlio do Prado - 21 de abril de 1995

Ranulfo Firmino dos Santos - 06 de janeiro de 1998.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. São Paulo Rio de Janeiro-Campinas, Hucitec, 1992.
- ABREU, Capistrano de.(1853-1927) Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, USP, 1988.
- AGUIAR, Maria do Amparo A. Expansão Capitalista e Incorporação de Novas Áreas - o Norte de Goiás. Goiânia, UFG, Dissertação de Mestrado, 1986
- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Anais da Província de Goiás. Goiânia, Fac-similar, SUDECO/Governo de Goiás, 1979.
- ALMEIDA, Nelly Alves de. Jaraguá História e Memória. Jaraguá, 1982.
- AMIN, Samir. O Capitalismo e a Renda Fundiária. In: A Questão Agrária e o Capitalismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- ANTONIL, André João. Cultura e Opulência do Brasil. (1711). Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, USP, 1982.
- ARTIAGA, Zoroastro. Geografia Econômica, Histórica e Descritiva do Estado de Goiás. Tomo I. Goiânia. Tipografia Triângulo, 1951.
- ATAÍDES, Selma Fernandes Capel de. Flores de Goiás: Tradição e Transformação. Goiânia, UFG, Dissertação de Mestrado, 1990.
- BERTRAN, Paulo. Formação Econômica de Goiás. Goiânia, Oriente, 1978.
- BORGES, Barsanulfo Gomides. O Despertar dos Dormentes. Dissertação de Mestrado, Goiânia, UFG, 1982.
- BORGES, Barsanulfo Gomides. Os Meios de Transportes Em Goiás. Mimeografado, s/d.

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Identidade e Etnia. São Paulo, Brasiliense S/A, 1986.
- _____. Os Caipiras de São Paulo. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- BRASIL, A. Americano do. Convívio com as traças. 1920.
- CÂNDIDO, Antônio. Os Parceiros do Rio Bonito. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1979.
- CANESIN, Maria Tereza. A Folia de Reis de Jaraguá. Goiânia, CECUP, 1983.
- CAMPOS, Francisco Itami. Coronelismo em Goiás. Goiânia, UFG, Cegraf, 1983.
- CASSIMIRO, Maria do Rosário e outros. ANÁLISE - PRELIMAR PARA UMA DIAGNOSE DE ESTADO DE GOIÁS. Goiânia. Estado de Goiás, 1971, p-109.
- CASTENAU, Francis. Expedição às Regiões Centrais da América do sul. Tradução. Olivério M. de Oliveira Pinto. Tomo II. Brasileira, Biblioteca pedagógica Brasileira. Ed. Nacional, 1949.
- CATANI, Afrânio Mendes. O Que é Capitalismo. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- CHAIM, Marivone Matos. A Sociedade Colonial Goiana. Oriente, Goiânia, 1978.
- CHAUL, Nars Nagib Fayd. Caminhos de Goiás-da Construção da Decadência aos limites da Modernidade. Goiânia. CEGRAF, UCG. 1997.
- CIRO, Flamarion Santana Cardoso. Observations sur le dossier préparatoire à discussion sur le mode de production féodal. Paris, CDERM, Ed., Sociales, 1971.
- COSTA, Vicente Parahiba. Petrolina de Goiás. Dados Históricos. Anápolis-Go, ed. Labor Editora e Gráfica. 1996.
- CUNHA MATTOS, R. José da. Chorographia Histórica da Província de Goyas. Goiânia, Sudeco/ Governo do Estado de Goiás, 1979.
- D'INCAO, Maria Angela. História e Ideal.(Ensaio Sobre Caio Prado Junior). São Paulo, UNESP, Brasiliense, 1989.
- DAYRELL, Eliane Garcindo. Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Análise Política de Colonização na Expansão para o Oeste. Goiânia, UFG, Tese de Mestrado, 1974.

- DELLA TORRE, Maria Benedita. O Homem e a Sociedade. São Paulo, Nacional, 1971.
- DOLES, Dalisia Elizabete Martins e outros. Interpretação Histórica da Economia de Goiás e Posicionamento do Setor Agropecuário no Contexto Econômico Social da Região. S/p data Goiânia, UFG mimeografado, S/d.
- DOMONT, Louis. Homo Hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações. Trad. Carlos Alberto da Fonseca. São Paulo, Edusp, 1992.
- DOWBOR, Ladislau. A Formação do Capitalismo Dependente no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- DURHAN, Eunice R. A Caminho da Cidade. A vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- EISENSTADT, Samuel N. Modernização e Mudança Social. Belo Horizonte, Editora do Professor, 1968.
- ÉLIS, Bernado. O Tronco. Rio de Janeiro. José Olympio, 1979.
- ETZEL, Eduardo. DIVINO- Simbolismo no Folclore na Arte Popular. São Paulo, Giordano, Rio de Janeiro, Komos, 1995.
- FAISSOL, Speridião. O Problema do Desenvolvimento Agrícola do Sudeste do Planalto Central. In: Revista Brasileira de Geografia, janeiro a março, 1957.
- FERREIRA, Jurandir Pereira. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Goiás, IBGE, Vol. XXXVI.
- FONSECA e SILVA, C. José Trindade da. Lugares e Pessoas Subsídios eclesiásticos para a história de Goiás. 1º volume. Ed. Nacional, Goiânia, 1948.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenentismo e Política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- FRANÇA, Maria de Souza. Povoamento do Sul de Goiás: 1872 a 1900. Estudo da Dinâmica da Ocupação Espacial. Goiânia, UFG, Dissertação de Mestrado. 1975.
- _____. Trabalho, Trabalho e História. São Paulo, USP, Tese de Doutorado, 1985.
- GARCIA, Hamilcar e outros. Grande Dicionário Enciclodédico Novo Brasil. Ilustrado, ed. Especial, volume III, 1979.

- GARDNER, George. Viagem ao Interior do Brasil (durante os anos de 1836-1841). Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, USP, 1975.
- GOMES, Horieste. Geografia, Goiás - Tocantins. Goiânia, UFG, 1993.
- _____. Geografia Sócio-econômica de Goiás. Goiânia, Livraria Brasil Central, 1969.
- GORENDER, Jacob. Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Brasileiro. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.
- HILL, Christopher. O Mundo de Ponta-Cabeça: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo, Cia das Letras, 1987.
- HOLANDA, Aurélio Buarque de e Editores. Dicionário da Língua Portuguesa. Ed. Nova Fronteira S/A, Rio de Janeiro.
- HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. Rio de Janeiro, Zahar Editores, Biblioteca de Ciências Sociais, 1985.
- IANNI, Octávio. Origens Agrárias do Estado Brasileiro. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- INKELES, Alex. O Que é Sociologia?. São Paulo, Pioneira, 1980.
- JAIME, Jarbas. Esboço Histórico de Pirenópolis. Goiânia, UFG, 1971.
- JUNIOR, Lisita. Dicionário Enciclopédico de Goiás. Goiânia, UCG, 1984.
- KOWARICK, Lúcio. Capitalismo e Marginalidade na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- LENHARO, Alcir. Sacralização da Política. In: A nação em marcha. São Paulo, 2ª ed., Campinas, Papiuos, 1989.
- LENIN, Vladimir. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- LIMA, Lauro de Oliveira. Mutações em Educação Segundo MC Luham. Petrópolis - Rio de Janeiro, Vozes, 1985.
- LIMA, Maria Regina Soares de. A Revolução de 30. In: O Brasil em face dos Estados Unidos e países do Eixo: a conjuntura internacional dos anos 30. UNB, Distrito Federal, Coleção Temas Brasileiros, CPDOC, 1980.
- LIRA, Elizeu Ribeiro. A Gênese de Palmas-Tocantins. Presidente Prudente, São Paulo, FCT, UNESP, Dissertação de Mestrado, 1995.
- LÔBO, José Ferreira de Souza. Goianos Ilustres. Goiânia, Oriente, 1974.

- LUXEMBURG, Rosa. Acumulação de Capital. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- MAGALHÃES, Erasmo D'Almeida. Dicionário de Geografia do Brasil, com Terminologia Geográfica. Ed. Melhoramentos, 2ª ed., 1976.
- MARTINS, Carlos Benedito. O Que é Sociologia. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- MARTINS, José de Souza. Expropriação & Violência a questão política no campo. São Paulo, Hucitec-CCS, 1982.
- _____. Não há Terra para Plantar neste Verão. (cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político), Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1988.
- _____. Introdução Crítica à Sociologia Rural. In: Problemas de Sociologia Rural de Henri Lefebvre. São Paulo, Estudos Rurais, Hucitec, 1981.
- _____. O Cativo da Terra. São Paulo, USP, LECH, 1981.
- MARX, Karl. O Capital. São Paulo, Difel, livro 3, volume VI, 1985.
- _____. Formações Econômicas Pré-Capitalistas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1964.
- NETTO, Tenório Melo. A Construção de Brasília para o Desenvolvimento Econômico de Goiás 1960 a 1980. Goiânia, UFG, Dissertação de Mestrado, 1993.
- NOVAES, Fernando. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777 - 1804). São Paulo, Hucitec, 1979.
- NUNES, Heliane Prudente. Comunicações e Transportes em Goiás. Goiânia, UFG, mimeografado, 1983.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modo Capitalista de Produção e Agricultura. São Paulo, Ática, 1984.
- PALACIN, Luis G. Coronelismo no Extremo Norte de Goiás. O Padre João e as Três Revoluções de Boa Vista. São Paulo, CEGRAF, Loyola, 1990.
- _____. Estrutura e Conjuntura Numa Capitania de Minas. Goiânia, Departamento de Cultura, SEC, 1979.
- _____. História de Goiás. Goiânia, UFG, Cegraf, 1975.
- _____. História de Goiás em Documentos. Goiânia, UFG, Cegraf, 1995.

- PARSONS, Talcott. Sociedades Perpectivas Evolutivas e Comparativas. São Paulo, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1966.
- PASSOS, Lindolfo Emiliano. Memórias Militares e Políticas. Goiânia, ed. Norton, 1986.
- PEDROSO, Dulce Madalena Rios. O Povo Invisível - a história dos Avá-Canoeiros nos séculos XVIII e XIX. Goiânia, UFG, Furnas, 1994.
- POHL, Joann Emanuel. Viagem ao interior do Brasil. BH. Itatiaia, São Paulo, EDUSP, 1976.
- POLONIAL, Juscelino Marins. A Estrada de Ferro Goiás e o Processo de Urbanização de Anápolis - 1907 -1935. Goiânia, Dissertação de Mestrado, UFG, 1995.
- ROMACHELI, Maria Helena de Amorim. História de Jaraguá. Goiânia, Kelps, 1998.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem à Província de Goiás. BH, Itatiaia, São Paulo, EDUSP, 1975.
- _____. Viagem Pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. BH, Itatiaia, São Paulo, EDUSP, 1975.
- SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. Economia e Escravidão em Goiás Colonial. Ed. UFG, Coleção de Teses Universitárias, Goiânia, 1983.
- SILVA Antônio Moreira da. Dossiê de Goiás. Goiânia, Master Publicidade, 1996.
- SILVA E SOUZA, Luis A. da. O Descobrimto da Capitania de Goyaz: Governo, Populações e coisas mais notáveis (1812). In. TELES, José Mendonça. Vida e Obra de Silva e Souza, Goiânia, Oriente, 1978.
- SILVA, Ana Lúcia da. A Revolução de 30 em Goiás. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1982.
- SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. A Construção de Brasília Modernidade e Periferia. Goiânia, UFG, 1997.
- SILVEIRA, Francisco Bueno da. Grande Dicionário 1ºEtimológico-Prosódio da Língua Portuguesa 2º Vocábulos, Expressões da Língua Geral e Científica - Sinônimos Contribuições do Tupi - Guarani. 4º volume G.K., ed. Brasiliana Limitada, Santos SP. 1974.

- SILVEIRA, José Peixoto. Fragments de Meu Tempo. Goiânia, ed. Kelps, 1997.
- SIQUEIRA, Jacy. A Banda Ontem e o Seu Futuro. Goiânia, Estado de Goiás, 1981.
- SOUZA, Margareth de Loudes. Arqueologia Histórica Aplicada ao Reconhecimento de uma Fazenda Colonial-Século XVIII. Goiânia, UPS, 1992.
- SZMRECSÁNYI, Tamas. História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Economia e Cultura (1930-1964), Tomo III, Volume IV. São Paulo, Difel, 1984.
- TEIXEIRA, Antônio José. O Folclório Goiano. Brasileira, Volume 306.
- TIBALLI, Eliane Figueiredo Arantes. A expansão do povoamento em Goiás no século XIX. Dissertação de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, UFG, 1991.
- VALVERDE, Orlando e Catharina Vergolino Dias. A Rodovia Belém Brasília. Rio de Janeiro, IBGE, 1967.
- VELHO, Octávio Guilherme. Frentes de Expansão e Estrutura Agrária. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- VERGOPOLOS, Kostas. Capitalismo Disforme. Rio de Janeiro, Pioneira, 1975.
- VIEIRA, Maria do Pilar de Araujo e outros. A Pesquisa em História. São Paulo, Ática, 1989.
- WAIBEL, Léo. Uma Viagem de Reconhecimento ao Sul de Goiás. Cons. Nascimento, Geografia, Rio de Janeiro, 1958.
- WEBER, Max. Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo, BPCS, 7ª Edição, 1989.
- WILLENS, Emilio. Uma Vila Brasileira. Tradição e Transição. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961.

ANEXOS

Handwritten text, possibly a date or reference: 1832.

Handwritten text, possibly a name or title.

Main body of handwritten text, appearing to be a list or detailed notes.

RELAÇÃO DE ALGUMAS PLANTAS MEDICINAIS UTILIZADAS POR
JARAGUENSE NO DECORRER DOS SÉCULOS XVIII, XIX E XX
(QUADRO)

Nome	Família	Nome científico	Tratamento/Doença
Avenca	Fetos	Veneris cupillus	Catarro no Pulmão
Babosa	Liliáceos	Aloes bardadeisis	Cataratas/Queimadura
Beldroega	Portulacáceos	Portulaca oleracea	Dores nos rins/bexiga
Barbatimão	Leguminosas	Struphonodeudrom	Diarréia/Hemorrodia
Cainca-grine	Rubiáceas	Chiocoea brachiata	Dores/Veneno/Ofídico
Camomila	Compostos	Matricaria chamomilla	Naúseas/Inflamações
Carnaúba	Palmáceas	Corphia cerifera	Diurético/D/nasBexiga
Cimpó-Imbé	Aráceas	Philodendiom bipinnatidum	Eresipela/inflmações
Erva-de-Bicho	Flacurtiáceos	Cascaria sylvestre	Sífilis/Hidropisias
Erva-de-Maria	Quenopodia	Chenopodium ambrosidides	Torcicolo/Tosse
Lingua de Vaca	Compostas	Chaptalia nutans	Infecções/Tosse
Losna	Compostas	Artimisia absinthim	Gripe/Hidropisia
Louro Preto	Laureáceos	Nectandra mollis	Diurética/Azias
Manjerona	Labiadas	Origanum miujorona	Reumatismo/Nervos
Mentrasto	Compostas	Ageratum conyzoides	Cólicas/Diarréia
Picão	Plumbayáceias	Phumbago lihoralis	Intestino/Tosse
Velame/Campo	Euforbiáceas	Croton campestris	Impinigens/Úlceras
Trapoeraba	Camilináceas	Tradescatia communis	Dores reumáticas
Sete Sangrias	Litráceas	Cuphea salsamona	Coração/Sangue
Sucupira	Compstas	Bowdichea nitida mart	Infecção na Garganta

Fontes: Arquivo da Prefeitura Municipal de Jaraguá Caixa 1940-1950. BALBACHAS, Alfonsas. As Plantas Curam. Ed. Missionária "a verdade presente", São Paulo, 1962.